



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO - UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

**COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: a
Vigília Cidadã como instrumento de controle social e cidadania participativa**

Simone Rodrigues Barreto

Campos dos Goytacazes/RJ
Agosto de 2022

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: a Vigília Cidadã como instrumento de controle social e cidadania participativa

Simone Rodrigues Barreto

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais.

Área de concentração: Participação e Regulação

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade, Meio Ambiente e Território

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos

Campos dos Goytacazes/RJ

Agosto de 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

B273

Barreto, Simone Rodrigues.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL : a Vigília Cidadã como instrumento de controle social e cidadania participativa / Simone Rodrigues Barreto. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

338 f.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2022.

Orientador: Marcelo Carlos Gantos.

1. Comunicação Popular. 2. Cidadania. 3. Territórios do Petróleo. 4. Políticas Sociais. 5. Protagonismo.. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

**COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: a
Vigília Cidadã como instrumento de controle social e cidadania participativa**

Simone Rodrigues Barreto

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais.

Área de concentração: Participação e Regulação
Linha de pesquisa: Estado, Sociedade, Meio Ambiente e Território

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos

APROVADA: 11 de agosto de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Adriana Andrade Braga (PPGCOM/PUC-RJ)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)

Prof. Dr. Hiran de Moura Possas (PGDTSA/UNIFESSPA)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Prof.^a Dr.^a Iluska Maria da Silva Coutinho (PPGCOM/UFJF)
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Prof.^a Dr.^a Silvia Alicia Martinez (PPGPS-UENF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos (PPGPS-UENF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (Orientador)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
SECRETARIA ACADÊMICA/REITORIA

10

DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

Aluno: Simone Rodrigues Barreto

Matrícula: 201814220019

Programa: Políticas Sociais

Orientador: Marcelo Carlos Gantos

Area/Linha: Participação e Regulação/Estado, Sociedade, Meio Ambiente e Território

Título: Comunicação e educação popular no licenciamento ambiental: a Vigília Cidadã como instrumento de controle social e cidadania participativa

Resultado final:

APROVADO

REPROVADO

Data da defesa: 11/08/2022

Resultado final adiado em razão de:

MODIFICAÇÕES

NOVA DEFESA

Prazo: _____ (3 a 6 meses)

Banca examinadora:

Membro	Título	Assinatura
Marcelo Carlos Gantos (Presidente)	D.Sc.	Vídeo conferência
Adriana Andrade Braga	D.Sc.	Vídeo conferência
Hiran de Moura Possas	D.Sc.	Vídeo conferência
Iluska Maria da Silva Coutinho	D.Sc.	Vídeo conferência
Silvia Alicia Martinez	D.Sc.	Vídeo conferência

Observações:

A participação dos professores Marcelo Carlos Gantos, D.Sc., Silvia Alicia Martinez, D.Sc., Hiran de Moura Possas, D.Sc., Iluska Maria da Silva Coutinho, D.Sc. e Adriana Andrade Braga, D.Sc. aconteceu por videoconferência segundo Resolução CPPG 01/2016.

Em 12 / 08 / 2022

Marcelo Carlos Gantos

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais

AGRADECIMENTOS

Parafraseando Clarice Lispector, eu acredito em anjos, e, porque acreditei, eles existiram e foram fundamentais nessa etapa da minha trajetória profissional. A pesquisa me fez solitária e mais reflexiva do que antes e esse foi um paradoxo para uma jornalista que se acostumou a viver em comunidade, ouvir e falar. Se misturar sempre foi fundamental. Porém, viver a etapa doutoral num período histórico de pandemia mundial foi muito mais desafiador, comparado à caminhada da pesquisa normal, natural. A vivência no ambiente acadêmico foi quebrada, interrompida da noite para o dia. A orientação olho no olho, o compartilhamento de experiências com quem está na mesma busca que você. Tudo isso foi substituído repentinamente por processos mediados pela tecnologia, adaptados à fórceps. Esse período exercitou em mim ainda mais a gratidão, a humanidade e a humildade. Gratidão pela vida, pelo simples, pois é possível passar por tudo isso, sobreviver e construir conhecimento se você tiver anjos ao seu lado. Assim, pretendo lembrar de todos que participaram da minha formação espiritual, humana, acadêmica e profissional.

Primeiramente expresso minha gratidão a Deus e todo Seu cuidado. Ele me inspira a ser forte, resiliente, humilde. Sem Ele nada disso seria possível. Sou grata de coração à responsável pelo meu interesse pelos estudos, minha mãe Maria Aparecida (*in memória*), que não pôde ver nem a metade de minhas conquistas acadêmicas e profissionais, mas foi a essência na crença de que o estudo e o conhecimento transformam nossa vida e uma sociedade inteira. Mesmo não estando aqui, muito obrigada!

Sou grata à família que construí. Aos meus filhos Ian e Iuri, pois são os pilares fundamentais dessa jornada e a principal motivação. É por eles que procuro não fracassar e não desistir. Meu principal objetivo de vida é mostrar que com esforço e dedicação o impossível é possível. Pode ser desafiador, porém possível a todos nós. Obrigada por serem bons meninos e compreenderem a necessidade de ausência por muitas vezes

A Sandro, meu marido e amor fora do meu peito, que me acompanha nos sonhos e nos desafios da vida, principalmente aos que nos parecem impossíveis. Ele esteve comigo desde o início, a cada notícia de reprovação e aprovação, vibrando e compreendendo a ansiedade de cada etapa concluída.

Não posso me esquecer dos familiares Marília, Adonias, Jorge e Maísa que por muitas e muitas vezes serviram de rede de apoio familiar para que eu pudesse me ausentar

e cumprir as obrigações acadêmicas. Essa ajuda me possibilitou ir aos congressos, preparar as aulas, adaptar-me à pandemia, escrever esta tese.

No decorrer dessa caminhada, devo ressaltar a participação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS), que me recebeu de forma humanizada e afetiva. No decorrer do período doutoral, agradeço também a parceria dos meus colegas de turma do doutorado, que mesmo no período de pandemia (2020-2021) estivemos conectados e vibrando pela conquista de cada um, mas também dividindo dúvidas, medos, sufocos, desabafos comuns a esta etapa. Agradeço também ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais por todo o conhecimento compartilhado e por todas as oportunidades de troca.

Ao meu orientador, prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos, que confiou e me conferiu autonomia nesse processo de construção de conhecimento, acolhendo minhas angústias e ofertando uma generosa humanidade paterna sem deixar de exercitar as provocações e novas perguntas que nortearam essa busca. Estendo esse agradecimento também à prof.^a Dr.^a Silvia Alícia Martinez pela coorientação, acolhimento, conselhos e sugestões valiosíssimas.

Aos meus amigos de profissão Dr. Gustavo Smiderle e Dr.^a Jacqueline Deolindo que não se cansaram de estender a mão e me ajudar nas horas mais difíceis e de angústia na construção dessa pesquisa, como também nas tensões acadêmicas e profissionais.

Agradeço ainda ao Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos – PEA-BC e ao Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP) pela oportunidade de troca, múltiplas vivências e inspiração nos diversos encontros de trabalho, pelo apoio fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa, além de me apresentar um universo de desafios, mas de muitas riquezas, saberes e sujeitos apaixonantes. Sou imensamente grata por ter sido apresentada por vocês a uma comunicação e a uma sociedade desconhecida do meu antigo jornalismo tradicional. Agradeço ainda aos entrevistados pelo carinho, paciência e confiança ao abrirem suas vidas para contar suas experiências.

Por fim, agradeço aos meus alunos do curso de Jornalismo do Centro Universitário Fluminense pela paciência nos momentos ausentes e à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) pela oportunidade e pelo fomento para que esta tese se tornasse realidade. A todos os professores e funcionários do PPGPS, esta casa acolhedora, muito obrigada!

Ao meu marido e aos meus filhos.
Por eles, sonho com uma sociedade melhor.

“Que todos os nossos esforços estejam
sempre focados no desafio à
impossibilidade. Todas as grandes
conquistas humanas vieram daquilo que
parecia impossível”.

(Charles Chaplin)

RESUMO

Esta pesquisa se propõe analisar, a partir do Projeto de Educação Ambiental denominado “Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã” (PEA-TP), desenvolvido na Bacia de Campos (PEA-BC), no contexto de implementação de medidas de mitigação de impactos ambientais no âmbito do licenciamento ambiental federal, se a experiência dos membros dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) do PEA-TP, tendo a educação popular como estratégia, proporciona protagonismo na produção e disseminação de informação qualificada em seus grupos políticos a respeito dos recursos petrolíferos? Nesse contexto, busca-se observar o processo de produção dos boletins digitais “Rede Territórios do Petróleo”, tendo como recorte temporal a fase II de atividades socioeducativas, que compreende julho de 2017 a junho de 2019. Para realizar tal estudo, parte-se dos conceitos teóricos de comunicação e educação popular, além da cidadania. O caminho metodológico escolhido foi o qualitativo. As técnicas de investigação ancoram-se na pesquisa bibliográfica exploratória, análise documental do PEA-TP, entre eles, o Boletim Digital “Rede Territórios do Petróleo”. A coleta de dados apoia-se na aplicação de entrevistas semiestruturadas com socioeducadores, os sujeitos da ação educativa (SAE) do PEA-TP, bem como aos participantes da esfera governamental que implementam a política pública do licenciamento ambiental e funcionários da empresa responsável pelo financiamento do projeto. Para organizar a trajetória da pesquisa e a manipulação dos materiais coletados no Boletim Digital, utilizou-se como abordagem de avaliação de dados a Análise de Conteúdo. Esta pesquisa se justifica pelo caráter interdisciplinar dos campos da comunicação, educação, políticas públicas e sociais, tendo como foco a educação e comunicação popular ligadas às políticas públicas de Meio Ambiente e Cidadania na sua dimensão social comunitária. Acredita-se que a experiência do processo formativo no PEA-TP dá possibilidades e protagonismo, porém de forma parcial, aos participantes da pesquisa a produzirem e disseminarem informação qualificada em seus grupos políticos a respeito dos recursos petrolíferos, caracterizando assim a utilização de uma comunicação que, em partes, pode ser considerada como popular. Tal parcialidade ocorre pelos pré-requisitos impostos como balizadores pelos atores institucionais públicos envolvidos na realização do PEA-TP.

Palavras-chave: Comunicação Popular; Cidadania; Territórios do Petróleo; Políticas Sociais; protagonismo.

ABSTRACT

This research proposes to analyze, from the Environmental Education Project called "Petroleum Territories: Royalties and Citizen Vigil" (PEA-TP), developed in the Campos Basin (PEA-BC), in the context of implementing measures to mitigate environmental impacts within the scope of federal environmental licensing, to what extent the experience in the training process of the members of the Citizen Vigilance Centers (NVC) of the PEA-TP, having popular education as a strategy, provides a leading role in the production and dissemination of qualified information in their political groups regarding oil resources? In this context, we seek to observe the process of production of the digital bulletins "Rede Territórios do Petróleo", having as a time frame the phase II of socio-educational activities, which comprises July 2017 to June 2019. theoretical and practical concepts of communication and popular education, in addition to citizenship. The methodological path chosen was qualitative. The investigation techniques are anchored in exploratory bibliographic research, document analysis of the PEA-TP, among them, the Digital Bulletin "Rede Territórios do Petróleo". Data collection is supported by the application of semi-structured interviews with socio-educators, the subjects of the educational action (SAE) of the PEA-TP, as well as with participants from the governmental sphere that implement the public policy of environmental licensing and employees of the company responsible for funding from the project. In order to organize the research trajectory and the manipulation of the materials collected in the Digital Bulletin, Content Analysis was used as a data evaluation approach. This research is justified by the interdisciplinary nature of the fields of communication, education, public and social policies, focusing on education and popular communication linked to public policies for the Environment and Citizenship in its community social dimension. It is believed that the experience of the training process in the PEA-TP gives possibilities and protagonism, but in a partial way, to the research participants to produce and disseminate qualified information in their political groups about petroleum resources, thus characterizing the use of popular communication. by the researched groups, and thus leveraging citizen vigilance. Such partiality occurs due to the prerequisites imposed as benchmarks by the public institutional actors involved in carrying out the PEA-TP.

Keywords: Social Participation; Communication Tools; Petroleum Territories; Social politics; Media society.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Índices das unidades de registro dos 32 boletins digitais	216
Tabela 2:	Unidades de Registros encontradas na Análise de Conteúdo.....	162
Tabela 3:	Categorias encontradas para análise.....	164
Tabela 4:	Divisão dos grupos de entrevistas.....	181

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 :	Etapas do Licenciamento Ambiental.....	101
Figura 2:	Os 10 municípios Fluminense que integram o PEA-TP.....	116
Figura 3:	Estrutura física da Caravana “Territórios do Petróleo”	118
Figura 4:	Esquema do processo de autonomização dos sujeitos da ação educativa no domínio e controle das ferramentas de comunicação no âmbito do projeto Territórios do Petróleo	145
Figura 5:	Edição 02 do Boletim de Arraial do Cabo.....	148
Figura 6:	Edição 07 do Boletim de Carapebus.....	149
Figura 7:	Revisão da edição 05 do Boletim de Cabo Frio pela equipe da Petrobras.....	150
Figura 8:	Revisão da edição 08 do Boletim de Carapebus pela equipe da Petrobras.....	151
Figura 9:	Revisão da edição 07 do Boletim de Casimiro de Abreu pela equipe da Petrobras.....	152
Figura 10:	Recorte de municípios para Análise de Conteúdo.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Público dos NVCs separados por categoria.....	123
Gráfico 2: Público dos NVCs por gênero.....	124
Gráfico 3: Público jovem por gênero	124
Gráfico 4: Quantitativo de público separado pelas categorias Jovens, adultos moradores urbanos e adultos moradores rurais.....	255

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Agencia nacional do Petróleo
BC	Bacia de Campos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CGEAM	Coordenação Geral de Educação Ambiental
CGPEG	Coordenação Geral de Petróleo e Gás
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DILIC	Diretoria de Licenciamento Ambiental
DP	Diagnóstico Participativo
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
FIA	Fundação Instituto de Administração
FPSO	Floating, Production, Storage and Offloading
FUNDENOR	Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Licenciamento Ambiental
LGBTQI+	Lésbicas Gays Bissexuais Transgêneros Queer Intersexuais Asexuais
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LOA	Leis Orçamentárias Anuais
LP	Licença Permanente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPL	Movimento passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NCE-ECA/USP	Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo
NEA	Núcleo de Educação Ambiental

NEA/BC	Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos
NTIC	Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
NVC	Núcleo de Vigília Cidadã
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA-QUIPEA	Projeto de Educação Ambiental – Quilombos no Projeto Ambiental
PCS	Projeto de Comunicação Social
PCAP	Plano de Compensação da Atividade Pesqueira
PDF	Portable Document Format
PEA	Projeto de Educação Ambiental
PEA-BC	Projeto de Educação Ambiental na Bacia de Campos
PEA-TP	Projeto de Educação Ambiental denominado “Territórios do Petróleo”
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PPGPS	Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
SAE	Sujeitos da Ação Educativa
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
STF	Supremo Tribunal Federal
TV	Televisão
UCBC	União Cristã Brasileira de Comunicação
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura
VC	Vigília Cidadã

SUMÁRIO

RESUMO.....	19
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
Introdução.....	19
Justificativa	23
Objetivos:.....	30
Objetivos específicos:.....	30
Metodologia.....	30
I – INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SEUS ASPECTOS IDEOLÓGICOS.....	36
1.1 – Aspectos da Comunicação e da Ideologia.....	48
1.2 – Aspectos da Comunicação, da educação e da Hegemonia	53
1.3 – Concepção de contra hegemonia	62
II – EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO POPULAR E EDUCOMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM CONCENTUAL E SOCIAL	69
2.1 – Comunicação popular nos movimentos sociais.....	80
2.2 – Educomunicação como ferramenta popular	85
2.3 – Comunicação e educação: construção da cidadania e da participação popular	91
2.4 – Educação e comunicação popular no Licenciamento Ambiental Federal.....	97
III - O PEA-TP E A VIGÍLIA CIDADÃ COMO QUESTÃO SOCIOEDUCATIVA	113
3.1 Fase I: Uma caravana do Petróleo	116
3.2 Fase II: Consolidação dos Núcleos de Vigília Cidadã	121
3.3 Fase III: A incidência política e o exercício do controle social	129
3.4 O papel comunicativo proposto pela Vigília Cidadã	135
IV O BOLETIM “REDES TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO”.....	142
4.1 A questão da autonomia e protagonismo popular	116
V – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	157

5.1 – Coleta de dados	157
5.2 – Análise de conteúdo e suas categorias	157
5.2.1 – Categoria 1: Explicações e esclarecimentos sobre os royalties	165
5.2.2 - categoria 2: Notícias sobre o uso dos royalties na prática em suas respectivas cidades	167
5.2.3 – Categoria 3: Convites à participação popular	170
5.2.4 – Categoria 4: Referências a si mesmos ou a ações protagonizadas pelos grupos envolvidos	173
5.3 – Entrevistas semiestruturadas e análise: SAE, instituições governamentais (Ibama e Petrobras).....	177
5.3.1 – Participação na oficina de Educomunicação	183
5.3.2 – Participação na elaboração do Boletim Digital	183
5.3.3 – Disseminação dos boletins para suas comunidades	183
5.3.4 – Processo de mediação e “baliza” no exercício do boletim digital	183
5.3.5 – Percepção de autonomia e protagonismo	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS	200
APÊNDICE	215
ANEXOS.....	295
Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 02.....	296
Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 03.....	297
Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 04.....	298
Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 05.....	299
Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 06.....	302
Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 07.....	304
Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 08.....	306
Boletim analisado de Macaé edição n.º 01.....	310
Boletim analisado de Macaé edição n.º 02.....	310
Boletim analisado de Macaé edição n.º 03.....	312
Boletim analisado de Macaé edição n.º 04.....	313
Boletim analisado de Macaé edição n.º 05.....	314
Boletim analisado de Macaé edição n.º 06.....	315

Boletim analisado de Macaé edição n.º 07	315
Boletim analisado de Macaé edição n.º 08.....	317
Boletim analisado de Carapebus edição n.º 01	319
Boletim analisado de Carapebus edição n.º 02	320
Boletim analisado de Carapebus edição n.º 03.....	322
Boletim analisado de Carapebus edição n.º 04	323
Boletim analisado de Carapebus edição n.º 05	324
Boletim analisado de Carapebus edição n.º 06	325
Boletim analisado de Carapebus edição n.º 07	327
Boletim analisado de Carapebus edição n.º 08	328
Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 01	329
Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 02.....	330
Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 03.....	331
Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 04.....	332
Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 05.....	333
Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 06.....	334
Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 07	335
Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 08.....	336

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Introdução

A fragilidade das práticas da comunicação social, seus projetos e estratégias comunicativas marcados por exclusões, intervenções e mediações em diversas sociedades não é tema desconhecido no campo científico brasileiro. De um lado a estrutura dos conglomerados midiáticos, conhecida como a indústria da informação ou a velha mídia, hegemônica, informando à elite, tratando a informação como moeda de poder e persuasão, interferindo no imaginário social e nas disputas de poder, seja nos veículos convencionais ou nas novas plataformas cibernéticas, que buscam decidir a agenda social e construir a opinião pública dentro dos seus interesses econômicos, culturais e políticos.

Do outro lado estão os cidadãos que possuem uma histórica disposição comunicacional, mas que muitas vezes estão à margem da história contada pelos meios de comunicação e consomem a informação pronta, seja pré-determinada pela linha editorial da mídia tradicional ou espalhadas pelos algoritmos e bolhas das redes sociais. Ao longo do século XXI, pode-se observar que os meios de comunicação se mostram incapazes de promover uma reflexão aprofundada e um debate democrático sobre vários temas que afetam a sociedade e têm dificuldade em definir cidadania.

Sabe-se ainda que nas sociedades midiaticizadas, os meios de comunicação ocuparam um lugar estratégico para a constituição do espaço público, porém as relações de mercado dos *medias* com os setores hegemônicos de poder nem sempre dão voz a diversos sujeitos, considerando suas agendas e pluralidades. Nesse caso, sabe-se que uma das premissas afirmadas pelos veículos de comunicação é de que a notícia é uma mercadoria, dado o caráter capitalista da esmagadora maioria das sociedades, e de que a democracia liberal permite a liberdade de expressão por meio da propriedade privada dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo em que esses

meios de comunicação são controladores, também dizem se esforçar para exercerem a cidadania, porém percebe-se claramente que essa cidadania “pré-fabricada” nem sempre provoca reflexão do papel político, social e cultural dos indivíduos.

Isso é o que aponta Maria Cristina Mata (2006) quando destaca a necessidade de um modelo mais eficiente de comunicação para a sociedade. Para a autora, faz-se necessário compreender os processos midiáticos como fundantes para a cidadania por possibilitarem a existência pública dos diferentes sujeitos e permitirem a esses, por vezes, representarem a si ou a um coletivo. Nessa perspectiva, há urgente necessidade de considerar e refletir a cidadania a partir do campo das ciências sociais e políticas, vinculadas à comunicação, permitindo-se pensá-la como prática que capacite o ser sujeito em todos os âmbitos em que se constrói o poder e, como prática que implica participar efetivamente na elaboração das regras. (MATA, 2006, p. 8)

Logo, a presente pesquisa de doutorado objetiva analisar, a partir do Projeto de Educação Ambiental denominado “Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã” (PEA-TP), no contexto de implementação de medidas de mitigação de impactos ambientais no âmbito do licenciamento ambiental federal, se a experiência dos membros dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) do PEA-TP, tendo a Educação Popular como estratégia, proporciona protagonismo na produção e disseminação de informação qualificada em seus grupos políticos a respeito dos recursos petrolíferos, tendo como recorte temporal a fase II de atividades socioeducativas, que compreende julho de 2017 a junho de 2019. Para realizar tal estudo, partiu-se dos conceitos teóricos e práticos de Comunicação Popular, Educação Popular e cidadania na Vigília Cidadã (VC), voltando o olhar para as práticas de Comunicação Popular no Brasil, desde a década de 1960, até chegar às formas de participação e controle social promovidas pelo PEA-TP, com o uso de ferramentas de Novas Tecnologias, no século XXI.

Esse estudo contextualiza o percurso do conhecimento adquirido pelos participantes dos núcleos, denominados SAE, por meio da Educação Popular, até a consolidação e massificação da informação, através das notícias publicadas nos boletins digitais, produzidos pelos 10 Núcleos de Vigília Cidadã (NVC). Fruto da Vigília

Cidadã (VC), o “Boletim Digital Rede Territórios do Petróleo” foi gestado em experimentos de “ecossistema comunicativo” (MARTÍN-BARBERO, 1998 e 2002), (SOARES, 2002, 2009) e foi implantado como um dos produtos de comunicação do projeto, sendo um exercício continuado e crescente de abertura de espaços para o protagonismo dos cidadãos, com constante moderação, estando inseridos no campo de análise da mobilização. Na prática, essa diretriz sinalizou a expressão da Vigília Cidadã vivenciada nos Núcleos. Como forma de institucionalização, foi estabelecida a presença dos técnicos socioeducadores no momento da produção do conteúdo do boletim digital para que os eixos principais do projeto Territórios do Petróleo sejam lembrados e contemplados pela produção informacional de cada NVC. O formato dos boletins foi o *Portable Document Format* (PDF), com *templates* definidos a partir da identidade visual de cada NVC. Como periodicidade estabelecida, cada NVC produziu pelo menos 1 boletim bimestralmente.

Considera-se, nessa perspectiva, as impressões de Cicília Peruzzo (2002), a respeito da relação entre comunidade, comunicação e cidadania. Acredita-se que o indivíduo que se encontra presente neste contexto passa a se posicionar como agente ativo em seu papel de cidadão. Para Peruzzo, a dinâmica inserida, neste contexto, facilita a compreensão não só do fazer comunicacional, como dos mecanismos da estrutura do poder: a) esclarece seus direitos, b) discute os problemas locais a fim de cobrar do poder público soluções.

Nesse sentido, acredita-se que a experiência do processo formativo no PEA-TP, tendo a Educação Popular como estratégia, dá possibilidades e protagonismo parcial aos participantes da pesquisa a produzirem e disseminarem informação qualificada em seus grupos políticos a respeito dos recursos petrolíferos, caracterizando assim a utilização de uma comunicação que, em partes, pode ser considerada como Popular pelos grupos, alavancando assim a vigília cidadã.

Este será o ponto de partida desta pesquisa, que nesse caso, aborda todo esse cenário comunicacional, propondo também observar o espaço que a

Educomunicação¹ ocupa na educação ambiental crítica, analisando a proposta da Vigília Cidadã² utilizada no PEA-TP.

Considera-se importante, ainda, apontar que este estudo está ancorado no fenômeno interdisciplinar, tendo como interface os campos da Comunicação Popular, da Educação Popular e ainda das Políticas Públicas Ambientais. Nesse aspecto, como reforça Japiassu (1976), a interdisciplinaridade tem sido uma necessidade das ciências humanas, fazendo conhecer novas realidades e inteligências, já que não responde apenas a especulações desinteressadas, mas sim as necessidades da ação, problematizando e dialogando com várias áreas do saber, levando a formulação de interpretação global da existência humana. Nesse caso, nota-se na interdisciplinaridade a atitude de ousadia e busca frente ao conhecimento, como pontua Ivani Fazenda (2008). Citando outro autor, agora mais próximo do campo da comunicação, para Barthes (1988), a interdisciplinaridade cria um objeto, uma compreensão, um entendimento novo e este pertence e perpassa por várias áreas e campos do saber.

Por fim, essa tese está organizada em cinco capítulos. No ‘Capítulo 1’ a comunicação e a informação são contextualizadas dentro dos marcos teóricos, considerando o contexto social e suas representações, desdobrando-se para os aspectos hegemônicos e contra hegemônicos. O ‘Capítulo 2’ apresenta uma abordagem conceitual e social da Educação e Comunicação Popular no Brasil, com base nos métodos tradicionais e não tradicionais, o crescimento da comunicação e Educação Popular nos movimentos sociais e como política pública no Licenciamento Ambiental, voltando o olhar também para a educomunicação e suas contribuições. Já o ‘Capítulo 3’ foi dedicado à apresentação do Projeto de Educação Ambiental

¹**Educomunicação** é um conceito proposto por Mário Kaplún (1998), que define ações de educação do público, propondo leituras mais críticas dos conteúdos disseminados pelos meios de comunicação de massa. Nos últimos 20 anos esse conceito é validado na América Latina, porém, RENÓ (2015) aponta alterações teóricas e metodológicas junto às mudanças ocorridas a partir da disseminação de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). Voltaremos a apresentar e explicar esse conceito detalhadamente mais adiante, neste projeto de doutoramento.

² “A **Vigília Cidadã** (VC) se fundamenta teórica e metodologicamente nas noções de informação, comunicação e conhecimento. Elas funcionam como uma triangulação de conceitos e práticas sociais que são estruturantes no processo educativo previsto no PEA-TP” (GANTOS, 2019, p. 37)

Territórios do Petróleo (PEA-TP), analisando o processo da Vigília Cidadã como questão socioeducativa, de controle social e de cidadania no viés comunicacional. O ‘Capítulo 4’ apresenta o Boletim Rede Territórios do Petróleo, objeto de análise dessa pesquisa, contextualizando sua elaboração, regras e prática de 2017 a 2019. Por fim, o ‘Capítulo 5’ traz os procedimentos metodológicos, bem como a análise do *corpus* da pesquisa, com o foco na análise de conteúdo do Boletim “Redes Territórios do Petróleo”, produzidos por cinco dos 10 Núcleos de Vigília Cidadã (NVC), implantado como um dos produtos de comunicação do projeto, sendo um exercício continuado e crescente de abertura de espaços para o protagonismo dos cidadãos na fase II do PEA-TP, além das entrevistas semiestruturadas realizadas em dois grupos específicos envolvidos na dinâmica do boletim.

Justificativa

Como justificativa dessa pesquisa, é importante destacar o interesse do estudo por parte da pesquisadora. Com experiência no jornalismo tradicional local de mais de 15 anos, a pesquisadora trabalhou muitas pautas relacionadas aos *royalties* do petróleo, principalmente de 2012 em diante, período em que o governo do estado do Rio de Janeiro, cunhou a campanha “O petróleo é nosso”, contra Projeto de Lei 2.565, aprovado pela Câmara dos Deputados, que redistribuiu os *royalties* do petróleo não apenas para estados e municípios produtores de petróleo. Foi editora do caderno de Economia do jornal Folha da Manhã por anos e essa era uma pauta recorrente. Em 2017, já tendo concluído seu mestrado, a pesquisadora passou a integrar a equipe técnica de comunicação do PEA-TP e a partir desse período passou a participar das discussões mais aprofundadas sobre *royalties* do petróleo, observando como a imprensa dominava pouco essa temática e mais, como a Comunicação Popular pode contribuir com a região Norte Fluminense no quesito da desinformação a respeito dos *royalties* do petróleo.

É impossível abordar a temática da comunicação popular sem atravessar o campo educacional, nesse caso, delimita-se ainda como recorte dessa pesquisa os estudos sobre a Educação Ambiental como frequentes e importantes no âmbito do processo de Licenciamento Ambiental Federal, pois estão inseridos em um contexto educativo mais amplo. Trata-se de um espaço de construção de práticas educativas (QUINTAS, 2013) porém, quando se atravessa a esses temas a comunicação, as pesquisas são escassas. Se o recorte for feito no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a Comunicação Popular no âmbito da Educação Ambiental ou mesmo do Licenciamento Ambiental (LA), não é possível encontrar nenhum trabalho que traga essas palavras-chave em seus títulos nos últimos anos. Em contraste, quando se centraliza a pesquisa apenas para a palavra-chave 'Comunicação Popular', várias pesquisas são registradas, mas a maioria tem o rádio como instrumento educativo. A proposta de educação ambiental crítica no processo de Gestão Ambiental vem sendo construída pelos educadores do Ibama³ desde os anos 90, com o apoio de pesquisadores, universidades, organizações da sociedade civil e outras instituições parceiras, necessitando de estudos mais profundos desses resultados como elementares na participação social e estímulo à cidadania e controle social quanto à exploração dos recursos naturais.

Nessa direção, uma das ferramentas utilizadas na educação ambiental, como medida mitigadora do Licenciamento Ambiental na indústria de extração de petróleo é a educomunicação. Esse escopo de trabalho começou a ser implantado há cerca de uma década usando Meio Ambiente, Educação e Comunicação, que passaram a caminhar juntas como mecanismos de política pública ambiental no Brasil.

Nesse sentido, faz-se necessário citar a Lei Federal 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Quatro anos depois, o Ministério do Meio Ambiente recriou o Programa Nacional de

³O **IBAMA** (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) é o órgão federal responsável pelo licenciamento ambiental das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás. Mais informações sobre as competências legais do IBAMA em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>

Educação Ambiental (ProNEA). Naquela época o ProNEA adota, então, como uma de suas linhas de ação, a “Comunicação para a Educação Ambiental” e a descreve como: “produzir, gerir e disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as informações relativas à Educação Ambiental”. (BRASIL, 2008).

Em 2004, o Departamento de Educação Ambiental realizou a I Oficina Nacional de Comunicação e Educação Ambiental, de onde saíram discussões que apontaram para a construção aberta e participativa, entre governo e sociedade, de um programa de comunicação socioambiental na perspectiva da educomunicação. Os princípios, objetivos e ações da proposta criada em 2005 foram associadas ao Programa Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de orientar práticas de comunicação no campo da Educação Ambiental, tendo como foco princípios de dialogismo e participação em toda ação comunicativa irradiada. Faz-se necessário pontuar que essa pesquisa acadêmica foi concebida em 2018, período em que o Brasil implementava de forma mais consistente e evolutiva políticas públicas de meio ambiente e de Licenciamento Ambiental. Vale considerar que ao longo de 90 anos, a política ambiental brasileira se fortaleceu num processo crescente, colocando o país na liderança de fóruns internacionais, como na Convenção da Diversidade Biológica que foi assinada durante a ECO-92, no Rio de Janeiro. De 1930 a 2018, o meio ambiente esteve presente na agenda política, sendo protagonista da criação de leis, conselhos, políticas nacionais, códigos, ministérios, instituições, planos nacionais, estatutos, comissões, medidas provisórias, agências, secretarias e leis, totalizando mais de 48 atos do Poder Executivo. Contudo, a partir de 2019, com a mudança de governo no Poder Executivo Federal, a agenda ambiental perdeu protagonismo e passou a ser encarada como obstáculo para o desenvolvimento, registrando-se já nos meses iniciais da nova gestão expressivos retrocessos ambientais, tais como o enfraquecimento do ministério do Meio Ambiente, com o serviço Florestal Brasileiro transferido para o Ministério da Agricultura (MP 870/19; a Agência Nacional das Águas transferida para o Ministério de Desenvolvimento Regional (MP 870/19); a reestruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), pelo decreto n. 9.806/19; a extinção dos colegiados do Fundo Amazônia, no decreto n. 9.759/19; o

fim das reservas legais, afastamento do diálogo com as ONGs, freio e afrouxamento na fiscalização, a flexibilização da Lei da Mata Atlântica, pelo despacho n. 4.410/20 do Ministério do Meio Ambiente. A pasta de Meio Ambiente perdeu atribuições, reduziu participação da sociedade civil e flexibilizou a fiscalização ambiental, principalmente pelo Projeto de lei 2.633/20, derivado da Medida Provisória 910, de 10 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, que pode permitir a grileiros a legalização de terras apropriadas ilegalmente (PL n. 2.633/20, derivado da MP 910/19). De 2019 a 2021 as políticas ambientais brasileiras já consolidadas ruíram por intenção do governo. Tal fato foi confirmado pela fatídica frase do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, quando defendeu passar 'a boiada' e 'mudar' regras ambientais enquanto a atenção da mídia está voltada para a Covid-19. Tais imagens foram divulgadas à imprensa pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello em maio do mesmo ano.

Além disso, posteriormente, relatos de invasões e violência em unidades de conservação e terras indígenas dominaram os noticiários; alertas de desmatamento registrados via satélite mostraram alta de 41% no mês de maio de 2021 em relação ao mesmo período de 2020 e de lá para cá nada foi feito pelo governo para reverter os prejuízos ambientais.

Retornando a perspectiva da educomunicação, Ismar Soares (2011) argumenta que ela necessita de um espaço dialógico, participativo e com gestão compartilhada das tecnologias e conhecimentos para funcionar, como também necessita de um “ecossistema comunicativo”. Antes mesmo de Ismar Soares, o pensamento freireano sobre educação e comunicação já sustentava a ação dialógica, assinalando as contribuições que serviram de inspiração para a formação do saber educacional. O campo da educomunicação nasce das bases de Paulo Freire, já que seus pressupostos dialógicos estão presentes tanto na dimensão das relações humanas, como na dimensão dos processos educativos e comunicativos.

Em outras palavras, nesse processo, a educomunicação é um componente pedagógico, não só instrumental, como era pensada em décadas anteriores. Para

Denis Renó (2015), a educomunicação na América Latina assume um papel fundamental, não somente na tentativa de diminuir a desigualdade social, mas também para suprir e superar dificuldades orçamentárias e geográficas que distanciam os cidadãos do conhecimento e seus direitos.

Segundo Renó (2015), a educomunicação caminha de maneira próxima à comunicação cidadã. Para o autor, esse processo educacional assume o objetivo de desenvolver a cidadania a partir de práticas comunicacionais, sejam elas educacionais e/ou informativas:

Entretanto, a comunicação cidadã é algo em desenvolvimento ainda incipiente em algumas regiões, especialmente naquelas onde o controle sociopolítico ainda é de interesse de grupos dominantes. Esse domínio corrobora manipulações da opinião pública, distanciando o cidadão de uma justiça social (RENO, 2015, p, 21).

No Norte Fluminense, a utilização dos recursos dos *royalties* e das participações especiais ocupa a atenção dos grupos sociais que desejam compreender sua origem e destinação em benefícios de todos e, por essa razão, a comunicação popular ou cidadã, associada ao processo educacional, tem sido uma das principais ferramentas de políticas públicas de cunho social, mas nem sempre avaliada adequadamente em sua tríplice dimensão de eficiência, eficácia e efetividade.

Nesta investigação, os atores sociais privilegiados são os membros dos Núcleos de Vigilância Cidadã (NVC) do Projeto Territórios do Petróleo, denominados “sujeitos da ação educativa”, que foram identificados a partir das ações da fase I do projeto, em consonância com as diretrizes delineadas pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CGPEG/IBAMA) e baseado nos dados provenientes do Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012), momento em que ocorreram as atividades itinerantes do PEA Territórios do Petróleo, município a município, debatendo publicamente com os sujeitos da ação educativa as questões dos *royalties* e os impactos da indústria do petróleo no processo de Licenciamento Ambiental da Bacia de Campos (BC).

Nesse percurso, mais de 10 mil pessoas foram mobilizadas e, a partir dessa interação, foram identificados e selecionados cerca de 300 potenciais sujeitos da ação educativa para integrarem a II fase de Formação dos 10 Núcleos de Vigília Cidadã. Muitos deles são representantes de agentes comunitários, lideranças comunitárias, membros de associações de moradores, quilombolas, trabalhadores rurais e assentados; membros de associações e colônias de pescadores; alguns dos quais também são participantes de outros PEA da Bacia de Campos (BC). Estabelecidos os sujeitos da ação de cada NVC, foi dado o pontapé do primeiro produto comunicacional da VC: o Boletim Digital “Redes Territórios do Petróleo”, que passou a ser construído em cada NVC, com mediação da equipe técnica local.

O ponto de partida desta produção foi o ciclo de oficinas de educomunicação, realizado em novembro e dezembro de 2017, quando pesquisadores e técnicos travaram contato com os NVC dos dez municípios para dialogar com os participantes do projeto sobre as técnicas informacionais que poderiam ser utilizadas para compor os produtos comunicacionais de cada NVC.

Como principal metodologia, os NVC desenvolvem várias atividades para estimular a VC, tendo como foco o olhar voltado aos recursos das receitas petrolíferas. A Vigília Cidadã compreende basicamente três tipos de atividades como foco das ações educativas:

a) Reunir, caracterizar, analisar e mapear informação a respeito da natureza sistêmica dos impactos da indústria do petróleo, os conflitos em torno deles e suas diversas percepções e apropriações; o contexto da economia política dos recursos naturais no extrativismo; as discussões políticas da partilha e a contabilidade pública dos *royalties* nos municípios da BC (arrecadação, composição orçamentária e destinos da utilização dos recursos);

b) Pesquisar, ler, discutir e sintetizar a informação sobre os municípios da área de abrangência do PEA Territórios do Petróleo: interpretar e elaborar notícias e informes; formar uma visão crítica sobre questões como recursos naturais, impactos sociais, *royalties*, controle social, desenvolvimento, crise ambiental; e propor visões

prospectivas baseadas em cenários econômicos e socioculturais futuros dos municípios da BC;

c) Difundir, comunicar, interpretar e partilhar a informação em rede: oferecer qualificação em linguagens e formatos comunicacionais disponibilizando acesso aos SAE em suportes diferenciados.

As pautas produzidas pelos NVC para o conteúdo do Boletim Digital foram livres, seguindo apenas a exigência de correlacionar o assunto escolhido à temática *royalties* do petróleo. Partindo dessa temática, é impossível não voltar o olhar para a influência que os *royalties* do petróleo exercem no Estado do Rio de Janeiro, sobremaneira na Bacia de Campos, área em que a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro está inserida há 25 anos. Ao observar todo esse cenário, pode-se afirmar que a distribuição das receitas oriundas da exploração do petróleo (*royalties* + participações especiais) na Bacia de Campos, no Norte Fluminense, mobilizou de certa forma a agenda midiática, desde a década de 1980, motivando discussões acaloradas no cenário político a respeito dos recursos financeiros que passaram a fazer parte das receitas municipais e estadual, porém acredita-se que tais aspectos nem sempre contemplaram ou estimularam a cidadania e a participação social ou o controle social dos munícipes nas esferas governamentais.

Por outra parte, cabe ainda destacar que esta pesquisa sobre a experiência da VC do PEA-TP, também se justifica devido ao seu ineditismo. Como já exposto na justificativa do tema, há carência de trabalhos no banco de teses e dissertações da Capes para a Comunicação Popular no âmbito da Educação Ambiental ou mesmo do Licenciamento Ambiental. Nenhuma tese nem dissertação que contemple essas três áreas específicas, à luz da Comunicação Popular em seus títulos foram encontradas nos últimos cinco anos. Quando se amplia a pesquisa para Comunicação Popular, vários trabalhos são registrados, mas a maioria tendo o rádio como instrumento educativo. Por todas essas razões, faz-se fundamental tal análise para aprofundar as potencialidades da participação social, gerando conhecimento necessário, social e comunicacional para esta região.

Objetivos:

Objetivo Geral:

Analisar o protagonismo dos diversos membros dos NVC na produção e disseminação de informação qualificada em seus grupos políticos a respeito dos recursos petrolíferos, levando em consideração o processo produtivo dos boletins digitais “Rede Territórios do Petróleo”, para saber identificar que tipo de comunicação é praticada pela Educação Ambiental proposta no Licenciamento ambiental.

Objetivos Específicos:

- a) Identificar, de forma exploratória, na literatura científica os conceitos de comunicação e Educação Popular no Brasil, além de contextualizar os aspectos conceituais que norteiam o PEA-TP.
- b) Explicar a dinâmica de envolvimento dos SAE com a VC, identificando, através de entrevista semiestruturada, quem são esses sujeitos e como as práticas pedagógicas associadas às técnicas da Comunicação Popular são trabalhadas nos NVC.
- c) Discutir, através na análise da entrevista semiestruturada, que tipo de comunicação foi praticada durante a produção dos boletins e a tensão entre participação e protagonismo X tutela e moderação nos processos de construção e produção do boletim digital “Rede Territórios do Petróleo”;
- d) Identificar, através na análise de conteúdo, se existem iniciativas autônomas de comunicação dos SAE e quais foram elas.

Metodologia

Em termos metodológicos, tendo em vista os objetivos e a abrangência deste estudo, articula-se a abordagem dos diferentes campos de saber, sendo também impulsionado pelo campo interdisciplinar das Políticas Sociais e sua interseção crítica com as dinâmicas socioambientais prescritas pelo LA federal. Entende-se que a

coadunação dos campos de conhecimento da Educação, Sociologia e Comunicação Social formam importante fonte para regulamentar essa pesquisa, que se apresenta exploratória quanto aos objetivos e qualitativa quanto ao método para abordagem do problema, tendo como alicerce intensa revisão da literatura nacional e internacional sobre o tema, por meio de livros e artigos científicos.

A pesquisa exploratória, segundo Antônio Carlos Gil (2002) propõe aprofundar e aperfeiçoar ideias ou a construção de hipóteses; caracteriza-se pela pouca quantidade de dados disponíveis. Nesse contexto, o estudo qualitativo, segundo Lakatos & Marconi (2004, p.269) “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”. Por essa razão, tais métodos adotados nesta pesquisa vão ao encontro de uma análise mais detalhada do objeto aqui estudado.

Na pesquisa bibliográfica exploratória deste trabalho foram selecionadas e analisadas as produções bibliográficas que versem sobre os seguintes temas:

- a) educação popular - tendo como marco teórico Paulo Freire (2006) e Mário Kaplun (1998);
- b) educomunicação - com marco teórico os estudos de Ismar Soares (2005);
- c) cidadania e participação - utilizando as teorias de Cicília Peruzzo (1998), Márcio Simeone Henriques (2016) e Maria Cristina Mata (2006);
- d) Licenciamento e Educação Ambiental Crítica - com o marco teórico os estudos de Serrão (2017) e Mendonça (2015).
- e) Vigília Cidadã - tendo como marco teórico os estudos de Eduardo Vizer (2007) e Gantos (2015, 2016).

Além da pesquisa bibliográfica, recorreu-se às técnicas de investigações, tais como:

- a) análise documental;
- b) entrevista semiestruturada e
- c) análise de conteúdo.

Considerando a primeira técnica, a análise documental foi centrada nos relatórios produzidos pelo PEA Territórios do Petróleo durante a II fase do projeto, seja

dos participantes da ação, seja dos técnicos, seja pelos pesquisadores. Focando a leitura dos documentos a respeito das oficinas de educomunicação, audiovisual e produção dos Boletins Digitais.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa documental muito aproxima-se da bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois a forma documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de arquivos, existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações. O autor ainda abre duas possibilidades para o uso das fontes na pesquisa documental:

as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002, p. 46)

No caso do PEA-TP, a análise foi realizada nas duas modalidades (primeira e segunda mão), pois alguns relatórios e tabelas foram analisados para essa finalidade, como foi o caso do relatório "Quem Somos" e atas de reuniões, porém, outros documentos foram analisados a partir de uma análise prévia do próprio projeto.

A segunda técnica a ser aplicada no campo é a entrevista semiestruturada, cuja coleta de dados apoia-se na aplicação de entrevistas com socioeducadores, SAE do PEA-TP e participantes das esferas governamental que implementam a política pública do Licenciamento Ambiental, bem como a empresa responsável pelo financiamento do projeto.

Esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estarão condicionadas a uma padronização de alternativas, possibilitando assim, ao pesquisador, o surgimento de novas hipóteses.

Para Lakatos & Marconi (2004, p. 278) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que

se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal é colocado pelo investigador-entrevistador. Também chamada de despadronizada, sistemática, antropológica e livre, a entrevista semiestruturada dá liberdade ao entrevistador para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. Para as autoras, essa é uma forma de explorar o tema ou a questão da pesquisa com mais amplitude.

Para esse trabalho, leva-se em consideração que essa técnica também dá mais espaço aos sujeitos da ação narrarem como era/foi sua experiência comunicacional sobre as questões do controle social das rendas petrolíferas antes das ações educativas e comunicacionais do PEA e, depois, entender como o sistema comunicativo se materializa ou não nesse sujeito.

Por fim, a técnica escolhida para analisar os produtos comunicacionais e identificar os processos de produção dos boletins digitais “Rede Territórios do Petróleo”, foi a da análise de conteúdo. Esse método é conhecido no campo da comunicação como uma das técnicas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa e está calcada na proposta da professora da Universidade de Paris V, Laurence Bardin (1977). A autora indica que a análise de conteúdo já era utilizada desde as primeiras tentativas da humanidade de interpretar os livros sagrados, tendo sido sistematizada como método apenas na década de 20, por Leavell. A definição de análise de conteúdo surge no final dos anos 40-50, com Berelson, auxiliado por Lazarsfeld, mas somente em 1977, foi publicada a obra de Bardin, “*Analyse de Contenu*”, na qual o método foi configurado nos detalhes que servem de orientação atualmente.

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo não é uma técnica, mas um conjunto de técnicas de análise das comunicações. E a referida autora afirma ainda: Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1977, p. 31).

Laurence Bardin (1977) define como três as fases da organização para aplicação da análise de conteúdo:

1. a pré-análise – Esta fase foi realizada entre os anos de 2018 e 2019, recebendo e organizando os boletins dos 10 NVC a serem analisados posteriormente. Foram produzidos, em média 8 boletins por NVC a cada dois meses num espaço de quase dois anos;
2. a exploração do material – Durante a exploração dos boletins, observou-se que alguns NVC tinham duplicidade em suas pautas e até mesmo no tratamento dado à produção de notícias. Acredita-se que isso tenha ocorrido pela influência dos técnicos socioeducadores, que atendiam por região e eram responsáveis por dois NVC. Decidiu-se então reduzir o corpus a ser analisado de boletins de 10 NVC para 5.
3. O tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que ainda será realizada.

Segundo a autora, a pré-análise é constituída pelas seguintes etapas: a) leitura flutuante, consistente no estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados; b) escolha dos documentos, quando se realiza a delimitação do material que será analisado; c) formulação de hipóteses e dos objetivos; d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que consiste na determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos em análise; e) preparação do material.

A próxima fase é a da exploração do material, na qual “o investigador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado. Nesse caso, as categorias serão organizadas para buscar demonstrar que tipo de comunicação é produzida no PEA-TP por parte dos diversos membros dos NVC e saber como se processa o protagonismo e autonomia cidadã dos SAE.

A última fase da análise de conteúdo consiste no tratamento dos resultados, na realização de inferências e interpretação. Nesta fase, as informações foram condensadas e destacadas, passando-se a interpretações inferenciais. (Bardin, 1977)

A categorização foi a possibilidade dentro da metodologia de Bardin escolhida a ser utilizada nesta pesquisa, uma vez que o critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas), o que leva a um enriquecimento por permitir

análises mais específicas e a verificação de relacionamentos até então ignorados.

Para obter-se um bom conjunto de categorias, Bardin (1977) afirma que algumas qualidades devem ser observadas:

a) exclusão mútua – cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; b) homogeneidade – um único princípio de organização deve orientar a organização da categoria; c) pertinência – o sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação; d) objetividade e fidelidade – mesmo mudando o foco da análise, a grade de categorias deve manter-se inalterável, refletindo a objetividade e fidelidade de classificação; e) produtividade – o conjunto de categorias deve proporcionar a obtenção de bons resultados.

Usando a metáfora das gavetas, malas ou caixas, Laurence Bardin descreve o potencial organizador de sua técnica, que consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir numa certa ordem na confusão inicial.

O exemplo escolhido (objectos contidos nas malas das senhoras) pode parecer metafórico: estes objectos não constituem uma verdadeira comunicação, na medida em que não correspondem a um conjunto de significações voluntariamente codificadas pelo emissor; estes são índices. Contudo, in extremis, o analista semiólogo pode considerá-los como sendo uma mensagem e submetê-los à análise de conteúdo para os fazer falar. (BARDIN, 1977, p. 37)

Acredita-se que, ao associar dados qualitativos às análises de conteúdo, possíveis debates proveitosos surgirão para ajudar a elucidar as questões dessa pesquisa, principalmente pela identificação de fatores que venham a interferir ou corroborar para o estímulo da participação social, fazendo um recorte de 5 dos 10 NVC do PEA-TP, executados na Bacia de Campos dos Goytacazes/RJ.

I – INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SEUS ASPECTOS IDEOLÓGICOS

Sabe-se que comunicação e informação, na maioria das vezes são niveladas e colocadas no mesmo contexto pelo senso comum. Na verdade, esses dois elementos são prioritários para se viver em sociedade, já que o ser humano é um indivíduo com essência comunicativa. Nesse aspecto, tanto a informação quanto a comunicação se relacionam estritamente com o conhecimento, muitas das vezes sendo confundidas. É nesse contexto que esse capítulo propõe uma reflexão sobre comunicação e informação como campo científico enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (Bourdieu, 1983), com o objetivo de entender o arcabouço teórico das áreas Ciência da Informação e Ciência da Comunicação, tendo como contraponto a epistemologia interdisciplinar como método para alcançar o conhecimento. Não há pretensão aqui de achar verdade ou eleger um único sentido à comunicação e à informação, uma vez que tal tema possui várias interpretações válidas na literatura acadêmica, porém, nesse estudo, propõe-se uma reflexão sob o aspecto social e participativo do indivíduo inserido no processo comunicacional por se tratar do objeto central de análise desta pesquisa.

Para o cotidiano do senso comum, as palavras Informação e comunicação parecem sinônimos. Muitas vezes, até são usadas no sentido de conhecimento comunicado. Tais expressões desempenham um papel central na sociedade contemporânea e é preciso entender e conceitua-las, principalmente no século XXI, a partir da ideia de uma sociedade conectada em rede, motivada e movimentada pela informação. Tanto a comunicação quanto o conhecimento são fenômenos básicos da humanidade, como aponta Paulo Freire quando diz que “o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção” (FREIRE, 1983, p.7). Nesse caso, a informação também é vista como condição básica, matéria-prima e significativa no desenvolvimento econômico, social, do trabalho e do capital na sociedade (CAPURRO & HJORLAND, 2007).

Faz-se necessário observar as perspectivas da palavra, do termo, pois essas podem oferecer relevância à reflexão. Martino (2001) tem uma visão objetiva e classifica o termo informação de muitas maneiras. Entre as muitas definições, ele destaca que uma mensagem ou informação não é comunicação, mas sim a primeira fase de um processo comunicacional. O autor ressalta que “tudo pode ser informação, mas ela só se torna comunicação quando um receptor compreende a mensagem”.

Em seu sentido etimológico, “informar” significa “dar forma a”. Mas o que exatamente está sendo formatado? De um lado, a matéria, bem certo, pois trata-se de elaborar traços materiais. Quando escrevo deixo marcas de tinta sobre o papel; em uma emissão radiofônica se produzem vibrações com certa frequência, ondas sonoras tendo o ar como suporte; em uma emissão de televisão, a tela serve de suporte para os pontos luminosos que compõem a imagem, etc. Toda informação pressupõe um suporte, certos traços materiais (tinta, ondas sonoras, pontos luminosos) e um código com o qual é elaborada a informação. (MARTINO, 2001, p. 17).

Destaca-se ainda que informação é o fenômeno que dá significado ou sentido às coisas, mas ela por si só não é comunicação. Para que a informação finalize seu processo e construa a relação comunicacional ou a comunicação propriamente dita, são necessárias condições básicas, tais como ambiente social, agentes no processo que se conectem com os mesmos signos e significados e os canais de circulação da informação. Conforme afirma Le Coadic (2004), “a informação é um conhecimento inscrito (registrado), em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”, mas para se tornar comunicação, tal conhecimento precisa se relacionar com o receptor. Precisa fazer sentido e ser compreendido pelo receptor. Nesse caso, percebe-se que informação, comunicação e conhecimento estão organizados num mesmo processo, dividindo-se em fases ou etapas distintas, tendo elementos prioritários para saírem do aspecto primário (informação) seguirem para o secundário, havendo necessidade de decodificação e relação de signos, significados e o suporte, para chegar no aspecto do conhecimento, tendo em vista a relação direta e de experiência com o indivíduo.

Le Coadic (2004) aprofunda sua definição de informação, apontando que essa comporta complexos sentidos (sistema de signos) que associa um significante e um significado, transmitido através de um artefato ou suporte espaço-temporal.

Outro autor que traz sua contribuição, definindo o termo informação de forma um pouco contraditória é Bazi (2007), quando afirma que “a informação pertence à esfera da transmissão (emissor-destinatário), enquanto a comunicação é intersubjetiva, nasce na experiência particular e singular dos indivíduos”, nessa perspectiva, o autor acredita que a informação é uma realidade relativa e compreende um conjunto de acontecimentos, já a comunicação, que significa ‘relação”, enfatiza o estímulo-resposta (entre pessoas), sendo a forma como as pessoas se relacionam entre si, dividindo e trocando experiências.

Entre muitas definições, sabe-se que elas não devem ser carregadas como verdadeiras ou falsas, mas sim, como mais ou menos produtivas, partindo do pressuposto de que as pessoas são livres para definir termos das mais variadas formas e percepções. No caso desta pesquisa, é útil compreender como os autores empregam de diferentes formas os mesmos termos e observar como tais terminologias são influenciadas por esse ou aquele campo científico.

Nesse cenário, faz-se necessário trazer o conceito de informação cunhado pelo PEA-TP. Gantos (2019) explica que o significado da palavra informação provém do latim *informare*, que significa “modelar, dar forma”. Porém, o autor relata que no decorrer do século XX a ideia de informação cresceu e passou a ser entendida de modo mais restrito e específico como a reunião ou conjunto de dados e conhecimentos organizados que constituem referências sobre um determinado acontecimento, fato ou fenômeno, tratando, nesse caso da informação como ativo social e relacionando-a com a Vigília Cidadã (VC), conceito criado pelo mesmo autor que relaciona informação, comunicação e conhecimento na esfera pública democrática.

Parte-se do suposto de que a informação é um ativo social que se configura em um recurso que atribui significado à realidade mediante seus códigos e o conjunto de dados. Deste modo, a informação passa a ser considerada na VC como ativo social. No Brasil, essa visão ainda está em fase de construção, porém vários autores vêm dialogando no sentido de que essa valoração representa a mudança de perspectiva e um deslocamento da centralidade da instituição para o cidadão, ponto de vista que fortalece o papel da esfera

pública na democracia. Assim, a VC assume a perspectiva cidadã da informação que permeia sua relação com a comunicação e o conhecimento. (GANTOS, 2019, p. 38)

Nesse sentido, o autor aproxima ainda mais o conceito de informação à atividade do PEA-TP, considerando o contexto social e suas representações, analisando o processo de Vigília Cidadã como questão socioeducativa na mitigação de desinformação sobre *royalties* do petróleo.

Isto significa, no acionar comunitário efetivo, alterar o eixo frequentemente voltado para os interesses das instituições e dos seus gestores e colocar o foco no cidadão/sujeito da ação educativa (SAE) do PEA acima de outras esferas, como governamentais, privadas, midiáticas, pessoais ou políticas (DUARTE, 2011). Esta situação coloca, por sua vez, o desafio na gestão do PEA de administrar o dilema da autonomia do sujeito e os limites da regulação impostas pelo LA no jogo de interesses políticos da democracia. (GANTOS, 2019, p. 38)

O conceito de informação utilizado no PEA-TP reconhece “no mundo atual a informação como valor público e ativo social” (GANTOS,2019), tendo se transformado num componente decisivo das modernas democracias deliberativas. Essas visões sobre a democracia postulam a tese adotada pela VC de que a ampliação do acesso à informação permite ao cidadão comum potencializar sua capacidade política de tomar decisões com base no uso racional do conhecimento adquirido por meio dela.

Ademais, no PEA-TP o conceito de informação é outro elemento estruturante de ação, pois o objetivo perseguido é mitigar desinformação dos Sujeitos da Ação Educativa (SAE), aprofundando os conhecimentos sobre as rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais) e os dispositivos de controle social, diminuindo a assimetria informacional dos integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC). O conceito de informação passou a se entender como a reunião ou conjunto de dados e conhecimentos organizados que possam constituir referências sobre as rendas petrolíferas e suas implicações na composição das finanças públicas municipais e suas destinações.

Em contraposição, no campo da “Ciência da Informação o termo informação tenta contemplar o modo por quais conteúdos podem ser acessados, manejados e entendidos” (SARACEVIC, 1995, p. 20), tendo o objetivo de constituir sentido em um

fluxo mediado, cuja pretensão é viabilizar contínuas relações entre “círculos informacionais e produção do conhecimento”.

Isso é o que aponta Barreto (2002), quando afirma que é na Ciência da Informação que se estabelece um espaço de mediação que agrega todos os elementos informacionais, bem como as possibilidades de transferência de dados e de conhecimento, havendo uma ressignificação física e temporal, potencializada pelas Novas Tecnologias da informação e Comunicação (NTIC).

As novas tecnologias de informação e comunicação, que modificaram aspectos fundamentais, tanto na condição da informação quanto da condição da comunicação. Estas tecnologias intensas modificaram radicalmente a qualificação de tempo e espaço das relações entre o emissor, os estoques e os receptores da informação. (BARRETO, 2002, p.8)

Nessa menção, é importante explicar que as técnicas trazidas pela tecnologia, carregam em si muita informação, mas conforme explicita Pierre Levi (1993), essas técnicas não determinam nada, pois demandam interpretações e requerem a subjetividade em atos dos grupos ou dos indivíduos que tomam posse dela.

A técnica em geral não é nem boa, nem má, nem neutra, nem necessária, nem invencível. É uma dimensão, recortada pela mente, de um devir coletivo heterogêneo e complexo na cidade do mundo. Quanto mais reconhecermos isto, mais nos aproximaremos do advento de uma tecnodemocracia (LÉVY, 1993, p. 196).

Nessa reflexão, faz-se necessário pensar no conceito-chave do termo informação trazido por Marteleto (2004), partindo das traduções das palavras gregas “*informatio*” ou “*informo*”, citando como transcrição do uso do conceito de informação da Idade Média para a Modernidade, de “dar uma forma substancial à matéria” para “comunicar alguma coisa a alguém”. Nesse sentido, a autora aponta a ‘doutrina de ideias’ de Descartes, como o elemento que colocou o pensamento como um processo funcional, capaz de operar em uma parte do cérebro – “penso, logo existo” (cogito, ergo sum).

Esta premissa cartesiana fomentou desde a “Teoria Matemática da Comunicação” de Shannon e Weaver, até a exploração do conceito informação, proposta por Michael K. Buckland (1991) em seus três aspectos: (1) informação-como-processo, isto é, o ato de informar; (2) informação-como-conhecimento, sendo o conhecimento comunicado e (3) informação-

como-coisa, funcionando como atributo para objetos, dados ou documentos. (MARTELETO, 2004, p. 2)

O fato é que enquanto a Ciência da Informação está centrada na geração, transferência e uso da informação, seja por dados ou pela própria tecnologia, dando fôlego à produção de conhecimento, o campo da Ciência da Comunicação está focado na relação entre os sujeitos, buscando detalhar, centrar os fatos, evidenciando uma enunciação que possibilite conectar e delimitar o espaço e o tempo, num exercício contextual e talvez essa seja a grande diferença entre as definições apresentadas até aqui.

Muniz Sodré (2014) explica que:

Já no começo do século passado se registravam indicações quanto a uma compreensão do lugar centralizador da comunicação. Tanto assim que, em 1909, Cooley, sociólogo e pioneiro da psicologia social, definia comunicação como “o mecanismo pelo qual as relações humanas existem e se desenvolvem; ela inclui todos os símbolos do espírito com os meios de transmiti-los através do espaço e de mantê-los no tempo. Inclui a expressão do rosto, as atitudes, os gestos, o tom de voz, as palavras, os escritos, o impresso, as ferrovias, o telégrafo, o telefone, e tudo aquilo que vai até a última realização da conquista do espaço e do tempo”. Embora essa definição pareça ampla demais para o atual escopo acadêmico, ela mantém o interesse por comportar a ideia de comunicação como base existencial da vinculação humana. (SODRÉ, 2014, p. 21)

Em sua reflexão, Sodré, inspira-se na definição de Charles Cooley (1973, p. 169), quando diz que “sem comunicação, a mente não desenvolve uma verdadeira natureza humana, permanecendo em estado anormal e indescritível, nem humano, nem animal.” Mesmo com as variedades de conceitos e amplitude de definições e ideias para os termos informação e comunicação, percebe-se na comunicação envolvente troca das mais variadas possibilidades de transmissão, porém estabelecendo um processo informacional entre dois ou mais interlocutores com condições de criar e interpretar mensagens, além de provocar uma ou várias respostas.

Ainda pensando nos significados distintos da informação e da comunicação, é importante observar que todos estão amparados pela vinculação humana, seja do processo ou da finalidade, porém o conceito que mais chama a atenção desse estudo

é o do sociólogo francês Wolton Dominique (2010). Para ele, informar e comunicar tem muitas distinções, havendo uma contradição entre a legitimidade da informação e o descrédito da comunicação, principalmente no início do século XXI, quando houve uma revolução da comunicação a partir das novas tecnologias, que quebrou o polo-emissor, ampliando a produção e circulação da informação por meio de tecnologias das mais variadas, proporcionando uma verdadeira revolução no campo da comunicação, pois a relação com a mensagem se transformou como nunca antes na história da humanidade. Para Wolton (2010), não se trata de uma revolução da informação, pois não foi a mensagem ou apenas o seu suporte que foi modificado, mas a relação dos indivíduos e a condição de aceitação ou de recusa da informação por milhares de receptores. “A informação esbarra no rosto do outro. Sonhava-se com a aldeia global. Estamos na torre de Babel” (DOMINIQUE, 2010, p. 15).

Para Dominique, especialista em Ciência da Comunicação, da televisão à informática e a revolução da internet, a tecnologia desempenha há muito tempo um papel essencial na emancipação individual e coletiva no processo comunicacional, sendo fundamentais na vida social, mas, mesmo assim não se pode conceber informação sem um projeto de comunicação, pois a informação é a mensagem e a comunicação é a relação, onde habita uma maior complexidade.

O verdadeiro desafio está na comunicação. Não na informação. É falso pensar que basta informar sempre mais para comunicar, pois a onipresença da informação torna a comunicação ainda mais difícil. Além disso a revolução da informação produz incerteza na comunicação. (DOMINIQUE, 2010, p. 12).

Partindo do pensamento de que a informação não se basta por si só e que a comunicação é um ato comum e fornece conhecimento de algo a alguém, o autor define o ato de comunicar como uma ação permeada pela negociação e convivência humana, sendo o indivíduo o centro da comunicação. “Não existe comunicação sem informação, a comunicação é sempre mais difícil, pois impõe a questão da relação, ou seja, a questão do outro. O resultado é incerto visto que o emissor raramente está em sintonia com o receptor e vice-versa”. (DOMINIQUE, 2010, p. 11).

Nessa direção, o autor aprofunda ainda mais as discussões quando afirma que há polissemia quando se trata do termo comunicação e esse pode ser inventariado por variados sentidos, tendo o uso específico, de acordo com cada comunidade linguística. “Os dicionários justamente confirmam e contribuem para esta dispersão de sentido. (...)”. (MARTINO, 2001, p. 15). O autor lista sete significações para comunicação, de acordo com a etimologia do termo:

1. Fato de comunicar, de estabelecer uma relação com alguém, com alguma coisa ou em ter coisas;
2. Transmissão de signos através de código (natural ou convencional);
3. Capacidade ou processo de troca de pensamentos, sentimentos, ideias ou informações através da fala, gestos, imagens, seja de forma direta ou através de meios técnicos;
4. Ação de utilizar meios tecnológicos (comunicação telefônica);
5. A mensagem, informação (a coisa que se comunica: anúncio, novidade, informação, aviso...” tenho uma comunicação para você”, “apresentar uma comunicação em congresso”);
6. Comunicação de espaços (passagem de um lugar a outro), circulação, transporte de coisas: “vias de comunicação – artérias, estradas, vias fluviais”;
7. Disciplina, saber, ciência ou grupo de ciências. (MARTINO, 2001, p. 15).

Baseando-se nas definições apontadas por Martino, esta pesquisa centra-se nas significações 1 e 3 listadas pelo autor. Nessas variantes para o termo comunicação, as significações mais correntes, na interpretação do autor são: o ato de “compartilhar, transmitir, anunciar, trocar, reunir, ligar (pôr em contato)” (p.16), com o sentido primordial e mais geral que exprime “relação”, o que vai ao encontro com a construção dialógica e de estímulo de participação social, aplicadas pelo plano de trabalho do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP), a partir do entendimento de que no cenário do Licenciamento Ambiental, os Projetos de Educação Ambiental (PEA) sejam capazes de proporcionar condições para o desenvolvimento de capacidades, (nas esferas dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes) visando a intervenção individual e coletiva, de modo qualificado, tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio ambiente, seja ele físico-natural ou construído”. (IBAMA, 1995).

A iniciativa principal de trabalho do PEA-TP é a mitigação do *déficit* informacional a respeito do uso dos recursos dos *royalties* do petróleo por parte dos municípios que petrorrentistas que compõem a Bacia de Campos. Um de seus objetivos é que a comunidade seja o protagonista de si mesma, obtendo assim, relação, participação e partilha em temas específicos que afetam diretamente suas vidas e comunidades, como é o caso do uso dos recursos financeiros oriundos dos *royalties* do petróleo. Tal condicionante surge a partir do entendimento de que os meios de comunicação convencionais não produzem informação qualificada para esse público, não promovendo comunicação com esses grupos específicos da sociedade. Nesse contexto, esses grupos aprendem a criar seus próprios canais de comunicação, transformados em instrumento de empoderamento das comunidades mais vulneráveis no cenário brasileiro marcado pela desigualdade social.

Nesse caso, partindo do pressuposto do objeto desse estudo, pode-se afirmar então que no campo dos estudos da informação, o receptor nem sempre tem escolha ou domínio sob o conteúdo. A informação chega de qualquer jeito, enquanto no campo da comunicação, percebe-se que dentro do processo relacional entre emissor-receptor, há necessidade de retorno, devolutiva. Sem dúvida, há um efeito no receptor. Nesse contexto, a comunicação que está centrada nessa pesquisa é a de compartilhar ideias, sentimentos, experiências num processo em que se emite e se recebe informação a todo momento, mas essa transforma seu receptor, proporcionando sentido e estímulo social.

Seguindo nessa ideia, pensar no ato de comunicar neste novo século é reconfigurar as práticas comunicacionais, tendo a figura do receptor muito mais como protagonista desse processo do que, antes, como um mero coadjuvante.

Wolton Dominique (2010) explica que na contemporaneidade há cada vez mais necessidade de selecionar as mensagens e isso se justifica pelo número crescente de receptores assumindo novos papéis.

Os receptores negociam, filtram, hierarquizam, recusam ou aceitam as incontáveis mensagens recebidas diariamente. O receptor, que nunca foi passivo, está cada vez mais ativo para resistir ao fluxo de informações. (DOMINIQUE, 2010, p. 18).

Neste novo cenário, a comunicação necessita sair da esfera de meramente transmissão direcionada, de forma hierarquizada, e entrar num novo modelo muito mais democrático, de negociação, pois, há coletivos inteiros que são excluídos de uma comunicação eficiente, ficando meramente com os ruídos informacionais aqui e ali. Há necessidade de se repensar as relações entre comunicação, cultura e conhecimento, sendo pensadas como laço social contemporâneo para que essa reconfiguração das práticas comunicacionais dessa sociedade conectada, produtora e consumidora de informação não levante tantos muros físicos entre ricos e pobres, velhos e jovens, imigrantes e nativos, nativos digitais e analfabetos digitais.

Muniz Sodré (2014), problematiza essa questão afirmando que a “comunicação/informação é algo que começou a se desenvolver no meio do século XX e podemos chamar de ‘comunicação midiaticizada’. De certa forma, claro que não podemos separá-la da comunicação humana”. (SODRÉ, 2014, p. 22). Essa midiaticização está associada à modernidade, vinculação social e democracia de massa, se tornando um conceito de uma nova forma de vida social.

O autor vai mais além ao dizer que é um equívoco distinguir radicalmente ‘sociedade da comunicação’ e sociedade da informação’ como se fossem etapas distintas de um processo evolutivo.

Embora sejam diferentes, as noções de comunicação e informação sempre coexistiram, na medida em que se preserve o sentido original de informação, que é dar estrutura ou forma à matéria, à energia ou à relação, enquanto comunicação diz respeito à constituição do comum humano. (SODRÉ, 2014, p. 22)

É interessante notar que para Sodré, embora comunicar não seja o mesmo que informar, a pretensão ideológica do sistema midiático é atingir, por meio da informação, o horizonte humano da troca dialógica supostamente contida na comunicação, necessitando ter como ideia uma comunicação como atributo psicológico do sujeito. Para o mesmo autor, a palavra informação implica sim na organização codificada da variedade.

Outra palavra associada à comunicação utilizada por Sodré é partilhar ou compartilhar. O autor nota que comunicar quer dizer “agir em comum” ou “deixar agir

em comum” – significa vincular, relacionar, concatenar, organizar ou deixar-se organizar pela dimensão constituinte, intensiva e pré-subjetiva do ordenamento simbólico do mundo em função de um comum a ser compartilhado (SODRÈ, 2014, p. 9).

Entende-se assim como o termo comunicação – oriundo do latim *communicatio/communicare* com o sentido principal de “partilha”, “participar de algo” ou “pôr-se em comum” – Pôde terminar criando, no século XX, uma realidade própria a partir da sua antiga expansão metonímica do sentido de “coisa comunicada” (reforçada pelo inglês *communication*) com o concurso das técnicas de transmissão de informações e da publicidade. O foco na interação, que é a instância inerente à partilha comunicacional, terminou sobrelevando o significado de transmissão de mensagens. (SODRÈ, 2014, p. 10).

É impossível, nesse contexto, desassociar o sentido principal do termo comunicação ser a partilha ou a participação e nesse caso, é importante observar que o termo participação dentro do contexto social brasileiro tem a ver com tomar parte ativamente. Isso é o que aponta Cicília Peruzzo (1998, p. 73), levando em consideração a experiência histórica do povo brasileiro. De acordo com a autora, nas condições do Brasil e de outros países latino-americanos esses povos não têm tradição de participação ou conscientização política e para haver participação do povo na comunicação, é necessário, antes de tudo, um trabalho educativo de conscientização em relação a processos e conteúdos produzidos e recebidos. Em outras palavras, a partir da aprendizagem e da apresentação das possibilidades das ferramentas comunicacionais e de como operá-las, é possível construir uma visão mais crítica não só de como os meios de comunicação convencionais definem seus produtos, como também de como lidar com o excesso de informação circulante na sociedade.

Como aponta o filósofo francês Jacques Rancière, (2000) é preciso ter em conta que há, já na base da política, uma estética primeira, ou seja, um modo de, ao mesmo tempo, dividir e compartilhar a experiência sensível comum. Para o autor, essa estética primeira – a “partilha do sensível” – é uma espécie de forma a priori da subjetividade política, uma distribuição conturbada de lugares e ocupações, um modo

negociado de visibilidade que “faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (p. 16).

Para Rancière, essa dimensão está na possibilidade de uma constante reconfiguração das relações entre fazer, dizer e ver que circunscrevem o “ser em comum”.

O que constitui a base estética da política são as lutas para transpor a barreira entre linguagens e mundos, na reivindicação de acesso à linguagem comum e ao discurso na comunidade, provocando uma ruptura das leis naturais de gravitação dos corpos sociais. (RANCIÈRE, 2000, p. 19)

Ademais, ao analisar a sociedade do século XXI, pode-se identificar o que Wolton Dominique (2010) apontava como futuro: a problemática da comunicação sendo as condições de aceitação e negociação pelos receptores das informações oriundas de todos os lados. “Esse será o desafio essencial. A informação tornou-se abundante; a comunicação, uma raridade. Produzir informações e a elas ter acesso não significa mais comunicar” (p.16).

Nessa direção, se faz necessário problematizar e observar, mesmo que de forma breve, as questões ligadas à comunicação de massa. Enquanto de um lado os meios de comunicação hegemônicos estão na disputa pelo espaço de controle da informação com os novos canais abertos e democráticos de disseminação de informação, por outro lado, o ato de comunicar tem sido cada dia mais negligenciado. A aceleração da produção e da transmissão de um número cada dia mais crescente de informações não é mais suficiente para criar um aumento de comunicação, Outro fator que deve-se levar em consideração, nesse cenário midiático, é a busca pela compreensão e o papel social dos meios de comunicação de massa que se perderam muito antes da revolução da tecnologia e a busca desenfreada por audiência, sem contar que os interesses direcionados dos medias, empresas ligadas ao capital, bem como suas linhas editoriais que muito se afastam dos interesses coletivos e públicos. O que se entende tradicionalmente por meios de comunicação de massa e maneiras de comunicar tanto no século passado como neste é apenas uma pequena parte da questão refletida aqui.

O conceito de comunicação utilizada neste estudo não é a dos *medias*, pois sabe-se que essa é limitada e já não cumpre seu papel social há tempos e por essa razão a comunicação que se aborda aqui é a popular. Mesmo assim é importante citar a maneira como os *medias* tratam a informação, com o objetivo de estabelecer um contraponto com a comunicação popular. Percebe-se que para que a comunicação popular, propriamente dita, ocorra, é necessário, antes de tudo, um trabalho educativo de conscientização em relação a processos e conteúdos produzidos e recebidos. Em outras palavras, a partir da aprendizagem e da apresentação das possibilidades das ferramentas comunicacionais e de como operá-las, é possível construir uma visão mais crítica da sociedade e das esferas comunicacionais e como esses definem seus produtos informacionais pré-formatados, como os meios de comunicação convencionais e os novos canais que surgiram a partir das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), e a partir daí, possibilitar aos sujeitos produzirem seus próprios conteúdos informacionais, tornando-os emissores da comunicação.

1.1 – Aspectos da Comunicação e da Ideologia

Não se pode excluir da discussão a respeito dos processos comunicacionais e informacionais os aspectos da ideologia. Neste contexto, propõe-se compreendê-la a partir de um referencial teórico, a partir de Karl Marx (1953) e Marilena Chauí (1980), buscando uma relação com o campo da comunicação entre as várias acepções, os significados que mais se aproximam do corpus dessa pesquisa.

Nesse sentido, é preciso discorrer sobre os processos ideológicos e sua relação com o exercício do poder por uma parte da sociedade, contrapondo-se a outra. O termo ideologia é considerado polissêmico, ou seja, possui vários sentidos. Teoricamente, a ideologia em si é quase tão antiga quanto a filosofia, tendo seus primórdios remetidos à Antiguidade Clássica grega, com os pensamentos do filósofo Aristóteles. Porém, o conceito ideologia foi utilizado pela primeira vez como escopo científico na modernidade pelo francês Antoine Louis Claude Destutt de Tracy (1754-1836). De acordo com Marilena Chauí (1980), em 1801 o filósofo o empregou em seu

livro “*Eléments d'Idéologie*” (Elementos de Ideologia) para designar o "estudo científico das ideias". Chauí (1980) acrescenta que:

Juntamente com o médico Cabanis, com De Gérando e Volney, DeStutt de Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas idéias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória). (CHAUÍ, 1980, p. 10)

Saindo da gênese do termo, o autor alemão Karl Marx (1953), considera que o termo ideologia representa apenas um lado da história, ou seja, determinado conhecimento é vivenciado de formas distintas na sociedade. Cada um acredita e dissemina o seu lado, o seu olhar, o seu ponto de vista, construindo assim o viés ideológico de cada categoria social. Marx ainda aprofunda o conceito de ideologia se referindo a um sistema elaborado de representação de ideias que correspondem a formas de consciência que os indivíduos têm de determinadas época.

Marilena Chauí (1980), ao estudar ideologia à luz de Marx e Engels, completa que a ideologia burguesa, por exemplo, tende a explicar a história através da ideia de progresso, além de integrar o processo resultante da divisão social do trabalho, material/manual do espiritual/intelectual.

Como a burguesia se vê a si mesma como uma força progressista, porque usa as técnicas e as ciências para um aumento total do controle sobre a natureza e a sociedade, considera que todo o real se explica em termos de progresso. O historiador-ideólogo constrói a ideia de progresso histórico concebendo-o como a realização, no tempo, de algo que já existia antes de forma embrionária e que se desenvolve até alcançar seu ponto final necessário. Visto que a finalidade do processo já está dada (isto é, já se sabe de antemão qual vai ser o futuro), e visto que o progresso é uma “lei” da história, esta irá alcançar necessariamente o fim conhecido. Com isto, os homens se tomam instrumentos ou meios para a “história” realizar seus fins próprios e são justificadas todas as ações que se realizam “em nome do progresso”. (CHAUÍ, 1980, p. 33)

É nessa perspectiva que os acontecimentos históricos são explicados, muitas vezes, de formas invertidas, de acordo com a ideologia, pensamento, motivação de quem a escreve, narra (o fim explica o começo), e nesse caso, segundo Chauí, ainda

é permitido que a classe dominante justifique suas ações “fazendo-as aparecer como as razões da história”. Nessa direção, pode-se compreender que os meios de comunicação registram, contam e explicam os fatos históricos, mediante a ideologia do grupo responsável pelo meio de comunicação. Faz-se importante abrir aqui um parêntese e situar brevemente a história dos meios de comunicação de massa, sua relação com o jornalismo e com a produção cultural divulgada em larga escala, a partir do começo da Idade Moderna, no mundo ocidental, com o surgimento da imprensa até o atual desenvolvimento das múltiplas formas de comunicação proporcionadas pela tecnologia.

Nesse caso, parte-se de 1450, com a invenção da imprensa pelo alemão Johann Gutenberg, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, período marcado também pela transição do capitalismo mercantil e ascensão da burguesia. Briggs e Burke (2004) apontam que nesse período da história, a mídia foi constituída com mais força e entendida como o conjunto de meios que conectam emissor e receptor da mensagem, dando protagonismo aos *mass medias* dia no tecido social.

Marcondes Filho (2002) data de 1789 o período em que a informação passa a ser “vendida” como produto, marcando-se a partir daí a primeira fase do jornalismo, profissionalizando a informação. Tal fase é percebida até o século XIX. Nesta época, a burguesia, já como nova classe dominante, subverte a lógica aristocrática de controle da informação e passa a patrocinar a exposição de tudo. O autor ainda apresenta uma segunda fase do jornalismo, a partir de 1875 na Europa e nos Estados Unidos, período em que a informação é acompanhada da inovação tecnológica, transformando informação em notícia e consolidando-a como negócio, transformando os jornais em grandes empresas capitalistas. Marcondes Filho explica ainda que o caráter de mercadoria da informação faz com que o valor de troca da notícia, a partir dos espaços publicitários, garantam a sustentação econômica dos meios de comunicação, desaparecendo a liberdade política em detrimento do entretenimento.

É na imprensa de massa, objeto de uma troca singular, mas não muito rara nem muito estranha na história da imprensa: desaparece a liberdade e em contrapartida, se obtém mais entretenimento. Este será o substituto funcional que os donos de jornais encontrarão para preencher a lacuna criada com a

supressão da liberdade de imprensa. Não obstante, também as funções políticas dentro do jornal são abaladas (MARCOS FILHO, 2002, p. 14)

Por último, o autor aponta como a terceira fase do jornalismo e dos meios de comunicação, o desenvolvimento dos monopólios e o surgimento dos grandes conglomerados de mídia. É nesta fase em que há falência dos últimos modelos socialistas de imprensa, dando lugar ao projeto neoliberal. Marcondes Filho cita Habermas, que apresenta uma quarta e última fase, por volta de 1970, caracterizado pelo desenvolvimento e aplicação mais efetiva das tecnologias, proporcionando a circulação em tempo real de notícias, além de alterar a estrutura da informação jornalística, investindo a partir desse momento mais na imagem do que no texto propriamente dito. Ainda nessa fase, apontada por Habermas, há o surgimento da internet, colocando a comunicação de massa em outro nível nunca antes idealizado.

Genro Filho (1987), outro crítico dos meios de comunicação, analisa a imprensa e o capitalismo como “pares gêmeos”, já que os meios de comunicação estão diretamente ligados à ideologia burguesa, reduzindo sua atuação aos interesses da classe que os criou e desenvolveu, consolidando ainda mais a ideologia burguesa.

Marilena Chauí (1980) dá especial atenção a esse conceito, situando suas definições no processo e nos aspectos definidos para analisar a peculiaridade da ideologia que a transforma numa força quase impossível de remover:

1) o que torna a ideologia possível, isto é, a suposição de que as ideias existem em si e por si mesmas desde toda a eternidade, é a separação entre trabalho material e trabalho intelectual, ou seja, a separação entre trabalhadores e pensadores. Portanto, enquanto esses dois trabalhos estiverem separados, enquanto o trabalhador for aquele que “não pensa” ou que “não sabe pensar”, e o pensador for aquele que não trabalha, a ideologia não perderá sua existência nem sua função;

2) o que torna objetivamente possível a ideologia é o fenômeno da alienação, isto é, o fato de que, no plano da experiência vivida e imediata, as condições reais de existência social dos homens não lhes apareçam como produzidas por eles, mas, ao contrário, eles se percebem produzidos por tais condições e atribuem a origem da vida social a forças ignoradas, alheias às suas, superiores e independentes (deuses, Natureza, Razão, Estado, destino, etc.), de sorte que as idéias quotidianas dos homens representam a realidade de modo invertido e são conservadas nessa inversão, vindo a constituir os pilares para a construção da ideologia. Portanto, enquanto não houver um conhecimento da história real, enquanto a teoria não mostrar o

significado da prática imediata dos homens, enquanto a experiência comum de vida for mantida sem crítica e sem pensamento, a ideologia se manterá;

3) o que torna possível a ideologia é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras. Porém, o que faz da ideologia uma força quase impossível de ser destruída é o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem por finalidade ocultar. Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. Ora, como a experiência vivida imediata e a alienação confirmam tais ideias, a ideologia simplesmente cristaliza em “verdades” a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam ideias “verdadeiras”. Seu papel também é o de fazer com que os homens creiam que tais ideias representam efetivamente a realidade. E, enfim, também é seu papel fazer com que os homens creiam que essas ideias são autônomas (não dependem de ninguém) e que representam realidades autônomas (não foram feitas por ninguém). (CHAUI, 1980, p. 33-34)

Outro autor que busca esclarecer o conceito de ideologia é Eagleton (1997). Para ele, a ideologia existe em relação, e por isso não é um todo completo, homogêneo, onipotente, fechado. Dentro da própria classe dominante possui também heterogeneidades e inconsistências:

As ideologias são, de modo geral, formações diferenciadas, internamente complexas, com conflitos entre vários elementos que precisam ser continuamente renegociados e resolvidos. Aquilo que chamamos de ideologia dominante é tipicamente a ideologia de um bloco social dominante, formado de classes e facções cujos interesses nem sempre estão de acordo, e essas concessões e divisões irão se refletir na própria ideologia. Pode-se dizer, com efeito, que parte da força da ideologia burguesa reside no fato de ela “falar” a partir de uma multiplicidade de situações, e por assim sutilmente difusa não oferece nenhum alvo isolado a seus antagonistas (EAGLETON, 1997, p. 51)

O autor ainda amplia sua visão, contextualizando que ideologia diz respeito a um processo de produção de significados, signos e valores que resultam em um corpo de ideias, verdadeiras ou não, porém motivadas por interesses sociais, caracterizadoras de um determinado grupo ou classe social que legitima o poder político dominante. Essa também é a visão de Thompson (2002), ao declarar que estudar ideologia consiste em estudar os modos pelos quais o significado (ou significação) contribui para manter as relações de dominação.

Nesse caso, é possível afirmar que a mídia tradicional brasileira, considerada o “Quarto Poder”, demanda sua influência sobre as minorias, sendo um baluarte das elites, reproduzindo em seu discurso ideológico as ações justificadas da classe dominante. (SILVA, 2000, p. 19), interferindo, quando pode, no agendamento político, nas ações governamentais e orientação de sentido das transformações sociais”. (BELTRÃO; QUIRINO, 1986, p. 90)

Nesse aspecto, percebe-se que a ideologia é o combustível ou a mola propulsora para a dominação de uma sociedade. É a partir da ideologia de cada grupo que ocorrem as disputas no campo social. Os meios de comunicação de massa são o instrumento que promove uma reconstrução da realidade e essa reconstrução nem sempre é a mais próxima da realidade e objetiva possível. Essa reconstrução da realidade ocorre por meio das informações obtidas por terceiros, cada qual com sua visão pautada na sua ideologia. Tais ideologias estarão presentes no material informativo, mas não são facilmente perceptíveis e explícitas, funcionando como uma camuflagem presente no discurso, o que pode reforçar a naturalidade da ideologia dos meios de comunicação de massa tanto dos séculos anteriores como no século XXI.

1.2 – Aspectos da Comunicação, da educação e da Hegemonia

Ao abordar ideologia, outra palavra também trazida por Antônio Gramsci (1999), vem à mente: hegemonia. Mas o que é hegemonia? De acordo com Paiva (2002), o termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, “que significa conduzir, guiar, liderar ou ainda o verbo *eghemoneuo* do qual deriva estar à frente, comandar, ser o senhor.” A autora acrescenta que por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção do exército. “Trata-se, portanto de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o comandante do exército. Também é possível notar a utilização do termo na Grécia antiga para designar supremacia de uma cidade frente às demais”. (PAIVA, 2002, p. 01)

Já na modernidade, o termo hegemonia é entendido como dominação por consentimento e aceitação do dominado. Paiva cita Lenin, que utiliza o termo pela primeira vez num escrito em janeiro de 1905, no início da revolução russa.

Neste escrito, o termo ainda enquadra-se no âmbito da teoria política, uma vez que a hegemonia pertence a quem bate com maior energia, a quem se aproveita de toda ocasião para golpear o inimigo; pertence àquele a cujas palavras correspondem os fatos e que, portanto, é o líder ideológico da democracia, criticando qualquer incompetência dos outros. (PAIVA, 2002, p. 01)

Porém, o conceito de hegemonia, desenvolvido pelo autor marxista italiano Antônio Gramsci (1999), nos Cadernos do Cárcere, reflete o contexto de ideologia e cultura na sociedade italiana. Para ele, hegemonia é compreendida pelo exercício do poder por um conjunto de indivíduos. Nesse caso, o pensador se aproxima da compreensão e ressignifica o termo hegemonia como a soberania de uma forma social. Para Gramsci, o termo não se aplica apenas a um campo, como o político, mas perpassa pela cultura e a direção moral como um todo.

Gramsci (1999) cita hegemonia como um processo longo pela qual a classe dominante faz seu projeto, ou seja, a sua ideologia, ser aceita pelas classes dominadas, mas essa interpretação ainda vai além de apenas e simplesmente exercer dominação de um grupo sobre outro. Nesse contexto, Gramsci cria os conceitos de hegemonia e aparelhos de persuasão.

Para Gramsci (1999), a ideologia se torna dominante quando uma classe impõe sua ideologia sobre a outra, através de um poder coercitivo e policial, juntamente com a persuasão, buscando um consenso, ou seja, aquela ideia de um pensamento único, legitimado, que é desenvolvido por um sistema de ideias elaborado por intelectuais ligados ao poder e esses intelectuais têm a responsabilidade de convencer as pessoas sobre suas ideias sobre os outros, por esse processo, cria-se a cultura dominante efetiva, cujo objetivo é demonstrar que a visão de mundo do dominante é a única possível. Não importa se faz bem ou não à sociedade.

O autor italiano ainda compreende que a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de

saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se, portanto:

A hegemonia não deve ser entendida apenas nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (GRAMSCI, 1999, p.65)

Taylor (1995), apud Paiva, esclarece essa visão de hegemonia e atualiza tal conceito ideológico e hegemônico, reforçando o sentido etimológico de liderança, de dominação, mas fazendo reflexões a partir do aspecto democrático, quando afirma que:

Sua resistência na sociedade capitalista democrática, em que os grupos e classes sociais exercem o seu comando não pela força, mas pelo consentimento ao seu projeto, obtido por meio da direção cultural, ideológica e política, a “hegemonia cultural das ideias” (TAYLOR, 1995, p.253 e 254).

Partindo do pensamento de Taylor, chega-se ao modelo hegemônico utilizado nas sociedades democráticas modernas, onde a imposição pela força quase já não é vista ou exercida, pois deu lugar ao campo intelectual e das ideias para a dominação. Isso é o afirma Jesús Martín-Barbero (2003), ao pensar o processo de dominação social já não como imposição a partir de um *exterior* e sem *sujeitos*, mas como um processo no qual uma das classes hegemoniza, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas.

E “na medida” significa que aqui não *há* hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num “processo vivido”, feito não só de força, mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade (BARBERO, 2003, p. 116).

Barbero ainda considera que tanto a aceitação da hegemonia, bem como a sua negação não passam por um processo de negociação em que ambas as partes têm os seus interesses, pois nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno

significa submissão, bem como nem toda recusa é sinal de resistência (BARBERO, 2003).

É importante observar que há duas faces da hegemonia que merecem destaque. A primeira é que o pensamento ideológico exercido pelos dominantes é aceito sem muita resistência pelos dominados, obtendo mais do que adesão, em que todos apoiam as ideias e os interesses do grupo dominante. A segunda face dos processos hegemônicos é o que Barbero ressalta ser algo não permanente, “faz e desfaz”, o que reforça sua estrutura histórica apoiada no campo das ideias e da persuasão.

Nesse sentido, hegemonia tem a ver com negociações e convencimento de ideias do grupo soberano. Isso é o que reforça Portelli, quando afirma que a hegemonia é a construção de um bloco histórico com os grupos e classes que se quer aliados, em que há a união de interesses, incorporação de diversas ideias, negociações e convencimento, representando uma vontade coletiva (PORTELLI, 1977, p. 69).

Esta vontade coletiva é considerada o cimento orgânico unificador do bloco histórico constituído sobre um aparato hegemônico que cria um novo terreno ideológico, possibilitando uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento (GRAMSCI, 1999, p. 52), bem como permitindo que um grupo estabeleça o seu monopólio intelectual e, com isso, vença a disputa pela hegemonia cultural das ideias na sociedade e exerça a sua função dirigente. (PORTELLI, 1977, p. 69). Portanto, é possível perceber que a hegemonia pode nem sempre ser imposta de cima para baixo e não se configurar apenas em uma relação de subordinação, mas de participação.

Neste processo, como identificar o processo de dominação, transformando determinado grupo em hegemônico? Para Gramsci (1999), o processo de dominação começa quando se passa a acreditar num pensamento único. São as práticas intelectuais no interior do estado ou fora dele, que garantem a imposição de seus valores dominantes (hegemônicos) sobre as classes dominadas, dando a impressão de uniformidade, ou seja, os pensamentos disseminados em livros, jornais, escolas,

televisão, internet, por exemplo. Hegemonia, nesse contexto reforça a supremacia de uma cultura perante as outras. Um exemplo disso é como a cultura norte americana é aceita e está presente no planeta, frente à outras culturas do ocidente.

Sabe-se que para esse ou aquele grupo dominante permanecer no poder, este precisa de aparelhos de persuasão. Gramsci afirma que cada relação de hegemonia é sempre pedagógica porque inclui conhecimento e a capacidade de persuasão em convencer o outro para mudar a sua postura, ou seja, é um processo de ensino e de aprendizagem.

Nesse contexto, pode-se enumerar dois importantes aparelhos de persuasão. O primeiro trata-se da educação, pois apresenta-se como base material da propagação dos consensos coletivos compartilhados pelo conjunto social, que permitem a direção cultural por um grupo ou classe social.

Essa educação pode ser a formal do sistema educacional, pode ser a educação informal, ensinada pelos meios de comunicação, pelas instituições religiosas, arte, entretenimento e cultura em geral. Isso porque estas formas de educação formal e informal, já que não se apresentam abertamente como instrumentos de controle social, passam despercebidas e, conseqüentemente, encontram menos resistência.

Usando desse controle, aparelhados pela persuasão, as classes dominantes “educam” os dominados para que estes vivam em submissão como algo natural e conveniente. Assim, por exemplo, em nome da “nação” ou da “pátria”, as classes dominantes criam no povo o sentimento de identificação com elas, de união sagrada com os exploradores, contra um inimigo exterior e a favor de um suposto “destino nacional” de uma sociedade concebida como um todo orgânico desprovido de antagonismos sociais objetivos. Assim se forma um “bloco hegemônico” que amalgama a todas as classes sociais em torno de um projeto burguês. O poder hegemônico combina e articula a coerção e o consenso (COUTINHO, 1999, p.320).

Em um contexto e tempo histórico diferente, Paulo Freire também fala sobre a dimensão ideológica da educação para a manutenção e legitimação da hegemonia burguesa. Na associação que estabelece entre educação e política no conjunto de sua obra, Freire (1983) critica a “educação bancária”, baseada em uma relação

vertical e não dialógica (unilateral), em que o professor deteria o monopólio do saber, ignorando os conhecimentos prévios do estudante, depositando-lhe um saber pronto e acabado, sem qualquer possibilidade de troca ou questionamento, e mesmo desinteressante, muitas vezes sem qualquer conexão com a realidade cotidiana. O autor sedimenta sua impressão sobre essa educação sistemática e verticalizada, a partir de influências importantes do existencialismo de Sartre e suas lições de liberdade ontológica; de Frantz Fanon na associação de condenados da terra aos oprimidos e de Hurrell e a existência do “outro eu”, passando assim a pautar a problemática da relação intersubjetiva.

Desta forma, a educação formal, bem como a informal, contribui para a criação de cidadãos submissos e com o senso crítico tolhido, criando um cenário de maior aceitabilidade das ideias hegemônicas:

(...) o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual se encontra sempre o outro (FREIRE, 1983, p.66).

Partindo do campo educacional, O segundo elemento considerado aparelho de persuasão são os meios de comunicação, tão importantes para estabelecer conexão entre a sociedade, seja para um grupo de pessoas ou individualmente, meramente a enviar ou receber informação particular, como também se conectar com o mundo social, buscando e recebendo informações que afetam ao coletivo.

Para isso, os mecanismos comunicacionais estão à disposição do ser humano, produzindo sentido e significado às relações sociais, tais como a TV, internet, jornais, telefone, por exemplo.

Ao tratar dos meios de comunicação, Gramsci reafirma que a hegemonia, para ser concretizada, deve se estabelecer em várias superestruturas, tais quais os veículos midiáticos. Esses meios de comunicação de massa, dominados pela classe dominante, exerce sua função de desmobilizar e alienar a classe trabalhadora, exercendo papel de controlador da opinião pública e na formulação daquilo que se apre(e)nde como notícia e entretenimento.

Ao observa-los, é fácil perceber que possuem, em sua maioria, a mesma análise de notícias, dando a elas o mesmo enfoque ou roupagem, pois no fundo, estão ligados política ou ideologicamente, ou seja, são meios de comunicação hegemônicos, que como afirma Gramsci, defendem ou relatam apenas um lado da história social.

Ademais, considera-se que os meios de comunicação hegemônicos produzem conteúdos dos quais apenas uma parcela da sociedade realmente compreende. Tendo em vista que ao favorecer a classe dominante, produzem em seus discursos a marginalização das classes inferiores.

É difícil perceber uma voz que pense diferente ou uma voz que é dissonantemente diferente do que é noticiado por esses meios de comunicação hegemônicos. Mesmo se tratando de empresas diferentes, sua linha editorial está mais alinhada com a classe dominante do que com a classe, ou grupo dominado. No fim das contas, o público é levado a entender a notícia sob um único ponto de vista, que é o ponto de vista de interesse desses meios de comunicação hegemônicos.

Dênis de Moraes (2010), explica como Gramsci refletiu sobre o principal meio de comunicação de sua época - a imprensa:

Nos textos pré-carcerários - a maioria deles publicados nos jornais L'Ordine Nuovo e L'Unità, ambos vinculados ao PCI - Gramsci demonstra ter exata noção do papel-chave da imprensa como aparelho privado de hegemonia sob influência de classes, instituições e elites hegemônicas. Ele critica o alinhamento ideológico de grandes jornais ao poder, bem como as fórmulas verticalizadas de controle do noticiário e da opinião. (MORÃES, 2010, p. 63).

Moraes considera o fato de que filósofo italiano reprovou o trabalhador que lê regularmente e ajuda a manter com seu dinheiro os jornais burgueses, “aumentando a sua potência” e esquecendo-se de que tais veículos “apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária” (GRAMSCI, 2005, s./p., apud MORAES, 2010) e exemplifica que a cobertura das greves era feita de forma tendenciosa: “Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes,

apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores” (GRAMSCI, 2005, s./p.).

Denis Moraes ainda considera que Gramsci, ao focalizar a imprensa italiana das primeiras décadas do século XX, situou os jornais como verdadeiros partidos políticos, na medida em que interferem, com ênfases específicas, nos modos de verificação dos acontecimentos.

Para Gramsci, a função dos jornais transcende a esfera ideológica e embute as determinações econômico financeiras das empresas jornalísticas, que as impelem a atrair o maior número possível de leitores para assegurar-lhes rentabilidade e influência. Ele enfatiza que a imprensa burguesa se move em direção ao que possa agradar o gosto popular (e não ao gosto culto ou refinado), com o propósito de atrair “uma clientela continuada e permanente” (GRAMSCI, 2000a, p. 218, apud MORAES, 2010, p. 65).

Por tudo isso, é necessária a reflexão do papel dos meios de comunicação na sociedade, considerando seu posicionamento, a partir dos componentes socioeconômicos e ideológicos da mídia tradicional. Sabe-se que esses servem, sem dúvida alguma, como ferramenta essencial na manutenção do poder da classe hegemônica.

Não se pode perder de vista que os meios de comunicação têm poder de difundir sua ideologia, podendo esvaziar o debate, a análise e induzir um ponto único de vista, influenciando e persuadindo de forma eficiente os dominados, homogeneizando o discurso hegemônico ou estimular o controle e participação social.

Tanto no conceito proposto no início do século XX, por Antônio Gramsci, quanto pelos autores do século XXI, como Barbero, Paiva e Moraes, os meios de comunicação possuem verdadeiro protagonismo ideológico, se posicionando ao lado ou a serviço dos dominantes, na maioria das vezes construindo narrativas e produzindo simbolismos que freiam ou alienam o controle e a participação social nas esferas políticas democráticas. São nesses discursos que se expressa, de forma oculta, as contradições existentes no sistema que ocupa o poder ideológico, sendo uma forma de inverter a realidade, impondo um pensamento dominante de que passa a ideia de um pensamento único, uniforme e verdadeiro.

Saindo do debate da ideologia e hegemonia dos meios de comunicação, faz-se necessário abordar os aspectos ideológicos e hegemônicos das grandes corporações que estruturam o capital. No caso do PEA-TP, que faz parte de uma medida de mitigação proposta pelo licenciamento ambiental, essas grandes corporações não podem ser desconsideradas, já que fazem parte desse processo de constituição dos PEAS, como será explicado no capítulo seguinte.

Nesse caso, tratando de ideologia e hegemonia, cabe um comentário a esse respeito, pois, na constituição do PEA-TP, a Petrobras, junto com o Ibama, é a empresa que custeia e fiscaliza as ações educativas realizadas. Entende-se nessa relação a importância de se refletir as questões ideológicas da empresa, que apesar de ser brasileira, com parte de seu capital estatal, não pode ser considerada uma “empresa do povo”, já que a lógica em que opera é capitalista e o preço de seu produto é controlado diretamente pelo mercado internacional.

Assim como os meios de comunicação se tornaram os grandes instrumentos de consolidação da cultura contemporânea e da indústria cultural, Thompson (2011) afirma que muitas empresas também propõem e estabelecem formatos que se transformam em regras e convenções no campo profissional, tal como a cultura da competitividade, a cultura capitalista, a da meritocracia, todos comuns na cultura moderna:

As instituições sociais podem ser vistas como constelações de regras, recursos e relações que estão situados dentro de campos de interação os quais, por sua vez, são, ao mesmo tempo, por eles criados. Quando uma instituição específica se organiza, ela dá forma a campos de interação preexistentes e, ao mesmo tempo, cria um novo conjunto de posições e trajetórias possíveis. Para a maioria dos indivíduos nas sociedades modernas, a própria ideia de "carreira" é inseparável da existência de instituições que busquem, como parte de sua própria atividade-fim, recrutar indivíduos e designar-lhes uma trajetória de vida institucionalmente garantida nosso modo de pensar. (THOMPSON, 2011, p. 197)

É nesse sentido que o autor defende que essas instituições criam uma mentalidade ou um “modus operandi” desse tempo. Trazendo para a discussão dessa pesquisa, sabe-se que essas grandes corporações, principalmente no ramo petrolífero

têm uma maneira específica de lidar com a comunicação institucional, com formatos pré-determinados, que, sem dúvida, estão alicerçadas no seus processos ideológicos.

Nesse caso, baseado no pensamento de Thompson, cabe aqui refletir a atuação da empresa na aprovação dos boletins produzidos pelos SAE do PEA-TP na fase II, no sentido estritamente ideológico, levantando como questionamento o conflito entre ideologias distintas na condução de uma produção comunicacional e mais: Há um paradoxo na utilização da comunicação popular como ferramenta para a produção do boletim, tendo uma concepção totalmente contra hegemônica, mas sendo fiscalizada por agentes hegemônicos, ou seja: há um estímulo da contra hegemonia por parte das atividades do projeto, mas indiretamente a aprovação dos produtos comunicacionais passa por uma visão hegemônica institucionalizada, a partir da proposta aceita de linguagem e de formato. Esse debate será aprofundado mais à frente no capítulo IV e na análise de dados.

1.3 – Concepção de contra hegemonia

Após compreender as reflexões sobre hegemonia, proposta por Antônio Gramsci (1999), e discutidas nas últimas décadas por vários teóricos do campo da comunicação, tais como Jésus Martin-Barbero (2003), Raquel Paiva (2008) e Denis de Moraes (2009), no contexto dessa pesquisa, faz-se necessário considerar as questões da contra hegemonia. Para tanto, buscou-se entre as várias acepções, os significados que mais se aproximam do corpus dessa pesquisa.

Embora, muitas vezes creditado a Antônio Gramsci, o conceito de contra hegemonia não foi formulado por ele, mas depreendido de seu corpo teórico de hegemonia, ou seja, se trata de uma interpretação antagônica do seu conceito de hegemonia, a partir de uma perspectiva crítica, que vem sendo atualizada no século XX e XXI por inúmeros autores marxistas, tais como Leandro Konder (1999), Carlos Nelson Coutinho (2003) e Raquel Paiva (2008).

A contra hegemonia, segundo esses autores, trata-se de um projeto classista contrário ao da classe dominante. O termo significa que a luta é contra uma hegemonia estabelecida, uma luta que objetiva a construção de um projeto de classe

distinto. Raquel Paiva (2008) acrescenta, nesse contexto, que o poder se manifesta e é legitimado tanto por quem o exerce quanto por quem a ele se aplica. (PAIVA, 2008)

Já desvendando que o termo contra hegemonia não foi concebido por Antônio Gramsci, é necessário citar o inglês Raymond Williams (1973), como o primeiro a usar a categoria contra hegemonia em *Base e superestrutura* (1973) e depois ampliada em *Marxismo e literatura* (1979 [1977]).

Raymond Williams ampliou conceito de hegemonia de Gramsci para chegar à contra hegemonia. Este foi amplamente difundido, em diversas áreas do conhecimento, e associado ao pensamento de Gramsci como se resultasse de sua própria produção. Certamente, Gramsci se defrontou com situações a que alguns autores hoje chamariam de contra hegemônicas. No entanto, ele não as percebeu como tais.

A hegemonia, no entender de Williams (1979), refere-se a um sistema dominante de significados e valores que não são abstratos, mas adquirem um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, abrangendo diversas áreas de suas vidas. É uma “realidade vivida,” e não é um sistema estático. Por isso, a hegemonia não poderia ser entendida no plano da “manipulação;” ao contrário, ela depende do processo de incorporação para o qual contribuem as tradições, as instituições e as formações. Tanto na cultura alternativa quanto na opositora, existem formas residuais e emergentes. As formas residuais se referem a experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou expressos nos termos da cultura dominante. No entanto, são praticados como resíduos culturais e sociais de formações sociais anteriores. Embora a cultura residual esteja distante da cultura dominante, ela pode ser incorporada pela cultura dominante. A cultura emergente, por sua vez, se relaciona a novos valores, significados e sentidos, assim como a novas práticas e experiências que são continuamente criadas, havendo sempre a tentativa da cultura dominante de agregá-las. Assim, seria necessário analisar a relação temporal entre cultura residual e emergente e a tentativa da cultura dominante para incorporá-las. Isso demandaria distinguir, por meio de análises precisas, “o residual

incorporado e o residual não incorporado e o emergente incorporado e o emergente não incorporado” (WILLIAMS, 1979, p. 57).

O que seria, então, a “contra hegemonia?” Seriam experiências, significados e valores que não fazem parte da cultura dominante efetiva; formas alternativas e opostas que variam historicamente nas circunstâncias reais; práticas humanas que ocorrem “fora” ou em “oposição” ao modo dominante; formas de cultura alternativa ou oposta residuais, abrangendo experiências, significados e valores que não se expressam nos termos da cultura dominante, embora sejam praticados como resíduos culturais e sociais de formações sociais anteriores; formas de cultura emergente, englobando novos valores, significados, sentidos. No Brasil, há o ativismo em rede de Denis Moraes, conhecido por sua posição gramsciana. No entanto, quando formula a ideia de ativismo em rede, ele abraça o conceito de contra hegemonia. Moraes (2010, p. 73) que ações contra hegemônicas são situadas por Gramsci (1999, p. 314-315) nos Cadernos do cárcere como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política.” Embora inexista o conceito de contra hegemonia na passagem citada por Moraes, ele diz que o objetivo de Gramsci com tal conceito “é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista. A contra hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável” (MORAES, 2010, p. 73).

Corroborando com esse pensamento, Moraes (2010), afirma que para se estabelecer uma contra hegemonia há necessidade de instituir o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. O autor cita o entendimento de Gramsci (1999) ao afirmar que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico, sendo a contra hegemonia a alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder:

Um dos desafios centrais para o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas a alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder. Para isso, são fundamentais campanhas, mobilizações e pressões sociais por legislações que detenham a forte concentração do setor nas mãos de um reduzido número de corporações multimídias. (MORAES, 2010, p.73)

É importante lembrar que em seus escritos, Gramsci (1999) trata da hegemonia burguesa na Itália e da necessidade de se instituir uma resistência, o que foi chamado pelos autores modernos de uma contra hegemonia. O filósofo italiano afirma que hegemonia é a maneira como o poder é exercido, não através do conjunto de instituições políticas, mas através da cultura e quando o autor propõe uma força externa, que posteriormente foi chamada de contra hegemonia ele, na verdade, propõe a contracultura. Observa-se a partir disso que a contra hegemonia é o desmontar intelectual orgânico da classe dominante e criação do intelectual orgânico da classe trabalhadora.

Nesse processo, de acordo com Gramsci, que deve ser desenvolvido por intelectuais da classe dominada, tem-se como linha de pensamento o contraditório ao pensamento da classe dominante ou da hegemonia, que, na maioria das vezes estão espalhados na sociedade, nas igrejas, nas instituições públicas e privadas. Para Gramsci, a revolução vem através da contra hegemonia pois não basta a revolução como proposta por Marx, já que que as classes dominantes processam e reformulam o tempo todo a consciência das classes subalternas. Nesse caso, presume-se que há necessidade de estabelecer uma luta cultural, propondo transformação no Etos e na atuação política da classe dominada, buscando exterminar ou reduzir ao máximo os processos de alienação a ela colocados, ou seja, “significa desenvolver batalhas permanentes por uma comunicação plural e não oligopolizada, no quadro geral das lutas por outra hegemonia, fundada na justiça social e na diversidade”. (MORAES, 2010, p.75)

O francês Hugges Portelli (1977) também contribuiu com o entendimento de contra hegemonia e ainda aprofunda-o, apontando como construir e implantar esse modo de resistência à hegemonia. Para Portelli, o caminho para a conquista da hegemonia cultural das ideias por parte das forças contra hegemônicas é o mesmo seguido pela hegemonia burguesa:

Deve-se construir seu próprio aparato ideológico, sobre o qual será criado um novo bloco histórico e estabelecido um sistema de alianças objetivando conquistar outros grupos e classes sociais pelo consenso (não pela coerção), considerando-se a vontade coletiva (PORTELLI, 1977, p. 69)

Como se observa, refletir sobre hegemonia e contra hegemonia pressupõe analisar os modos de convencimento, de formação e de pedagogia, de comunicação e de difusão de visões de mundo, as coletividades. Orientando-se por esse pensamento, afirma-se que os meios de comunicação exercem tal domínio, utilizando as ferramentas de convencimento, persuasão e formatação da sociedade, imprimindo os contornos da ordem hegemônica, a partir de seus conceitos ideológicos e políticos.

Essa percepção já era comum à Antônio Gramsci, que se dedicou ativamente ao jornalismo como instrumento político. Ainda no ginásio, ele foi responsável por uma coluna no periódico “Avanti!”. Além desse, Gramsci escreveu em “O Grito do Povo”, na revista “A Cidade Futura”, “L’Unita”, “L’Ordine Nuovo”. Desse último, Gramsci foi o fundador: um jornal que teve início como uma “resenha semanal de cultura socialista” e chegou posteriormente a ser o órgão central do então recém-criado partido comunista italiano (BUONICORE, 2007).

Em seus escritos no cárcere, é possível encontrar um caderno inteiro (Caderno 24) dedicado ao jornalismo o qual o autor debulha sobre vários periódicos daquela época, demonstrando suas posturas hegemônicas relacionadas à igreja católica e à política, mas o autor também se refere a um jornalismo “integral”, que não centra seus esforços apenas nas necessidades de uma única categoria, mas os focaliza na criação, desenvolvimento e ampliação de seu público:

O tipo de jornalismo considerado nestas notas é o que poderia ser chamado de “integral” (no sentido que, no curso das próprias notas, ficará cada vez mais claro), isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área. (GRAMSCI, 2001, p. 197)

Nessa busca de um jornalismo que promova nexos entre a formação de consciência crítica e a realidade histórica, Gramsci (2001, p. 201) propõe a combinação de elementos de informação e esclarecimento na elaboração dos discursos. Assim interpretou Moraes, dizendo que tais conteúdos jornalísticos devem “fazer pensar concretamente, transformar, homogeneizar, de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático. (MORAES, 2010, p.66)

Porém, Moraes segue em seu pensamento de que o jornalismo integral de Gramsci sobressai como aparelho privado de hegemonia, na medida em que procura intervir no plano político-cultural para organizar e disseminar informações e ideias que concorrem para a formação do consenso em torno de determinadas concepções de mundo, ou seja, “o discurso midiático interfere na cartografia do mundo coletivo, na medida em que propõe óticas argumentativas sobre a realidade, aceitas por diversos segmentos sociais, dentro de uma lógica de identificação e correspondência”. (MORAES, 2010, p. 67).

Considera-se como exemplo disso a utilização de expressões e jargões por parte da mídia massiva que promovam sentimentos de marginalização a determinado grupo. Outro exemplo possível é o fato de a grande mídia notícia a ocupação pelas forças policiais a determinada comunidade já marginalizada, dando ênfase ao resgate da área, antes controlada pelo crime organizado, noticiando às apreensões, prisões, a violência, mas ignorando o quanto o estado está envolvido, tendo relação com o crescimento do crime organizado ou por milícias, seja por omissão ou por associação, por meio de subornos, desapropriação, que em algumas vezes. Nesse caso, os meios de comunicação hegemônicos dão destaque às ações policiais, mas não à relação do estado com o crime organizado.

Ademais, observa-se que o campo midiático atualiza programações e ofertas para assegurar a maior fidelidade possível da audiência, em consonância com suas conveniências estratégicas, agradando seu público. “O que não quer dizer que as atualizações resultem em qualidade editorial ou pluralidade real” (MORAES, 2010, p. 72), ou seja, esses aparatos midiáticos, na maioria das vezes reconfiguram e reconstroem a face da sociedade a partir da pauta e da agenda estabelecida pela hegemonia política ou econômica.

Por todas essas razões que os processos contra-hegemônico necessitam de estudo, a partir do âmbito comunicacional, já que possuem alta capacidade de difundir a concepção de mundo, fazendo com que as novas ideias penetrem no povo e se tornem costume e valores coletivos, permitindo que acumulem forças para fragilizar os valores vigentes e conquistar paulatinamente a hegemonia ou, de acordo com

Gramsci (2004, p. 56-61), obtenha gradualmente o consenso em torno de uma reforma moral e cultural que conduza um bloco de classes ao poder.

Para Moraes (2010), trata-se de apresentar à sociedade argumentos alternativos que derrubem o senso comum vigente e permitam um olhar crítico sobre o pensamento hegemônico e a realidade, reorientando as percepções sobre o mundo vivido e combatendo as racionalidades hegemônicas, bem como apresentando o presente como algo passível de ser alterado (MORAES, 2010, p.73).

Henriques (2013), afirma que o processo contra-hegemônico no Brasil se vincula fortemente aos movimentos sociais e aos seus processos de estratégia e comunicação. Entre outras atribuições, a rede comunicativa dos movimentos sociais, difunde informações num nível primário e se estabelece por meio de difusão do tema mobilizador. “Esta comunicação segmentada, dirigida e de massa, dá visibilidade da iniciativa de diversos atores” (HENRIQUES, 2013, p. 22).

Nesse aspecto, pode-se conceber como principal característica de mecanismos contra-hegemônico a contraposição ao poderio midiático. Nesse caso, todos os recursos táticos e canais contra-hegemônico devem ser mobilizados e aproveitados. “As forças renovadoras não podem se dar ao luxo de eleger uma única vertente de expressão” (MORAES, 2010, p. 72).

É nesse contexto que surgem os processos de comunicação alternativos e populares, partindo da iniciativa de grupos socialmente excluídos. Tal tema será abordado com mais profundidade no capítulo seguinte.

II – EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO POPULAR E EDUCOMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL E SOCIAL

Este capítulo destina-se a conceituar brevemente a educação e a comunicação popular sem grandes pretensões de delimitar a abrangência e limitações dos dois campos. O objetivo aqui é propor reflexões, trazendo à discussão autores que se debruçaram no estudo dessas áreas nas últimas décadas, observando como tanto educação quanto Comunicação Popular têm por finalidade politizar e dar protagonismo ao indivíduo. Nesse contexto, entrelaçou-se a essa discussão as questões de cidadania, intrínsecas à problemática desse estudo, observando ainda algumas ferramentas eficientes utilizadas nessa interface entre comunicação e educação, como é o caso da educomunicação como campo de conhecimento recém consolidado.

Antes de iniciar as reflexões em torno da educação e da Comunicação Popular, é importante delimitar e observar as aproximações da educação e da comunicação. Gadotti (2012) afirma que “a educação é um fenômeno complexo composto por um número de correntes, vertentes, tendências e concepções, enraizadas em culturas e filosofias diversas”, ou seja: a educação não é neutra e não dá para apresentá-la de forma generalizada, pois implica “princípios e valores que configuram uma certa visão de mundo e de sociedade”. (GADOTTI, 2012, p. 1)

Já comunicação, que se origina do latim *communicare*, significa tornar comum, compartilhar, trocar opiniões, associar, conferenciar. Lucia Santaella (2001, p. 20), apresenta a intencionalidade como critério adicional para se definir comunicação: “atividade direcionada a um objetivo, envolvendo, portanto, a validação”. É nessa intenção que o emissor pode influenciar o receptor através de uma mensagem, sabendo, nessa perspectiva, que a palavra carregada de intencionalidade é poder no campo da comunicação, e nesse caso, assim como a educação, a comunicação não é generalista e nem neutra, pois comunica de acordo com sua subjetividade e apresenta conceitos e funções diversas que vão desde o simples ato da fala, envolvendo a oralidade do eu e o tu até à Ciência da Comunicação, propondo padrões

e relações do comunicar. Por essa particularidade, neste capítulo concentram-se os conceitos de educação e comunicação na perspectiva popular de Paulo Freire, apontando inicialmente suas diferenças com a educação e comunicação “bancária” ou formal, conforme o autor se refere aos modos tradicionais de educar e comunicar.

A educação tradicional, tida como formal ou bancária, nasce do capitalismo, com sua proposta de significativa alteração na forma de produção, abandonando os processos artesanais e estimulando a migração para as cidades em decorrência da era da industrialização. Aqui abre-se um parêntese rápido para conceituar capitalismo contemporâneo, sendo guiado pelo neoliberalismo, ou seja: os Estados passam a ser guiados pela lógica empresarial da concorrência e do mercado. Nesse novo processo de produção, pode-se se dizer que existiam exigências de conhecimentos específicos e científicos na sociedade ou até mesmo que tais processos foram criados e modelados de acordo com os interesses da elite e dessa lógica empresarial:

“Foi somente na medida em que a retórica liberal passou a corresponder ao interesse das novas camadas sociais que emergiram com o início da industrialização, a maciça imigração europeia e o surgimento de novas oportunidades de trabalho na cidade, que começou a processar-se, em algumas regiões do país, uma real expansão do ensino. (BRANDÃO apud Malta, 1984, p. 13)

Dardot e Laval (2017) também apresentam essa lógica do capitalismo como o da Racionalidade, antes mesmo de ser considerada uma prática econômica. Nesse sentido, pode-se pensar a empresa como modelo de subjetivação, dando luz ao sujeito neoliberal como empreendedor, empresário, proprietário, o que reforça ainda mais a ideia de competitividade, lucro máximo, investimento na aparência e boa formação.

Nesse contexto, a origem da formalidade escolar está ligada à necessidade de desenvolver e consolidar a ordem social capitalista. Era preciso formar o cidadão apto a viver na cidade, cumprindo os direitos e deveres pré-estabelecido pelo estado e pela sociedade elitizada, e atuando de forma “eficiente” no processo produtivo industrial. (SILVEIRA, 1995, p.24). Nesse escopo, o ambiente formal escolar é carregado de ritos e configura-se ao processo de sua origem. Partindo da origem e do momento social, é importante observar, mesmo que de forma breve, a relação de poder e de

controle das regras estabelecidas na sociedade, refletidas diretamente na escola. O controle da palavra, o domínio do discurso, o aluno silenciado e a repetição como aprendizado, a hierarquia entre docentes e discentes que extrapola o da relação em sala de aula. A detenção do conhecimento compreendida sempre de cima para baixo e nunca ao contrário. Tal conhecimento repassado nos bancos escolares formais ou tradicionais são nivelados, padronizados e quase nunca estão relacionados com seu uso prático na sociedade. A ocupação espacial nos bancos escolares remete às fábricas do século XIX - alunos enfileirados com o olhar voltado sempre para o professor, que está no lugar de destaque da sala, desestimulando e interferindo no contato com os pares e coibindo manifestação verbal ou física entre alunos na maioria das vezes.

Em contrapartida, a Educação Popular fundamentada na teoria de Paulo Freire busca promover a integração e participação dos sujeitos na construção da sociedade através de uma educação comprometida com a conscientização e politização do indivíduo com o meio em que vive como sujeito ativo capaz de refletir e agir sobre ele (FREIRE, 1981). Evidencia-se, neste caso, uma proposta educativa direcionada para construção de uma consciência crítica do cidadão em relação à realidade em que está envolvido diretamente no seu contexto social, tornando-o ativo e responsável pela construção e transformação da sua realidade e na intenção, não de inseri-lo no mundo, uma vez que dele nunca deixou de fazer parte, mas, de fazer-se reconhecer a ele mesmo e aos outros, enquanto homem e enquanto cidadão, como parte integrante deste, e indispensável na dinâmica das relações sócio, político-culturais existentes nele, como afirma Freire: “A educação reproduz a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do homem. Para o homem, produzir-se é conquistar-se, conquistar sua forma humana. A pedagogia é antropologia”. (FREIRE, 2005, p. 8).

O método de Freire que dá origem à Educação Popular estimula a visão crítica, percepção do mundo, humanização e diálogo como práticas libertadoras. Não há hierarquias de conhecimento entre educador e educando nesta proposta. Ambos são sujeitos ativos no processo educativo em reciprocidade onde “educador e educando

(liderança e massas), cointencionados à realidade, se encontram em uma tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento” (FREIRE, 2005 p.61). E, ainda:

A educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B, ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visão impregnada de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação (FREIRE, 2005 p.98).

Enquanto a educação formal ou tradicional está formatada para ensinar nos moldes pré-determinados da sociedade capitalista, seguindo uma cartilha hegemônica, repassando conhecimentos determinados como importantes pelo poder dominante dessa ou daquela sociedade e produzindo desigualdades históricas, a educação popular está centrada no indivíduo e na sua formação crítica e cidadã, possibilitando a esse indivíduo criar e recriar o conhecimento a partir das suas perspectivas e do seu meio social.

É nesse sentido que Brandão, 1984, apresenta a Educação Popular como uma educação das classes populares e aponta quatro sentidos, mostrando assim a diversidade de situações e formas que esse tipo de educação tomou nas últimas décadas;

- 1) Como a educação da comunidade primitiva anterior à divisão social do saber;
- 2) Como a educação do ensino público;
- 3) Como educação das classes populares;
- 4) Como a educação da sociedade igualitária. (BRANDÃO, 1984, p. 16)

Nessa pluralidade, o autor considera a Educação Popular, primeiro como processo geral do saber e anterior à divisão social do saber, nomeando-a como “educação da comunidade”. Num segundo momento, o autor trata desse tipo de educação como “trabalho político de luta pela democratização do ensino escolar através da escola laica e pública”. Nesse caso, esse segundo momento não será considerado aqui por não ser o foco dessa pesquisa.

Concentrando-se no aspecto de observar a educação como um “trabalho político”, Brandão (1984) considera, nesse caso, a desigualdade refletida no sistema formal de educação, produzida por uma sociedade desigual, tendo como resultado “incluídos e excluídos”. A escola tradicional ou formal determina as regras do saber e inclui os escolhidos. Outros tipos de saber eram totalmente desconsiderados pela sociedade, como por exemplo o comunitário, apontando coexistências no domínio profissionalizante de “saber de confraria”, onde o mais velho passa o saber de seu ofício ao mais novo, tais como o trabalho na lavoura, os artesãos, além da construção uma parte do saber do povo.

Mas a situação da educação começa a mudar no Brasil e em outros países, a partir dos anos 40, quando surgiram várias iniciativas buscando escolarizar a sociedade, tais como: alfabetização dos adultos, educação de adultos, educação de base, educação não-formal, entre outros termos, mas a maioria dessas iniciativas ainda excluía as características sociais, culturais e comunitárias dos excluídos.

Por volta dos mesmos anos em que se travam os combates nacionais pela escola pública, surgem em alguns pontos do país as primeiras iniciativas em favor da “erradicação do analfabetismo”. Algumas são francamente civis, outras, assumidas por governos estaduais. Houve propósitos até mesmo de programas nacionais de alfabetização das populações não suficientemente escolarizadas. Os títulos dados às agências de alfabetização gratuita traduzem, juntos, uma característica de trabalho emergente, urgente e mobilizado: “Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo”, “Cruzada Nacional de Educação”, “Bandeira Paulista de Alfabetização”, “Campanha Nacional de Educação de Adultos” (já em 1947). Mais tarde: “Cruzada ABC”, “Movimento de Educação de Base” e, hoje, “Movimento Brasileiro de Alfabetização”. Campanhas e movimentos cuja simbologia não raro oscilavam entre o espírito da missão religiosa e a ordem rotineira do quartel. Portanto, alguns anos antes do aparecimento da ideia de uma educação de adultos, sucessivos movimentos, campanhas e bandeiras irão tomar a seu cargo a difícil tarefa de pelo menos reduzir muito as altas taxas do analfabetismo doméstico. Os resultados nunca foram animadores. (BRANDÃO, 1984, p. 37)

Foi a partir da crítica feita por Paulo Freire às formas tradicionais de educação de adultos que a educação não formal passou a ter o sentido diferente, ganhando características populares.

Nesse caso, à luz de Freire, a educação popular constituiu uma nova teoria não apenas de educação, mas das relações, a partir da cultura, articulando-se entre sua

prática e “um trabalho político progressivamente popular de trocas entre o homem e a sociedade, e de condições de transformação das estruturas opressoras”. (Brandão, 1984, p. 53)

Isso também é o que ocorre no campo da comunicação. Entende-se por comunicação convencional ou tradicional a praticada pelos meios de comunicação hegemônicos, pelos conglomerados midiáticos, que, financiados pela classe dominante, definem a pauta e a agenda midiática. Mesmo buscando dar um caráter social aos meios de comunicação, nem sempre as informações e notícias veiculadas pelos *medias* contemplaram todos os cidadãos.

Já no âmbito popular, o conceito de comunicação se difere completamente do formal/tradicional, e assim como na educação, o povo é o protagonista. Tal expressão é uma das melhores e mais imediatas manifestações para definir o conceito de comunicação popular trazido por Cicilia Peruzzo (2006). A autora registra ainda que a comunicação popular caracteriza uma forma livre de comunicação e tem origem nos movimentos populares a partir da década de 1970 no Brasil e na América Latina. Fora do Brasil, um dos principais estudiosos de comunicação popular está Mário Kaplún, que, citado por Peruzzo, a respeito do fenômeno da comunicação popular, afirma trata-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista” (KAPLÚN, 1998, p. 17). Kaplún enfatiza os aspectos educativos desse processo de comunicação afirmando que as mensagens são produzidas “para que o povo tome consciência de sua realidade” ou “para suscitar uma reflexão”, ou ainda “para gerar uma discussão”. Nesse caso, tanto Kaplún quanto Peruzzo creem que os meios de comunicação são concebidos como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador”. (PERUZZO, *apud* Kaplun, 2009, p. 49)

No Brasil, a literatura do campo comunicacional considera, a partir dos estudos de Luiz Beltrão, na década de 1960, os processos de comunicação popular e alternativa, nascendo na Folkcomunicação, mais conhecida como a “comunicação dos marginalizados”, até chegar às mídias ditas populares, alternativas ou comunitárias. Luiz Beltrão considerava que a Folkcomunicação é um processo de troca de

informação e manifestação de opiniões, ideias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore (BELTRÃO, 2001, p. 79). Os estudos iniciais sobre Folkcomunicação acompanham muitas manifestações dos homens do campo, mais precisamente dos “homens do campo que estão à margem dos centros de poder e decisão”.

Em 1963, Beltrão fundou o Instituto de Ciências da Informação de Pernambuco (Lcinform), cujo caráter nacional o evidenciou como principal centro de estudos midiáticos do país. O autor foi o pioneiro nessa área e se debruçou por décadas nos estudos populares, sendo inclusive, criador e editor da primeira revista acadêmica de comunicação editada no Brasil, a “Comunicações & Problemas”, que era inteiramente dedicada ao estudo objetivo das ciências da informação pública”. (NAVA, 1966). A revista, nos seus quatro anos de circulação, discutiu uma série de questões no âmbito da comunicação, passando do enfoque das questões regionais do Nordeste, discutidas em sua primeira fase, aos problemas latino-americanos da comunicação em geral, bem como da comunicação popular (NAVA, 2000: 187).

Segundo Beltrão, “um dos grandes canais de comunicação coletiva é sem dúvida, o folclore. Das conversas de boca de noite, nas pequenas cidades interioranas, na farmácia ou na barbearia, da troca de informações trazidas pelo chofer de caminhão, pelo representante comercial ou pelo bicheiro, ou ainda, pelos versos o poeta distante, impressos no folheto que se compra na feira. O autor nordestino acreditava que “a semente da informação germinou no espírito dos analfabetos” (BELTRÃO, 1980).

No início de 1980, Beltrão buscava identificar na cultura popular um sistema pelo qual milhões de brasileiros que estavam fora da cultura erudita intercambiariam mensagens, informações e educação dentro de suas condições socioeconômicas, estabelecendo assim um processo informacional fora dos padrões convencionais midiáticos, onde na época, havia um emissor para múltiplos receptores, sem a interferência de quem recebe a mensagem.

Para o autor da Folkcomunicação, um dos fatores que não permitia a comunicação e a comunhão entre governo e povo, elite e massa, residia no não

reconhecimento dos primeiros em relação aos segundos. “A literatura, a arte, as crenças, os ritos, a medicina, os costumes dessas camadas sociais – e seus meios de informação e de expressão – continuam ignorados em toda a sua força e verdade”. (BELTRÃO, 1980, p. 18). Nesse caso, percebeu-se que as classes populares criavam e usavam, então, meios de comunicação, tais como folhetos, volantes, atos de presença, grafitos e cordéis para se comunicar e expressar suas percepções sociais. Esses grupos marginalizados se utilizam de um outro complexo de procedimentos, modalidades, meios e agentes elaboradores e emissores de mensagens, ao nível de sua vivência, experiência e necessidades, e expressivas de sua ideologia, aspirações e opiniões (BELTRÃO, 1980, p. 23).

Ainda nessa trajetória, em pesquisas posteriores, Beltrão (1980) comprovou que a imprensa, o rádio, a televisão e o cinema difundiam naquela época mensagens que não logram a compreensão de vastos contingentes populacionais. Esses bolsões culturalmente marginalizados reagiam de forma nem sempre ostensiva, robustecendo um sistema midiático alternativo.

É importante pontuar que, sendo Luiz Beltrão, e depois o seu sucessor, José Marques de Melo os primeiros pesquisadores do campo da comunicação popular, os dois autores foram influenciados diretamente pelas ideias do educador Paulo Freire, impactando assim suas teorias da comunicação. Marques de Melo (2006, p. 11) contextualiza que a partir do final da década de 1980 as pesquisas sobre comunicação popular surgem com mais vigor, ampliando o olhar dos meios de comunicação de massa e da perspectiva de denúncia e crítica a estes para as investigações que procuram compreender o caráter educativo e transformador das práticas de Comunicação Popular.

Os pensamentos freireanos inspiraram os movimentos de comunicação dialógica e participativa e de leitura crítica na década de 70, quebrando a lógica “emissor que fala e receptor que recebe passivamente”. Nesse caso, houve um estímulo aos estudos por meio da Comunicação Popular, com o conceito de que se transforma homens em sujeitos, dando uma dimensão política à comunicação e aos excluídos com uma visão do direito à voz, sendo essa libertadora, participativa,

horizontal e dialógica. Para Freire, a comunicação midiática é antidialógica e incompatível com o termo comunicação propriamente dita. Os meios de comunicação de massa, na verdade, são meios de “comunicados”, tornando o espectador é objeto passivo. “Na verdade, o que se está fazendo, em grande parte, com os meios de comunicação, é comunicado! Em lugar de haver comunicação real, o que está havendo é transferência de dados, que são ideológicos e que partem muito bem vestidos” (FREIRE, 1983, p.26). O autor ainda acrescenta que “os veículos são os meios de comunicação de massas – onde não há comunicação, e, sim, depósito de comunicados (FREIRE, 1983, p.160). Ainda em Freire, o diálogo é o caminho pelo qual os homens ganham significação. Em lugar de comunicar-se, o comunicador faz “comunicados”, e essa visão “bancária” da comunicação, como depósito e transferência de informação, estimula a ingenuidade, e não a criticidade (FREIRE, 1983, p.66). O autor coloca que se o objeto do pensamento fosse um puro comunicado, não seria um significado significativo mediador dos sujeitos.

Abre-se um parêntese aqui para explicar que no contexto da Comunicação Popular brasileira, não houve uma sistematização efetiva e cronológica desse processo de comunicação contra hegemônico no Brasil. Desde a o golpe militar até a redemocratização do país pequenos projetos de Comunicação Popular foram desenvolvidos aqui e ali por indivíduos ou grupos, conhecedores de seu papel político na sociedade, como forma de resistência, mas infelizmente não foram registrados ou analisados pela comunidade científica, ou seja: o que foi produzido foi muito maior do que o que foi efetivamente veiculado.

Saindo das décadas de 1970 e 1980, mais de 40 anos se passaram e a situação midiática não mudou muito no Brasil, tal fato se confirma a partir dos estudos de outros pesquisadores, tais como Cicília Peruzzo (1998, 2002 e 2008) e Raquel Paiva (2003, 2006 e 2008) seguiram seus estudos nesse campo, chegando aos conceitos de comunicação alternativa, popular, comunitária e participativa, muito utilizados nestes tempos.

Além dessas duas autoras, no Brasil, ainda se destacam como estudiosos do tema, Regina Festa, Gilberto Gimenez, Juan Diaz Bordenave, Luís Ramiro Beltrán,

entre outros, que trouxeram importantes contribuições para o desencadeamento de estudos sobre comunicação popular, podendo encontrar ao menos 20 diferentes definições para Comunicação popular e/ou alternativa.

Para Festa (1986, p.25; 1984, p.169-170), “a comunicação popular nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais, mas sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo”, e se refere “ao modo de expressão das classes populares”.

Outro conceito que circulou logo no início das práxis comunicativas populares e, portanto, marcou práticas e concepções teóricas, é o de Gilberto Gimenez. Ele (1979, p.60) entende que a Comunicação Popular “implica a quebra da lógica da dominação e se dá não a partir de cima, mas a partir do povo, compartilhando dentro do possível seus próprios códigos”

Tais pesquisadores modernos classificam a Comunicação Popular e suas variações terminológicas como um processo que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação.

É importante explicitar que na literatura acadêmica, sobremaneira no campo da comunicação, são encontrados vários termos ligados à comunicação popular. Ao longo de décadas, tal conceito passou a receber outras denominações: alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica, entre outros termos. No senso comum, pode até ser considerado como sinônimos de Comunicação Popular, porém Cicilia Peruzzo (2006) determina essa variação:

dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social. (PERUZZO, 2006, p. 47)

Além do processo de mobilização, essa linha de comunicação (na pesquisa e na prática) se inspirava em de Paulo Freire sobre a dialogicidade na educação e a defesa da posição transformadora do ser humano no mundo. Peruzzo (2008), afirma,

em síntese, que a comunicação popular, alternativa e comunitária é expressão das lutas populares por melhores condições de vida, a partir dos movimentos populares, e representam um espaço para participação democrática do “povo”.

Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa. Estes são conceitos da comunicação popular e alternativa das últimas décadas do século XX, assim como do início do século XXI. (PERUZZO, 2008, p.370)

Tal poder é exercido de maneira formal (em conselhos de políticas, por exemplo) ou informal (em relações diretas, por diferentes canais de contato, entre grupos de interesse e representantes do poder executivo). Sabe-se que quanto mais informal for o controle social, maior tende a ser a intransparência do poder exercido, pois fica mais difícil associar as decisões tomadas pelos governantes com os interesses e os grupos que essa decisão atendeu, e mais elevada a chance deste controle social produzir ou aprofundar desigualdades políticas. Nesse sentido, considera-se o papel político do PEA-TP de buscar emancipar o cidadão, utilizando como ferramentas a educação e a comunicação popular para que as lideranças de comunidades afetadas pela exploração do petróleo nos municípios fluminenses ocupem cada vez mais as arenas de decisão política.

Essas modalidades de comunicação normalmente partem da iniciativa de um grupo socialmente desfavorecido que busca seu fortalecimento enquanto corpo coletivo e vê na comunicação uma poderosa ferramenta de articulação e mobilização social. Esse meio de comunicação contra-hegemônico passa a ser então um novo local de poder que, além de não estar imune aos inevitáveis conflitos internos, passa a disputar com outras instâncias de poder, procurando agenciar suas próprias demandas e forçar um novo consenso, mais favorável ao corpo coletivo do qual faz parte. É importante salientar que a Comunicação Popular pode ser entendida como algo mais amplo que uma contraposição à comunicação hegemônica, de massa e elitista. Ela insere-se profundamente na vida das classes populares, assumindo suas lutas e seus projetos. Ela nunca é contra, mas sempre a favor, por isso, é sua

característica não haver dicotomia entre “sujeito/emissor” e “objeto/receptor”; há, sim, sujeitos que se intercomunicam. Muito embora haja um grupo que opere o meio de comunicação, existe um grupo, formado por emissores e receptores, possuidor de um mesmo projeto que deve ser realizado. Todo o grupo é chamado a elaborar a mensagem.

Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender tanto comunicação quanto educação como um processo social, havendo, nesse sentido, clara aproximação dos seus campos teóricos, caracterizando-se como áreas interdisciplinares, tendo como questão fundamental o popular personificado no sujeito marginalizado ou excluído dos aspectos formais e hegemônicos da sociedade.

2.1 – Comunicação popular nos movimentos sociais

Num breve contexto histórico, os movimentos sociais no Brasil nascem de grandes mobilizações reivindicatórias e libertárias, tais como a luta pela vida e pela justiça social, marcadas pelo Quilombo dos Palmares, de 1690 a 1695, seguido pelo Movimento da Cabanagem, datado de 1831 a 1840, e a greve de 1917 (PERUZZO, 1998, p. 25). Desses acontecimentos em diante, os movimentos sociais populares passaram a ter mais protagonismo social, inclusive com a vinculação sindical, o que contribuiu para constituir novos valores nas lutas populares e humanísticas da sociedade.

Gohn (2000) cita alguns movimentos reivindicatórios populares no Brasil nas duas primeiras décadas do século passado. As reivindicações eram por serviços urbanos, ou protestos contra políticas locais, tais como:

a Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1905), Revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910), Revolta do Contestado (Paraná, 1912), ligas contra o analfabetismo (1915), ligas nacionalistas pelo voto secreto e expansão da educação (1917), revoltas contra O preço do pão, por feiras livres, contra a inspeção de bagagens nas estações de trens, contra a colocação de trilhos para os bondes (que retiravam o emprego dos carroceiros e quebravam os cascos das patas de seus cavalos), atos contra o desemprego e a carestia em São Paulo e no Rio de Janeiro, etc. (GOHN, 2000. p. 16)

Cicília Peruzzo classifica o modo “popular” da comunicação em três correntes conceituais. A primeira trata do “popular-folclórico”, abarcando o universo das expressões culturais tradicionais e genuínas do povo, tal qual surgiu os primeiros conceitos da Folkcomunicação trazidas por Luiz Beltrão. A segunda corrente é o “popular-massivo”, influenciada diretamente pela indústria cultural, pautada na apropriação e incorporação das linguagens, da religiosidade e de outras características da cultura do povo pelos meios de comunicação de massa, entre outras possibilidades nessa linha para alcance de audiência. A terceira corrente é onde se concentra a discussão dessa pesquisa: o “popular-alternativo”. Sobre o “popular-alternativo”, Peruzzo, citando Néstor Garcia Canclini (1987), afirma que esta situa-se no universo dos movimentos sociais.

Como escreveu Canclini, trata-se de uma nova maneira de pensar o popular, ligando comunicação e cultura. Ela ocupa-se da comunicação no contexto de organizações e movimentos sociais vinculados às classes subalternas ou como dizem enfaticamente, da comunicação “ligada à luta do povo” por melhores condições de existência e pela sua emancipação, mediante movimentos de base organizados. (PERUZZO, 1998, P. 119)

Tal corrente do “popular-alternativo” ainda se subdivide, marcando temporalmente as linhas de pensamento desses movimentos sociais. Num primeiro momento, a autora cita a década de 1980, apontando a comunicação como libertadora, revolucionária, portadora de conteúdos críticos e reivindicatórios, sendo capazes de transformar a sociedade daquele Brasil. “ela (a comunicação) concretizar-se-ia pelos meios alternativos, como contracomunicação da cultura subalterna, colocada em antagonismo com a comunicação de massa”. (PERUZZO, 1998, P. 119)

No segundo momento temporal, a década de 1990 é apontada como um período de transformação tanto na sociedade civil quanto nos próprios movimentos sociais. É nesse momento em que a comunicação é construída de forma mais dialética e flexível, considerando que a comunicação popular “pode inferir modificações em nível de cultura e contribuir para a democratização dos meios comunicacionais e da sociedade”. É nesse contexto que surgem os blogs, sites, páginas do facebook, ou seja, os movimentos sociais passam a utilizar os novos canais abertos pelas Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação para propagarem seu discurso. Nesse

período no Brasil, os movimentos sociais tiveram protagonismo pelo movimento estudantil, pois nas décadas de 1980 e 1990 grandes manifestações foram organizadas pelos estudantes, como as Diretas Já e o impeachment do Fernando Collor.

Peruzzo contextualiza essa comunicação gestada pelos movimentos sociais populares “admitindo o pluralismo e ocupando novos espaços ou incorporando canais de rádio e televisão e outras tecnologias de comunicação, como as redes virtuais (internet, etc.).

Ancorados na luta social, os movimentos sociais no Brasil também possuem alguns elementos que fizeram parte de suas bases. Festa (1986) aponta como processos antecessores à comunicação popular no interior dos grupos de base, as experiências de cultura popular vividas no país entre os anos de 1960 e 1964 e cita como exemplos os Centros de Cultura Popular (CCPs) e o Movimento de Cultura Popular. Novamente os pensamentos de Paulo Freire influenciam a comunicação popular, principalmente pela importância do Movimento de Educação de Base (MEB), cuja atuação era norteada pelo Método freireano. Para Gomes (1990), embora Freire tenha dedicado seus esforços intelectuais à educação, foi precursor da chamada comunicação horizontal, que tem como fundamento a participação popular também no aspecto comunicacional.

Sabe-se que a ditadura militar reprimiu fortemente esses grupos, que ressurgiram das cinzas após a década de 1970, passando a trabalhar junto com a Igreja Católica compondo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Além das CEBs, a igreja criou pastorais específicas para o trabalho junto aos excluídos socialmente, como por exemplo a Pastoral Operária e a Pastoral da Terra. Juntas, CEBs e pastorais produziram quantidade expressiva de conteúdos, em plataformas e mídias distintas, tais como cartilhas, cartazes, folders, vídeos, filmes, programas de rádio, cadernos de estudo, material de reflexão com o objetivo de conscientizar favelados, operários, comissões de direitos humanos, entre outros. (FESTA, 1986)

Nesse sentido, observa-se que a luta dos movimentos sociais populares para ocupar espaços na sociedade não é de hoje, apesar de suas limitações, vão construindo, se expressando e contestando, contribuindo para construir cidadania.

Faz-se necessário fazer um recorte nessa narrativa e situar a Brasil de agora. Com 211,8 milhões de habitantes (IBGE, 2020), a pluralidade de temas a serem debatidos e defendidos no organismo social e político é cada vez maior. Nessa perspectiva, pontua-se aqui dois movimentos mais conhecidos das últimas três décadas: como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que lutam pelo direito à terra e moradia. Esses também surgiram na década de 70 e na de 90, mas são considerados por vários autores como os grandes movimentos sociais brasileiros. Outros movimentos que emergiram durante os anos 90 e que sobrevive e lutam até os dias atuais são: o Movimento das Mulheres, com suas lutas contra uma sociedade patriarcal e o autoritarismo do Estado, o Movimento LGBTQIA+, o Movimento Negro (ALBERTI; PEREIRA, 2007), Movimento Indígena e o movimento ambiental, com uma vasta agenda.

Já no século XXI, faz-se necessário destacar alguns movimentos sociais que ficaram bem conhecidos pela sociedade. O primeiro é o Movimento Passe Livre (MPL), que protagonizou em junho de 2013. A mobilização começou em São Paulo, com um grupo responsável pelos protestos contra o aumento das tarifas dos transportes públicos. Essas manifestações ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho” e iniciaram uma nova onda de movimentos sociais em todo o país, porém com uma característica distinta aos outros movimentos conhecidos até ali: toda a organização e mobilização ocorria com o uso das novas tecnologias, em particular, as redes sociais, levantando pautas como os movimentos sociais contemporâneos e o movimento social em rede. Nesse movimento em especial, destaca-se a atuação da cobertura midiática alternativa do Mídia Ninja, intitulado pelo próprio grupo como um coletivo auto-organizado de produtores culturais que promovem a música independente, realiza festivais e consegue avançar na promoção cultural, por fora da lógica e das amarras do

mercado tradicional capitalista.

Para Peruzzo (2013), o uso da internet, das mídias e redes sociais virtuais e de celulares se constitui num diferencial importantíssimo do novo grande movimento social que mexeu com o País e com as visões sobre ele.

As mídias e redes sociais virtuais (YouTube, Flickr, Facebook, Instagram, Twitter etc.) se constituem em canais de informação, em ambientes comunicacionais, em pontos de encontro, enfim, em redes e, às vezes, até em comunidades, que facilitaram os relacionamentos (entre os que estão conectados), a articulação entre as pessoas e as ações conjugadas (acertos de dia, local e hora para encontros presenciais). Claro que servem ainda de arena de debate, de difusão, acesso e troca de informação. Tudo isso, no que se refere ao ambiente interno no ciberespaço e no que diz respeito ao processo de mobilização que acaba por desembocar nas ruas das principais cidades do País. (PERUZZO, 2013, p. 79).

A respeito da cobertura do Mídia Ninja aos protestos de 2013, Cicilia Peruzzo pontua que uma rede de comunicação independente que se formou graças aos celulares conectados na internet, um veículo de mídia alternativa, a Mídia Ninja, ganhando assim, destaque por sua atuação durante as passeatas de protesto e reivindicações.

O Mídia Ninja, ao gravar e transmitir imagens e sons ao vivo dos acontecimentos, passou a ser um canal de informação confiável e capaz de transmitir a informação diretamente do cenário de ocorrência, muitas vezes confrontando a versão da mídia convencional ou revelando fatos que ela não cobriu. Chegou até a servir de fonte para esta, quando enfrentou dificuldades em penetrar nas manifestações (passaram a não ser bem aceitas no decorrer do processo quanto pela falta de capacidade de alterar os padrões tradicionais das coberturas jornalísticas. Por exemplo, no dia 18 de junho só a Mídia Ninja cobriu o confronto entre manifestantes e a Tropa de Choque da PM na Rua Augusta, em São Paulo, com imagens feitas de um smartphone e postadas no canal online PosTV. (PERUZZO, 2013, p. 90)

Percebe-se que tanto no passado quanto no presente, a mobilização social e seu protagonismo por meio dos movimentos sociais no Brasil sempre tiveram como parte desse processo mobilizador a comunicação, seja ela no sentido informativo, de divulgação ou na expressão de suas reivindicações. No caso do século XXI, observa-se o quanto a comunicação popular está a serviço da democracia, por meio dos movimentos sociais, sendo um instrumento de cidadania, justiça social e de participação popular, permitindo que os indivíduos ocupem novos espaços de informação e sejam protagonistas de suas histórias e lutas, tendo como ferramenta

importante as tecnologias digitais. É possível afirmar que as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação aumentaram a capacidade do ativismo político social, ampliando também a capilaridade das informações, conectando grupos, ampliando as discussões e a capacidade de os grupos buscarem seus direitos e articularem toda a sociedade para garantir cidadania.

2.2 – Educomunicação como ferramenta popular

Por muito tempo os estudos de comunicação e educação se concretizaram em campos específicos, cada um com suas características, descrições e especialidades. A comunicação responsável pela difusão de informação, lazer popular e manutenção do sistema produtivo, e a educação pela “transmissão do saber. No entanto, mesmo possuindo atributos diferentes, a comunicação e a educação desenvolveram uma junção que foi constatada por meio de filósofos dessas áreas. Segundo Soares (2000), os estudos latinos possuem um papel importante no desenvolvimento de teorias que verificam a aproximação desses dois campos. É o caso dos estudos de teóricos da educação, como Célestin Freinet (1974) e de Paulo Freire (1983), e de teóricos voltados para o campo da comunicação, como Jesús Martín-Barbero (1996) e Mário Kaplún (1998).

Célestin Freinet, professor francês e membro associado ao movimento Escola Nova, começou a desenvolver no início da década de 1920 o uso de tecnologias da comunicação em suas aulas, além de outros métodos, como as aulas-passeios. Na prática, utilizava-se de um tipógrafo para imprimir textos de sua autoria e de autoria dos próprios alunos, que em sua proposta, após determinado tempo, poderiam substituir os livros didáticos:

“Freinet já falava desse novo enfoque para o jornal escolar, que não poderia (nem deveria) estar a serviço de uma pedagogia escolástica, por que lhe diminuiria o alcance. O jornal escolar, para o autor, deveria preparar para a vida”. (MELO E TOSTA, 2008, p.19)

José Marques de Melo e Sandra Pereira Tosta (2008, p.18) ressaltam que Celestín Freinet foi o teórico da educação que mais contribuiu para a reflexão entre educação e comunicação, principalmente por considerar uma pedagogia que estimulasse a crítica aos meios de comunicação por estudantes, considerados os “produtores”. Os autores relatam que:

“Mesmo sem viver em um período marcado pelos meios eletrônicos, como o rádio e a tv, ou pela tecnologia digital, como a internet, Freinet foi capaz de pensar uma Pedagogia que despertasse em seus alunos uma visão crítica dos meios de comunicação. E mais do que isso: propôs que, além de meros receptores, os alunos poderiam também ser produtores – idealizando metodologicamente o que viria a ser o “jornal escolar.” (MELO E TOSTA, 2008, p.18)

Nesse aspecto, é importante associar esse momento da pedagogia ao conceito de Paulo Freire (2005) a respeito da perspectiva dialógica, onde a educação é um processo da comunicação, compartilhando conhecimento através das relações de raciocínio entre os homens e o mundo. Para ele, ser dialógico é:

não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser a própria existência humana, está excluído de toda relação na qual os homens sejam transformados em “seres para o outro” por homens que são falsos serem para si mesmos. (FREIRE, 1983, p. 28).

Nesse caso, observa-se que a educomunicação surge do conceito de Educação Popular, que usa elementos do cotidiano das pessoas na educação. Essa é uma ciência que une os elementos de educação e comunicação, inserindo a mídia como instrumento pedagógico no espaço do educador e educando. Foi junto da Educação Popular de Paulo Freire, que o comunicador argentino Mário Kaplun (1923-1998), promoveu o conceito de comunicação transformadora em oposição à comunicação bancária, termo inclusive, usado por Freire, concebendo que os meios de comunicação transmitiam informações que as pessoas reproduziam sem nem pensar, impondo assim a opinião dos meios de comunicação.

Sobre a comunicação bancária, o autor diz que:

é o comunicador que "sabe" ao transmitir sua mensagem (seu artigo de jornal, seu programa de rádio, sua impressão, seu vídeo, etc.) a partir de sua própria visão, com seu próprio conteúdo, para um leitor (ou ouvinte ou espectador) quem "não sabe" e quem não reconhece outro papel do que o de receptor de informação. Seu modo de comunicação é, Bem, o MONÓLOGO. Na verdade, quando esse modelo se propõe, mesmo que um caminho horizontal já está «fazendo armadilha". Seria mais exato representá-lo como no gráfico contíguo, uma vez que é uma comunicação essencialmente autoritária e, portanto, Tão vertical. O remetente domina, é o dono, o PROTAGONISTA da comunicação. Esta comunicação é classificada como unidirecional porque flui em um único direção, de forma única: do remetente ao destinatário. uma comunicação essencialmente autoritária e, portanto, Tão vertical. (KAPLUN, 1998, p. 25)

Kaplun não concordava com essa comunicação unilateral e verticalizada e dizia que os meios podiam servir para outro propósito. Através da crítica às formas do fazer comunicação dos medias, Kaplun começou a distribuir gravadores de fita cassete para diferentes comunidades de agricultores e pediu que explicassem o que cada uma delas faziam. Ao trocar as fitas entre eles, criou um canal de comunicação para que as pessoas entendessem o que tinham de diferente e semelhante, apesar das distâncias. Ou seja, começaram a trocar informações através da comunicação, surgindo a educomunicação.

A prática que ficou conhecida como "Cassete Fórum", consistia em uma estratégia bem simples com a intenção de favorecer a integração social e política de camponeses. A ideia era colocá-los em condição dialógica,

El Cassete-Foro es un sistema de comunicación para la promoción comunitaria y la educación de adulto, puesto al servicio de organizaciones populares – rurales y urbanas – centrales cooperativas, centros de educación popular etc." (KAPLUN, 1984, p. 13)

O comunicador argentino também é reconhecido como criador do neologismo "educomunicador", por ele usado em menção ao profissional ou voluntário em projetos de jornalismo/radialismo alternativos. Para Kaplun, esse novo profissional tinha o objetivo de conduzir uma educação utilizando como ferramenta a comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista, tendo nesse processo de comunicação mensagens produzidas ou ainda uma discussão.

Desde então, o conceito de educomunicação segue em elaboração, tendo sido mais de uma vez atualizada e reformulada por aqueles que dela se apropriam, sob a influência de contextos também em transformação.

No decorrer dos anos 80, por exemplo, a UNESCO fez grande utilização do termo. Movida pela preocupação com os impactos da mídia na formação de crianças e jovens, a educomunicação passou a ser compreendida quase como sinônimo de “educação para a recepção crítica”. A ênfase era posta na séria questão da gestão da mídia e na necessidade de fazer das tecnologias instrumentos para o empoderamento de segmentos tradicionalmente oprimidos na América Latina.

Discorrendo sobre momentos muito significativos da educomunicação no Brasil, Machado (2009) narra que, em 1995, o experiente comunicador Ismar de Oliveira Soares, que já havia sido presidente da União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC) e atuava na Comunicação Popular, publicou um artigo no qual postulava o reconhecimento e o preparo de um novo profissional para a área da comunicação social, então chamado por ele de “gestor de comunicação educativa”. Machado (2009) nos leva a ponderar que, nas reflexões feitas por Soares, se anunciavam mais claramente os tempos em que comunicação e educação enfrentariam suas resistências internas e finalmente reconheceriam a necessidade de partilhar conhecimentos. Dessa partilha, adviria a consolidação de um campo interdisciplinar, o que se deu por influência direta do trabalho realizado pelo Núcleo de Comunicação e Educação, da Universidade de São Paulo (NCE-USP), criado em 1996, com a participação de Soares.

Entre os anos de 1997 e 1999, o núcleo promoveu uma ampla pesquisa envolvendo 176 especialistas de 12 países da América Latina, tendo por objeto verificar a inter-relação comunicação/educação. Ao final, os pesquisadores detectaram claros indícios não mais da necessidade, e sim da emergência de “um novo campo – interdisciplinar e autônomo – de intervenção social, então denominado Educomunicação” (SOARES, 2007, p.8).

Retomando o trabalho de Machado (2009), a pesquisadora destaca que antes mesmo da fundação do NCE, Ismar Soares já era reconhecido como defensor da

aproximação do campo da comunicação com a educação. Opinava, ele, que a educação precisava repensar seu olhar sobre a comunicação, já que a tendência era de reduzi-la a responsável pelos meios de comunicação de massa, mais lembrados como tradicionais instrumentos de manipulação.

Em sua defesa da educomunicação, Soares promoveu uma ampliação do sentido com que o termo vinha sendo utilizado desde seu surgimento. Enquanto Kaplún visava um processo emancipatório a partir do desenvolvimento da habilidade de se fazer uma leitura crítica dos meios e da realidade, o comunicador brasileiro propunha o reconhecimento de um campo mais amplo, constituído por um conjunto de ações:

[...] inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem (SOARES, 2002, p. 24).

A expressão “ecossistema comunicativo” aparece na obra do espanhol Jesús Martín-Barbero, quando este fala, especificamente, da presença das tecnologias na sociedade atual. Na perspectiva do NCE-ECA/USP, entretanto, o conceito é elaborado em referência a algo bem mais abrangente, e que exige uma abordagem interdisciplinar: “o relacionamento entre seres humanos num dado espaço, independentemente do uso dos recursos tecnológicos” (SOARES, 2013, p. 185).

Se a consolidação de ecossistemas comunicativos é a meta a ser construída, diz Soares (2002; 2013), as áreas de intervenção apresentam-se como verdadeiras portas de ingresso ao universo das práticas educomunicativas, tornando-se, assim, as ações pelas quais ou a partir das quais os sujeitos passam a refletir sobre suas relações no âmbito da educação.

Para Ismar Soares, esse indivíduo envolvido na prática educomunicativa se reconhece como um educador, e está apto a desenvolver habilidades para elaborar projetos no campo da educação e da comunicação. O autor afirma que o educador caracteriza-se por coordenar:

ações e gestões de processos, traduzidos em políticas públicas; assessorar os educadores no adequado uso dos recursos da comunicação ou promover, ele próprio, quando lhe cabe a tarefa, o emprego cada vez mais intenso das tecnologias, como instrumentos de expressão dos cidadãos envolvidos no processo educativo; implementar programas de “educação pelo e para os meios” e refletir sobre o novo campo, sistematizando informações que permitam um maior esclarecimento sobre as demandas da sociedade em tudo o que diga respeito à inter-relação Comunicação/ Educação (SOARES, 1999. p. 7).

Nesse aspecto, é nessa inter-relação de comunicação e educação, aplicada à uma intervenção social que Soares destaca a educomunicação como um suporte teórico-metodológico que permite aos agentes sociais compreenderem a importância da ação comunicativa para o convívio humano e também para a produção do conhecimento e principalmente para a elaboração de projetos colaborativos de mudanças sociais (NCE USP, 2012).

Trata-se aqui como método que prevê a utilização, na educação, dos instrumentos e das tecnologias da comunicação, sendo considerada, ao mesmo tempo, reflexão e ação sobre as formas tradicionais e hegemônicas de comunicação e sua influência na formação do imaginário da sociedade. Sabe-se que a educomunicação inicialmente esteve disposta a discutir aspectos fundamentais da epistemologia da comunicação, mostrando que elementos como o lugar de fala, a hegemonia econômica e os formatos da comunicação de massa tradicional desempenham papel fundamental na formação do sentido das mensagens, mas esse papel foi sendo ampliado com o passar do tempo.

A partir da educomunicação, o receptor da comunicação passou a ocupar o lugar de emissor e vice-versa, pois nessa comunicação, os holofotes não são direcionados à indústria cultural como uma formação ideológica inatingível. Sabe-se do poder da mídia em criar estereótipos, mas não se pode negar o poder do indivíduo popular em construir e reinventar as contradições do processo de comunicação.

Assim como a comunicação popular, a educomunicação passa por um processo de legitimação e vem se tornando objeto de estudos, além de modelo usado por diversos movimentos sociais, projetos e programas de Educação Popular.

Em outras palavras, nesse processo, a educomunicação é um componente pedagógico, não só instrumental, como era pensada em décadas anteriores. Para Denis Renó (2015), a educomunicação na América Latina assume um papel fundamental, não somente na tentativa de diminuir a desigualdade social, mas também para suprir e superar dificuldades orçamentárias e geográficas que distanciam os cidadãos do conhecimento.

Segundo Renó (2015), a educomunicação caminha de maneira próxima à comunicação cidadã, outra nomenclatura comum à comunicação popular. Para o autor, esse processo educacional assume o objetivo de desenvolver a cidadania a partir de práticas comunicacionais, sejam elas educacionais e/ou informativas.

Em síntese, é preciso citar que uma das metas do Projeto de Educação Ambiental “Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã” (PEA-TP) é estabelecer um ecossistema comunicativo, estimulando e desenvolvendo a cidadania, através das várias ações educativas ao longo das Fases I, II e III do projeto e sobre isso, essa pesquisa abordará mais a respeito no próximo capítulo.

2.3 – Comunicação e educação: construção da cidadania e da participação popular

Os campos da Educação e Comunicação buscam um objetivo comum: a construção da cidadania. E para falar de cidadania, faz-se necessário voltar à raiz da palavra, observando sua origem. A palavra “cidadania” origina do latim *civis* (ser humano livre), que por sua vez, derivou para *civitas*, que se refere ao “indivíduo que habita em cidades”. Já dicionário Houaiss (2015) detalha o substantivo como “condição de quem, sendo membro do Estado, se acha no gozo de direitos e no compromisso de deveres que lhe permitem participar da vida política e, portanto, também da econômica e cultural”, ou seja: e entende-se que exercer cidadania significa conhecer seus direitos e deveres, e mais, exercê-los. Ser súdito e soberano ao mesmo tempo.

Esses princípios que traduzem “cidadania” foram descritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, com influências das cartas de Direito dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1798). Cidadania, de acordo com o artigo 2º da Declaração da ONU é a igualdade das pessoas, sendo consideradas iguais diante da lei, sem que haja discriminação de raça, cor, etnia ou religião.

A cidadania é defendida e conceituada por muitos autores no campo acadêmico. Esse é o caso de Manzini-Covre (1991, p.11), que descreve cidadania como “o próprio direito à vida no sentido pleno”. Entretanto, “trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência” e o papel das pessoas no universo é visto de forma abrangente, levando em consideração que a informação sobre os direitos é fundamental para o exercício da cidadania.

Segundo a definição desse autor, a compreensão do conteúdo de cidadania deve passar pela análise de três direitos: direito civil, direito político e direito social. Os direitos civis são aqueles que o ser humano tem a respeito de seu corpo, isto é, o direito de ir e vir, é o das liberdades individuais, da liberdade de locomoção, propriedade, segurança, acesso à justiça, opinião e expressão. Os direitos políticos possibilitam ao ser humano deliberar sobre a sua vida, isto é, ter o direito de livre expressão, à escolha política e religiosa. Estes direitos devem ser para toda a coletividade do Estado, do país e do mundo, só assim a cidadania estará constituída de fato e de direito. Já os direitos sociais são aqueles que atendem as necessidades básicas do ser humano, ou seja, alimentação, moradia, saúde, educação e lazer.

Manzini-Covre (1991, p. 10) destaca ainda que “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços para fazer valer os direitos dos cidadãos”. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor.

Partindo do esquema marshalliano de cidadania, isto é, do modelo elaborado pelo sociólogo e historiador inglês T. H. Marshall (1967) que enfatiza seus aspectos civil, político e social:

Elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. [...]Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito ao mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1967, P.63-64)

É necessário observar que a aquisição de direitos no Ocidente entendidos como o desenvolvimento da cidadania foi conquistada aos poucos, em lacunas de séculos. Marshall, sugeriu que ela, a cidadania, se desenvolveu na Inglaterra com muita lentidão. Primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII. Depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX. Segundo ele, não se trata de sequência apenas cronológica: ela é também lógica (CARVALHO, 2009, p. 10 e 11).

Retrocedendo um pouco mais no processo histórico, a palavra cidadania também sofre variações de acordo com a civilização e a época. Na Grécia antiga, Aristóteles concebia que o cidadão era aquele que tinha o apanágio de administrar justiça e executar funções públicas, ou seja, o cidadão operava funções de governo e tinha a capacidade e vontade de ser governado e governar, era soberano. Segundo Zizemer: As pessoas que podiam participar da atividade política e social da cidade eram cidadãos. No entanto, o direito à cidadania não era estendido às mulheres, às crianças, aos idosos, aos estrangeiros, aos escravos, aos assalariados (artífices), aos agricultores, aos pobres (ZIZEMER, 2006, p. 18).

Nesse caso, nota-se que a condição social de cidadão tinha como característica incontestável a exclusão da maioria de participar das decisões sobre o destino do bem comum, da construção da cidade. Cardoso designa esses cidadãos excluídos dos direitos políticos como passivos:

[...] as condições de acesso à cidadania plena eram distintas [...] Havia uma diferença entre cidadãos que chamaríamos passivos, excluídos dos direitos políticos tanto quanto os estrangeiros residentes (metecos) e os escravos, e cidadãos ativos (políticuma), cujo número pode variar [...] Em geral, eram

critérios de fortuna ou renda anual que faziam a diferença entre as duas categorias de cidadãos (CARDOSO, 1993, p. 35).

Para Funari, entre os romanos, — Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito – e só pode haver esse coletivo se houver, antes, cidadãos (FUNARI, 2008, p. 49). Nesse caso, para os romanos, cidadania era o próprio Estado romano.

A cidadania antiga é caracterizada pela submissão do indivíduo ao Estado e, ao mesmo tempo, por uma grande liberdade do cidadão na manifestação de suas opiniões. Seu período estendeu-se entre os séculos IX e VII a.C., às costas do Mediterrâneo. É preciso que se considere a amplitude dos direitos e deveres atribuídos aos cidadãos, nisso consiste a riqueza da noção de cidadania grega e romana.

Voltando para a modernidade ocidental, Geaquinto (2002) define a cidadania como uma via de mão dupla, que traz consigo o querer, o desejo, a reivindicação da concretização de um direito e, por outro lado, enseja uma contrapartida, uma responsabilidade:

A comunidade de um bairro, por exemplo, ao reivindicar o atendimento do seu direito ao lazer, solicitando à Prefeitura a construção de uma quadra de esportes, ao ser atendida, assume a responsabilidade pelos cuidados do bem em questão. Concretamente, isso significa que a cada “gozo de direito” corresponde uma nova ação do sujeito da cidadania, aquela que preserva o direito. Sendo assim, a ação de cidadania “não se aliena e nem se submete”, pelo contrário, a dinâmica do seu exercício é que dá o tom da emancipação do cidadão. (GEAQUINTO, 2002, p. 17)

Já no campo da comunicação, Cicilia Peruzzo (2007, p. 54) aponta que “aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos meios de comunicação popular, como um direito de cidadania” e o crescimento em favor do direito à comunicação. Dessa forma, a cidadania passa a ser um conceito que varia no tempo-espço, conforme o contexto em que é vivida, podendo ganhar diferentes significados a partir da subjetividade de quem a exerce, obtendo seus direitos de cidadão, sejam eles civis, políticos e sociais.

Peruzzo (2002, p. 209) afirma que “o status de cidadão é uma construção social que vem se modificando ao longo da história, numa extensão que varia conforme os

países”. Para a autora (2002, p. 207), “a cidadania foi fundada em concepções de sociedade, e como tal, são essas concepções que orientam a cidadania”, ao direito de ser pertencente a uma nação, o direito de ir e vir livremente, a participação política (votar e ser votado), o direito da liberdade de expressão, direito de ter documentação como identidade, entre outros aspectos.

Porém, quando se trata de “cidadania comunicativa”, o campo da Comunicação, na América Latina, a partir de Paulo Freire e da sua proposta mais conhecida como a educação popular, visualiza a possibilidade de trabalhar com a comunicação popular, como um processo para leitura crítica dos meios e do mundo sobre a construção de espaços, onde o diálogo seja exercido.

Para problematizar a contribuição da comunicação popular para o fortalecimento da cidadania, também é importante apresentar aqui a concepção de cidadania considerada pelo PEA-TP como o “exercício de direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição Brasileira” (CIDADÃOS EM AÇÃO⁴, 2014), acrescido do pensamento de Rezende Filho (2001), que aponta cidadania como o relacionamento entre uma sociedade política e seus membros. Em outras palavras, ser cidadão está relacionado a um modo de estar em sociedade e tem como referência os direitos humanos: os valores da igualdade, da democracia e da justiça social. Nesse caso, acredita-se que refletir o potencial que a educação e a comunicação popular têm como promotor de cidadania são importantes para compreender as práticas comunicacionais aplicadas no Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã, cujo objetivo é empoderar os sujeitos da ação educativa em um exercício continuado e crescente de abertura de espaços para o protagonismo do controle social dos *royalties* do petróleo.

No entendimento de que cidadania é o mesmo que conquista de direitos, É importante citar que no Brasil, esse entendimento de cidadania tem a sua própria história.

Em nosso país, os direitos sociais surgem das lutas dos trabalhadores por um salário digno, pelo direito de usufruir da riqueza e dos recursos por eles

⁴ As cartilhas elaboradas pelo PEA-TP estão disponíveis no site www.territoriosdopetroleo.eco.br (<https://territoriosdopetroleo.eco.br/index.php/cartilhas/>)

produzidos, direito à moradia, saúde, educação e lazer. Diferentemente da experiência Europeia, em nosso país os direitos sociais foram adquiridos antes dos direitos políticos e civis. Foram, portanto os primeiros a serem garantidos, nos anos 1930, na era do Presidente Getúlio Vargas. Por sua vez, os direitos políticos e os direitos civis só foram garantidos, em 1988, na Constituição da República Federativa do Brasil, apelidada de Constituição Cidadã. O tema da cidadania aparece no inciso II do art. 1º como um dos fundamentos da própria República Federativa do Brasil e sua constituição como um Estado Democrático de Direito. Com a Constituição de 1988, os direitos políticos - que dizem respeito à participação no processo político de um país, ou seja, à possibilidade de qualquer pessoa ou grupo fazer manifestações políticas, organizar partidos, votar e ser votado - são garantidos a todos os cidadãos brasileiros. Antes, a vida política pertencia à elite, isto é, àquelas pessoas que tinham uma alta posição na sociedade, ao povo cabia o papel de espectador desinformado. Agora, as novas regras constitucionais garantem uma ampla participação popular nesse processo. CIDADÃOS EM AÇÃO, 2014, p. 12 e 13)

Tanto no Brasil como na Europa, pode-se perceber que os direitos que compõem a cidadania (civil, político e social) não foram uma conquista rápida e única. Tal progresso ocorre um passo após o outro, fruto de muita luta de gerações durante séculos até os dias de hoje.

Trazendo esse conceito de cidadania para a Bacia de Campos, no universo de luta do PEA-TP, observa-se de forma frequente a luta por direitos. Um exemplo disso são os pescadores de Macaé que conquistaram direitos sociais e passaram a receber da prefeitura, durante os três meses de Defeso do Camarão⁵, um auxílio de um salário mínimo e uma cesta básica por mês. Além disso, os pescadores recebem ainda do Governo Federal quatro salários mínimos por ano no período da Piracema⁶, que começa no dia 1 de novembro e termina no dia 28 de fevereiro de cada ano.

Outra conquista recente, agora já no campo social, são as mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca artesanal da região Norte Fluminense, que obtiveram o reconhecimento de seu trabalho, uma vez que, antes, somente os pescadores eram valorizados pela atividade, podendo obter direitos de registro profissional e acesso às políticas públicas voltadas à pesca. Exorta-se nessa questão que mediante a um dos

⁵ (G1, região dos Lagos, 25/02/2014). Disponível em <http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/02/macae-rj-cadastra-pescadores-para-recebimento-de-auxilio-durante-defeso.html>

⁶ É um fenômeno que ocorre com várias espécies de peixe ao redor do mundo. O nome piracema vem do tupi e significa: pira=peixe e cema=subida. O período da piracema se inicia a partir do dia 1º de novembro e vai até o dia 28 de fevereiro do ano seguinte. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/pesca/piracema>

projetos de educação ambiental promovido por uma das empresas que têm licenciamento para realização de atividades petrolíferas na região, essas mulheres participaram de um encontro para discutir e aprofundar suas lutas. E, assim, conseguiram fazer contato com o Ministério da Pesca e Aquicultura, conquistando o seu direito de ter uma carteira de profissional da pesca.

2.4 – Educação e comunicação popular no Licenciamento Ambiental Federal

Partindo do cenário de conquistas da cidadania promovidas pelos projetos de educação ambiental na Bacia de Campos, considera-se importante apropriar-se nesse subcapítulo da materialização da política pública de educação ambiental no Licenciamento Ambiental Federal (LAF) e suas conexões com a educação e Comunicação Popular, principalmente no que dizem respeito ao meio ambiente e à sociedade. Para tanto, é necessário retornar algumas décadas para compreender a luta até que os projetos de educação ambiental fossem estruturados como política pública de gestão ambiental do Ibama.

De forma inicial, é importante compreender alguns conceitos que serão tratados nessa parte do texto. O primeiro é sobre a Educação Ambiental Crítica (EA-C), e nesse caso específico, faz-se uma diferenciação entre esse primeiro conceito, comparado ao de Educação Ambiental Conservadora. É necessário abrir um parêntese aqui para explicar que há dezenas de conceitos de educação ambiental e não é objetivo desta narrativa discorrer e comparar todos esses conceitos, porém limitar-se ao conceito inicial, chamado aqui de conservador ao utilizado e norteador das ações educativas no licenciamento Ambiental Federal. Nesse caso, observa-se apenas a educação ambiental na divisão de duas vertentes: a primeira é a Educação Ambiental Conservadora (EA), cuja nomenclatura passa pelo modo tradicional, sendo realizada num ambiente formal, tratando da aquisição de princípios ecológicos gerais, mas não acrescentando mudanças paradigmáticas significativas às transformações necessárias à sociedade do século XXI. Ela se limita, muitas vezes, a iniciativas estereotipadas, pontuais e pré-fabricadas, observadas em projetos escolares,

comunidades, unidades de conservação, meios de comunicação, empresas. Um exemplo disso é a coleta seletiva de lixo, o plantio de mudas de árvores e a realização de semanas ambientais. Estas práticas em educação ambiental encontram-se, quase sempre, descontextualizadas da realidade socioambiental em questão. De acordo com Guimarães (2007) a Educação Ambiental Conservadora reproduz a ideologia e os valores do próprio sistema no qual a sociedade está inserida, que na opinião do autor são os pilares da crise ambiental:

Esta Educação ambiental tradicional, não pode e/ou não quer perceber as redes de poder que estruturam as relações de dominação presentes na sociedade atual, tanto entre pessoas (relações de gênero, de minorias étnicas e culturais), entre classes sociais, quanto na relação norte-sul entre nações, assim como também entre relações de dominação que se construíram historicamente entre sociedade de natureza. São nessas relações de poder e dominação que podemos encontrar um dos pilares da crise ambiental dos dias de hoje. (GUIMARÃES, 2007 p.35)

A segunda vertente é a Educação Ambiental Crítica, também reconhecida por outras denominações, tais como educação ambiental transformadora, participativa ou popular. Esta aplica conceitos de Paulo Freire e vem se consolidando como alternativa à uma educação ambiental hegemônica. Segundo Loureiro (2004), a Educação Ambiental Crítica busca promover o questionamento às abordagens comportamentalistas, reducionistas e dualistas no entendimento da relação cultura-natureza, tendo como busca, ainda, alcançar mudanças efetivas sobre a crise socioambiental. Nesse caso, os atores envolvidos no processo são capacitados a entender criticamente as dimensões econômicas, históricas, biológicas e sociais dos problemas socioambientais, incentivando a formação do cidadão crítico, capacitando-o a realizar reflexões sobre seu mundo e a interferir no mesmo.

Em síntese, a Educação Ambiental Crítica está alicerçada no exercício da participação social e da cidadania, como prática indispensável à democracia e à emancipação socioambiental.

Já explicadas as concepções de Educação Ambiental Crítica e seu distanciamento da outra vertente, é preciso reconhecer que a implementação da Educação Ambiental Crítica como medida mitigatória no Licenciamento Ambiental Federal foi um importante recurso na Gestão Ambiental Pública brasileira. Entende-

se como Gestão Ambiental Pública o conjunto de procedimentos e medidas administrativas que buscam gerenciar o uso dos recursos naturais e os impactos ambientais causados nas áreas de influência de empreendimentos.

Com o objetivo de compreender o Licenciamento Ambiental Federal como política pública, será retomada a construção desses procedimentos e medidas administrativas do Ibama que formulam e implantam os Projetos de Educação Ambiental (PEA), tendo ainda um recorte ainda mais específico, o licenciamento de petróleo e gás na Bacia de Campos (BC).

Nesse interim, é importante distinguir as diferenças de Licenciamento Ambiental e Licença Ambiental. Conforme define a Resolução CONAMA, nº 237, de 19.12.97, no art. 1º, inciso I, o Licenciamento Ambiental é:

O procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. (CONAMA, 1997). (grifos nossos)

Já o inciso II do mesmo artigo da Resolução do CONAMA diz que a Licença Ambiental é:

ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. (CONAMA, 1997). (grifos nossos)

Nesse caso, o Licenciamento Ambiental é um processo ou um conjunto de etapas que integra o procedimento administrativo que objetiva a concessão da Licença Ambiental. Ao longo do licenciamento ambiental podem ser concedidas licenças ambientais, permitindo o desenvolvimento de uma determinada atividade econômica causadora de impactos ambientais. A Licença Ambiental é entendida como uma espécie de outorga com prazo de validade concedida pela Administração Pública, referindo-se ao ato final de cada etapa do Licenciamento Ambiental.

Sobre as etapas do licenciamento, a Resolução CONAMA nº 237/07 prevê a concessão de três licenças ao longo do processo de licenciamento ambiental. De forma resumida (figura 1), é possível considerá-las em três fases: a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO). Serrão (2012) explica que, como fase inicial para obtenção da LP, a empresa solicita ao órgão ambiental um Termo de Referência para guiar a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do seu Relatório (EIA/RIMA). Essa Etapa culmina na convocação de audiência pública pelo órgão ambiental ou por qualquer entidade da sociedade. A respeito da audiência pública, nessa etapa a legislação ambiental prevê a participação da sociedade como prerrogativa do órgão ambiental, mediante a realização de audiências públicas antes da concessão da LP, porém a autora considera que essas audiências são fóruns meramente consultivos que, em sua grande maioria, não conseguem satisfazer a sociedade nela presente sobre os detalhes técnicos e possíveis impactos do empreendimento.

Após a análise do Estudo e das propostas que são feitas durante a audiência pública, o órgão ambiental emite parecer técnico que poderá aprovar a viabilidade ambiental do empreendimento e, portanto, recomendar a concessão da licença prévia ou, caso as informações do Estudo ainda não sejam suficientes para a tomada de decisão, são demandadas complementações do EIA à empresa, que tem prazo de até 45 dias para entregá-las. (SERRÃO, 2012, p. 163)

Seguindo na concepção das licenças, no caso de a LP ser concedida, para o início das obras é necessário, porém, a obtenção da LI. Considerada a segunda fase do Licenciamento Ambiental, a LI só será concedida após a apresentação do plano que contém os projetos de mitigação e de compensação de impactos que serão implementados pela empresa nessa etapa.

Cumprida a fase anterior, para que o empreendimento comece a operar, ele precisa requerer a LO, nesse caso, a última etapa do licenciamento, que só deverá ser concedida, caso o empreendedor tenha cumprido todas as exigências ambientais que constavam da LI, isto é, a LO só deve ser concedida caso as condicionantes da LI tenham sido devidamente postas em prática pela empresa licenciada. É importante

frisar que todas as licenças têm prazos de validade, e no caso da LO, essa precisa ser revalidada pelo órgão ambiental.

Figura 1- ETAPAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL



Fonte: Elaborada pela autora com base nas informações do IBAMA: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>

De acordo com Serrão (2012), o Licenciamento Ambiental no Brasil é uma adaptação dos modelos desenvolvidos internacionalmente e está baseado nos mesmos requisitos exigidos para viabilizar os investimentos de capitais estrangeiros e nacionais disponibilizados para a construção de grandes empreendimentos no país. A autora explica que no Brasil, tal procedimento é uma atribuição exclusiva do Estado e um instrumento de gestão ambiental, por meio do qual os órgãos ambientais autorizam a instalação e operacionalização de empreendimentos econômicos com potencial ou efetivamente poluidores.

É importante explicar que o Licenciamento Ambiental ocorre de acordo com a competência do órgão ambiental, variando conforme a unidade político-administrativa o empreendimento se instala. Quando os empreendimentos se localizam dentro de um único município, tal procedimento fica sob responsabilidade da prefeitura, tais como loteamentos, extração de lenha, mineração de areia, entre outros. Quando os limites ultrapassam as municipais, mas se limitam a um só estado, o licenciamento é de responsabilidade do órgão ambiental estadual. Mas quando o empreendimento se localiza em dois ou mais estados, ou em áreas marítimas de jurisdição nacional, como

é o caso da extração de petróleo e gás, o órgão responsável passa a ser o IBAMA (BRONZ, 2011).

Mendonça (2015) considera que no Brasil, “as medidas compensatórias do licenciamento ambiental estão alicerçadas no princípio do poluidor-pagador” (p. 363), tal princípio exige que poluidor custeie as medidas preventivas para eliminação ou neutralização dos danos ambientais, ou seja, esse princípio busca ‘assegurar a reparação econômica de um dano ambiental, quando não for possível evita-lo por meio de medidas de precaução.

A respeito das medidas compensatórias e mitigadoras dos danos ambientais, previstas pelo Licenciamento Ambiental, no caso específico do setor de petróleo e gás, desde 2004, a Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG/IBAMA) desenvolveu regras específicas para o desenvolvimento de Projetos de Educação Ambiental (PEA) com ênfase na Educação Ambiental Crítica, fomentando a construção de cidadania política e instituindo processos de conquistas de direitos e políticas públicas.

De acordo com Serrão (2012), esses PEA são voltados prioritariamente aos grupos socioambientalmente vulneráveis aos impactos provocados pelos empreendimentos, sendo listados pela autora como os principais impactos da atividade marítima de petróleo:

- i) aumento da taxa de imigração e alteração dos padrões de uso e ocupação do solo;
- ii) degradação ambiental marinha e costeira;
- iii) potencial de acidentes com derramamento de óleo;
- iv) restrição e exclusão de áreas marítimas utilizadas por outras atividades econômicas, principalmente a navegação e a pesca artesanal; e
- v) mudança do comportamento das espécies marinhas em virtude da presença das estruturas físicas, como exemplo, as plataformas e dutos. (SERRÃO, 2012, p. 181)

A autora ainda complementa, citando Piquet e Serra (2007), como impactos socioeconômicos dessa atividade a interferência na pesca artesanal, o recebimento das participações governamentais (PGs) na forma de royalties e de participações especiais, além da geração de serviços que provocam grandes desigualdades no desenvolvimento regional, no caso de esses recursos serem distribuídos de forma

desigual na região produtora de petróleo. Nesse caso, Piquet e Serra (2007) ressaltam em suas pesquisas que a aplicação dos recursos oriundos do petróleo na Bacia de Campos não proporcionou redução da desigualdade ou expressiva melhoria para a qualidade de vida da população local.

Nesse sentido, Monica Serrão (2012) explica que no licenciamento das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo, quatro medidas são orientadas para a mitigação e/ou compensação dos impactos das atividades licenciadas sobre o meio socioeconômico: Projetos de Comunicação Social (PCS), Projetos de Educação Ambiental (PEA), de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) e os Planos de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP). Nesse caso, o intuito é suscitar brevemente os PCS e enveredar na atuação dos PEA.

É relevante pontuar que desde 2007, são solicitados aos empreendimentos licenciados adotarem estratégias regionalizadas para compor o Programa de Comunicação Social Regional, evitando que os PCSs se sobreponham nas ações na mesma região. Como forma de mitigação de impactos, os empreendimentos licenciados devem, dentro dos PCSs, esclarecer às comunidades da área de influência desses empreendimentos a respeito de ocorrências de acidentes e incidentes entre as embarcações envolvidas na atividade e petrechos e/ou embarcações de pesca artesanal, permitindo a indenização dos pescadores, caso sejam causados quaisquer danos; manter um canal de comunicação entre as comunidades e o empreendimento, para esclarecer dúvidas e receber críticas e sugestões; promover debates sobre a cadeia produtiva de petróleo e seus impactos socioambientais, criando mais um espaço de participação da sociedade durante o processo de Licenciamento Ambiental; atuar como suporte de comunicação para todos os programas e projetos ambientais em desenvolvimento, referentes ao processo de licenciamento, entre outras ações.

Em relação aos PEA, sua implantação está de acordo com a legislação ambiental em vigor, sendo obrigatória aos empreendimentos licenciados. O Projeto de Educação Ambiental é uma condicionante de licença e suas ações visam minimizar os riscos e os impactos da atividade sobre os grupos afetados por ela. Conforme

afirma Serrão (2012), o PEA deve ser elaborado segundo os princípios básicos da educação ambiental definidos na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), na lei nº 9.795/99 e pelo Decreto nº 4.281/02, que a regulamenta.

o PEA deve proporcionar meios para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades e contribuir para o desenvolvimento de atitudes visando à participação individual e coletiva na gestão do uso sustentável e na conservação dos recursos ambientais, bem como, na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade ambiental (meios físico-natural e sociocultural). (SERRÃO, 2012, p. 189)

Mendonça (2015) comenta que os PEA constituem condicionantes de LOs de empreendimentos marítimos de produção e escoamento de petróleo e gás natural da Bacia de Campos. Em 2013 o programa regional PEA-BC, situado no estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo, sob a área de influência dos empreendimentos da Bacia de Campos, contava com oito projetos em desenvolvimento. São eles: Projeto NEA-BC, Pescarte e Territórios do Petróleo (Petrobras); QuiPEA (Shell); Projeto REMA (Chevron); Projeto Observação (HRT); Projeto Foco (Statoil); e PEA OGPar. De acordo com o autor, o Pescarte e o Territórios do Petróleo são conduzidos por um grupo de professores e pesquisadores da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF; os demais projetos são conduzidos por empresas de consultoria.

Um dos fatores interessantes que Mendonça levanta é que alguns desses PEA chamaram a atenção do campo da pesquisa, sendo temas de investigação em nível de mestrado e doutorado, o que serve de reflexões sobre a viabilidade da educação ambiental crítica em processos de licenciamento.

A pesquisa de BERNAL (2012), por exemplo, destacou como determinados PEAs desenvolvidos em municípios do Norte Fluminense podem estar influenciando aspectos da gestão ambiental dessa região. Já as pesquisas de ANELLO (2009) e de VASCONCELLOS (2012), respectivamente sobre o PEAC e o PIPP, trouxeram importantes contribuições para a discussão a respeito de como eles estão influenciando a vida dos grupos sociais envolvidos nas ações. Nas conclusões dessas pesquisas, há dois pontos comuns que merecem ser salientados. O primeiro deles é o que enfatiza a importância dos PEAs como espaços de participação de agentes sociais mais fragilizados, em relações desiguais de poder com a indústria do petróleo e outros setores privados. (MENDONÇA, 2015, p. 378)

Ao observar o funcionamento dos PEAs e o papel da Educação Ambiental nas últimas décadas, faz-se necessário voltar-se à trajetória nacional da Educação

Ambiental na gestão pública de meio ambiente, voltando o olhar para 1973, na criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), ligada ao Ministério do Interior. Serrão (2012) cita que em 1981 a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) foi institucionalizada no Brasil, constituindo-se o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), nesse cenário, a função educadora já compunha os objetivos da PNMA.

Criado em 1989 a partir da fusão de quatro instituições ligadas à área ambiental - Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), Superintendência da Borracha, Superintendência da Pesca e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – o Ibama desenvolve as primeiras Diretrizes da Educação Ambiental em 1991 “em atendimento às determinações da Política Nacional de Meio Ambiente e pela demanda da realização da Conferencia RIO-92”. (SERRÃO, 2012, p. 193).

Em 1992, foram criados, no Ibama, os Núcleos de Educação Ambiental (NEA), buscando operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual.

Entre muitas ações e lutas do órgão ambiental na década de 1990, pode-se citar como a principal delas a institucionalização da educação ambiental com a promulgação, em 1999, da Lei 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), regulamentada pelo decreto nº 4.281 de 2002.

A partir desse momento, as ações desenvolvidas no IBAMA estavam respaldadas em uma legislação específica, que garantiu a ampliação da proposta internamente para os diferentes setores sob a responsabilidade do instituto, dentre os quais o licenciamento ambiental. (SERRÃO, 2012, p.195)

A autora, citando Saisse (2012), complementa que em 2002, a Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) é formalizada na estrutura do IBAMA, possibilitando recursos no orçamento anual do IBAMA para educação ambiental.

No âmbito do licenciamento federal de petróleo e gás na Bacia de Campos, em 2006, a Petrobras encaminhou ao Ibama o documento “Agenda de Compromissos do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos – PEA-BC”, no qual a empresa propôs um cronograma com todas as fases previstas para a elaboração e implementação do Programa. Em 2007, Petrobras e Ibama assinaram o Termo de Compromisso para Execução do PEA-BC.

Esse documento celebrou um acordo inédito entre empresa e órgão ambiental, englobando tanto os empreendimentos em regularização (aproximadamente 40) que constavam do Termo de Ajuste de Conduta da empresa com o Ministério Público e IBAMA, os que estavam licenciados, além de prever a inclusão dos futuros empreendimentos no Programa de Educação Ambiental da bacia de Campos. O TC consolidou o formato de PEAs regionais no licenciamento ambiental federal de petróleo e gás, permitindo sua institucionalização no IBAMA, ao mesmo tempo em que conferiu segurança jurídica ao modelo proposto pela CGPEG/CGEAM. (SERRÃO, 2012, p. 205)

De 2008 a 2012, na Bacia de Campos, foi realizado o Diagnóstico Participativo do PEA-BC. Em 2010 o Ibama publicou a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 001/10, que consolidou e avançou na proposição de diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente por bacia de produção. “O objetivo desse documento foi melhorar os parâmetros para a elaboração dos PEAs, buscando diminuir a subjetividade das análises realizadas sobre os projetos e programas apresentados pelas empresas” (SERRÃO, 2012, p. 215).

Dentre as linhas de ação propostas nessa Nota Técnica, está prevista a elaboração de PEAs que desenvolvam ações voltadas para a:

- (i) organização comunitária para a participação no licenciamento ambiental, Linha de Ação A; o
- (ii) controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural, Linha de Ação B; o
- (iii) apoio à elaboração, à democratização, à discussão pública e à fiscalização do cumprimento das diretrizes de Planos Diretores municipais, Linha de Ação C;
- (iv) a ser proposta pela empresa, Linha de Ação D;
- (v) projetos compensatórios para populações impactadas por empreendimentos de curto prazo, Linha de Ação E; e o
- (vi) apoio à discussão e ao estabelecimento de acordos para a gestão compartilhada das atividades na zona marítima, Linha de Ação F. (SERRÃO, 2012, p. 218)

Esses PEAS foram elaborados de acordo com os resultados de diagnósticos participativos, realizados com os sujeitos e grupos sociais afetados pelos empreendimentos. Nesse sentido, os PEAs foram propostos a partir das reais necessidades das populações locais, que construirão de forma participativa, agendas

para orientar as ações educativas, contemplando ainda a educação não formal e as metodologias participativas.

Mendonça (2015), apud Serrão e Mendonça (2013), comenta que o PEA é um projeto de longa duração, pois está associado ao tempo de duração do empreendimento de produção (ou seja, décadas), mas é executado em ciclos de dois ou três anos, tendo como exigência para todas as fases o uso de metodologias participativas.

A primeira etapa já deve ser um diagnóstico participativo, que resulta na proposição de questões que compõem uma agenda comunitária, com demandas e prioridades. A segunda etapa é a elaboração e execução de um projeto escolhido coletivamente dentre as demandas do diagnóstico, a partir da negociação entre os grupos sociais e a empresa, sob a supervisão da CGPEG. Esse projeto deve promover ações coletivas, atender às exigências legais e permitir que haja sua manutenção durante o período para o qual foi planejado, isto é, o ciclo de dois ou três anos. (MENDONÇA, 2015, p. 376).

É importante considerar que a política pública ambiental brasileira tem uma perspectiva histórica de muitas lutas e reformulações que começa no processo de industrialização e segue até o século XXI. Dentre as várias etapas para concessão da Licença Ambiental para operar a extração de petróleo e gás está a implantação dos PEAs como condicionante, cujo objetivo é mitigar os impactos da cadeia produtiva. A intenção é que esses PEAs promovam integração das comunidades em condições de vulnerabilidade, e mais: estimular a articulação e participação desses sujeitos em processos decisórios da gestão ambiental e política local, podendo assim, proporcionar transformação de realidades de vida nesses sujeitos da ação.

De acordo com Mendonça (2015), o programa regional PEA-BC, abarcava municípios costeiros do Rio de Janeiro e do Espírito Santo sob a área de influência dos empreendimentos da Bacia de Campos. Em 2015, em sua pesquisa, o autor enumerou oito projetos em desenvolvimento e as condicionantes relativas aos empreendimentos: "(i) Projeto NEA-BC, Pescarte e Territórios do Petróleo (Petrobras); (ii) QuiPEA (Shell); Projeto REMA (Chevron); (iii) Projeto Observação (HRT); (iv) Projeto Foco (Statoil); e (v) PEA OGPAr323." (MENDONÇA, 2015, P. 377)

Naquela época o Pescarte e o Territórios do Petróleo eram projetos em início de implantação e possuíam um diferencial, comparado aos outros projetos da Bacia

de Campos na época. Ambos eram conduzidos por um grupo de professores e pesquisadores da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Os outros seis projetos eram conduzidos por empresas de consultoria. Alguns desses projetos têm uma sede em cada município de abrangência. Nessa comparação, uma particularidade específica do Territórios do Petróleo e Pescarte era a convergência entre ação e pesquisa; prática e produção de conhecimento proporcionados pelos dois projetos.

Em 2021, o cenário dos PEAs implantados e em funcionamento no PEA-BC mudou um pouco, perdendo a execução de dois projetos: O PEA-Rema e o PEA OGPar323. Os seis Projetos de Educação Ambiental atuantes na Bacia de Campos já estavam bem estruturados e alguns já executando o plano de trabalho da fase III, como é o caso do PEA-TP e PEA- Pescarte. Abaixo estão relacionados os PEAs em ação na Bacia de Campos em 2021 e suas áreas de atuação.

O PEA-Foco trabalha prioritariamente com mulheres que estão relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal das seguintes comunidades pesqueiras: Gargaú, Sossego, Guaxindiba, Barrinha, Lagoa Feia e Barra do Itabapoana, localidades do município de São Francisco do Itabapoana/RJ, além de comunidades de Atafona, Açú e Quixaba, em São João da Barra/RJ. A partir de 2020 o projeto iniciou sua expansão para Região dos Lagos, contemplando os municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio.

Outro projeto em execução é o Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC). Seu objetivo é implementar observatórios municipais de monitoramento de questões ambientais e atua com jovens e lideranças comunitárias de treze municípios litorâneos do estado do Rio de Janeiro. São eles: Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, Armação de Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

O PEA-Pescarte é outro projeto que trabalha com o público da pesca, priorizando pescadores artesanais e seus familiares nos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e

São Francisco de Itabapoana. Em 2021 o Pescarte iniciou sua fase III e aumentou seu campos de atuação, incluindo Armação dos Búzios, Rio das Ostras e Carapebus.

Já o PEA-QUIPEA atua com comunidades quilombolas existentes na Bacia de Campos. São 21 comunidades presentes em 8 municípios: Sobara/Araruama; Maria Joaquina, Botafogo, Preto Forro e Maria Romana/Cabo Frio; Baía Formosa e Rasa/Búzios; Boa Vista, Bacurau, Machadinho, Mutum e Santa Luzia/Quissamã; Aleluia, Batatal, Cambucá, Conceição do Imbé/Campos; Deserto Feliz, Barrinha/São Francisco do Itabapoana; Boa Esperança e Cacimbinha/Presidente Kennedy/ES; Graúna/Itapemirim/ES.

Por último, a Bacia de Campos também é contemplada com a execução em 2021 do PEA- Rede Observação. Com um público diversificado, esse PEA realiza atividades em comunidades de pescadores artesanais, quilombolas e agricultores, a depender da área de abrangência. Essas atividades são ficadas na produção do audiovisual e do teatro, principalmente utilizando o conceito de Paulo Freire da “Pedagogia do Oprimido”.

Os municípios contemplados foram: Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Rio das Ostras, Macaé, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana e Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro e Presidente Kennedy e Itapemirim no Espírito Santo.

É importante considerar também que o Ibama, no papel de órgão fiscalizador fornece as diretrizes para que os projetos de Educação Ambiental inseridos nos PEA:

sejam capazes de proporcionar condições para o desenvolvimento de capacidades, (nas esferas dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes) visando a intervenção individual e coletiva, de modo qualificado, tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio ambiente, seja ele físico-natural ou construído. (IBAMA, 1995).

É nesse sentido que os PEA tornaram-se condicionantes de licença ambiental, surgindo iniciativas de projetos com o objetivo de mitigar o déficit informacional, utilizando conceitos e ferramentas da Comunicação Popular e a metodologia da Vigília Cidadã.

A esse respeito, O PEA-TP adota a noção da informação como conhecimento comunicado concebido como valor público pedagogicamente enraizado na matriz de Comunicação Popular. Retoma-se aqui novamente que o PEA-TP entende por Comunicação Popular ser uma forma emancipatória de expressão de segmentos excluídos da população, no processo de mobilização social comunitária ativa, visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social (PERUZZO, 2006). Nesta linha de pensamento, destaca-se a contribuição de Mário Kaplún (1985) que, ao se referir ao fenômeno da Comunicação Popular e alternativa, afirma tratar-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”. As mediações comunicativas, nessa perspectiva, são concebidas como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador”.

Nesse caso, Peruzzo (206) crê que a Comunicação Popular se recria continuamente na sua práxis adaptativa à diversidade de contextos e sujeitos, mas mantém seu potencial de instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente mais justa.

Na concepção do projeto, a Comunicação Popular na VC soa como uma intencionalidade que envolve a democratização da produção e de gestão da informação nos meios de comunicação em seus diversos formatos, incluindo a comunicação presencial dos NVC.

Ainda com base na perspectiva da Educação Popular, a apropriação e uso da comunicação no ecossistema do projeto propõe ser mais que transmissão de informações. De acordo com o Plano de Trabalho do projeto, é por meio do desenvolvimento do espaço transmidiático do PEA-TP (convergência de mídias que conjugam página eletrônica, Banco de Imagens e formas de comunicação contemporâneas) busca-se potencializar o agir comunicativo dos SAE na esfera pública, fortalecendo o protagonismo, o direito à informação do cidadão e nivelando conhecimentos e comportamentos coletivos.

Ou seja, um dos principais objetivos dos PEAs é que a comunidade seja o protagonista de si mesma e para isso são usados frequentemente instrumentos de empoderamento das comunidades mais vulneráveis no cenário brasileiro marcado pela desigualdade social.

Ainda como instrumento de empoderamento norteador do PEA-TP, a Vigília Cidadã propõe o exercício de compartilhar a informação aumentando o capital simbólico dos SAE (GANTOS, 2015, p. 1642), estimulando-se o desenvolvimento de uma “inteligência coletiva” em cada município de atuação do PEA-TP, possibilitando a esses indivíduos a aptidão para imaginar e debater um futuro comum desejado e inventar os meios reais para atingi-lo, num enfoque de planejamento cooperado. Sobre o conceito Vigília Cidadã, salienta-se que este será apresentado no capítulo seguinte.

Pelo exposto, observa-se que a política pública de educação ambiental no Licenciamento Ambiental Federal transita nas dimensões do artigo 6 da Constituição Federal (CF) quando diz que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, (BRASIL, 2015). Nesse caso, pode-se concluir que se não todos, a maioria dos PEAS instituídos na Bacia de Campos buscam dotar as comunidades afetadas pela indústria petrolífera de argumentos, saberes que estimulem a construção de ações emancipatórias no acesso a serviços públicos, principalmente no que tange a aplicação dos recursos dos *royalties*, como educação, saúde, moradia, transporte e cultura.

Por intermédio da educação ambiental crítica, a política pública, no âmbito socioambiental, passa a contribuir com o processo dialético Estado-sociedade civil. De acordo com Sorrentino 2005), é nesse viés que essa construção da educação ambiental como política pública, implementada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), implica em processos de intervenção direta, regulamentação e contratualismo que fortalecem a articulação de diferentes atores sociais (neste caso, no âmbito não formal da educação) e sua capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável

e educadora, formação de educadores ambientais, educomunicação socioambiental e outras estratégias que promovam a educação ambiental crítica e emancipatória.

Por fim, todo o esforço de implementação dos PEAs na Bacia de Campos, com anos de lutas e desafios, acertos e erros, tiveram o objetivo de desenvolver e fortalecer a consciência política dos indivíduos afetados pela indústria petrolífera. Foi e ainda é desejo dos envolvidos na implantação do licenciamento ambiental como política pública de educação ambiental que a conscientização, a luta por direitos garantidos por lei, dos direitos humanos, do compromisso ao diálogo e o respeito às culturas locais impregnem as comunidades, as academias e os grupos como um todo, porém é sabido que essa conscientização é lenta e gradativa, pois a educação ambiental trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política.

III - O PEA-TP E A VIGÍLIA CIDADÃ COMO QUESTÃO SOCIOEDUCATIVA

Tendo em vista que o objeto de análise dessa tese é o Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã (PEA-TP), esse capítulo é destinado a apresentar sua trajetória, desde a fase I, com suas características, atuações, dando sequência às fases II e III. Ainda na fase II, haverá um recorte específico para a oficina de educomunicação, ação educativa que deu o pontapé inicial à execução do Boletim Territórios do Petróleo por parte dos SAE. O intuito dessa narrativa é contar um pouco da história do projeto, que nasce 10 anos após os primeiros passos da implantação do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), promovida pelas Coordenações Gerais de Educação Ambiental (CGEAM) e de Licenciamento de Petróleo e Gás (CGPEG) do Ibama.

O capítulo também apresentará, ao final, o conceito de Vigília Cidadã, espinha dorsal do projeto, compreendida especificamente como um instrumento teórico que une a experiência universitária de ensino, pesquisa e extensão, realizada pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) e a política do Licenciamento Ambiental Federal, no âmbito do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) como uma das ferramentas para superar a desinformação utilizando três dimensões articulares: informação, comunicação e conhecimento, a partir da triangulação de ideias e práticas sociais que devem culminar no exercício qualificado de cidadania.

Entende-se que o percurso da Educação Ambiental na Bacia de Campos é iniciado a partir da implantação do PEA-BC, em 2010, por meio da Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama001/10, nesse contexto, o Ibama solicitou a realização do Diagnóstico Participativo à Petrobras, sendo parte das exigências do Ibama para o Licenciamento Ambiental Federal, como medida de mitigação dos impactos socioeconômicos. Entre outras ações, o PEA-BC prevê desde então o desenvolvimento de Projetos de Educação Ambiental pelas empresas que atuam na indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos. O Diagnóstico Participativo,

finalizado em 2012, foi um grande levantamento de informações a respeito dos impactos da cadeia de petróleo e gás, realizado junto às comunidades atingidas numa extensão litorânea de Maricá à São Francisco de Itabapoana, no Norte Fluminense.

Nesse levantamento, surgiu como um dos impactos considerados importantes as questões relacionadas à aplicação dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo. Em contraposição ao que se imagina, nem sempre a receita pública oriunda da extração de recursos naturais pode ser considerada positiva. No caso do Diagnóstico Participativo na Bacia de Campos, a falta de informação sobre a destinação desses recursos, bem como a aplicação incorreta foram apontados naquele documento como impactos negativos, ou seja, a população relatou um *déficit* informacional sobre a aplicação dos *royalties* pelas prefeituras locais.

No recorte para o Norte Fluminense e a Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, os municípios confrontantes com a Bacia de Campos, que produzia cerca de 69% do petróleo brasileiro em 2018 (ANP, 2018), tinham impacto financeiro positivo em suas receitas. Como compensação, os municípios recebiam pagamento dos *royalties* do petróleo desde o final da década de 1980, a partir da Lei 9.478/97 - Lei do Petróleo – que proporcionou um aumento significativo nas rendas dos municípios dessas regiões que, além de já serem beneficiadas pelo pagamento dos *royalties* a partir de critérios geográficos definidos pelas Leis 7.453/85 e 7.525/86, foram favorecidos com o incremento dessas receitas. Nos últimos 10 anos o potencial de exploração de petróleo se ampliou devido a novas descobertas do pré-sal, porém, autores como Serra e Terra (2006) acreditam que as populações mais vulneráveis socialmente só ficaram com o ônus do progresso da cadeia produtiva do petróleo e gás.

É nesse contexto que nasceu o PEA-TP, em 14 de maio de 2014, com o objetivo de ampliar a compreensão dos cidadãos a respeito das rendas petrolíferas e dos espaços de decisão sobre sua aplicação, fomentando a discussão pública dos processos de distribuição e aplicação dos *royalties* e participações especiais.

Na época, sob a orientação do Ibama, o projeto foi instituído a partir do convênio firmado entre Petrobras, a Universidade Estadual do Norte Fluminense

Darcy Ribeiro (UENF) e a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (FUNDENOR), sendo a Petrobras e Ibama instituições fiscalizadoras, a Uenf executora das atividades educativas e a Fundenor administradora dos recursos. Tal convênio teve a finalidade de qualificar as comunidades de 10 municípios do litoral fluminense com informações sobre *royalties* e participações especiais, além de conteúdos sobre licenciamento e educação ambiental, orçamento público, participação e controle social. Naquele ano, os municípios contemplados pelo projeto foram: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra. (GANTOS, 2016, p. 16)

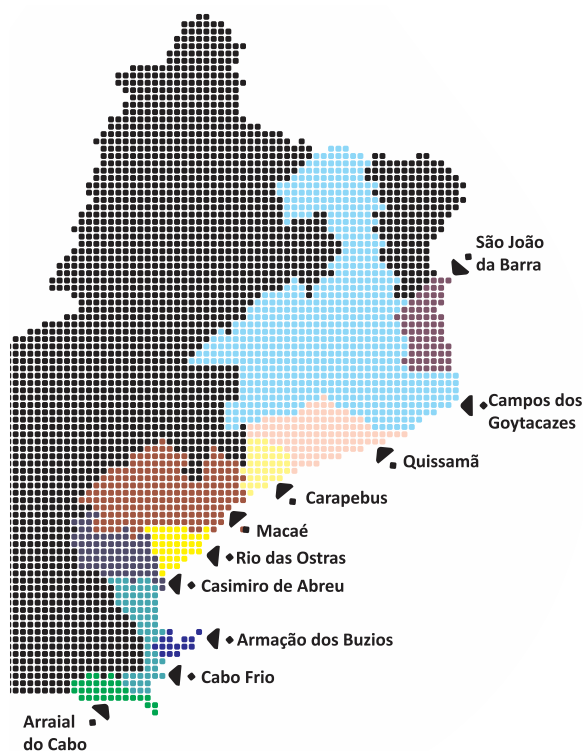
Como já explicado no capítulo anterior, a implantação de cada PEA atende a uma condicionante do Licenciamento Ambiental. No caso do PEA-TP, esse acolhe a uma condicionando do licenciamento ambiental federal, vinculada aos empreendimentos da Petrobras FPSO Cidade do Rio de Janeiro; FPSO Cidade de Rio das Ostras; FPSO Cidade de Campos dos Goytacazes; plataformas P-65; P-47; P-61 e P-63 todas como Licenças de Operação (LO). Além disso, como Licença de Instalação (LI) atende a condicionante do Projeto de Escoamento de gás para Cabiúnas – gasoduto Rota Cabiúnas.

O PEA-TP foi norteado em todas as três fases por um Plano de Trabalho, previamente elaborado e aprovado tanto pelo Ibama, quanto pela Petrobras e vincula-se à Linha de ação B – Controle Social da aplicação de *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural (NOTA TÉCNICA CGPEG/Dilic/Ibama nº 01/2010).

apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) pelo poder público municipal.

Cada Plano de Trabalho do PEA-TP tem tempo previsto de dois anos de execução, com ações e metas já definidas em cada plano de trabalho.

Figura 2- Os 10 municípios Fluminenses que integram o PEA-TP



Fonte: PEA-TP

Cada fase do projeto passou por um processo licitatório, coordenado pela Petrobras e a instituição administradora dos recursos do projeto precisa se adequar e vencer o processo licitatório. Por esse motivo, na fase II do projeto o convênio teve mudança de atores, sendo firmado entre Petrobras, Uenf e a Fundação Instituto de Administração (FIA).

3.1 Fase I: Uma caravana do Petróleo

Iniciada em maio de 2014 com o objetivo de mitigar a desinformação sobre as rendas petrolíferas na região, observada durante o Diagnóstico Participativo (DP) do PEA-BC (2012), a fase I (2014-2016) do PEA-TP foi marcada pelas etapas de sensibilização e formação, que buscou conhecer e se fazer conhecido pelas comunidades identificadas como vulneráveis aos impactos negativos da indústria de

petróleo e gás na Bacia de Campos (BC). Neste contexto, o trabalho de campo foi concentrado na identificação das instituições locais e suas lideranças, os grupos sociais pertencentes às localidades e os atores sociais com potencial de liderança.

A execução da fase I do PEA-TP durou 24 meses, sendo nucleada por professores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF (PPGPS), além de toda uma equipe técnica responsável pela gestão e execução das atividades, que perseguiram o objetivo de divulgar para um público amplo, utilizando um modelo de ação-intervenção educativa itinerante, informações sobre a origem e aplicação dos *royalties* do petróleo. Essa fase I foi composta por três ciclos de atividades consecutivas, sendo o ciclo I o de sensibilização comunitária; o ciclo II de formação e o ciclo III de implantação dos Núcleos de Vigília.

O ciclo I recebeu o nome de “A caravana “Territórios do Petróleo”, pois os profissionais do PEA percorreram os dez municípios, constituindo assim a primeira etapa da missão do projeto.

A visitação itinerante tinha como estrutura física uma unidade móvel, carreta adaptada com escritório e sala multimídia, e um conjunto de tendas que formam espaços expositivos e palco de atividades; foi projetada com duas funções básicas: oferecer aos visitantes um "Circuito Ambiental" (Totem interativo, Jogo colaborativo e Linha do Tempo) e desenvolver atividades socioculturais (Cinema Ambiental, teatro fórum, Mesa-Redonda, Oficina do Futuro e Reunião de Devolutiva).

Todo um projeto gráfico e visual da caravana foi desenvolvido por técnicos do PEA-TP tendo como objetivo principal a articulação e complementação na estrutura de informação de modo a viabilizar o processo comunicacional. (GANTOS, 2016, p. 103). Para os organizadores do projeto, esse foi o momento para disseminar informações, promover debates por meio de uma variedade de atividades pedagógicas e sensibilizar pessoas interessadas em compreender e envolver toda comunidade para discutir o que são e onde estão sendo aplicados os recursos dos *royalties*.

Figura 3 - Estrutura física da Caravana “Territórios do Petróleo”



Fonte: PEA-TP

A Caravana PEA-TP era um espaço considerado não formal de aprendizagem, que constitui a etapa de sensibilização comunitária do projeto. Entendida como um espaço pedagógico itinerante de mediação informacional, ela tomou muitos dos seus princípios no diálogo com os fundamentos da educação ambiental crítica.

Para que o projeto chegasse a cada um dos 10 municípios, foi necessário realizar um processo de negociação com as prefeituras municipais para a instalação da Caravana em praças públicas. Uma equipe composta por membros da Uenf e da Petrobras visitaram prefeitura por prefeitura apresentando o projeto audacioso pela magnitude e objetivo. Caetano e Smiderle (2016) apontam que tal ação foi norteadada pela diplomacia e respeito antes conquistados pelas duas instituições envolvidas.

A equipe que participou das visitas de apresentação diplomática tem o sentimento da recepção “hospitaleira”, o que pode ser revelado a seguir nos trechos extraídos dos relatos sucintos das primeiras visitas aos municípios feitos para a coordenação geral do projeto. (CAETANO E SMIDERLE, 2016, p. 124-125)

A Caravana PEA-TP dedicou-se a disseminar conhecimentos e despertar a Conscientização socioambiental nos moradores da região geográfica atendida pelo projeto ao longo de 11 meses, percorrendo duas vezes os dez municípios fluminenses abrangidos pelo projeto Territórios do Petróleo. Seu intuito foi o de atrair e sensibilizar

a população para o exercício de uma cidadania mais ativa e crítica em relação aos impactos da indústria do petróleo e gás nas suas localidades. É importante ressaltar que o público que o PEA-TP busca atrair é heterogêneo e bem diversificado.

Em relação ao público prioritário nas ações promovidas pelo PEA-TP, chamados de sujeitos das ações educativas, esse público é dividido em direto e indireto, conforme foram identificados no Diagnóstico Participativo (2012).

O público direto é formado por pessoas impactadas diretamente pela indústria de petróleo e gás, sendo composto por pescadores, quilombolas, assentados, membros de associações de moradores e trabalhadores rurais.

Já o público indireto, ou seja, aqueles que são convidados a participar das ações/atividades educativas abertas, de caráter público, é composto por representantes de associações comerciais, cooperativas, sindicatos e associações de professores da rede pública e privada, das agremiações estudantis, universitárias, entre outros grupos representativos da sociedade civil.

Após finalizar a etapa itinerante da caravana, o PEA-TP iniciou o ciclo II da fase I, composto pela formação técnica dos cidadãos mobilizados. Nesse momento, buscou-se, mediante a inter-relação dos grupos afetados e segmentos representativos da sociedade civil, estratégias e ações coletivas que os auxiliassem por meio do conhecimento e as tecnologias a efetivar o direito ao acesso às informações sobre os royalties originárias da esfera do poder público municipal, qualificando-os e alargando as formas democráticas instituídas de participação no controle social dessas receitas.

Nesse sentido, nesses processos de qualificação foram realizadas as Oficinas de Formação em todos os 10 municípios, sendo consideradas como importante papel pedagógico dentro do plano de ação do PEA, por conta do acolhimento e preparação dos indivíduos mobilizados e selecionados ao longo das duas passagens da caravana.

Nas Oficinas, foram aprofundados os principais conceitos e questões focalizados pelo projeto, e disponibilizadas as ferramentas necessárias para a consecução de seu objetivo maior: mitigar a desinformação da população a respeito da origem e da utilização das rendas petrolíferas (royalties e participações especiais) pelos poderes públicos municipais, incentivando o controle social dessas receitas em escala local. (GANTOS, 2019, p. 21)

O intuito das oficinas foi, assim, contribuir para a preparação dos participantes para exercerem o papel de agentes multiplicadores de informações nos futuros NVC municipais. Ao final do primeiro ciclo do projeto, os NVC estavam prontos para serem consolidados ao longo do segundo ciclo, dando continuidade ao cumprimento da condicionante legal do licenciamento ambiental.

Nesse cenário, o desafio de começar a instruir politicamente os indivíduos que tiveram o interesse despertado na Caravana sobre a temática “*royalties* do petróleo” estava lançado. Os cidadãos foram convidados a participar das reuniões nos NVC implantados nos 10 municípios da Bacia de Campos.

Nesse percurso, esses cidadãos passam a receber orientação não formal, alfabetização digital e audiovisual, com o objetivo de gerar e disseminar de informação qualificada sobre controle e participação social nas esferas públicas sobre a temática “*royalties* do petróleo”.

Nesse caso, a expectativa do PEA-TP era ampliar a capacidade de compreensão pública do papel e das formas contemporâneas de efetivar a participação comunitária qualificada no controle social na distribuição e aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) pelo poder público municipal.

No PEA-TP, todas as ações, especialmente a participação, visaram tornar os processos de controle social mais transparentes e democráticos, por meio do fortalecimento dos mecanismos institucionais de controle social como conselhos de políticas e audiências públicas. A incidência do PEA-TP se exerce na construção e na difusão de conhecimentos necessários para que o controle social se torne mais transparente e democrático.

A fase I do PEA-TP foi encerrada em agosto de 2016, tendo como amarra para a fase seguinte a implantação dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) em cada um dos 10 municípios atendidos pelo projeto. Segundo o Plano de Trabalho do PEA-TP – Fase II, para compor cada Núcleo de Vigília Cidadã (NVC), considerou os seguintes critérios: participação nas atividades promovidas pelo projeto, perfil de formador de opinião (a partir da participação nas ações), interesse na proposta do projeto e

pertencimento às comunidades identificadas no DP. O projeto culmina sua Fase I com a formação dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) nos dez municípios de sua área de abrangência, após sucessivas atividades formativas.

Faz-se necessário acrescentar que desde a fase I até a fase III do PEA-TP, além das ações pedagógicas executadas, a pesquisa científica dentro do escopo da educação ambiental é executada no projeto concomitantemente com as ações da educação popular. Tais pesquisas são apresentadas à comunidade científica por meio de publicação de artigos científicos, cartilhas e livros, bem como disseminada entre os comunitários na forma de oficinas e seminários de formação. Nesse caso, o PEA-TP diferencia-se dos demais projetos executados no PEA-BC por desempenhar esse papel de produção científica.

3.2 Fase II: Consolidação dos Núcleos de Vigília Cidadã

Depois de um intervalo de cerca de um ano, em setembro de 2017, a fase II de ação do PEA-TP foi implantada com a missão de promover em dois anos ações pedagógicas no campo da educação ambiental crítica, conceito esse que perpassa a educação popular, e consolidar nos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) a perspectiva de constituir uma identidade grupal e de possibilitar uma conexão entre as localidades e os grupos sociais identificados como vulneráveis aos impactos em cada município.

Esta fase, que durou até 2019, buscou fortalecer os grupos dos sujeitos sociais participantes dos NVC com atividades formativas e avaliativas, buscando ampliar a participação desses indivíduos no controle social das rendas petrolíferas nos municípios da Bacia de Campos.

O Plano de Trabalho foi composto por uma série de atividades que variaram desde as reuniões ordinárias quinzenais ou mensais em cada NVC até oficinas com pesquisadores da Uenf para trabalhar temas variados, todos ligados ao controle social das rendas petrolíferas. O trabalho dessa fase no PEA-TP, segundo os pesquisadores participantes, foi realizado numa perspectiva coletiva, possibilitando troca de saberes no contexto das atividades desenvolvidas, ressignificando assim, o processo pedagógico e o imaginário dos grupos afetados e participantes dos NVC. Nesse

sentido, durante toda a Fase II as ações educativas objetivaram oportunizar o sentimento de pertencimento aos NVC, a valorização dos saberes tradicionais e o aprofundamento do PEA-BC no conhecimento local e regional considerando a Bacia de Campos.

De acordo com o Plano de Trabalho da Fase II, a ênfase das ações educativas da Vigília Cidadã foi dada na ampliação do conhecimento e análise crítica a respeito da composição e volume das rendas petrolíferas, da morfologia e funcionamento do orçamento público municipal e da identificação dos conflitos, problemas e potencialidades dos municípios e das microrregiões para o exercício do controle social na esfera da transparência do acesso à informação.

Cabe destacar que cada NVC foi implantado tendo como atuação um agente de mobilização, um técnico local e um técnico de apoio. Essa equipe, que trabalhava na sua esfera municipal recebeu apoio pedagógico da coordenação do PEA-TP, além do grupo de pesquisadores que atuavam na pesquisa e na realização das oficinas.

Outro fator importante a destacar são algumas características dos grupos afetados e participantes dos NVC. A primeira e delas é a heterogeneidade. De acordo com Silva e Filho (2019), a heterogeneidade é um elemento presente nos grupos sociais distintos inseridos nos NVC.

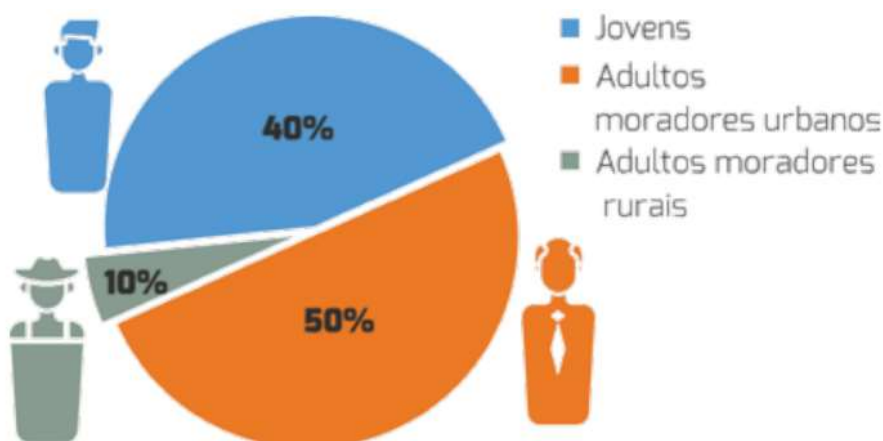
Os autores identificaram comunidades tradicionais tais como: quilombolas, pescadoras/es, agricultoras/es e assentadas/os compondo o corpo de Sujeitos da Ação Educativa (SAE) dos NVC. Esses SAE também foram identificados pelos pesquisadores por suas faixas etárias, tendo apresentado diversidade entre jovens, adultos e idosos. Já no quesito geográfico, foi observado a presença nos NVCs moradores rurais e os moradores urbanos.

A definição do público atendido pelo projeto foi, desde a constituição da proposta pedagógica que subsidiou as ações, elemento de relevância. A opção por um público diversificado, inicialmente, ocorreu em atendimento ao preconizado pela Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama No 01/10 - Programas de Educação Ambiental - Linha de Ação B(...) Para isso, o Diagnóstico Participativo (DP) do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) foi o alicerce da definição do recorte espacial tanto no âmbito regional quanto na esfera municipal, considerando os grupos sociais e as localidades identificadas como vulneráveis aos impactos da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos (BC). (SILVA E FILHO, 2019, p. 47).

É interessante observar que esses indivíduos, mesmo com suas diferenças geográficas, de faixas etárias e de grupos sociais distintos, são afetados diretamente pelos recursos oriundos da extração de petróleo e gás e sofrem interferências e alterações em seus cotidianos, já que são residentes em municípios petrolíferos. (SILVA E FILHO, 2019, apud (SERRA; TERRA e PONTES, 2006) Ainda tratando das características dos participantes dos NVC, na segunda fase do projeto, cabe destacar que dois grupos foram percebidos, cujos trabalhos foram direcionados pela equipe técnica do projeto: jovens de 12 a 29 anos e adultos acima de 30 anos, incluindo idosos.

A questão geográfica também foi considerada importante no PEA-TP, distinguindo assim os participantes em jovens, adultos moradores urbanos e adultos moradores rurais, seguindo as características do interior fluminense. De acordo com Plano de Trabalho – Fase II do PEA-TP, tal distinção foi utilizada para direcionar estratégias metodológicas e ações específicas para cada grupo de forma específica com o objetivo de atingir e atender de maneira mais eficiente cada grupo atendido pelo PEA-TP.

Gráfico 1: Público dos NVC separados por categoria

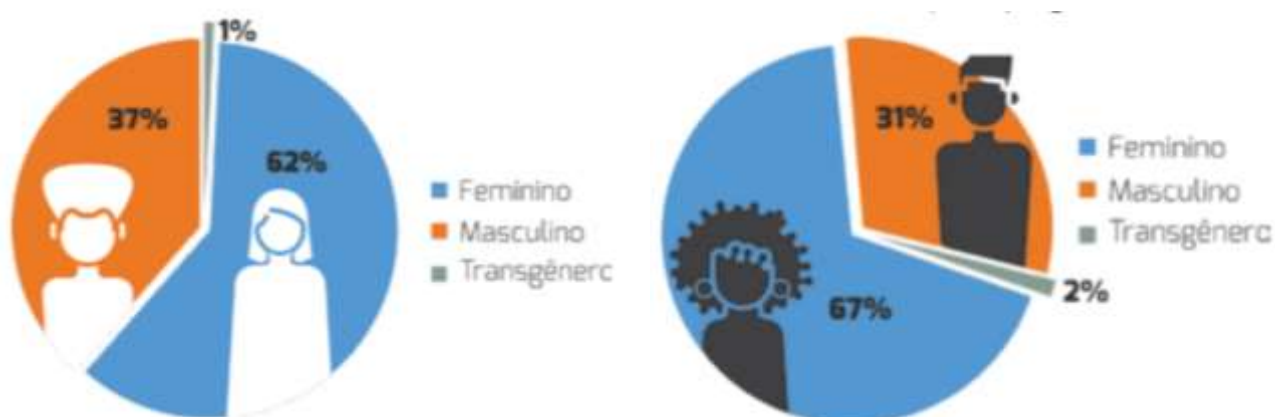


Fonte: SILVA E FILHO, 2019.

Outro fator interessante que cabe destacar é o gênero como característica dos indivíduos participantes dos NVCs no PEA-TP. A pesquisa observou que 62% do total de participantes na fase II eram mulheres. Os autores entenderam, a partir desse dado

que elas têm se envolvido e participado mais do projeto e que tem se interessado por temas como os debatidos no projeto. É curioso que quando a estratificação é feita apenas na categoria Jovens, essa expressividade é ainda maior, com 67% de participação feminina nas atividades dos NVCs do PEA-TP.

Gráfico 2: Público dos NVC por gênero Gráfico 3: Público jovem por gênero



Fonte: SILVA E FILHO, 2019.

Outro dado relevante dos participantes dos NVCs na fase II do PEA-TP é a renda média dos indivíduos. De acordo com Silva e Filho, 2019, a maior parte dos membros, (36%) declarou receber uma média mensal de até 1 salário mínimo. Somada a taxa dos que afirmaram não possuir renda alguma (14%), essas duas parcelas de pessoas contemplam 50% do total entrevistado.

Esses NVCs, se tornaram espaços de participação e divulgação de informações por meio dos encontros nas reuniões ordinárias. Estruturaram-se como redes de trocas afetivas, de apoio e cultivo do entorno (GANTOS, 2016, p. 33). Nesse aspecto o projeto se propôs promover e acompanhar um processo educativo popular que possibilitasse aos atores sociais participantes mitigar o *déficit* informacional identificado sobre *royalties* do petróleo e progredir no conhecimento e no acesso a dispositivos democráticos de controle social, principalmente dos grupos mais vulneráveis na cadeia produtiva petrolífera. Esta proposição se deu no

desenvolvimento territorial de Núcleos de Vigília Cidadã na emergência de novos espaços comunitários de comunicação popular, inclusão digital e acesso a cidadania.

Ainda traçando um perfil dos participantes dos Núcleos de Vigília Cidadã, observa-se ainda como importante o tempo de entrada e de permanência dos membros dos NVC. Nota-se que mais da metade dos membros entrevistados, 52%, ingressou na fase I do projeto e permaneceu na dinâmica proposta pelo projeto na fase II, com as reuniões nos 10 NVCs. Para Silva e Filho, 2019, esse dado é significativo por toda dificuldade financeira dos sujeitos e também devido a paralisação do projeto ocorrida entre a fase I e a fase II, “o que ainda assim não impediu a remobilização dos integrantes”.

O fato é que no Norte Fluminense, a partir da atuação do PEA-TP, observou-se que a utilização dos recursos dos *royalties* e das participações especiais vem ocupando a atenção dos grupos sociais que desejam compreender sua origem e destinação em benefícios de todos e, por essa razão, a comunicação popular tem sido uma das principais ferramentas de políticas públicas de cunho social. Essa participação de público diverso nas ações do PEA-TP constitui-se, portanto, em grande potencialidade, tanto ao se considerar a garantia de direitos à participação e intervenção na realidade socioambiental, quanto na valorização do direito a um processo educacional e comunicacional que reconheça seus saberes e viabilize a efetividade das ações capazes de transformar saberes comuns em conhecimentos que promovam autonomia na vida social.

Partindo da caracterização dos participantes dos NVCs, é importante fazer um recorte ainda na fase II do Projeto de Educação Ambiental “Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã” (PEA-TP) e observar como a educomunicação foi aplicada como ferramenta nos NVC, tendo como premissa a leitura mais crítica dos meios de comunicação, apropriação do conhecimento legal da aplicação dos *royalties* do petróleo e dos instrumentos de controle social, conforme define o Ibama, pela sua linha de ação B – Controle Social da aplicação dos *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás. (NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10). Tal linha de ação propôs desenvolver, com um público diversificado, o

acompanhamento, a divulgação e a discussão pública em torno do recebimento e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e de participações especiais) pelo poder público municipal. Para o Ibama, esta linha de ação justifica-se pela necessidade de mitigação dos impactos produzidos pela atividade licenciada sobre a organização político-econômica dos municípios da região.

Nesse sentido, entre muitas outras ações previstas para a fase II do PEA-TP, destaca-se como temática relacionada a essa pesquisa a meta da realização da Oficina de Educomunicação. A atividade foi executada por um grupo de técnicos e pesquisadores com formação profissional em áreas da comunicação, tais como jornalismo e designer gráfico. Em suma, a oficina percorreu os 10 municípios atendidos pelo PEA-TP durante os primeiros 12 meses de atividade da fase II, compreendendo o final de 2017 e todo o ano de 2018, utilizando, inclusive, nas atividades propostas, a metodologia participativa inerente a toda a fase II do projeto.

Os encontros entre pesquisadores e participantes dos NVC proporcionavam a reflexão a respeito do exercício diário da Vigília Cidadã, amparados por questões ligadas à representatividade, imaginário social, mobilização e diálogo com as comunidades presentes nos NVC. O trabalho dos pesquisadores estava proposto pelo campo teórico-prático da educomunicação, porém ampliando o sentido da postura crítica e reflexiva frente aos conteúdos dos meios de comunicação, acrescentando ainda a metodologia da Vigília Cidadã. Durante as atividades dialógicas dos encontros, buscou-se criar uma rede compartilhada de vigília, utilizando ferramentas das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) e compartilhando formas de monitoramento de dados disponíveis nos sítios públicos do ciberespaço na temática *royalties* do petróleo.

Os comunitários aprenderam a acessar e compreender dados disponíveis nos sites da Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP), sobre repasses de receitas petrolíferas aos municípios e estados, aprenderam a interpretar dados publicados em Diários Oficiais das prefeituras e Governos do Estado. O objetivo era despertar o senso crítico dos participantes dos NVC sobre a produção de notícias na mídia tradicional e mais: compreender como acessar e interpretar as informações numéricas

disponíveis pelos órgãos públicos, estimulando assim a reflexão sobre como são produzidos e consumidos esse tipo de conhecimento todos os dias, estimulando uma postura crítica, a partir dos conceitos da Educação Popular.

Nesse sentido, é importante relatar a dimensão pedagógica dessas oficinas realizadas pelo PEA-TP na fase II, amparadas por elementos de um ecossistema comunicativo. O grupo executor da oficina se amparou no pensamento de Anjos (2013), quando diz que o êxito das estratégias mediadas não depende exclusivamente da tecnologia, mas sim do aspecto pedagógico e da sensibilidade assumida pelo indivíduo diante das interações da comunicabilidade. Ou seja, não basta ter acesso à tecnologia e saber operá-la. Faz-se necessário construir uma percepção diferenciada que pode ser chamada de ecossistema comunicativo. Para os pesquisadores que realizaram a oficina, esse conceito, observado primeiramente em J. Martin-Barbero e corroborada por Soares (2002), se tornou relevante na conversação proposta com os NVC, traduzindo aquela experiência em apresentar possibilidades no âmbito da comunicação para estimular “o ficar com a antena ligada”. (SMIDERLE, Et.al, 2019)

Ao trabalhar com esse conceito de Barbero, era sugerido então uma geometria nas ações dos encontros um percurso da ação comunicativa, apresentando um tripé de atuação para o aprendizado: conhecer-decidir-mobilizar, podendo ser considerada como um diferencial entre as ações práticas encontradas na literatura a respeito do trabalho desenvolvido por comunicadores que se apropriam da educomunicação.

Na trilogia, o aspecto “conhecer”, na perspectiva aplicada pelos executores da oficina, trata de levantar questionamentos que estimulem a busca do conhecimento por parte dos participantes dos NVCs.

O que se deve buscar conhecer nos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC)? Por exemplo, a origem e a aplicação dos recursos de royalties e das participações especiais? O orçamento público e as leis que impactam o nosso município? As regras que regulam espaços de participação? A conjuntura econômica do país e da região? Os diagnósticos e tendências sobre o desempenho da Bacia de Campos? A agenda de projetos da Prefeitura e da Câmara Municipal? Com tantas perguntas e respectivos desdobramentos, temos, em princípio, a sensação de que vivemos numa tempestade de informações; logo, é preciso definir um foco. (SMIDERLE, ET.AL, 2019, p. 220)

Já o aspecto “decidir” estimulava o garimpo e a conexão de uma informação com a outra que tivesse a mesma relação, proporcionado assim, um aspecto mais amplo da reflexão de determinado tema. Segundo os pesquisadores, a vértice “decidir” dava conta de proporcionar e relacionar um “repertório comunicacional” baseado em fontes oficiais que guia o sujeito para “conhecer” e “decidir”.

A última ponta desse tripé é a fase do “mobilizar”, considerada a etapa final e permanente desse ecossistema comunicativo, levando sempre em conta a dinâmica de que a informação é uma forma de poder. Nesse sentido, os pesquisadores e executores da oficina tinham em conta de que era fundamental aos participantes dos NVCs e público alvo da oficina, após “conhecer” e “decidir”, “utilizar a informação produzida nos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) para auxiliar a mobilização daqueles grupos sociais que deles fazem parte” ((SMIDERLE, Et.al, 2019, p. 221)

Os autores ainda perceberam, durante a execução da oficina, que havia limites da mobilização no PEA-TP por vários fatores. Pode-se apontar as características individuais dos sujeitos, além da inserção desses em um processo administrativo regulado pelo Estado; mesmo assim, o processo educacional da oficina enrobusteceu o aparato informacional e o domínio comunicacional, além de estimular e despertar a reflexão dos participantes, estendendo o estímulo para se tornar um observador ativo na temática das receitas petrolíferas na Bacia de Campos.

O mobilizar é possível a partir de um aparato informacional: o domínio das ferramentas comunicacionais se torna apenas um meio do ato de comunicar para mobilizar, como se notou em diversas ocasiões de encontro dos autores deste capítulo com os NVC. O desejo de comunicar e de estender o estímulo da vigília cidadã se mostrou latente nos participantes dos NVC que percorríamos, mas não bastava apenas o querer. A cada encontro, a cada aprendizado, as técnicas da oficina de Educomunicação iam-se misturando às de outras oficinas ligadas à vigília cidadã, consolidando assim as teorias da educação popular e a geometria da ação comunicativa. Os caminhos escolhidos para a mobilização foram vários. Além do conteúdo para o boletim digital “Rede Territórios do Petróleo”, os NVC produziram poemas, músicas e artes gráficas, todos com enfoque no controle social das rendas petrolíferas municipais. ((SMIDERLE, Et.AL, 2019, p. 223)

Além do estímulo ao senso crítico dos meios de comunicação e do conhecimento e mobilização a partir das técnicas apresentadas pela oficina, os indivíduos também tiveram acesso à reflexão do discurso criado a partir das imagens,

utilizando também os sentidos imagéticos, suas percepções e significados, a partir da leitura e interpretação das imagens circulantes na mídia, observou-se os estereótipos comuns e divulgados tanto pela mídia convencional quanto pelas plataformas de redes sociais, utilizando nesse contexto do conceito da “Sociedade do Conhecimento”, do sociólogo Manuel Castells.

Por fim, a oficina trabalhou os modos de comunicar dos movimentos sociais com a prerrogativa de que a mídia dos movimentos sociais é, em princípio, de pequena escala e operacionalizada por diferentes veículos, os quais, por sua vez, expressam uma visão alternativa na construção do debate político. Algumas dessas ferramentas, tais como rádios comunitárias, jornais populares, panfletos, pôsteres, boletins, fanzines e revistas de entidades de classes e grupos sociais, puderam ser utilizadas nas práticas dos NVC. Dentre as mídias alternativas citadas, uma das que a oficina buscou enfatizar foi a construção e produção do boletim digital por conta do baixo custo operacional e possibilidade de propiciar espaços de reflexão e debate. Por essa razão, a atividade final da oficina foi a elaboração de uma pauta conjuntamente com cada NVC e dali em diante, cumprindo outra meta da fase II do projeto, todos os NVC produziram minimamente um Boletim Digital bimestralmente como uma atividade pedagógica de controle social. Para tanto, foi produzida pela equipe técnica e pesquisadores de comunicação um documento Chamado “Diretrizes para Elaboraões dos Boletins Digitais”. Tal documento trazia normas básicas de produção de conteúdo e como se daria a mediação desse trabalho. Mais sobre a dinâmica e produção do Boletim será tratado especificamente no capítulo seguinte, já que esse documento é objeto dessa pesquisa.

3.3 Fase III: A incidência política e o exercício do controle social

A Fase III do PEA-TP, assim como a fase II, também foi iniciada após um intervalo de doze meses, de setembro de 2019 a setembro de 2020. É importante explicar aqui que, como o PEA-TP faz parte de uma condicionante da Petrobras, todo o processo para implementação do projeto passa pelos trâmites burocráticos governamentais, havendo necessidade de abertura de edital e licitação. Além dos

prazos no poder público, que são mais demorados para esse tipo de concorrência, no caso específico da fase III, as empresas que disputaram a licitação para administrar os recursos financeiros do projeto ainda precisaram judicializar o processo por conta da disputa pelo edital em si. É importante registrar que para que a mobilização e o trabalho educativo feito até aquele momento não regredisse, os pesquisadores da Uenf e parte da equipe técnica do PEA-TP, com a logística da Petrobras, trabalharam voluntariamente por três meses (de setembro de 2020 a dezembro de 2020) realizando encontros nos NVC dos 10 municípios, buscando minimizar a lacuna que o processo licitatório demorado causou ao PEA-TP.

Fechando os parênteses para explicar o motivo do intervalo entre uma fase e outra do projeto, na fase III do PEA-TP, que está sendo executada no mesmo momento do processo de escrita dessa pesquisa, observa-se que a intenção é a de dar sequência ao processo educativo de integração ou interação qualificada dos NVC na procura de aumentar o conhecimento e informação sobre as rendas petrolíferas e promover a incidência política no controle social mediante o acompanhamento na condução da gestão pública de sua aplicação nos municípios de atuação.

De acordo como Plano de Trabalho da fase III do PEA-TP:

este estágio de VC representa para os núcleos maior participação cidadã, que demanda mobilização focada para o acesso à informação pública, capacidade de organização e agendamento social, conhecimento crítico e o desenvolvimento de estratégias de comunicação popular e habilidades cognitivas para lidar com instrumentos de planejamento e execução das finanças públicas e com o acesso aos dispositivos legais de transparência previstos na LAI (Lei de Acesso a Informação - Lei no 12.527/2011). (PLANO DE TRABALHO FASE III PEA-TP, 2019, p. 5)

Já com o conhecimento construído pelas fases I e II, a fase III buscou exercitar tais habilidades, principalmente a Vigília Cidadã, utilizando ainda mais as ferramentas de transparência municipais para solicitação de esclarecimento sobre orçamento público, na participação qualificada em audiências públicas e na elaboração de planilha de acompanhamento da previsão de aplicação das rendas petrolíferas municipais, tendo por base as Leis Orçamentárias Anuais (LOA).

Os NVCs assumiram um novo papel nessa etapa do trabalho do PEA-TP. Se antes aquele espaço era de formação e troca, na fase III o grupo ficou voltado a

acompanhar a condução da gestão pública e a ter um papel de incidência política e controle mais fortes, principalmente em nível local, pois é no âmbito local que as instituições são mais sensíveis às necessidades dos cidadãos, uma vez que a representatividade se expressa de forma mais concreta pelos ocupantes dos espaços decisórios e, ao mesmo tempo, é mais permeável à participação direta.

Pode-se dizer que nessa fase espera-se de fato o exercício da participação popular na arena política, com ações planejadas fundamentadas no reconhecimento das características mais abrangentes das conjunturas econômicas e políticas e nesse caso específico do PEA-TP, a ação prevista era a de incidir direta (por ela mesma) ou indiretamente (contribuindo para que outras ações incidam) sobre o uso das rendas petrolíferas, com o objetivo de esclarecer e fortalecer o caminho de acesso dos Sujeitos da Ação Educativa (SAE) aos dispositivos de controle social (transparência) e à deliberação política de como os governantes empregam ou deixam de empregar estes recursos. O sentido da ação social promovida pelos NVC é o controle social no uso destas rendas petrolíferas, ou seja, é um meio para outras ações, as ações específicas do controle social.

A busca pelo controle social ganha mais força na fase III, já que a metodologia adotada compõe um repertório de práticas pedagógicas que estimulam ainda mais o caráter crítico, dialógico e horizontal, construído e testado ao longo do processo educativo da Vigília Cidadã na fase II, focando-se ainda mais no aumento da perícia dos SAE no acesso à informação pública disponível sobre os temas elencados, no incentivo no discernimento crítico contextualizado dos conteúdos abordados nas formações e na coprodução e partilha de conhecimento, mediado pelas teorias da ação social e pelas ferramentas da comunicação popular e os recursos informacionais disponibilizados pelo PEA –TP (página WEB, Banco de Imagens e boletins).

Faz-se necessário apontar aqui como os grupos participantes são representados na fase II. De acordo com o Plano de Trabalho da fase III, nesse momento do projeto, a oportunidade prevista é a de atender metodologicamente os grupos a partir da sistematização das análises e experiências adquiridas no campo,

levando em consideração a fase I e II. Esses grupos são representados direta e indiretamente como:

Público direto: Representantes de agentes comunitários; lideranças comunitárias identificadas no DP do PEA-BC (membros de associações de moradores, quilombolas; trabalhadores rurais e assentados; membros de associações e colônias de pescadores) e lideranças não instituídas e identificadas no processo formativo do PEA-TP.

Público indireto: Representantes de associações comerciais, cooperativas, sindicatos e agremiações representativas da sociedade civil, sindicatos e associações de professores; agremiações estudantis universitárias, sejam eles impactados diretamente ou não, mas que sustentam papéis ativos no âmbito produtivo e social dos municípios selecionados. (PLANO DE TRABALHO DA FASE III – PEA-TP, 2019, p. 10)

Nesse caso, essa etapa do PEA-TP reúne esforços com o objetivo de que os SAE dominem e compartilhem com suas bases sociais informações que lhes permitam influir na disputa pela destinação dos recursos nos orçamentos municipais, tais como a compreensão sobre orçamento público, monitoramento da transparência pública a respeito do uso das receitas petrolíferas. Dentro desse escopo ainda estão os objetivos pedagógicos, como o desenvolvimento de ações que permitam os indivíduos conhecerem o processo político e legal de elaboração e execução do orçamento público municipal; as fontes das rendas petrolíferas municipais e suas vinculações legais que condicionam sua aplicação, além de rastreá-las na destinação, elaboração e execução do orçamento municipal. Nesse caso, a intenção desafiadora e perseguida pelo projeto desde o início é dar protagonismo aos indivíduos participantes na construção e manuseio de ferramentas destinadas a disseminar conhecimentos sobre rendas petrolíferas e orçamento público municipal. Como já apontado antes, faz parte da ambição do projeto a promoção e divulgação científica e de extensão no campo interdisciplinar no contexto da gestão ambiental pública do PEA BC.

Dentre as muitas metas estipuladas pelo Plano de Trabalho da fase III do PEA-TP, destacam-se nesse momento as consideradas pontuais para essa etapa da educação ambiental produzida pelo projeto. A meta 1, que estipula a realização de oficinas para troca de saberes, experiências e práticas regionais entre os membros dos 10 NVCs. Outra meta que se destaca aqui é a meta 2, cuja ação é a de realizar

reuniões ordinárias nas sedes dos NVCs. Tal ação já era praticada na fase II do projeto e se manteve na fase seguinte com o objetivo de proporcionar aos NVC condições de pesquisar informações sobre o ciclo orçamentário municipal, entender a linguagem técnica na qual são publicadas e construir estratégias de ação coletiva baseadas em tais informações. Além das reuniões ordinárias, o projeto ainda teve o desafio de realizar reuniões comunitárias, conforme descrito na meta 5 do Plano de Trabalho da Fase III do PEA-TP. Tal ação promoveu o debate ampliado sobre temas de interesse dos NVC nas comunidades dos próprios membros, levando as informações consolidadas nos NVC para fora do projeto, visando o reconhecimento da realidade dos grupos, além de incentivar o exercício da cidadania dos atores sociais envolvidos na ação, de modo a exercerem o controle social das rendas petrolíferas. Também se destacam o cumprimento da meta 6, cujo objetivo era propiciar espaços de mobilização comunitária para a divulgação das ações do PEA-TP e para a disseminação de informações sobre a gestão das rendas petrolíferas. Nesse caso, o projeto valorizou o processo de aprendizado dos sujeitos da ação educativa em relação ao orçamento público municipal, à transparência e à aplicação das rendas petrolíferas, utilizando linguagens e metodologias da Educação Popular, conforme demandado na fase II. A última meta destacada aqui é a 11, cujo objetivo era a publicação impressa de um atlas do PEA-TP. O documento visa publicizar resultados alcançados pelos membros do NVC, tornando assim os indivíduos participantes em agentes disseminadores do conhecimento por eles produzido, a ser publicitado e popularizado, inter-relacionando diferentes saberes e fazeres.

Nas práticas dos NVC, durante a Fase III, o virtual e o presencial aspiram a se complementar numa teia educativa baseada nos encontros regulares, no fortalecimento de vínculos (cultivo social) e na consolidação de comunidades interpretativas e de informação/formação sobre rendas petrolíferas e formas de controle social estabelecidas na região. Espera-se nesta fase desenvolver uma interface mais ativa do Banco de Imagens com a página eletrônica do PEA-TP e outras formas de comunicação, onde os NVC possam participar de forma regulada

integrando conteúdos como pautas, informações e narrativas audiovisuais em formatos e linguagens acessíveis.

Durante a Fase II, o empenho se direcionou a dar resposta de forma gradual e participativa às necessidades pedagógicas e demandas de mobilização social surgidas das discussões com os sujeitos da ação. A VC passou a atuar no tecido destes grupos afetados como mediação cognitiva para mitigar os efeitos políticos, socioeconômicos e culturais regressivos da desinformação sobre o uso das rendas petrolíferas nas gestões municipais.

Após elencar as principais metas da fase III do PEA-TP, é importante explicar que no fim do primeiro semestre de execução dessa etapa do projeto o planeta foi surpreendido pela pandemia do Covid-19, em fevereiro de 2020, o que acarretou na obrigatoriedade de isolamento social, e em casos mais severos, no fechamento de comércio, escolas, entre outras instituições; modificando significativamente a rotina de todos os países. Tais transformações foram tão severas que pode-se até dizer que os modelos pré existentes da política, economia, negócios, relações sociais, cultura, psicologia social e a relação com a cidade e o espaço público já não são como antes.

A pandemia acelerou ainda mais o processo tecnológico da sociedade, forçando todos a migrarem para o ciberespaço. Os escritórios foram fechados ou reduzidos e seus funcionários passaram a produzir de suas casas, com o chamado *home office*. Professores e alunos tiveram que transformar rapidamente suas casas em sala de aula virtual e o jeito de aprender foi remodelado abruptamente. O comércio também precisou se reinventar e o *e-commerce* disparou, conforme aponta o levantamento da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm)⁷. A entidade afirma que o crescimento nas vendas pela internet no Brasil foi de 68% na comparação com 2019. No Brasil, o primeiro caso de covid-19 foi registrado em marco

⁷ Matéria publicada pelo portal G1 em 26/02/2021 explica que o setor de vendas on-line registrou um salto recorde em 2020, refletindo o aumento na demanda por conta da pandemia de coronavírus e também o maior número de empresas que decidiram entrar no comércio eletrônico. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/26/com-pandemia-comercio-eletronico-tem-salto-em-2020-e-dobra-participacao-no-varejo-brasileiro.ghtml>, acessado em 03/10/2021

de 2020. Dessa data até outubro de 2021 foram registrados mais de 21, 500 milhões de casos da doença no Brasil e 598 mil mortes pelo Coronavírus.

Nesse cenário, é importante frisar que por causa da necessidade de manter o isolamento social, o projeto precisou resistir e readequar a forma de realizar as ações educativas, havendo necessidade de migrar para o ambiente virtual para realizar as metas pré-determinadas pelo Plano de Trabalho.

Para superar as dificuldades para dialogar em diversos territórios, o PEA-TP instituiu como ferramenta tecnológica para seus encontros a plataforma de videoconferência *Teams*, cujas reuniões ordinárias, comunitárias, oficinas e encontros eram realizados.

Técnicos, pesquisadores e os SAE se adequaram às ferramentas e a necessidade de isolamento social para fugir da infestação do Covid-19 não impediu que o processo de educação e comunicação popular fossem realizados na fase III. Vale ressaltar que autores como Peruzzo e Mata afirmam que a tecnologia, além de ser de baixo custo, é um excelente aliado aos movimentos sociais na propagação da informação, por fazer chegar a informação rapidamente a muitas pessoas, proporcionando o diálogo e a mobilização comunitária, além de aumentar o protagonismo desses indivíduos nas suas comunidades.

3.4 O papel comunicativo proposto pela Vigília Cidadã

Saindo do aspecto de ação das três fases do PEA-TP, é importante conhecer o conceito de Vigília Cidadã (VC), termo tão utilizado nessa pesquisa. Nesse sentido, apresenta-se a VC como instrumento de empoderamento norteador do PEA-TP, que propõe o exercício de compartilhar a informação aumentando o capital simbólico dos indivíduos, estimulando-se o desenvolvimento de uma “inteligência coletiva” em cada município de atuação do PEA-TP, possibilitando a esses indivíduos a aptidão para imaginar e debater um futuro comum desejado e inventar os meios reais para atingi-lo, num enfoque de planejamento cooperado.

De acordo com Gantos (2015), a noção de Vigília Cidadã (VC) nos remete a “um estar acordado”, a um estado de consciência alerta. Ela é definida como o domínio da informação necessário para promover a vigilância cidadã sobre a gestão municipal da renda petrolífera na Bacia de Campos (BC). “A metodologia da vigília visa propiciar um agir comunicativo que sustente uma mediação eficaz entre a esfera pública e os segmentos da sociedade considerados sujeitos da ação educativa”. (GANTOS, 2015, p. 11)

A vigília passa a ser um dispositivo social que uma vez constituído nos municípios selecionados promoverá aos sujeitos da ação educativa uma inter-relação física e virtual em rede, aproximando-os pelo diálogo pelo compartilhamento de experiências rituais comuns. Esta ação coletiva produzirá um “novo” canal de informação depurada e autêntica que servirá como um foro de discussão para ajudar aos grupos participantes do projeto a se nivelar e qualificar para decidir. (GANTOS, 2015, p. 1643)

Nesse caso, a proposta de VC forja um serviço de suporte e orientação para a ação cidadã baseado na cogestão social de um conjunto de atividades, práticas e rotinas que implicam estar informado, informar e partilhar informação de forma permanente e, ao mesmo tempo, estudar, entender e representar desde o ponto de vista dos SAE os cenários, mutações e permanências, visualizando o que está em jogo no dia a dia da vida nos territórios do petróleo fluminenses.

As atividades que compõem a VC estão direcionadas: 1) para a descoberta e detalhamento da natureza complexa e “invisível” da cadeia de impactos vinculada aos *royalties* e à indústria do petróleo em suas localidades e 2) para a identificação, discussão e superação dos entraves detectados no primeiro Ciclo sobre a compreensão pública da aplicação e gestão municipal das rendas petrolíferas nas localidades afetadas.

Como principal metodologia aplicada nos NVC, o PEA-TP desenvolve desde 2015 várias atividades para estimular a VC, tendo como foco o olhar voltado aos recursos das receitas petrolíferas. A Vigília Cidadã compreende basicamente três tipos de atividades que serão foco das ações educativas:

a) Reunir, caracterizar, analisar e mapear informação a respeito da natureza sistêmica dos impactos da indústria do petróleo, os conflitos em torno deles e suas

diversas percepções e apropriações; o contexto da economia política dos recursos naturais no extrativismo; as discussões políticas da partilha e a contabilidade pública dos *royalties* nos municípios da BC (arrecadação, composição orçamentária e destinos da utilização dos recursos);

b) Pesquisar, ler, discutir e sintetizar a informação sobre os municípios da área de abrangência do PEA Territórios do Petróleo: interpretar e elaborar notícias e informes; formar uma visão crítica sobre questões como recursos naturais, impactos sociais, *royalties*, controle social, desenvolvimento, crise ambiental; e propor visões prospectivas baseadas em cenários econômicos e socioculturais futuros dos municípios da BC;

c) Difundir, comunicar, interpretar e partilhar a informação em rede: oferecer qualificação em linguagens e formatos comunicacionais disponibilizando acesso aos SAE em suportes diferenciados.

Entende-se que essa metodologia desenvolvida por Gantos (2015) se apoia na análise e diagnóstico sociocomunicacional de comunidades e organizações (VIZER,2007), método que consta de um roteiro de “observação social” e um dispositivo para análise e diagnóstico em coletivos sociais — neste caso aplicado aos NVC — que permite usar estratégias participativas e pesquisa-ação focadas em assuntos pré-determinados de informação, interpretação e comunicação grupal (*royalties*). Este dispositivo funciona como uma rede que relaciona sujeitos, coisas e discursos e oferece categorias e dimensões de observação de práticas sociais com ênfase nos processos comunicacionais. Aplica-se como uma metodologia empírica com o objetivo de pesquisar o funcionamento e os modos de apropriação e cultivo dos entornos dos NVC em seus múltiplos contextos (materiais, sociais, culturais, simbólicos e psicológicos).

De acordo com o Plano de Trabalho do PEA-TP, a socioanálise vinculada às atividades previstas na VC colabora para avançar na tarefa do cultivo dos entornos dos grupos por meio de ações pontuais de educomunicação popular e de estudo e pesquisa em escala local/regional direcionadas à construção de cartografias de ação elaboradas desde a perspectiva dos sujeitos.

A Vigília, enquanto metodologia, foi idealizada pelo projeto para auxiliar os grupos sociais participantes no estudo e preparação de estratégias, representações coletivas e respostas possíveis aos desafios do desenvolvimento regional e à (in) justiça ambiental e, sobretudo, em uma qualificada participação política nos processos decisórios e na gestão do controle social dos *royalties*. Esta modalidade de Vigília dos *royalties* propõe o exercício de produzir uma forma inovadora e mais justa de partilhar a informação, aumentando o capital simbólico, os referenciais, os vínculos e cultivando o entorno social dos sujeitos da ação educativa.

A concepção de VC, que se apresenta especialmente no cerne do PEA-TP, traz a noção de inter-relação em rede, especificamente em relação à formação de redes na medida em que esses agrupamentos favorecem o fortalecimento dos laços que ligam os indivíduos em coletividade e, também, os seus interesses em comum. Não por outro motivo, a VC, entendida como uma formulação metodológica de ação coletiva comunitária, se forma sobre dois pilares principais: reunião, caracterização, análise e mapeamento de informações; e a difusão, comunicação e partilha dessas informações em rede, partindo de dispositivos locais, os NVCs. Esses Núcleos, formados por indivíduos identificados a partir de um elemento em comum: os impactos causados pela exploração do petróleo e gás, foram capazes de promover o sentimento de pertencimento nos sujeitos participantes. São um “conjunto de pessoas diferentes vinculadas por objetivos comuns, cujas relações se fundem numa série de papéis interligados numa interação coletiva que é territorializada” (GANTOS; MARTINEZ, 2019, p. 219).

Sem dúvidas, sob esse prisma, os NVC, por meio da vigília cidadã, vêm cumprindo o seu objetivo, especialmente para “formação e inclusão de novos atores na até hoje restrita discussão pública sobre os royalties do petróleo na Bacia de Campos” (GANTOS, 2016, p. 33).

É importante considerar que a Vigília Cidadã foi uma formula elaborada e apresentada para alavancar a experiência educativa desde a fase I do PEA-TP. Segundo Gantos (2019), o desafio era diminuir o mitigar a escassez de informação a respeito das rendas petrolíferas, e conseqüentemente, a VC foi se tornando o “alicerce

e estrutura no sentido das diversas ações e metas pautadas no plano de ação do projeto e nas suas consecutivas fases de realização”. GANTOS,2019, p. 38).

Nesse escopo, a concepção de VC está amparada teórica e metodologicamente num tripé das noções de informação, comunicação e conhecimento, aplicadas aos conceitos e práticas sociais que estruturam o processo educativo do PEA-TP.

Este desenho triangular se propõe incentivar o agir comunicativo do público do projeto e, ao mesmo tempo, estimular o cultivo dos entornos sociais dos SAE visando a ampliação do acesso à cidadania regulada. Segundo Vizer (2011), ao definir o papel do cultivo dos entornos sociais, os sujeitos e os coletivos sociais se ‘cultivam’ a si mesmos em um processo de aprendizagem e construção permanentes de dispositivos de apropriação e transformação dos recursos próprios e de seus diferentes domínios ambientais. (GANTOS, 2019, p. 37)

Dentro do conceito de VC, a informação é um ativo social, estimulando na esfera pública a perspectiva cidadã da informação. Vale considerar que o trabalho realizado no PEA-TP relaciona-se com a produção e disseminação de informação qualificada, permeando ainda sua relação com a comunicação e conhecimento, alterando assim o eixo antes voltado apenas para os interesses institucionais ou governamentais, abrindo a possibilidade para colocar o foco no cidadão.

Para Gantos (2019), o tripé que ampara o conceito de VC incentiva o agir comunicativo do público do projeto e, ao mesmo tempo, estimula o cultivo dos entornos sociais dos SAE visando a ampliação do acesso à cidadania regulada. O autor ainda cita Vizer (2011), para definir o papel do cultivo dos entornos sociais, dizendo que “os sujeitos e os coletivos sociais se ‘cultivam’ a si mesmos em um processo de aprendizagem e construção permanentes de dispositivos de apropriação e transformação dos recursos próprios e de seus diferentes domínios ambientais” (GANTOS, 2019, p. 37).

Desse modo, a intenção da VC foi, e ainda é, reduzir as incertezas sobre a “caixa preta” dos *royalties*, ampliando o acesso dos sujeitos da ação a fontes informativas e conhecimentos cívicos que estimulem o aprimoramento de aspectos

ativos da cidadania. Assim, a VC busca oportunizar aos membros dos NVC ferramentas e conhecimentos para diminuir a assimetria informacional e comunicacional existente sobre o tema nos grupos sociais definidos como impactados pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

Ao trabalhar o conceito de VC, é possível observar nos NVCs há ampliação do acesso a informações voltadas para a cidadania, inclusive na decodificação de dados administrativos que estão aos montes nos portais da transparência para cumprir a legislação brasileira de governança digital, mas que não concentra nenhum esforço de compreensão por parte do cidadão. Ressalta-se também que o entendimento de comunicação na perspectiva da VC é de que se trata de um elemento determinante para promover o diálogo coletivo. Nesse caso, no aspecto do PEA-TP, é possível perceber a comunicação na VC o compartilhamento de informação qualificada, ou seja, um conjunto de dados organizados mediados por símbolos e sistemas de mensagens que os indivíduos participantes do projeto e suas comunidades identifiquem, garimpam, reflitam de forma crítica e se mobilizem por seus interesses coletivos na temática do uso de recursos das rendas petrolíferas. Gantos acrescenta em sua definição do conceito que:

a comunicação, de modo geral, se integra à equação da VC como uma atividade-valor inerente à natureza da metodologia dialógica e à missão do PEA-TP. Quando dialogam pessoas, o que temos de fundo é, na realidade, uma interação entre matrizes socioculturais onde o "outro" é um ator social mais que um receptor, e o espaço de comunicação se define como espaço de construção de sentido. (GANTOS, 2019, p. 41)

Nesse ambiente onde a informação é qualificada e repartida a todo o momento, estimulando o ecossistema comunicativo, é possível estabelecer uma rede comunicacional e para além das ações educativas, a partilhada de mensagens com significados claros e objetivos. Desde a fase II até a fase III, é possível perceber no PEA-TP essa comunicação na VC, que por diversos canais e meios disponíveis se conectam ao coletivo de cidadãos. Considera-se ainda esse tipo de comunicação como um processo humano grupal de interação, nivelamento e mediação de linguagens para além da simples transposição da informação e nesse caso, pode-se

afirmar que, no âmbito da comunicação na VC, a informação passa a ser entendida como o conhecimento comunicado (CAPURRO, 2007) ou que se torna público por via dos meios utilizados. A Vigília parte da compreensão da noção da informação como conhecimento comunicado concebido como valor público e nesse aspecto, valor público é compreendido, conforme o decreto do governo federal 9.203/2017, como investimento de recursos públicos em produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade.

IV O BOLETIM “REDES TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO”

O corpus central dessa pesquisa é a produção do boletim digital “Redes Territórios do Petróleo”, produzido entre 2017 e 2019 pelos participantes dos NVC do PEA-TP. Para compreender melhor tal processo comunicacional, faz-se necessário relatar aqui a dinâmica dessa produção ao longo de dois anos, detalhando seus objetivos, experiências e desafios tanto por parte da equipe técnica do projeto quanto por parte dos indivíduos integrantes dos movimentos sociais que pertencem aos NVC.

Além da dinâmica da produção em si, também serão apontados as influências e regras estabelecidas nesse processo no âmbito do licenciamento ambiental, a cargo do Ibama e de empreendimentos marítimos da Petrobras, como uma das condicionantes para a concessão de licenças ambientais. Esse capítulo tem o objetivo de descrever tal produção nos 10 municípios fluminenses incluídos na Bacia de Campos, cujos governos municipais recebem somas significativas de receitas petrolíferas há décadas.

É importante recuperar a informação de que o “Boletim Digital Rede Territórios do Petróleo” é considerado um dos resultados da Vigília Cidadã e pensado como um experimento de “ecossistema comunicativo” (MARTÍN-BARBERO, 1998 e 2002), (SOARES, 2002, 2009), sendo implantado como um dos produtos de comunicacionais do PEA-TP na fase II. Além do Boletim, também na fase II foram experimentados a implantação do site do projeto, o banco de imagens com uso acessível aos NVC e pesquisa pública e também o espaço de interpretação do PEA-TP.

Considera-se importante lembrar que a metodologia da Vigília Cidadã, cunhado por Gantos (2015), é sinônimo de “um estar acordado”, de consciência alerta. Ela está associada ao domínio da informação necessário sobre a gestão municipal da renda petrolífera na Bacia de Campos (BC) por parte dos cidadãos com o objetivo de propiciar um agir comunicativo que sustente uma mediação eficaz entre a esfera pública e os segmentos da sociedade compostos pelos considerados sujeitos da ação educativa. Esses sujeitos, dentro do PEA-TP formam os NVC dos 10 municípios do litoral fluminense incluídos geograficamente na Bacia de Campos (BC), que

compreende desde o município de São Joao da Barra, a norte, até Arraial do Cabo, a sul.

Cada NVC possui um grupo de cerca de 20 cidadãos oriundos de minorias sociais diversificadas daqueles municípios, como já dito antes, pertencentes prioritariamente a grupos sociais vulneráveis aos impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás, tais como pescadores, associações de moradores, quilombolas, sem-terra, entre outros. (PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO, 2016, p.2)

Nesse sentido, o boletim foi pensado como um exercício crítico de cidadania, sendo uma das metas formais no planejamento de execução do PEA-TP para aquele ciclo. Dessa forma, o pontapé inicial das atividades para a execução dos boletins por parte dos sujeitos integrantes nos NVC ocorreu a partir da oficina Educomunicação, realizada em todos os 10 municípios de novembro a dezembro de 2017. Naquela ocasião, pesquisadores e técnicos do projeto do campo da comunicação, incluindo esta autora, exercitaram com os SAE estratégias de apuração, redação e produção de notícias, incluindo texto e imagens, e mais: exercitaram junto aos SAE a reflexão das notícias a respeito de seus municípios. Na verdade, como afirma Smiderle, et. al. (2019), o objetivo não era apenas ensinar o fazer jornalístico, mas sim promover discussão coletiva do que estava por trás de cada técnica normalmente utilizada pelos meios de comunicação, além apontar fontes de informações confiáveis e não confiáveis para fugir das Fake News, ainda bem pouco discutidas naquele ano.

Entre várias atividades comunicacionais, tais como leitura e problematização de conteúdos midiáticos relacionados ao *royalties* do petróleo, a conclusão dessas oficinas foi a elaboração da primeira edição do boletim digital “Rede Territórios do Petróleo”. Nessa atividade, as pautas produzidas pelos NVC foram consideradas livres, desde que seguissem apenas a exigência de correlacionar o assunto escolhido à temática *royalties* do petróleo.

O formato dos boletins produzidos foi o *Portable Document Format (PDF)*, com *templates* definidos com a identidade visual de cada NVC. Tal identidade visual foi feita pela equipe técnica do PEA-TP, que têm em seu quadro funcional e de pesquisa profissionais de designer gráfico e jornalistas. Também foi prevista a expansão dos

boletins digitais para outras plataformas, tais como *Podcast's*, animações para TV's, distribuição por mala-direta e redes sociais, porém essas formas não foram aplicadas ao longo da execução do boletim, sendo aderido apenas a versão em PDF.

A periodicidade estabelecida pelo PEA-TP, seguindo as orientações do Ibama e Petrobras foi a que cada NVC produzisse e publicasse no site do PEA-TP pelo menos um boletim bimestralmente, o que foi executado até a oitava edição. O cronograma foi cumprido pelos dez Núcleos de Vigília Cidadã entre fevereiro de 2018 e abril de 2019.

Além das atividades formuladas a partir das oficinas de Educomunicação, a produção dos boletins por parte dos NVC também precisou seguir as exigências institucionais comuns a um PEA, que passa pelos limites impostos pelas condicionantes do licenciamento ambiental. Tal institucionalização impõe diretrizes de ação que ampara o projeto, apoiada em quatro atores: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão ambiental responsável pelas diretrizes gerais e fiscalização dos trabalhos; Petrobras, financiadora do projeto a partir de uma exigência do licenciamento ambiental de empreendimentos de petróleo e gás; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), instituição executora e responsável técnica pelo projeto; e naquela época a FIA (Fundação Instituto de Administração), incumbida da gestão financeira da fase II.

Como forma de institucionalização, foi estabelecida a presença de técnicos socioeducadores no momento da produção do conteúdo para que os eixos principais do PEA-TP fossem lembrados e contemplados pela produção informacional de cada NVC. Ou seja, todas as pautas precisavam refletir a influência dos recursos oriundos dos royalties do petróleo em cada município de abrangência do PEA-TP.

O material também passaria pelos olhos dos jornalistas do projeto que fariam a correção e formatação do texto, além de verificar se a pauta e informações cumpriam as regras pré-estabelecidas. Nesse processo institucionalizado, em alguns NVC houve dificuldade dos participantes compreenderem a necessidade da aplicação dessas normas, principalmente na escolha das pautas, que não poderiam ter um caráter meramente denunciativo ou partidário em qualquer instância.

Nesse aspecto, o objetivo pedagógico do PEA TP buscava iniciar o processo de estímulo comunicacional entre os sujeitos de forma mediada e autorregulada, mas era objetivo do projeto gradativamente estimular a autonomia e protagonismo dos indivíduos envolvidos naquela ação, refletindo, construindo e disseminando informação a respeito dos royalties do petróleo para além do PEA, ensinando e refletindo o processo, mesmo que com limitações, para que esses indivíduos pudessem levar esse conhecimento do fazer comunicacional para suas bases políticas, conforme pode ser visto no esquema abaixo:

Figura 4: Esquema do processo de autonomização dos sujeitos da ação educativa no domínio e controle das ferramentas de comunicação no âmbito do projeto Territórios do Petróleo.



Fonte: Versão reduzida de Smiderle et. al. (2019, p. 254)

Com o tempo e execução dos boletins, já era possível ouvir uma vez ou outra entre técnicos e participantes nos NVC o jargão dos operadores do projeto: “a baliza do Ibama”, significando que as ações tinham que ter como foco e limite os objetivos institucionalmente estabelecidos. Tal empreitada exigia atenção e mediação de tensões por parte dos técnicos envolvidos. Isso é o que afirma Smiderle:

(...) é certo que tal empreitada exigiria uma atenção sutil que contemplasse não apenas as instâncias formalmente dotadas de poder de veto (notadamente a equipe da Petrobras e em última instância o grupo de analistas ambientais do Ibama), mas também os diferentes espaços

de micropoder à disposição dos jornalistas envolvidos, dos técnicos (de distintas hierarquias) e mesmo dos diferentes perfis de cidadãos engajados no processo. (SMIDERLE, 2020, p. 28)

Num processo de produção compartilhada do boletim, entre técnicos e SAE, as tensões a respeito das “balizas” institucionais surgiram logo na primeira edição. Naquele momento, durante a oficina, a equipe técnica já levou uma pauta pré-definida por conta da logística e dos prazos a serem cumpridos, o que foi considerado atípico, uma vez que a ideia da pauta fosse sempre proposta a partir dos indivíduos dos NVC.

Nesse caso, dois NVC fizeram questão de usar da autonomia parcial e decidiram por pautas diferentes, conforme afirma Smiderle (2020): “Diferentes e delicadas, pois traziam um tom “antiprefeitura” muito acentuado para uma experiência que se iniciava, tendo que vencer prováveis desconfianças quanto a uma possível instrumentalização político-partidária do projeto”. (2020, p. 29)

Para minimizar ainda mais essas inquietações, os jornalistas que integraram a equipe técnica precisaram discutir ainda mais os limites da autonomia dos NVC na produção de seus materiais informativos com cada grupo de atuação municipal, resultando na aprovação consensual de um documento com diretrizes técnicas e políticas para a elaboração dos boletins chamado “Política de uso dos canais de informação utilizados pelos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC)”.

Tal documento foi proposto pela equipe técnica em parceria com o Ibama e com forte influência da Petrobras e foi enviado a todos os NVC para discussão e aprovação. Percebeu-se nessas discussões que uma das importantes preocupações, principalmente da empresa, era a vinculação de sua marca com um contexto de denúncia que pudesse ter um cunho político. No artigo 2º já pode se ler que “os canais ao dispor dos NVC não serão utilizados para simples veiculação de denúncias contra quem quer que seja”. O artigo 3º completa essa ideia ao dizer: “Os NVC atuarão de forma apartidária”. O principal contexto político do documento está concentrado no artigo 5º do documento, onde se lê:

Art. 5º Os NVC, que não existem isolados do contexto institucional que lhes deu origem, reconhecem a legitimidade da equipe de técnicos e pesquisadores do projeto Territórios do Petróleo e da empresa petrolífera para tomar parte no processo editorial cotidiano bem como do órgão

ambiental para avaliar o trabalho e propor ajustes com base nas diretrizes do projeto, sendo assegurado o diálogo com o respectivo Núcleo de Vigília Cidadã para a obtenção do consenso. (PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO, 2018, p. 2)

Vencida a tensão em compreender e executar a informação dentro dos limites da informação nessa institucionalização do PEA-TP, que em muitos momentos refletia a preocupação da vinculação da imagem da empresa petrolífera, outro desafio foi a flexibilidade exigida para tentar conciliar o respeito ao ritmo individual dos NVC com as exigências dos prazos pré-estabelecidos.

Tal desafio se deu pela própria agenda dos núcleos, que tinha a demanda de outras ações, tais como oficinas de Vigília Cidadã, de Inventário Participativo, entre outros. Como os encontros eram quinzenais na maioria dos NVC, participar das atividades que envolviam a produção coletiva dos boletins nem sempre era tarefa fácil para todos os envolvidos. No processo de construção do boletim, pôde-se perceber mais envolvimento de alguns núcleos e menos de outros.

Em outros momentos, eram percebidos pautas muito similares às explicações referentes à execução de leis e direitos municipais, conhecimento disseminado e discutido nas oficinas de Vigília Cidadã ou do Inventário Participativo, quando pesquisadores do projeto fizeram rodadas de oficinas pelos municípios explicando de maneira mais popular as leis municipais e federais ligadas às aplicações das receitas petrolíferas, bem como analisaram o uso dos royalties no campo da cultura municipal.

Esses temas começaram a estampar os boletins de vários municípios, dando um caráter mais educativo às pautas do que noticioso, tendo como objetivo dar uma explicação mais empírica dessas temáticas e compartilhar esses boletins com as comunidades de bases sociais ou políticas dos sujeitos envolvidos nos NVC, como pode-se ver abaixo na edição nº 02 de Arraial do Cabo, que explica a relação do município com os royalties do petróleo:

Figura 5 – Edição 02 do Boletim de Arraial do Cabo

Arraial do Cabo e sua relação com os royalties

Os royalties são uma das formas mais antigas de pagamento de direitos. As indenizações pela exploração de petróleo foram instituídas no Brasil pela Lei 2.004/1953, que criou a Petrobras. Até 1956, o pagamento só era devido quando a produção ocorria em terra. Com a Lei 7.452/1985, o direito foi estendido aos estados e municípios que têm produção marinha. A grande mudança na cobrança de royalties ocorreu em 1997, com a aprovação da Lei 9.478, também conhecida como Lei do Petróleo. Nessa Lei, o governo federal ampliou os royalties de 5% para até 10% e abriu outra ampla competência atribuída à participação especial, desta vez em casos de campos com grande produção ou rentabilidade.

Por que Arraial recebe royalties?

Há duas formas de distribuir o recurso. No que se refere aos municípios, os primeiros 5% beneficiam não somente os produtores/confrontantes (que compõem a chamada zona de produção principal e ficam com a maior parte), mas também os municípios contidos por ductos (zona de produção secundária) e aqueles próximos aos considerados produtores (zona limítrofe) dentro de um mesmo estado. Já a outra parcela, soma de 5%, subbeneficia os produtores/confrontantes.

No caso de Arraial, a maior parte de seus royalties vem da parcela "até 5%". Até março de 2011 (data de criação dos vizinhos), Arraial era enquadrado na zona limítrofe, por estar

Fronteira com Cabo Frio, que é integrante a zona de produção principal. Hoje em dia, a municipalidade recebeu um total de R\$ 526 milhões royalties. No mês seguinte, a cidade foi reconhecida como integrante da zona principal e recebeu no total R\$ 3,8 milhões.

Na parcela acima de 5%, Arraial recebe royalties pela produção ocorrida especificamente na sua costa, no seja, pelo petróleo que está além dos campos de Espirito Santo, Península, Tartaruga Verde (hoje inativa sem produção) e Tubarão Azul.

Arraial do Cabo fica na fronteira entre as duas produções feitas do pólo a Baía de Campos, que se estende desde Vitória (ES), e a Baía de Santos, que se prolonga até Florianópolis (SC).

02 2018 ABRIL

O Instituto de Territórios do Petróleo - Arraial do Cabo e sua produção marinha do Mar do Verde (MVP) mantém, com o apoio e monitoria dos órgãos federais e do Petróleo.

Outras Informações:
Confira os valores de royalties recebidos por Arraial do Cabo de janeiro a abril de 2018

Mês	Valor em R\$	Data de recebimento
Januari	3.043.596,77	18/01/18
Fevereiro	3.148.564,14	21/02/18
Março	3.595.524,28	23/03/18
Abril	3.072.187,88	25/04/18
Total (jan-abril)	12.850.142,27	

Fonte: ITP - Instituto de Territórios do Petróleo, São Paulo e Distribuidoras

Como os royalties podem ser investidos?

O entendimento vigente dos tribunais de contas é que os royalties e participações especiais gerados por contratos assinados até 03 de dezembro de 2012 tenham livre aplicação, sendo proibidos apenas o pagamento de pessoal permanentemente (exceto profissionais em sala de aula) e o pagamento de dividas (exceto com o governo federal). As produções estão na Lei 7.393/2010. Este entendimento vale para a totalidade das receitas petrolíferas recebidas atualmente por Arraial do Cabo.

Para os royalties e participações especiais resultantes de contratos assinados depois de 03 de dezembro de 2012, vale o que está previsto na Lei 12.350/2010: 70% do montante tem que ser aplicado em educação, 10% em saúde, 10% em cultura, 5% em esporte, 5% em assistência social e 10% em outros. Os royalties gerados pelo campo de Maré - originário do bloco de Libra, licitado em 2013, na Baía de Santos - ainda não estão sendo distribuídos. Quando forem, terão que ser aplicados obrigatoriamente em educação e saúde.

Como são distribuídos os royalties?

As regras são diferentes para a parcela de royalties "até 5%" e para a parcela "acima de 5%". Confira:

- 1) Royalties até 5% (conforme Lei 7.393/2010):
- 20% para os estados produtores/confrontantes;

02 2018 ABRIL

O Instituto de Territórios do Petróleo - Arraial do Cabo e sua produção marinha do Mar do Verde (MVP) mantém, com o apoio e monitoria dos órgãos federais e do Petróleo.

1) Royalties até 5% (conforme Lei 7.393/2010):

- 30% aos municípios produtores/confrontantes; (o estado e suas áreas geoeconômicas, ou seja, municípios produtores, geram até a maior parte (50%) para os que integram a zona de produção principal, 20% para a zona de produção secundária (municípios contidos por dutos) e 30% para a zona limítrofe (municípios aos da zona principal, os municípios que estão em conformidade social, ou economias de produção ou atividade, conforme Lei 7.325/2014);
- 10% aos municípios onde se localizam instalações marítimas no momento de arrendamento de descoberta que:
- 20% ao Ministério de Minas e Energia;
- 10% para o em favor especial, a ser distribuído entre todos os estados e municípios de país;

2) Royalties acima de 5% (conforme Lei 9.478/1997):

- 22,0% aos estados produtores/confrontantes;
- 22,0% aos municípios produtores/confrontantes, sendo nada para os vizinhos;
- 5% ao Ministério de Minas e Energia;
- 7,5% aos municípios afetados por operações de arrendamento e descobertas de petróleo e gás;
- 7,5% para um fundo especial para distribuição a todos os estados e municípios de país;
- 20% ao Ministério de Ciência e Tecnologia;

Como são distribuídas as participações especiais?

A Lei 9.478/1997 estabelece as seguintes critérios:

- 40% ao Ministério de Minas e Energia;
- 40% aos Estados Produtores (confrontantes);
- 10% Ministério de Meio Ambiente;
- 10% aos Municípios Produtores (confrontantes).

Como ficou a questão da redistribuição das receitas petrolíferas para todos os estados e municípios do país?

A Lei 12.350/2010 determinou essa redistribuição, mas o governo do estado do Rio de Janeiro entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contestando a validade da lei. O Supremo ainda não julgou em definitivo, mas entende que deveria produzir seus efeitos e validade dos fatos de lá para trás do resto das receitas petrolíferas.

Mas o governo brasileiro não se submeteu ao STF, pois, como na vida, a possibilidade de quem autorizou não repassa aos municípios considerados produtores e não.

02 2018 ABRIL

O Instituto de Territórios do Petróleo - Arraial do Cabo e sua produção marinha do Mar do Verde (MVP) mantém, com o apoio e monitoria dos órgãos federais e do Petróleo.

Avanço de Receitas do ITCM do Cabo (R) em relação de 2018 segundo valores anteriormente estabelecidos e valores gerados pela Lei 12.741/2012:

Receitas recebidas (R)	Receitas geradas pela Lei (L) em (R)	Perda (P)	Perda (P)
R\$ 1.845.524,28	R\$ 1.704.71	R\$ 130.823,27	7,04%

Fonte: Equipe de pesquisa do ITCM Territórios do Petróleo - Gestores Similares

Saldo mais (junto com a gente)

Atual que você já conhece os registros em vigor para a distribuição dos royalties e das participações especiais, se tiverem em mãos projetos que poderão ser feitos através do Núcleo de Vigilância Cidadã do Projeto Territórios do Petróleo.

O Instituto de Territórios do Petróleo - Arraial do Cabo e sua produção marinha do Mar do Verde (MVP) mantém, com o apoio e monitoria dos órgãos federais e do Petróleo.

Endereço: Rua do Imperador, 50 - sala 1 - 3.º andar - Centro - CEP: 28045-000 - Arraial do Cabo/RJ

(22) 2660-2422

www.territoriosdobrasil.org.br

Fonte: PEA-TP, 2018

A questão de menos ou mais envolvimento com a atividade está muito relacionada ao perfil de cada NVC. Vale a pena frisar que o público que compõe os NVC é heterogêneo e militante em diferentes áreas sociais. Enquanto para alguns NVC a elaboração do NVC era apenas uma meta a ser cumprida, outros mergulharam no processo informativo e foram a campo produzir matérias com fotos e entrevistas a respeito de temas ligados aos royalties, debatendo carências municipais pontuais, conforme explica:

Segundo relatos dos técnicos locais e de seus supervisores imediatos, o ponto alto se deu na definição das pautas. Tendo sempre alguma conexão com as receitas petrolíferas, os boletins trataram de temas diversos como transporte público, saneamento, saúde, instâncias de controle social, patrimônio cultural, segurança pública, aspectos ambientais, entre outros (SMIDERLE, 2020, p. 29)

Como um modelo mais dinâmico, envolvendo os integrantes do NVC com a comunidade para apurar, escrever e produzir fotos, pode-se citar como exemplo o caso da edição nº 07 do município de Carapebus, conforme pode se observar abaixo:

Figura 6 – Edição 07 do Boletim de Carapebus.



Nas produções, pôde-se perceber o aspecto crítico, porém com um tom muito mais informativo do que militante. Para além dos royalties e participações especiais, que foram objeto de muitas matérias, os NVCs levantaram e apresentaram aos cidadãos leitores de suas comunidades os canais de informação sobre a gestão pública, tais como portais de transparência, Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), espaços no Legislativo previstos pelas Leis Orgânicas Municipais, entre outros.

Outro destaque aqui levantado é a padronização dos textos, influenciada pela equipe de comunicação da Petrobras. Na dinâmica da produção dos textos do boletim, cada matéria era produzida de forma coletiva pelos integrantes dos NVC, com a ajuda e supervisão dos técnicos dos núcleos. Em seguida o texto era enviado aos jornalistas do PEA-TP que faziam uma revisão textual e enviava o material (texto e fotos) á diagramação. Após diagramado, o material era enviado à Petrobras, que retornava o material com muitas considerações. Tais apontamentos, quando estava relacionado à questões de domínio da língua eram alterados pelos jornalistas, mas quando eram apontamentos a respeito da dinâmica das entrevistas ou dúvidas na apuração, eram enviados aos NVC para discussão e aceite dos apontamentos ou não.

Durante todo esse processo, os jornalistas estabeleciam um diálogo contínuo de mediação tanto com a empresa quando com os NVC até a versão final do boletim. Em muitos casos, foram registrados de 6 a 8 versões do mesmo boletim até a sua versão de publicação nesse processo de idas e vindas dos ajustes ao texto entre solicitações da Petrobras para aprovação, ajustes equipe de comunicação do PEA-TP e NVC.

Abaixo, na edição n.º 05 do boletim de Cabo Frio, observa-se uma das formas de intervenção da equipe da Petrobras ao texto. Em alguns momentos tais observações eram muito pertinentes por conta do uso da língua, tais como regras de ortografia, coerência e coesão. Em outras nem tanto, por parecer uma imposição de um modelo editorial ou visual padrão da comunicação organizacional usadas pelas grandes corporações.

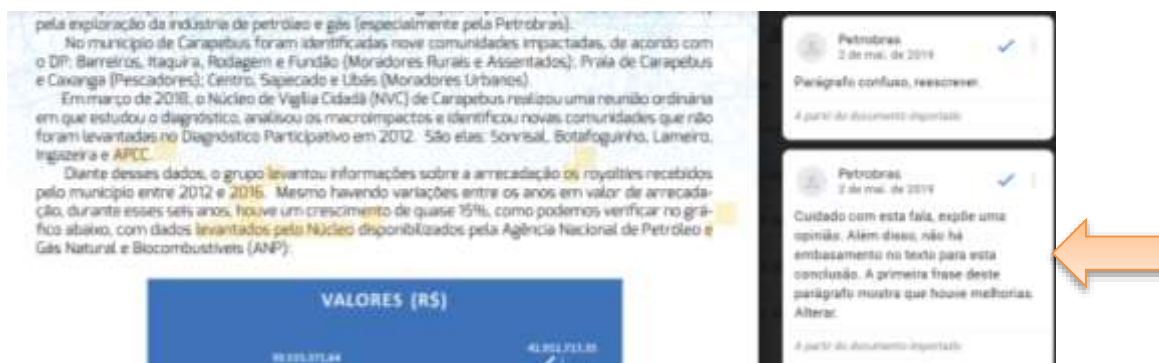
Figura 7 – Revisão da edição 05 do Boletim de Cabo Frio pela equipe da Petrobras



Fonte: PEA-TP, 2019

Outro exemplo dessa interferência por parte da empresa petrolífera estava relacionada com o tom opinativo do material informacional produzido pelos NVC, coibida a todo momento, principalmente se não apresentasse elementos denotativos que sustentassem tal situação. Tal preocupação deu origem às diretrizes técnicas e políticas para a elaboração dos boletins, já apresentadas anteriormente neste capítulo. Tal intervenção pode ser observada na imagem abaixo referente à edição n.º 08 do município de Carapebus:

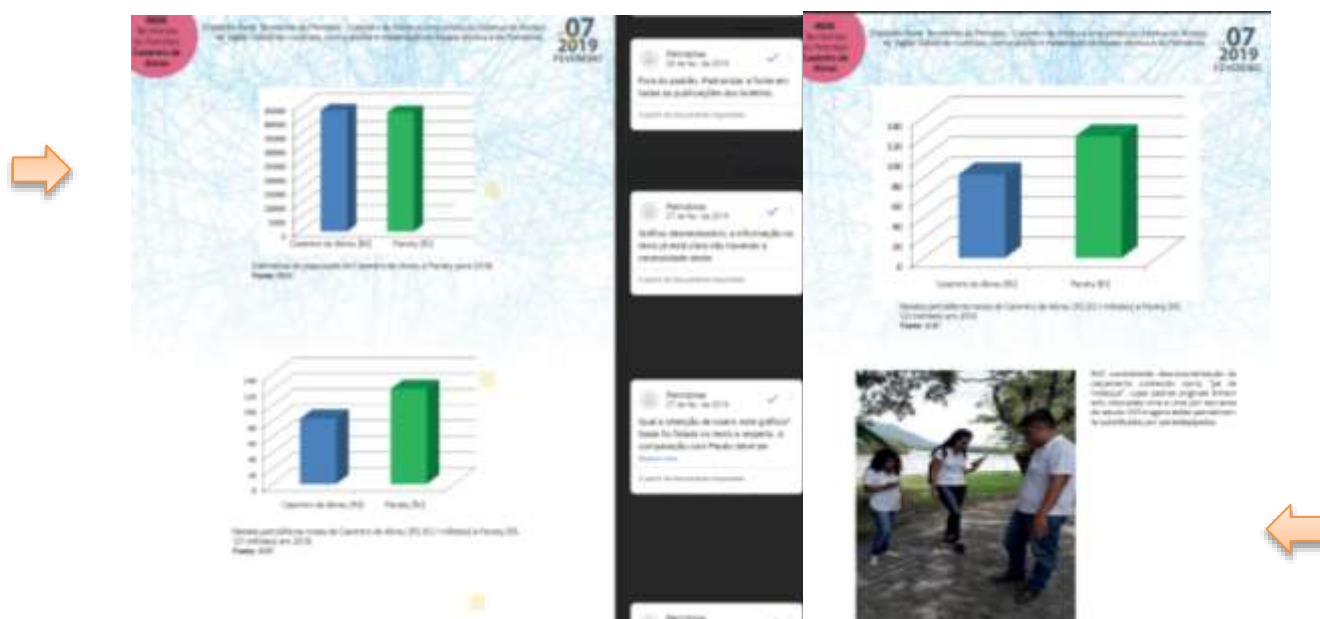
Figura 8 – Revisão da edição 08 do Boletim de Carapebus pela equipe da Petrobras



PEA-TP, 2019

Ainda no processo de intervenção do conteúdo a ser publicado nos boletins digitais, é possível afirmar que muitas das sugestões da empresa eram colocadas em prática pelo PEA-TP, tendo aprovação dos NVC, sem muitos questionamentos. Nesse caso, algumas intervenções eram pertinentes, outras ligadas apenas à estética e outras eram tidas como “desnecessárias”, o que pode ser classificado como uma intervenção sem coerência, como pode ser visto na edição n.º 07 de Casimiro de Abreu:

Figura 9 – Revisão da edição 07 do Boletim de Casimiro de Abreu pela equipe da Petrobras



Fonte: PEA-TP, 2019

Observa-se que nas duas versões do boletim, apresentadas acima, na primeira imagem há a versão inicial com a sugestão da Petrobras para retirada do primeiro gráfico por considerar “desnecessário”. Na versão seguinte e final, publicada no site, o gráfico foi substituído por uma foto de campo relacionado ao contexto da matéria.

Cita-se ainda duas situações em específico da tipologia textual. Houve resistência da equipe da Petrobras em aceitar os textos informativos do boletim utilizando pronomes e verbos em 1ª pessoa, seja do singular ou plural, o que não

comum no texto jornalístico informativo escrito pelas assessorias de imprensa para os sites de instituições públicas ou privadas. Depois da argumentação da equipe multidisciplinar de comunicação do PEA-TP a respeito do caráter popular da comunicação adotada para o boletim, houve aceitação do uso verbal ou pronominal em 1ª pessoa.

Outra situação foi a resistência em aceitar outra tipologia textual que não fosse à informativa expositiva para o boletim. Um determinado NVC apresentou uma crônica ficcional fazendo alusão ao problema de falta de transporte vivenciado por aquele município e apresentou como personagem um extraterrestre, que motivou os moradores daquela localidade a lutarem por seus direitos. Tal texto, por estar fora do padrão informativo, não foi aceito pela empresa petrolífera como cumprimento de meta no boletim. O curioso é que pela própria trajetória da comunicação popular, não há um formato engessado, pré-determinado que se justifique como popular.

A literatura, inclusive, aponta como comunicação do povo a produção de cordéis e fanzines. Essa última técnica chegou ao Brasil em outubro de 1965, sendo também chamado de boletim (MAGALHÃES, 2019). Eram produzidos e publicados à margem do mercado, sem fins lucrativos e com forte motivação comunitária, sendo inseridos na folkcomunicação, conceito precursor da comunicação popular. “Os fanzines representam o pensamento de indivíduos, associações e grupos que produzem seus próprios veículos como forma de interação, troca de informações e opiniões”. (MAGALHÃES, 2019, p. 102).

Outro modelo que se encaixa como popular é o cordel, mais antigo ainda que os fanzines. No campo da literatura, a produção desses poemas tinham funções informativas, moralizantes. Eram metrificados, rimados e com uma sonoridade que potencializava a oralidade em suas apresentações, conforme aponta Dugnani:

Os poemas de cordel eram normalmente declamados em praça pública, antes de serem vendidos, e eram comercializados, principalmente, nas feiras e praças da região nordeste. Essa poesia fora nomeada como literatura de cordel, pois nas apresentações, os poetas, ou os que comercializavam essas publicações, além de as declamarem em voz alta, penduravam os livretos em cordames, barbantes, para que ficassem expostos para o público consumidor. (DUGNANI, 2017, p. 01)

Desse modo, é injustificável a não aceitação de textos fora do formato informativo para comporem os boletins digitais, uma vez que não há um único modelo a ser seguido, e mais, era inclusive pertinente que, em tempos de novas tecnologias, novos formatos pudessem surgir.

4.1 - A questão da autonomia e protagonismo popular

Ao pensar o processo comunicacional no exercício da cidadania a partir da produção dos boletins do PEA-TP, é natural pensar nos aspectos da comunicação popular participativa e nesse caso, após todo o exposto desse capítulo, é preciso refletir a questão da autonomia na produção editorial desses periódicos.

Segundo Cicilia Peruzzo (1998), sob o ponto de vista teórico, a comunicação popular participativa é compreendida numa concepção de igualdade entre emissor e receptor, dando vozes aos que não têm. Ou seja, trazendo para o caso do PEA-TP, os boletins deveriam ser escritos utilizando a linguagem mais popular, comum às comunidades dos participantes dos NVC, porém a autora afirma que essa noção na maioria das vezes é adotada de forma abstrata, como podemos observar no corpus de análise dessa pesquisa.

A autora inclusive apresenta níveis de participação numa perspectiva da democracia da comunicação, enumerando-as como 1) participação passiva, aquela em que o indivíduo não se envolve ativamente e assume uma postura de espectador; 2) participação controlada, cuja participação é facilmente percebida em decorrência de pressão das próprias bases populares ou por concessão como a possibilidade de fazer parte de um “planejamento participativo” ou ainda de produzir um boletim e 3) participação-poder que se enquadra na participação democrática ativa e autônoma, proporcionando o “crescimento das pessoas e das instituições coletivas como sujeito” (PERUZZO, 1998, p. 81) .

No caso do PEA-TP, tais processos comunicativos foram baseados em princípios públicos que propiciam uma participação ativa das coletividades envolvidas e que buscam fomentar a ampliação e o aprofundamento do exercício da cidadania no âmbito municipal. Nesse caso, a aceção de Peruzzo é

aplicável à realidade de que aqui se trata é a expressão participação controlada, “favorecida e possível somente nos aspectos ou até o ponto que as instâncias detentoras do poder permitirem[...]” (PERUZZO, 1998, p. 80).

Ainda nesse aspecto, faz-se necessário refletir sobre a participação controlada e a questão da manipulação. É possível afirmar que não se percebe na prática do projeto Territórios do Petróleo a manipulação dos sujeitos. Muito pelo contrário. No escopo do plano de trabalho os objetivos são apresentados de forma clara no sentido de trabalhar a desinformação relacionada aos recursos petrolíferos nos municípios e municiar com informação as comunidades vulneráveis à participação política em muitas esferas de poder. Mas é importante ressaltar que há uma linha tênue entre as instituições envolvidas no projeto com relação às suas ideologias e exercício de poder.

Peruzzo (1998) afirma que numa relação de participação controlada, “manipula-se a comunidade para adequar suas demandas aos interesses de quem detém o poder”. Como já dito, isso não é visto no PEA-TP, Nesse caso, conforme observado nos boletins apresentados acima, a baliza institucional pode não ser compreendida como uma espécie de manipulação no primeiro momento, sendo considerada instituições envolvidas no PEA-TP como diretrizes a serem cumpridas, porém ao observar as preocupações intrínsecas à imagem institucional carregada pelos boletins por meio da logo marca, suas ideologias sociais e capitalistas também se fazem presentes e essas dificilmente podem ser associadas a movimentos sociais. Isso também foi percebido por Smiderle (2020), quando afirma que:

Em verdade, não é possível afastar completamente a possibilidade de manipulação eventual, mas dizê-lo nesses termos seria atitude simplória. Nesse caso, “quem detém o poder” não é uma instância monolítica como a sentença faria supor, mas sim um delicado arranjo institucional-organizacional envolvendo uma fração muito específica da burocracia do Ibama, setores da Petrobras e um grupo vinculado à UENF, além de uma fundação responsável pela gestão administrativo-financeira. (SMIDERLE, 2020, p. 23)

É importante observar também que mesmo se tratando de uma autonomia controlada, tal situação já havia sido pensada pela PEA-TP ao observar o esquema do processo de autonomização dos sujeitos da ação educativa no domínio e controle

das ferramentas de comunicação no âmbito do projeto Territórios do Petróleo apresentado na figura 1, exposto na página 138.

Pelo que se percebe, o processo de autonomia foi pensado para além do PEA-TP, tornando o exercício comunicacional um modelo instrumentalizador para que aqueles sujeitos pudessem levar para suas bases o *modus operandi* do comunicar e a partir dali, se apropriassem do modo participativo de poder compartilhado, de forma ativa, autônoma e completa, podendo aquelas comunidades, sem limitação e manipulação, atingirem todas as instâncias da estrutura política ou não, implicando o exercício da decisão partilhada e nesse caso, também acessarem informações abundantes de forma autônoma e com corresponsabilidade.

Pensar na autonomia popular dentro do PEA-TP e não relacioná-la ao protagonismo político e comunicacional desses sujeitos é o mesmo que ter uma vela e não acendê-la. Como Peruzzo (2006) afirma, a comunicação popular se caracteriza pela expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do povo, sendo esse o protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo e um instrumento político das classes subalternas.

Em síntese, educar popularmente e empoderar as comunidades vulneráveis e afetadas pela indústria petrolífera nos 10 municípios da Bacia de Campos, é em alguma medida, estimular a ocupação democrática das esferas públicas e contribuir na luta popular por melhores condições de vida, porém observando apenas a fase II do PEA-TP, ainda é cedo para afirmar que tais SAE tiveram ou terão protagonismo político na luta por controle e participação social em seus municípios.

Tal protagonismo pode ser avaliado em pequena ou larga escala e isso será apontado mais a frente, com a ajuda da Análise de Conteúdo.

V – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 – Coleta de dados

Após o alicerce teórico que estrutura a busca da questão dessa pesquisa, neste capítulo são detalhados os procedimentos metodológicos aplicados ao corpus da pesquisa: boletins digitais “Rede Territórios do Petróleo”, levando em conta a abordagem da Análise de Conteúdo proposta por Bardin, técnica escolhida para analisar os produtos comunicacionais e identificar os processos de produção dos boletins. Esse método é conhecido no campo da comunicação como uma das técnicas de tratamento de dados e está calcada na proposta da professora da Universidade de Paris V, Laurence Bardin (1977). Além da Análise de Conteúdo, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas aos SAE do PEA-TP e participantes das esferas governamental que implementam a política pública do Licenciamento Ambiental, bem como a empresa responsável pelo financiamento do projeto. Esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estarão condicionadas a uma padronização de alternativas, possibilitando assim, ao pesquisador, o surgimento de novas hipóteses.

Acredita-se que, ao associar dados qualitativos às análises de conteúdo, possíveis debates proveitosos surgirão para ajudar a elucidar as questões da pesquisa, principalmente pela identificação de fatores que venham a interferir ou corroborar para o estímulo da participação social do público aqui analisado.

5.2 – Análise de conteúdo e suas categorias

Para compreender se a experiência dos membros dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) do PEA-TP na produção e disseminação de informação qualificada, por

meio do boletim digital produzido de 2017 a 2019, durante a fase II do projeto, proporcionou protagonismo em seus grupos políticos a respeito dos recursos petrolíferos, será utilizada a metodologia da análise de conteúdo cunhada por Laurence Bardin (1977). Trata-se de uma análise tanto quantitativa quanto qualitativa, pois tanto avalia a frequência com que aparecem determinadas características do conteúdo quanto determina a presença ou a ausência de características de um dado fragmento. A metodologia usa a inferência para esclarecer as causas da mensagem ou as consequências que ela pode provocar. A validade dos achados da pesquisa resulta de uma coerência interna e sistemática entre as fases da análise, “cujo rigor na organização da investigação inibe ambiguidades e se constitui como uma premissa fundante” (SOUZA e SANTOS, 2020, p. 1400).

Para realizar uma análise de conteúdo é necessário passar por três etapas. A primeira delas é a pré-análise, quando se faz a coleta dos dados, elaboram-se as hipóteses, objetivos e indicadores do conteúdo selecionado. A primeira atividade da pré-análise foi a realização do que Bardin (1977) chamou de leitura flutuante, ou entrar em contato com os textos e com as impressões que estes possam causar, para posteriormente a leitura torne-se mais precisa. Em seguida, foi feita a escolha dos documentos a serem analisados. Neste trabalho, serão os boletins digitais “Rede Territórios do Petróleo” produzidos durante a fase II das atividades socioeducativas realizadas entre julho de 2017 e junho de 2019.

Definido o universo, é necessário constituir um corpus (ou conjunto de documentos que serão submetidos aos procedimentos analíticos) através das regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Para compor esse corpus, foi necessário estabelecer um recorte, uma vez que o PEA-TP está presente em 10 municípios litorâneos da Bacia de Campos e durante a fase II todos os NVCs produziram os boletins bimestralmente como meta de produção do projeto, totalizando 80 boletins publicados em dois anos (2017 a 2019) no site do projeto, conforme já explicado no capítulo anterior.

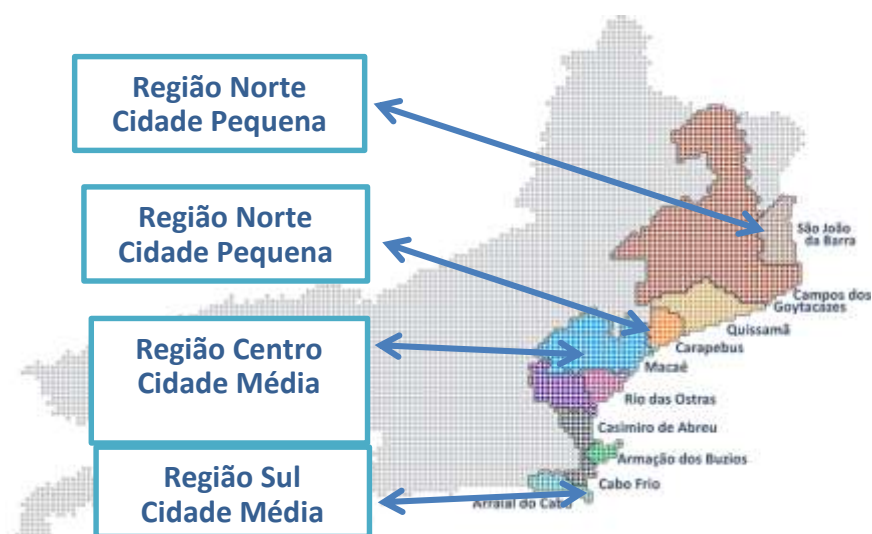
Na tentativa de recortar e definir a amostragem da pesquisa para aplicar a Análise de Conteúdo, foram adotadas como critério duas situações: Na primeira,

levou-se em consideração a divisão territorial utilizada pelo PEA-TP que abrigava os NVCs na fase II para a realização das oficinas de vigília cidadã nos 10 municípios.

Nesta fase do PEA-TP, as oficinas de vigília cidadã foram divididas operacionalmente em microrregião Norte: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Quissamã, e São João da Barra; microrregião Centro: Casimiro de Abreu, Macaé e Rio das Ostras; e microrregião Sul: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio. No entanto, no dia da cartografia social na oficina de vigília cidadã III na microrregião Norte. (GANTOS, 2019, p. 169) Grifos nossos.

É importante observar que na microrregião Norte estavam concentrados quatro municípios enquanto nas microrregiões Centro e Sul esse quantitativo são de três cidades que recebiam rendas do petróleo e tinham em seu território um NVC instalado pelo PEA-TP. Nesse caso, para buscar imparcialidade e paridade na análise de dados, foram selecionados um município da região Sul, um do Centro e dois da região Norte. Ainda assim, para afunilar justificadamente a escolha entre os NVC, foi considerado como segundo critério para a amostragem da análise de conteúdo dos boletins a expressão populacional dos municípios, de acordo com o IBGE (2016), levando em consideração o conceito de cidade grande; com o quantitativo acima de 500 mil habitantes; média: entre 100 e 499 mil habitante e pequena: com até 99 mil habitantes. A partir desses dois critérios, foram escolhidos os municípios da seguinte forma:

Figura 10 – Recorte de municípios para Análise de Conteúdo



Fonte: a autora

Isso significa que todos os boletins digitais produzidos pelas quatro cidades selecionadas para a pesquisa foram analisados para que nenhum dos elementos fique de fora e atenda ao critério de exaustividade, portanto a amostragem foi de 31 boletins atendendo ao critério de representatividade. São 8 boletins de 4 cidades, a saber: Cabo Frio, Macaé, Carapebus e São João da Barra. Destaca-se aqui que a edição 01 de Cabo Frio não entrou na análise por erro no arquivo.

É importante observar que todos os boletins tratam de temas ligados aos *royalties* do petróleo, já que essa era uma das exigências da meta, conforme já descrito no capítulo anterior. Tais periódicos foram produzidos com base nas mesmas oficinas socioeducativas e nesse caso atendem ao critério de homogeneidade, bem como de pertinência, visto que foram produzidos pelos membros do NVC – Núcleo de Vigília Cidadã de suas respectivas cidades.

A próxima atividade da pré-análise foi a formulação das hipóteses e dos objetivos, hipóteses essas que podem ser confirmadas ou não recorrendo aos procedimentos de análise (BARDIN, 1977). A avaliação dos dados coletados no Boletim Digital através da análise de conteúdo objetiva verificar se, tendo a educação popular como estratégia, pode ser verificado o protagonismo dos membros dos NVCs ao produzir e divulgar informação qualificada sobre os recursos petrolíferos aos seus pares e grupos de interesse político.

Para finalizar a pré-análise, faz-se necessário o trabalho preparatório da escolha dos índices dos quais a análise vai falar. Tal escolha se dá em função das hipóteses, caso elas existam, e uma vez escolhidos os índices, constroem-se indicadores precisos e seguros. Para Bardin (1977, p. 100), “o índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. (...) o indicador correspondente será a frequência deste tema de maneira relativa ou absoluta, relativamente a outros.” (BARDIN, 1977, p. 100). A fim de referenciar os índices e elaborar os indicadores, a autora preconiza o uso de excertos de textos dos documentos para fundamentar a interpretação final.

A hipótese aqui testada é de que a educação e comunicação popular exercitadas através da experiência dos Núcleos de Vigília Cidadã proporciona

protagonismo aos sujeitos na elaboração e divulgação de informação qualificada a respeito dos recursos petrolíferos em seus grupos políticos. A partir dessa hipótese foram escolhidos os índices como unidade de registro, apresentados na tabela 01, disponível no apêndice, a partir da página 294.

Apresentados os índices, considera-se expor os indicadores encontrados, que são a frequência com a qual os índices são mencionados em cada conjunto de boletins. Para (BARDIN, 1977, p. 109), “a aparição de um item de sentido ou de expressão, será tanto mais significativa - em relação ao que procura atingir na descrição ou na interpretação da realidade visada - quanto mais esta frequência se repetir”. Nesse sentido, considera-se a tabela apresentada abaixo:

A segunda fase da análise de conteúdo é a exploração do material e sua categorização ou codificação. SOUZA e SANTOS (2020, p. 1408) explicam que “a análise categorial consiste no desmembramento e posterior agrupamento ou reagrupamento das unidades de registro do texto”.

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação - efectuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto (...) (BARDIN, 1977, p. 103).

As categorias da análise de conteúdo podem ser definidas a priori ou posteriori (BARDIN, 1977; SOUZA e SANTOS, 2020). Se a repetição das palavras foi a estratégia adotada para criação das unidades de registro, para o processo de codificação será usado o contexto no qual tais palavras foram usadas para gerar as categorias.

Nesse trabalho, a categorização foi construída a posteriori pela sistematização dos elementos (palavras e frases) diante do procedimento analítico e do objetivo de verificar se existiu protagonismo na produção dos boletins.

Tabela 2 - Unidades de Registros encontradas na Análise de Conteúdo

	 Cabo Frio	 Macaé	 Carapebus	 SJB
Royalties	32	98	37	31
Participação especial	9	24	8	13
Queda nas receitas / queda no repasse	3	1	1	5
Transporte	7	0	1	5
Saúde	5	7	6	2
Educação	5	7	9	5
Limpeza pública	2	0	0	0
Falta de recursos	2	0	0	0
Saneamento / esgoto	10	17	17	0
Receitas / rendas petrolíferas	6	13	4	4
Iniciativa privada	2	0	0	0
Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social	9	19	6	9
Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador	28	1	5	0
Autoreferência por títulos	0	4	0	0
Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados	0	2	9	0
Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios	19	27	12	34
Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC)	18	22	39	21

Legenda:
categoria 1: Explicações e esclarecimentos sobre royalties
categoria 3: Convites à Participação Popular
categoria 2: Notícias sobre o uso dos royalties na prática em suas respectivas cidades.
categoria 4: Referências a si mesmos ou à ações protagonizadas pelos grupos envolvidos

Fonte: a autora

É importante ressaltar que os boletins foram produzidos a partir das oficinas oferecidas pelo PEA-TP e dos experimentos de “ecossistema comunicativo” (MARTÍN-BARBERO, 1998 e 2002; SOARES, 2002 e 2009).

Ainda que a produção os boletins tenham ocorrido com moderação constante e presença dos técnicos socioeducadores no momento da produção de seus conteúdos, é possível inferir os interesses específicos de cada NVC nos assuntos tratados, já que as pautas dos boletins eram livres, desde que relacionadas à temática dos *royalties* do petróleo, e na frequência da ocorrência das unidades de registro selecionadas.

Para realizar as inferências, o método pede pela categorização dos dados apresentados. Bardin (1977) explica que boas categorias possuem algumas características como:

- a) **exclusão mútua** - cada elemento não pode existir em mais de uma divisão, ainda que seja passível de serem classificados em duas ou mais categorias. É preciso adotar um código que não gere ambiguidades no momento dos cálculos.
- b) **homogeneidade** - as categorias devem existir num mesmo conjunto categorial. No caso dos boletins dos NVC, o contexto da narrativa é a dimensão da análise utilizada.
- c) **pertinência** - o sistema de categorias deve refletir os objetivos da investigação, que é verificar se a experiência do processo formativo via educação popular do PEA-TP possibilitou protagonismo aos membros do NVC ao produzir e disseminar informação qualificada a respeito dos recursos petrolíferos, caracterizando assim a utilização da comunicação popular pelos grupos.
- d) **objetividade e fidelidade** - as variáveis precisam ser definidas de forma clara, indicando os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria.
- e) **produtividade** - um conjunto de categorias deve ser fértil em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

Adotando a perspectiva de Cicília Peruzzo (2002), é possível afirmar que o indivíduo que participou do PEA-TP e produziu os boletins bimestrais se posicionou nesse contexto como um agente ativo em seu papel de cidadão.

Para Peruzzo (2002), a dinâmica inserida nesse contexto favorece não somente a compreensão do fazer comunicacional, mas também dos mecanismos da estrutura do poder ao esclarecer seus direitos e discutir os problemas locais para, assim, cobrar soluções do poder público.

Com base em tal perspectiva e levando em conta os contextos nos quais as palavras indexadas foram apresentadas, foram criadas as seguintes categorias para pensar como a experiência formativa no PEA-TP possibilitou (ou não) o protagonismo dos participantes da pesquisa:

Tabela 3 - Categorias encontradas para análise



Fonte: a autora

A inferência é técnica de tratamento de resultados orientada por diversos polos de atenção, isto é, polos de comunicação. Bardin (1977) explica que a análise de conteúdo pode se apoiar nos elementos clássicos que constituem a comunicação: de

um lado a mensagem, que é o ponto de partida da análise, e o canal através do qual foi veiculada; e de outro, o emissor e o receptor.

Nesse caso, o emissor é um grupo, ou melhor, quatro grupos de pessoas que compõem seus respectivos Núcleos de Vigília Cidadã e que produziram informações qualificadas para seus pares, os receptores da mensagem. O canal foram os boletins digitais que continham a mensagem, sem a qual não haveria análise.

Cicilia Peruzzo (2007, p. 54) aponta que “aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos meios de comunicação popular, como um direito de cidadania” e o crescimento em favor do direito à comunicação. Isso pode ser visto em vários trabalhos pelo país a fora, inclusive em pesquisas acadêmicas anteriores. Percebe-se que esta concepção da autora também se aplica ao trabalho realizado com o boletim digital no PEA-TP.

5.2.1 – Categoria 1: Explicações e esclarecimentos sobre os royalties

A primeira categoria de análise "Explicações e esclarecimentos sobre os royalties" traz justamente acesso aos conhecimentos básicos sobre os royalties que todo cidadão deveria ter, mas que geralmente não acontece na prática, no sentido de popularizar essas informações e ampliar a noção de cidadania numa linguagem acessível a todos os grupos sociais.

É interessante observar que o município de Macaé menciona os *royalties* e as participações especiais 122 vezes ao longo dos 8 boletins. É bem mais do que Cabo Frio que conta com 41 menções somadas dos dois termos. Já o NVC de Carapebus cita os mesmos termos 45 vezes e São João da Barra, 44 vezes durante toda a publicação dos boletins.

Logo em seu primeiro boletim, Macaé conceitua *royalties* e participações especiais, enquanto Cabo Frio só explicou os definiu em seu boletim nº 6, ainda que tenha ressaltado a importância do PEA-TP para o aprendizado a esse respeito,

conforme conteúdo do boletim 04 que traz como tema a juventude: “Quando eu cheguei ao NVC, não sabia o que era *royalties*. Aprendi e agora eu sempre tento passar esse conhecimento. (...) Muitos ouvem falar sobre royalties, mas não sabem o que é.” (Cabo Frio boletim 4 agosto 2018)

Nessa edição n.º 04 do boletim de Cabo Frio é possível perceber que o conceito de cidadania comunicativa de Peruzzo (2007) se configura nessa produção comunicacional, apontando que o PEA-TP, ao estimular o uso de ferramentas comunicacionais como a produção do boletim, fez diferença na forma como os grupos, e nesse caso específico os jovens, se apoderaram de conhecimentos levados a eles pela educação popular, e mais: tentam passar a frente tal conhecimento.

Ainda citando Cicília Peruzzo, a comunicação não é apenas um canal de mensagens:

[...] Ela se realiza como parte de uma dinâmica de organização social; está imbuindo de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo (PERUZZO, 2007, p.02)

No PEA-TP, foi a partir de Paulo Freire e da sua proposta mais conhecida como a educação popular, que se visualizou a possibilidade de trabalhar com a comunicação popular, como um processo para leitura crítica dos meios e do mundo sobre a construção de espaços, onde o diálogo seja exercido.

São João da Barra define os *royalties* e a participação especial não somente no primeiro boletim, mas também no boletim de número 6. O único município que não traz uma definição *ipsis litteris* é Carapebus, porém, assim como os outros, indica em diferentes boletins como se dá a distribuição e em que áreas os royalties devem ser aplicados, incluindo informações noticiosas de repasses e quedas nos repasses entre diferentes anos, bem como carências de infraestrutura, cobrando nesse caso investimentos do petróleo no município. Compreende-se então que o município deu nova conotação e importância em suas pautas e mesmo assim não saiu do critério estabelecido: debater ou problematizar a questão dos royalties, porém tal temática mais se encaixa na categoria 2 dessa análise, conforme se observa abaixo.

5.2.2 - categoria 2: Notícias sobre o uso dos royalties na prática em suas respectivas cidades

A distribuição dos royalties, os investimentos e os problemas sociais enfrentados pelos municípios fluminenses são assuntos presentes nos boletins de todas as cidades analisadas com frequências diversas. É importante destacar que o índice “receitas/rendas petrolíferas” ficou alocado na categoria 2 e não na 1, pois tal índice, nos boletins, estava mais relacionado a ausência de serviços públicos básicos, como se pode ler neste tópico.

Os índices dessa categoria aparecem distribuídos pelos boletins, mas destaca-se aqui a ausência dos índices “**transporte**” em Macaé e “**saneamento/esgoto**” em São João da Barra, o que segundo Bardin (1977) também pode ser representativa de sentido, em especial ao se pensar o protagonismo na produção dos boletins. A frequência e as ausências dos índices nos boletins são indicativos sobre o que pensa cada município a respeito de setores que carecem de investimento dos royalties.

Já o NVC de Cabo Frio menciona “**transporte**” 7 vezes ao longo de seus boletins, apontando-o como uma das áreas de investimento dos royalties, além dos possíveis benefícios previstos em lei decorrentes de tal investimento e denunciando questões específicas da cidade relativas ao serviço, como, por exemplo, o cancelamento do cartão Dignidade que reduzia o valor da passagem de ônibus dentro do município, assim como a extinção das linhas gratuitas.

O grupo de São João da Barra menciona o mesmo indicador 4 vezes no boletim de número 3, uma edição especialmente dedicada à discussão do transporte coletivo no município, incluindo explicações sobre como o investimento deve ocorrer de acordo com a lei e dados a respeito do direcionamento dos royalties e participações especiais para o transporte público em 2018 em São João da Barra. Carapebus, por sua vez, faz apenas uma (1) menção ao transporte, no boletim de número 8, que discute a respeito das mudanças após o Diagnóstico Participativo, apontando que “foi possível identificar que durante esses seis anos não houve mudança significativa no acesso a

serviços básicos, apontados como deficientes no levantamento de 2012, tais como saneamento básico, saúde e transporte” (Carapebus boletim 8 - abril 2019).

Já o índice “**saúde**” aparece 5 vezes em Cabo Frio, 8 em Macaé, 6 em Carapebus e 2 em São João da Barra. Cabo Frio aponta, logo no primeiro boletim, que a queda nos repasses dos royalties e participação especial gerou vários problemas em diversos setores da administração pública. O índice “saúde” é usado nos boletins de todos os municípios quanto estes trazem informações da lei sobre percentagem de obrigatoriedade dos repasses e dados sobre os repasses reais com valores em Reais. A exceção reside em São João da Barra que em seu boletim 8 relata a existência dos conselhos municipais de Saúde, Educação e Cultura, e Segurança Pública, além de explicar o que são conselhos municipais e o papel do cidadão nesses conselhos.

A “**educação**” também foi um índice presente em todos os municípios. Cabo Frio faz 6 menções ao setor, Macaé fez 8, Carapebus, 10 e São João da Barra, 5. Novamente, este índice traz informações sobre legislação e dados de investimento dos royalties no setor, além de mencionar projetos e organizações como o Projeto de Educação Ambiental Pescarte (Cabo Frio boletim 5 - outubro 2018 e Carapebus boletim 6 - dezembro 2018), Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) (Cabo Frio boletim 8 - abril 2019 e Carapebus boletim 7 - fevereiro 2019), Organização das Nações Unidas para a Educação (Macaé boletim 7 - fevereiro 2019), Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (Carapebus boletim 2 - abril 2018), Secretaria Municipal de Educação (Carapebus boletim 5 - outubro 2018), e Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC) (São João da Barra boletim 4 - agosto 2018).

Cabo Frio em seu boletim de número 1, denuncia que houve inadimplência no pagamento dos salários dos servidores da educação, saúde e limpeza pública nos anos de 2015 e 2016, como consequência os três setores se unificaram na luta por seus direitos e realizaram greve. O índice “**limpeza pública**” aparece apenas em Cabo Frio, 2 vezes no primeiro boletim.

Já foi mencionada a ausência do índice "**saneamento/esgoto**" em São João da Barra. A frequência do mesmo foi de 10 menções em Cabo Frio, e 17 tanto em Macaé quanto em Carapebus. As informações relacionadas versam sobre legislação para aplicação dos royalties no setor e dados dos repasses reais. Em Cabo Frio o tratamento do esgoto é um serviço concedido à iniciativa privada e os moradores reclamam da qualidade do serviço prestado no boletim 2, fazendo ainda uma discussão sobre a viabilidade legal de investir parte dos royalties do município na implantação das redes separativas e de outras melhorias. O índice "**iniciativa privada**" aparece 2 vezes em Cabo Frio (uma vez no boletim 1 e uma vez no boletim 2) para se referir à responsabilidade do tratamento de esgoto.

Os termos "**queda nas receitas**" ou "**queda nos repasses**" aparecem 3 vezes em Cabo Frio, uma (1) vez em Macaé, uma (1) em Carapebus e 5 vezes em São João da Barra, enquanto o índice "**falta de recursos**" aparece 2 vezes em Cabo Frio, ambos os índices apontando a diminuição dos investimentos dos royalties e participações especiais nos municípios e suas consequências para os setores supracitados. Para explicar como os repasses e investimentos são feitos na prática, Cabo Frio menciona 5 vezes o índice "**Receitas / rendas petrolíferas**". Já Macaé, usa este índice 13 vezes, Carapebus e São João da Barra usam 4 vezes cada um.

Em síntese, observou-se que os sujeitos que participaram diretamente da produção dos boletins dos municípios analisados conseguiram compreender bem a questão da aplicação dos royalties nos serviços públicos, e nesse caso, a falta de aplicação e investimento desse recurso e conseguiram traduzir tal conhecimento para sua realidade local, problematizando as carências específicas de suas cidades, cumprindo a meta do projeto, de acordo com a Nota Técnica n.º 01/2010 do CGPEG/Dilic/Ibama, que norteia as ações do PEA-TP no controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural, tais como "apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (royalties e participações especiais) pelo poder público municipal". (NOTA TÉCNICA CGPEG/Dilic/Ibama nº 01/2010).

Considera-se também que além de os sujeitos problematizarem as carências públicas municipais e vincularem aos investimentos dos royalties, o modelo de Comunicação Popular aplicado na atividade da execução do boletim digital, mesmo que não levando em consideração a característica popular de cada grupo e município no fazer comunicacional, contribuiu no envolvimento e dinâmica das pautas para reduzir na região Norte Fluminense a desinformação a respeito dos royalties do petróleo e isso será possível observar mais à frente na análise das entrevistas.

É importante observar nesses resultados que tal empoderamento comunicacional, mesmo que num modelo institucionalizado e balizado, foi possível mediante às oficinas prévias realizadas no projeto, utilizando a educação popular.

5.2.3 – Categoria 3: Convites à participação popular

A unidade de registro "**Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social**" aparece 9 vezes em Cabo Frio e São João da Barra, 19 em Macaé e 6 em Carapebus. Nesse índice, os municípios apresentam os canais de participação cidadã e convidam os munícipes à participar do controle social do uso dos royalties.

Tal convite ocorre tanto através de informações que indiquem os caminhos para a participação popular, quanto de forma explícita, com o uso de verbos imperativos, às vezes combinando as duas formas de se expressar, como no boletim 3 de Cabo Frio: "Conheça os canais de participação da sociedade e dos cidadãos no Legislativo". No mesmo boletim, Cabo Frio explica diversos mecanismos de participação popular, como por exemplo ao dizer "um projeto de lei de iniciativa popular precisa reunir pelo menos 7.573 (sete mil, quinhentas e setenta e três) assinaturas. Também é possível convocar sessão extraordinária da Câmara Municipal por iniciativa popular." (Cabo Frio boletim 3 - junho 2018).

No boletim 4, Cabo Frio explica que a participação social é um direito previsto em lei e incentiva o leitor a acreditar em seu protagonismo:

"O projeto Territórios do Petróleo representa controle. Controle sobre nossa fala, sobre nossas experiências mais para frente e também representa luta. Que tipo de luta representa? O tipo de luta quando falam para você que você não vai conseguir, que não vai dar em nada. É uma luta que te faz acreditar e que mostra que você pode fazer algo. Que dá para ver os orçamentos, se preparar e fazer o controle social." (Cabo Frio boletim 4 - agosto 2018).

O controle social é explicado e exemplificado em alguns boletins em especial, a saber o boletim 4 de Cabo Frio, o boletim 8 de São João da Barra, e os boletins 6 e 7 de Macaé. Em seu sexto boletim, Macaé apresenta diversas formas pelas quais o cidadão pode exercer o controle social, inclusive definindo controle social "como a participação da sociedade no governo, tanto no acompanhamento e planejamento, quanto na fiscalização e avaliação das ações dos gestores públicos." (Macaé boletim 6 - dezembro 2018).

Já o NVC de Carapebus aponta a educação e a informação como um meio que o NVC percebe como estratégico para disseminar os conhecimentos adquiridos ou produzidos no Núcleo. Essa defesa é feita no boletim nº 5: "A estratégia é trazer esse pensamento crítico para os alunos de modo que esse entendimento de pertencimento e participação cidadã sejam multiplicados dentro de seus lares" (Carapebus boletim 5 - outubro 2018).

São João da Barra também ensina a seus leitores caminhos para a participação popular. Em seu boletim nº 3 explica que a LOA é construída anualmente com participação da população em audiências públicas nas quais os munícipes podem propor ao município em que setores investir. Já no boletim nº 6, São João da Barra explica que o cidadão pode participar da organização e acompanhar o Orçamento Público pelos Relatórios de Gastos disponíveis no Portal da Transparência do município ou solicitados junto à Câmara de Vereadores.

Sendo o NVC uma criação do projeto, e não uma iniciativa popular, essa unidade de registro aparece nessa categoria. Outra razão para essa categorização é que Bardin (1977) ressalta que é importante que os índices não se repitam em diferentes categorias e, embora os grupos tenham se apropriado da alcunha e falem de si mesmos usando o nome do NVC, a organização dos núcleos foi uma iniciativa do projeto e resultado das oficinas. O que chama a atenção aqui nesse índice é o

chamamento para a participação popular, quando os grupos convidam os leitores a compor e/ou participar das reuniões dos Núcleos, como se vê nos exemplos a seguir:

"Venham visitar o NVC de São João da Barra para saber mais a respeito. Fiquem atentos!" (São João da Barra boletim 8 - abril 2019)

"Você conhece o Núcleo de Vigília Cidadã? É um grupo que reúne cidadãos de Macaé, especialmente de comunidades mais impactadas pela cadeia do petróleo e gás, para debater e discutir de forma coletiva temas ligados aos royalties e às participações especiais, estando sempre alerta e vigilante, participando ativamente do esforço para o controle social dessas rendas petrolíferas." (Macaé boletim 1 - fevereiro 2018)

"Quer fazer parte do NVC Carapebus e saber mais sobre participação, controle social e as receitas petrolíferas? Faça-nos uma visita!" (Carapebus boletim 6 - dezembro 2018)

O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) aparece como índice 18 vezes em Cabo Frio, 22 em Macaé, 39 em Carapebus e 21 em São João da Barra. Em seus primeiro e segundo boletins, Macaé define o NVC, e no quarto boletim diz que o objetivo do NVC é pensar a questão dos royalties a fim "de estimular os cidadãos a participarem mais ativamente do planejamento, monitoramento e avaliação das ações do poder público municipal", e chama "fique ligado nos Boletins Digitais! Informe-se e participe dos espaços democráticos e de participação social" (Macaé boletim 4 - agosto 2018).

Verifica-se nessa categoria a proximidade do estímulo dos NVC à participação social por meio do boletim digital ao que afirma Peruzzo (1998) quando diz que "que o termo participação dentro do contexto social brasileiro tem a ver com tomar parte ativamente". (p. 73). Para a autora, é impossível desassociar o sentido principal do termo comunicação de partilha ou a participação e é exatamente o que se observa na produção comunicacional dos Núcleos pesquisados. Além de se apropriarem do conhecimento ali multiplicado, houve desejo de escolhas de pautas que, além de

debater carências e mau uso das receitas petrolíferas, estimular as comunidades locais a participarem politicamente das arenas de decisão.

5.2.4 – Categoria 4: Referências a si mesmos ou a ações protagonizadas pelos grupos envolvidos

Nesta última categoria identificada na Análise de Conteúdo, a unidade de registro "autorreferência por títulos" foi cunhada observando como NVC se autodenominam. Em Macaé, por exemplo, encontram-se alcunhas pelas quais seria conhecida, tais como "Princesinha do Atlântico" (mencionada 1 vez) e "Capital Nacional do Petróleo" (mencionada 3 vezes).

O índice "Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes" aparece 19 vezes nos boletins de Cabo Frio, 27 nos de Macaé, 12 nos de Carapebus e 34 nos de São João da Barra. Seu uso denota denúncias de problemas sofridos pela população tais como atrasos de salários ou falta de serviços públicos prestados, fatos noticiosos, para referir-se à própria comunidade para apontar as ações protagonizadas por ela, além da reafirmação da identidade coletiva (o que também ocorre com os índices "Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador" e "Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados". Os três índices guardam muitas semelhanças, não à toa estão agrupados na mesma categoria.

Essa inferência sobre a identidade local foi feita através de afirmações como "o que a cultura tem a ver com royalties do petróleo e participações especiais? Conhecer a história e a cultura do município, além de gerar identificação com o local onde moramos, gera mobilização para preservação da memória da população" (Macaé boletim 7 - fevereiro 2019); ou ainda mais claramente apontada por São João da Barra: "Entende-se que a cultura traz uma questão muito importante aos munícipes: o senso de pertencimento, ou seja, o indivíduo está ligado por laços afetivos à cultura, o que pode contribuir para o seu comprometimento com questões de interesse coletivo" (São João da Barra boletim 7 - fevereiro 2019)

O índice "Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador" ocorre 28 vezes em Cabo Frio, 2 vezes em Macaé e 5 vezes em Carapebus. É curioso que São João da Barra seja localmente conhecido pelas praias e pela atividade pesqueira, mas não tenha ocorrência alguma nesse índice. Em atividades de campo, foi percebido que o tema "pesca" não era frequente nas reuniões daquele Núcleo. Nas atas das reuniões registros da participação de pescadores, mas não com tanta representatividade. Ainda na análise documental, observou-se que quando esses indivíduos ligados à atividade pesqueira participavam nas atividades ou pediam a palavra, tal participação era muito pontual. Tal participação no NVC de São João da Barra era mais expressiva por parte dos agricultores de Barra do Açu, localidade pertencente ao 5º distrito de São João da Barra. Nos últimos 15 anos, tal região sofreu grande impacto com a instalação do Porto do Açu, havendo desapropriação como de interesse público de uma área de 7.200 hectares⁸. Tais desapropriações foram feitas através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) e a antiga LLX, para dar espaço ao condomínio industrial. Naquela época, mais de 200 famílias, que viviam da agricultura familiar, tiveram suas terras desapropriadas⁹. Há informações do pagamento de R\$ 2,8 milhões em auxílio para 190 famílias, das quais 35 foram para o assentamento, que leva o nome de Vila da Terra.

É possível projetar uma análise da falta de pautas sobre a pesca em SJB, a partir das entrevistas e pesquisa documental, porém não pode-se dizer o mesmo pela falta de pautas no índice "Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados" também não encontradas nas edições de São João da Barra. Em contraposição, este município, de acordo com a tabela 2 (p. 240), não contemplou o assunto "agricultura" em nenhuma de suas edições, focando suas pautas em temas mais ligados ao controle social, carência de serviços públicos, tais como o transporte, a má gestão

⁸ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/porto-do-acu-um-megaempreendimento-cercado-de-impasses-20197027>> Acesso em: 20 jul. 2022.

⁹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/15/camponeses-do-porto-do-acu-no-rj-pedem-fim-do-decreto-que-expropriou-suas-terras> Acesso em: 20 jul. 2022.

pública e a explicação a respeito da distribuição dos royalties. É possível reconhecer que o NVC de São João da Barra foi um dos exemplos de apropriação do conhecimento adquirido nas oficinas de Vigília Cidadã, por meio da Educação Popular, transformando tal conhecimento em informação para seus pares.

Em relação a "Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados" observou-se que esse índice não ocorre nos boletins de Cabo Frio ou São João da Barra, sendo usado somente em Macaé 2 vezes e em Carapebus 9 vezes. A divisão dos índices baseou-se na própria ideia disseminada no sétimo boletim de Carapebus sobre o relatório final do Diagnóstico Participativo (DP) do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) publicado em 2012, que identifica "quatro grupos impactados pela exploração de petróleo e gás em Carapebus (...): moradores rurais e assentados, pescadores marítimos, pescadores de águas interiores e moradores de área urbana" (Carapebus boletim 7 - fevereiro 2019). Carapebus é o município para quem essas distinções parecem ter sido mais valorizadas ao redigir os boletins, como se vê no exemplo a seguir:

"No município de Carapebus, o Diagnóstico Participativo identificou nove comunidades impactadas: Barreiros, Itaquirá, Rodagem e Fundão (moradores rurais e assentados); Praia de Carapebus e Caxanga (pescadores); Centro, Sapecado e Ubás (moradores urbanos). Em março de 2018, o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Carapebus realizou reunião ordinária em que estudou o Diagnóstico, analisou os macroimpactos e identificou novas comunidades que não tinham sido levantadas no documento original." (Carapebus boletim 8 - abril 2019).

O excerto acima traz ainda uma ação realizada pelos membros do NVC de Carapebus, uma das reuniões ordinárias para o grupo discutir as questões dos royalties relacionadas à sua cidade. Ações ordinárias são pontuadas em alguns boletins de todas as 4 cidades, bem como ações extraordinárias. Cabo Frio traz, ainda, uma entrevista com a "percepção do cidadão" entrevistado no boletim 5:

"Confira a entrevista com Eli da Costa Cardoso, 70 anos, pescador aposentado de camarão. Morador do bairro Praia do Siqueira, Eli conta ao Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio a contribuição que o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) dá à sua percepção enquanto cidadão" (Cabo Frio boletim 5 - outubro 2018).

Macaé organizou e realizou uma mesa-redonda intitulada “Gestão pública, infraestrutura e royalties na cidade de Macaé” em 16/04/19 e também traz a percepção de uma cidadã membro do NVC:

"Para Júlia, a preparação do evento, ao longo dos últimos meses, trouxe ganhos tanto para os membros como para a comunidade" (Macaé boletim 8 - abril 2019). Também Carapebus organizou e divulgou via boletim uma mesa-redonda realizada em 16/12/2017: "Foi uma oportunidade de dialogar com a comunidade acerca dos royalties e impactos socioambientais relacionados à indústria do petróleo e gás" (Carapebus boletim 2 - abril 2018).

Carapebus dedica o boletim número 6, de dezembro de 2018, a uma retrospectiva das ações do Núcleo de Vigília Cidadã no decorrer daquele ano, numa linha do tempo mês a mês que relatou todas as atividades, reuniões e visitas recebidas pelo grupo. Já seu boletim 7 foi dedicado a relacionar os royalties aos agricultores e pescadores.

Fica perceptível que em várias edições dos quatro NVC analisados algumas ações que foram protagonizadas pelos próprios sujeitos. As atividades dos NVC também receberam espaço no boletim e que, além de mobilizar o leitor à participação, como foi visto na categoria anterior, na escolha da pauta os participantes deram espaço a eles mesmos para contarem suas experiências de diálogo e discussão em torno das receitas petrolíferas com agentes do governo municipal, como foi o caso das diversas mesas-redondas que estamparam boletins dos municípios como em Cabo Frio e Carapebus, na 2ª edição; Macaé, na última edição e em São João da Barra, na 4ª edição. Além de ações como a mesa-redonda, outras matérias são encontradas onde o foco era o trabalho do NVC, totalizando 100 aparições do índice NVC em todos os 31 boletins.

Em síntese, é importante observar a quantidade de temas estampados nos boletins pelos NVC que eram debatidos em oficinas promovidas pela equipe de pesquisa do PEA-TP ao mesmo tempo em que a atividade do boletim era aplicada. Supõe-se que esse conhecimento produzido nas oficinas inspiravam as proposições dessas pautas. Nesse caso, dos 32 boletins, os municípios que mais escolheram e trouxeram esse debate (categoria 1) para o boletim foi Macaé e São João da Barra,

dando assim um caráter mais educativo no sentido de esclarecer direitos do cidadão na questão dos recursos dos royalties do petróleo, conforme Peruzzo (2002) considera que essa dinâmica facilita a compreensão não só do fazer comunicacional, como dos mecanismos da estrutura do poder ao esclarecer os direitos do cidadão.

Já os municípios de Cabo Frio e Macaé ficaram concentradas na categoria 2 da análise de conteúdo, pois escolheram discutir os problemas locais, tais como transporte público e saneamento básico, conforme Peruzzo (2002) aponta num processo de comunidade, comunicação e cidadania, porém, tal debate não foi ampliado para a cobrança de soluções do poder público, como pensado na Comunicação Popular.

5.3 – Entrevistas semiestruturadas e análise: SAE, instituições governamentais (Ibama e Petrobras)

No repertório empírico, soma-se ainda as entrevistas semiestruturadas realizadas no campo. Tal coleta de dados apoiou-se na aplicação de entrevistas aos SAE do PEA-TP e participantes das esferas governamental que implementam a política pública do Licenciamento Ambiental, bem como a empresa responsável pelo financiamento do projeto. Esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estarão condicionadas a uma padronização de alternativas, possibilitando assim, ao pesquisador, o surgimento de novas hipóteses.

Para Lakatos & Marconi (2004, p. 278) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal é colocado pelo investigador-entrevistador.

Também chamada de despadronizada, sistemática, antropológica e livre, a entrevista semiestruturada dá liberdade ao entrevistador para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. Para as autoras, essa é uma forma de explorar o tema ou a questão da pesquisa com mais amplitude. Para esse

trabalho, leva-se em consideração que essa técnica também dá mais espaço aos sujeitos da ação narrarem como era/foi sua experiência comunicacional sobre as questões do controle social das rendas petrolíferas antes das ações educativas e comunicacionais do PEA e, depois, entender como o sistema comunicativo se materializa ou não nesse sujeito.

Para sustentar a investigação da questão problema dessa pesquisa as entrevistas semiestruturadas foram divididas da seguinte forma: Grupo 1: Integrantes dos NVC das quatro cidades recortadas para a análise de conteúdo, divididos nos públicos definidos pelo próprio projeto, conforme se explica abaixo, e grupo 2: integrantes das instituições participantes do projeto. A saber: Uenf, Ibama e Petrobras.

Os dois grupos receberam perguntas diferenciadas, mas que tocavam questões como o processo comunicacional utilizado no PEA-TP durante a fase II, além de temas como autonomia e protagonismo no processo comunicacional dos boletins. As perguntas foram aplicadas de maneiras distintas aos dois grupos. No grupo 1, composto por 12 participantes, algumas entrevistas foram realizadas de forma presencial em eventos e seminários da fase II. Outras entrevistas foram realizadas por visitas em reuniões ordinárias de cada NVC. Todos os diálogos foram coletados em 2019 e gravados em MP3.

No termo de consentimento e cessão gratuita de direitos de depoimentos oral, assinados pelos respondentes, foi garantida a não identificação dos participantes e por essa razão, serão usados nomes fictícios.

Já o grupo 2, composto por quatro participantes, as perguntas foram enviadas por e-mail, uma vez que foi feito contato telefônico com todos os integrantes propondo que a entrevista fosse feita presencialmente ou por vídeo chamada, o que não foi aceita pela maioria. Dos quatro questionamentos enviados aos integrantes do grupo 2, apenas um respondeu: o analista do Ibama. Da equipe de Comunicação da Petrobras que acompanhou a produção do boletim, o Erik Gaertner Petric informou a melhor pessoa para responder as perguntas seria a Gabriela, outra integrante da equipe, mas que estava de férias. Fizemos contato com a indicada por e-mail, mesmo após a data de retorno das férias, mas não houve resposta.

No caso da universidade, também não foi enviada as respostas até o fechamento desse texto. Apenas o analista do Ibama Júlio Dias respondeu às indagações, mas das 10 perguntas, em boa parte pontuou que não tinha condições de responder por não ter participado diretamente das atividades.

Ao pontuar ao Ibama como o órgão ambiental compreende o processo de comunicação popular nos PEAs, o analista informou que:

Do ponto de vista institucional, não há nenhuma normativa ou diretriz formal do Instituto para a abordagem e a avaliação de processos de comunicação popular no âmbito dos PEAs. Via de regra, tais processos de comunicação surgem em decorrência da própria dinâmica necessária para viabilizar as ações formativas planejadas pelos planos de trabalho dos PEAs, não havendo por parte dos analistas uma análise preliminar e específica sobre processos de comunicação popular quando da aprovação de tais planos de trabalho. No que se refere especificamente aos analistas da COPROD, consideramos que as ações de EA cumprem, na prática, parte importante dos objetivos que, formalmente, são esperados dos projetos de comunicação social. No momento, estamos debatendo internamente como aprimorar a inter-relação entre as ações de EA e de comunicação social no âmbito do Plano Macro. Mas não há nada definido neste sentido ainda. (JULIO DIAS, 2022)

O entrevistado esclareceu as atribuições do Ibama em relação aos PEAs na Bacia de Campos e ratificou o que já havia sido apontado antes nesta pesquisa e reafirmou que que muita gente já tem conhecimento: O órgão federal, nem sempre tem condições de acompanhar todos os projetos como previsto pelo crescente número de projetos em decorrência das licenças concedidas nesta região, num paradoxo de redução dos quadros funcionais do órgão ambiental.

As atribuições do Ibama em relação aos PEAs vigentes é analisar e aprovar os planos de trabalho elaborados para balizar as ações de cada fase dos PEAs, tendo por referência as diretrizes estabelecidas pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 10/01. Além disso, acompanhamos a execução de tais projetos por meio de reuniões, leitura de relatórios de execução e, a nosso critério, visitas a campo para acompanhamento in loco de parte das atividades. O maior desafio do IBAMA, a meu ver, é viabilizar um acompanhamento mais eficaz de tais ações considerando o aumento da quantidade de projetos de pós-licença (o que inclui diversos projetos para além de PEAs) e a diminuição do número já pequeno de analistas ambientais. Neste cenário, um outro desafio enfrentado por analistas é o de dispor de tempo para alinhamento interno e para a construção de formas padronizadas que otimizem nosso acompanhamento de tais projetos. Não há desafios

específicos para acompanhamento do projeto Territórios do Petróleo. (JULIO DIAS, 2022).

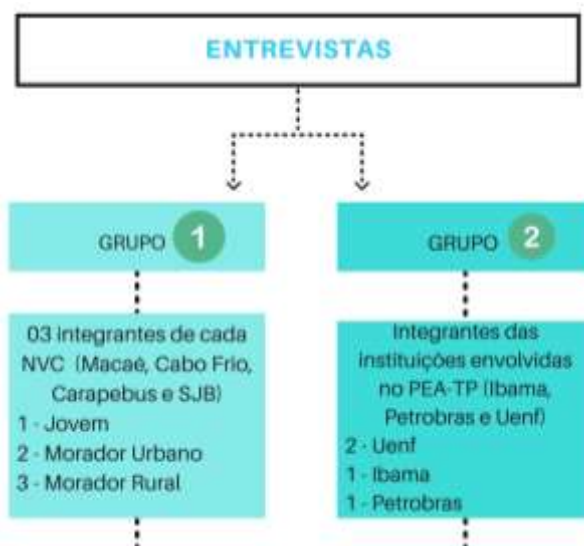
A respeito do papel do Ibama a respeito do Boletim Rede Territórios do Petróleo, realizado em 2018 pelos NVC, o entrevistado informou que a avaliação do Ibama se concentra, via de regra, no produto final, ou seja, a versão final do boletim e não no seu processo, justificando o que já havia sido dito: “temos grandes limitações para fazer um acompanhamento in loco mais extenso e concentrado sobre as ações de um projeto em específico”. (JULIO DIAS, 2022).

A perguntar sobre o papel do Ibama a respeito da execução do boletim e se tal produto poderia ser considerado um processo de comunicação popular, o analista disse não ter como responder tais questionamentos por falta de normativas e diretrizes do Ibama para avaliar processos de comunicação popular.

A respeito da avaliação de autonomia e protagonismos dos indivíduos participantes dos NVC na produção dos boletins, o entrevistado explicou que “diante das limitações do acompanhamento por parte do Ibama, não temos como afirmar ou negar isso”.

É possível reconhecer, a partir do exposto, que há um esforço no cumprimento dos objetivos normativos dos PEAs por parte do órgão ambiental, mas esse ainda é bem limitado pelas razões apresentadas: alta demanda de licenças e, por conseguinte, de projetos de mitigação e na contraposição, baixo número de analistas para acompanhar todo esse trabalho. Nesse caso, fica evidente que na questão da baliza e institucionalização das regras para a produção do boletim, havia a concordância do órgão ambiental, mas não houve esse acompanhamento direto. Na verdade, embora haja a validação das ações da Educação Ambiental com a comunicação social, esta não está definida ainda como um processo de comunicação popular.

Tabela 4 – Divisão dos grupos de entrevistas



Fonte: a autora

A respeito do grupo 1, é importante esclarecer que em cada município foram ouvidas três indivíduos, conforme identificação de categoria de público alvo, mapeada pelo próprio PEA-TP durante a fase II, conforme se observa na imagem abaixo:

Gráfico 4: Quantitativo de público separado pelas categorias de jovens, adultos moradores rurais e adultos moradores urbanos



Fonte: Silva e Filho, 2019.

Silva e Filho (2019) realizaram o perfil do integrantes dos NVC em 2019. Por meio de questionário, chegaram à conclusão de que o público do projeto na fase II era

diverso em vários aspectos, tais como gênero, etnia, crenças e origens sociais. Os autores afirmam que:

Essa diversidade caracteriza-o como um público desafiador, ao mesmo tempo que potencializador. A heterogeneidade encontra-se presente nos grupos sociais distintos que estão inseridos nos NVC: comunidades tradicionais (quilombolas, pescadoras/es, agricultoras/es, assentadas/os), as faixas etárias (jovens, adultos, idosos) e as áreas geográficas (separação entre os moradores rurais e os moradores urbanos) (SILVA R FILHO, 2019, p. 47)

Nesse caso, a definição do público atendido pelo projeto norteou a proposta pedagógica que subsidiou as ações do PEA. Ademais, tal público diversificado atendeu de certo o que estava preconizado pelo Ibama, na nota técnica GCPEG/Dilic/Ibama n.º 01/10 – Programas de Educação Ambiental – Linha de Ação B.

Conforme apontado no gráfico acima, o público do PEA-TP é composto, em sua maioria, por jovens, adultos moradores rurais e adultos moradores urbanos. Sabendo disso, três integrantes de cada NVC respondeu às perguntas, sendo um jovem, um adulto morador rural e um adulto morador urbano.

Para essa análise, é importante destacar que no questionário elaborado previamente pela pesquisadora, algumas perguntas foram norteadoras para a busca da respostas para a questão problema desta tese:

- Se o entrevistado participou da oficina de Educomunicação no início da fase 2 (momento em que nasceu a primeira pauta do boletim edição 01);
- Se o entrevistado participou da elaboração do Boletim Digital;
- Se o entrevistado chegou a disseminar o produto final dos boletins para sua comunidade;
- Como o entrevistado entende o processo de mediação e “baliza” no exercício do Boletim Digital;
- Se o entrevistado considera que nesse processo de elaboração do boletim ele e seu grupo teve autonomia e protagonismo.

A seguir, apresentam-se as respostas, seguidas das análises.

5.3.1 – Participação na oficina de Educomunicação no início da fase 2

No município de Carapebus os três participantes confirmaram a participação direta tanto da oficina de Educomunicação, que deu o início à produção dos oito boletins digitais “Rede Territórios do Petróleo”.

Todos eles classificaram a experiência da produção dos boletins como muito fértil, de ampliação de conhecimentos e de senso crítico na forma individual de lidar com as notícias, conforme destaca-se abaixo:

“Então, essas oficinas de Educomunicação eu aprendi bastante, porque eu ouvi muito sobre royalties nas reuniões, e.. Usava muitos termos técnicos nas reuniões extraordinárias lá, do projeto. Nós tivemos até alguns grupos de estudos, mas isso não era o essencial pra poder aprender, o que é realmente o royalties (sic), pra que ele servia, e as aplicações e tudo. Nas oficinas de Educomunicação, eu tive, assim, um conhecimento melhor, entendeu? Antes eu achava que eu não entendia nada e nem gostava de assistir o noticiário, então eu não falava nada, ficava quieta. Agora não. Aprendemos no boletim como conta e escreve uma notícia. A gente construía através das pesquisas, do campo, e aí a gente juntava, colhia as informações e começava a rascunhar a informação que a gente queria passar pra população, pras pessoas, né? De uma forma bem acessível pra quem, é... Tanto pra quem entende do assunto e quem não entende, pras pessoas poderem aprender”. (ROSA, 62 anos, NVC CARAPEBUS, 2019)

O NVC de Carapebus foi o único município que todos os três entrevistados afirmaram ter participado tanto das oficinas de Educomunicação quanto na elaboração dos boletins digitais.

Nos municípios de Cabo Frio, Macaé e São João da Barra, pelo menos um dos respondentes afirmou que não participou da oficina em 2017, como pode se observar na resposta de um dos respondentes:

“Não, eu não participei dessas oficinas de Educomunicação, pois quando eu passei a fazer parte, frequentar as reuniões, não me lembro de ter participado de nada com esse nome não. Cheguei acho que no início ou meados de 2018 no NVC” (GIRASSOL, 50 anos, SÃO JOÃO DA BARRA, 2019).

As razões possíveis por não terem participado de uma atividade ou outra é pela alternância dos participantes dos NVC, o que é natural entre atividades nos PEAS. Novas pessoas são mobilizadas a cada mês pelo projeto ou pelos integrantes que convidam amigos e parentes a participar, e nesse caso, podem ter chegado após a realização dessas atividades, e em outros casos alguns saem ou param de ir às reuniões com tanta frequência por várias razões, na maioria de cunho pessoal.

5.3.2 – Participação na elaboração do Boletim Digital

A experiência de participar de um processo comunicacional, elaborando o produto noticioso em todas as suas fases (definição de pauta, apuração, levantamento de dados e finalização de texto e imagem) foi para muitos participantes da pesquisa uma vivência ímpar. Além da mudança de comportamento ao consumir informação, o senso crítico e a preocupação com a veracidade das informações coletadas trouxeram à maioria dos entrevistados um senso de responsabilidade e compromisso com o exercício proposto pelo boletim, além de provocar mudança de comportamento no sentido cidadão de monitorar e confrontar informações na mídia tradicional, conforme pode-se observar agora.

"Sim, eu participei do boletim. Confesso que não gostava de ler jornal ou prestar atenção em notícias, rádio, essas coisas. Eu nunca entendia direito o que tavam falando. Mas no grupo, quando surgiu a ideia do boletim, o grupo, ele ficou muito empolgado, muito incentivado, e, assim, durante as reuniões, surgiram muitos temas, e a gente ia elencando todos os temas. A gente ficava sempre motivado e queria fazer tudo de uma vez só. E aí a gente acabou decidindo que a gente ia fazer a cada dois meses, e aí a gente tinha programado já cada mês fazer algum.... A maioria do grupo é de locais muito distante, não podia tá ali com frequência, mas tinha um grupo do centro como eu que trabalhava ali no centro também, e aí tinha mais facilidade pra ir lá na sede, pra poder desenvolver o boletim. E aí a gente fazia as pesquisas na internet, pra ter fundamento sobre o assunto, sobre o tema. E ia pro... Pra rua fazer campo de exploração, conversar com a comunidade, e depois a gente se juntava e discutia mais sobre o assunto, e a gente começava a construir, passar pro papel o como seria o nosso boletim, as informações, de uma forma mais acessível pra população mesmo, pra gente poder divulgar pra

população. Isso mudou minha maneira de entender e ler jornais e ver as informações no celular. Eu procuro fontes. Debato e penso se é aquilo mesmo. Procuro em outros lugares. Fiquei bem mais atenta” (ORQUIDEA, 18 anos, CABO FRIO, 2019)

No caso do entrevistado CRAVO, do NVC de Macaé, a experiência com o boletim, além de aumentar seu senso crítico, reforçou/solidificou o conhecimento construído no NVC a respeito dos royalties e outros temas trabalhados nas oficinas da Fase II como o controle social e a participação popular nas arenas políticas municipais.

“Na verdade, foi bem interessante, porque, quando eu cheguei no NVC, eu cheguei através de um convite de uma amiga, e eu não sabia nada. Não sabia o que que era royalties, nem nada. Então lá eu fui aprendendo e conquistando novos saberes, então foi bem interessante aprender principalmente na construção desses boletins, que hoje eu compreendo mais um pouquinho do que eu não compreendia antigamente, então eu adorei essa experiência muito nova. Na verdade, antes eu não sabia nem o que que era boletim, dentre essas coisas, mas hoje eu consegui ajudar a fazer a construção de um dos boletins e recebo novos saberes. É... O último, se não me engano, a gente fez de mapeamento da cidade de Carapebus e foi fantástico. Conheci ainda melhor meu município e suas carências” (CRAVO, 23 anos, MACAÉ)

Nesse outro caso, percebe-se que o trabalho coletivo minimizou algumas dificuldades individuais, como é o caso narrado abaixo:

“É uma das coisas que mais me chama a atenção no núcleo, porque eu sempre tive uma barreira com escrever e aqui não tem protagonismo meu escrevendo, porque tem que prevalecer a ideia do coletivo, da galera que tá aqui. E, por exemplo, eu não tenho a visão que um membro do NVC tem pra, tipo, a Sandra tem, tipo, por ser uma moradora da (...) aí ela não tem muita habilidade com o escrever, mas eu tenho um pouco mais de habilidade com o computador e não tenho vergonha de entrevistar. Eu participei do meu jeito dos boletins e acho que todo mundo ocupou uma posição importante. Os mais velhos traziam as informações que a gente não tinha. Ajudavam a fazer as perguntas. Os mais novos ficavam no computador digitando, pesquisando. E deu certo. Fiquei orgulhosa de mim”. (ORQUIDEA, 18 anos, CABO FRIO, 2019)

Toda essas evidências apontam para o que Kaplún (1998) chama de “uma comunicação libertadora, transformadora. O autor enfatiza os aspectos educativos desse processo de comunicação afirmando que as mensagens são produzidas “para

que o povo tome consciência de sua realidade” ou “para suscitar uma reflexão”, ou ainda “para gerar uma discussão”. (KAPLÚN, 1998, p. 17)

5.3.3 - Disseminação do produto final dos boletins para suas comunidades

Outra pergunta indagada aos participantes da pesquisa tem a ver com a motivação individual dos respondentes que extrapola o exercício de produção dos boletins. É essencial refletir nesse momento que a experiência da produção dos boletins por parte dos indivíduos dos NVC tinha um caráter educativo, além de inserir-los num experimento de “ecossistema comunicativo” (MARTÍN-BARBERO, 1998 e 2002), (SOARES, 2002, 2009), sendo implantado como um dos produtos de comunicação do projeto, sendo um exercício continuado e crescente de abertura de espaços para o protagonismo dos cidadãos, com constante moderação, estando inseridos no campo de análise da mobilização. Na prática, essa diretriz sinalizou a expressão da Vigília Cidadã vivenciada nos Núcleos.

Nesse sentido, o foco da pergunta a respeito da disseminação dos boletins para as comunidades, embora não fosse uma orientação da equipe técnica inicialmente, os entrevistados se dividiram nas respostas, porém, o NVC que mais se dispôs a disseminar seu conteúdo publicado foi o de Macaé, conforme pode-se ler abaixo:

“Então. A gente fez os boletins e disponibilizava o arquivo sempre nos grupos. A gente tem uns grupos de whatsapp. A gente disponibilizava para que o núcleo mandasse para quem eles quisessem. Tinha algumas pessoas que pediam pra imprimir pra levar pras suas comunidades e eles levavam impresso, principalmente para associação de moradores. Eu só compartilhava para alguns contatos particulares e tive um ou outro retorno. Serviu bastante para as pessoas conhecer o territórios e essa questão que discutimos dos royalties”. (MARGARIDA, 36 anos, MACAÉ, 2019)

Quem corroborou com esse pensamento e dinâmica de disseminação do conteúdo produzido foram as respondentes Azaleia e Margarida:

“Eu cheguei a compartilhar com o pessoal do assentamento e também levar boletim impresso. Lá a gente tem reunião todo mês. O pessoal vai assim, 100 pessoas, mais de 150 pessoas, por aí. Eu levei muitos boletins. Deixei sobre a mesa. No final eles me davam a oportunidade e eu explicava tudinho. Ai

todo mundo se interessava e queria saber mais. Aprender. Eles ficavam maravilhados e diziam 'Isso é interessante, um alerta'. Teve gente que pediu mais boletins para levar pra outros assentamentos ou para outras comunidades" (AZALEIA, 59 anos, MACAÉ, 2019)

"Ah. Quando eu quero chamar um amigo pro NVC eu mostro o boletim. A gente debateu sobre os temas do boletim na faculdade e mostrei lá também. Falei do boletim, do NVC. Distribui na minha casa também. Meus colegas que participaram da mesa-redonda promovido pelo núcleo aqui no município disseram que se prepararam para o debate lendo todos os boletins, pois estava bem coerente e organizado com os temas que foi debatido na mesa redonda, entendeu?" (MARGARIDA, 36 anos, MACAÉ, 2019)

Nesse processo de disseminação dos boletins, alguns respondentes levantaram uma questão importante. Acredita-se que os NVC tratavam a atividade como exercício de Vigília Cidadã na época, não havendo um incentivo tão explícito e recorrente para que tal conteúdo fosse utilizado como um agente mobilizador extramuros do PEA. Isso se confirma na entrevista de Hortência:

A gente preparou os boletins com o máximo de qualidade e preocupação. No meu caso, depois do exercício dos boletins. Com eles prontos, eles mandaram no grupo do zap. Achei uma ideia boa. Porque as informações ficam no nosso meio, fechadas ali, idealizadas, né? Eu não compartilhei com ninguém não o boletim. Nem sabia que podia. A gente executou o trabalho e depois de pronto, nem pensei nisso. Mostrar pras pessoas, pro poder público pra mostrar que a gente sabe das coisas. Vou pensar nisso agora. (HORTÊNCIA, 51 anos, CARAPEBUS, 2019)

Tempos depois, após concluir a atividade, os técnicos socioeducacionais passaram a utilizar esse material para mobilização e material informacional para os cidadãos em geral.

5.3.4 - Processo de mediação e “baliza” no exercício do Boletim Digital

Outra pergunta norteadora nesta pesquisa é a situação da mediação já tratada no capítulo 4. Nessa temática, buscou-se saber como os entrevistados entendiam e se relacionavam com a mediação realizada pela equipe técnica e pela Petrobras. As

opiniões foram diversas, mas com pouca diferença, houve destaque para uma visão mais simplória da mediação, como pode-se observar:

“Com relação à mediação, tinha horas que eu achava importante, entende? Por exemplo, Esse texto podia ser completado de alguma forma. Ao invés dessa palavra, use aquela. Alguma coisa assim. Em relação à Petrobras, me sentia uma invasão. Eles diziam: essa informação não pode ser veiculada e não sei mais o quê. Ai eu sentia como uma poda. Não gostei. Eu não me considero uma marionete. Eu não sou um brinquedo de ninguém. Eu saio da minha casa. Deixo tudo pra fazer um trabalho voluntário. Não estou lá. Pra fazer mal a ninguém e em alguns casos, reclamavam de coisas que pra mim não tinha razão, o tipo de escrita, mas não adiantava reclamar, pois até resolver, atrasaria toda nossa dinâmica. Daí a gente deixava pra lá”. (HORTÊNCIA, 51 anos, CARAPEBUS, 2019)

Um dos NVC que teve maior alteração nesse processo de mediação foi o de São João da Barra, como já explicado na capítulo 4, quando propuseram um texto ficcional para debater a questão da carência de transporte público. O texto não foi aceito pela equipe da Petrobras e o NVC precisou produzir outro material. Sobre esse processo de mediação, o respondente de São João da Barra informou que:

Não gostei não de terem trocado nosso texto. Estava criativo. Não tinha denúncia. Só porque não estava como texto jornalístico não aceitaram. A gente largou pra lá, pois entendemos que dentro do projeto eles mandam e dão as regras e as vezes não dá tempo pra discutir e lutar por tudo que deveria. Fizemos de novo o boletim e jogamos fora o texto tão bonito que na minha opinião ficou muito melhor que o que foi publicado. (CRISANTO, 32 anos, SÃO JOAO DA BARRA, 2019)

A opinião da participante do NVC de Carapebus é totalmente distinta da convicção de Suculenta, de Cabo Frio.

Eu acho que a mediação, ela é muito importante porque, as vezes a gente deixa escapar alguma coisa que, ah...esse aqui vai ficar melhor se resumir ou tirar. Assim, tendo um direcionamento a gente não fica perdido. A gente não está acostumado a reunir informações, entrevistar, escrever. Então acho que ninguém é perfeito e como eles são mais experientes nisso, a gente aceita eles melhorarem nosso boletim.(SUCULENTA, 28 anos, CABO FRIO, 2019)

Outro NVC que compreendeu muito bem o processo de mediação e não se incomodou foi o de Cabo Frio;

A gente entendeu, né, desde o início, quando a gente, é... Começou a fazer, eu lembro que o Gustavo foi lá, sem ser nessas reuniões de educomunicação, nas oficinas. Ele teve um encontro coma a gente e ele explicou todo esse processo, que haveria esse prazo, inclusive, ele deu uma planilhazinha pra gente de prazos, né, tipo, "olha, gente, é o boletim. Vocês escrevem, mandam a matéria, que a técnica manda, mas aí eu vou, faço a revisão, mando pra empresa. A empresa analisa, aí depois volta de novo. Se tiver alguma recomendação, eu mando pra equipe técnica", então ele explicou todo esse processo pro grupo todo, equipe técnica e grupo. Então a gente entendeu isso, que tinha esse processo mesmo, de ida e volta. Quando ele mandava as sugestões, ele mandava pra equipe técnica. Quando a gente tinha tempo, né, a gente repassava isso pro grupo. O grupo dizia, "não, tá okay", mas havia momentos que a gente não tinha esse prazo, porque o prazo já estava muito curto, a gente mesmo, como equipe técnica, a gente sempre participou de tudo, lógico, né, a gente tava ali inteirado por tudo, com tudo. Toda a pesquisa que o grupo fez, a gente também estava junto sempre, né. Aliás, a gente mais pesquisando do que eles, então a gente já sabia e a gente ou acatava, achava, "não, tá okay", ou a gente dizia: "não, mas a gente fez isso por isso, por isso e por aquilo", entendeu? Então, assim, se havia tempo, a gente jogava pro grupo, e o grupo... Mas havia momento em que realmente não tinha, a gente não tinha esse tempo, pra cumprir esse... Isso, então a gente só informava depois pro grupo, "ó, voltou, a gente acatou a sugestão tal", o grupo, "não, okay. A gente entende que é assim". Quando sai o boletim, a gente conversava com eles, "ó, saiu assim", e eles sempre, a gente nunca teve problema nenhum quanto a isso. Sempre teve esse entendimento. (GÉRBERA, 57 anos, CABO FRIO, 2019).

5.3.5 – Percepção de autonomia e protagonismo na elaboração do boletim

Para tratar da percepção de autonomia e protagonismo, faz-se necessário recorrer à definição etimológica trazida pelo dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2002). Autonomia relaciona-se ao direito ao livre-arbítrio, à tomada de decisões por vontade própria, que faz com que alguém esteja apto para tomar suas próprias decisões de maneira consciente; independência. Já a palavra protagonismo denota qualidade da pessoa ou grupo de se destacar em determinada situação, acontecimento. É exercer papel mais importante na tomada de decisões. Nesse aspecto, durante a entrevista buscou-se perceber como os integrantes dos NVC percebiam sua autonomia e protagonismo durante a produção dos boletins digitais. Na maioria das respostas, a questão da moderação e baliza implantada pela empresa e pelo órgão ambiental na construção do periódico foi naturalizado pelos respondentes e curiosamente a maioria dos entrevistados não compreenderam ou validaram a

necessidade de autonomia dos produtores de notícia no processo do boletim. O mesmo se deu no aspecto do protagonismo, como pode-se ser observado abaixo.

É... A gente entendeu, né, desde o início, quando a gente começou a fazer, eu lembro que o Gustavo foi lá, sem ser nessas reuniões de educomunicação, nas oficinas. Ele teve um encontro coma a gente e ele explicou todo esse processo, que haveria esse prazo, inclusive, ele deu uma planilhazinha pra gente de prazos, né, tipo, "olha, gente, é o boletim. Vocês escrevem, mandam a matéria, que a técnica manda, mas aí eu vou, faço a revisão, mando pra empresa. A empresa analisa, aí depois volta de novo. Se tiver alguma recomendação, eu mando pra equipe técnica", então ele explicou todo esse processo pro grupo todo, equipe técnica e grupo. Então a gente entendeu isso, que tinha esse processo mesmo, de ida e volta. Quando ele mandava as sugestões, ele mandava pra equipe técnica. Quando a gente tinha tempo, né, a gente repassava isso pro grupo. O grupo dizia, "não, tá okay", mas havia momentos que a gente não tinha esse prazo, porque o prazo já estava muito curto, então a gente já sabia e a gente ou acatava, achava, "não, tá okay", ou a gente dizia: "não, mas a gente fez isso por isso, por isso e por aquilo", entendeu? Então, assim, se havia tempo, a gente jogava pro grupo, e o grupo... Mas havia momento em que realmente não tinha tempo, a gente não tinha esse tempo, pra cumprir esse... Isso, então a gente não questionava e deixava assim mesmo como falavam que era pra ficar, "ó, voltou, a gente acatou a sugestão tal",. A gente entende que é assim". Quando sai o boletim, a gente conversava. Acho que isso foi autonomia na escolha dos temas, mas, muitas vezes, a gente teve que, por exemplo, eu, se eu vou fazer uma pesquisa, se a gente tá o grupo todo junto, a gente vai ter uma autonomia melhor, porque todo mundo vai dar sugestão, mas, quando se juntam dois ou três só, na verdade, não é tanto autonomia do grupo, porque só vai (sic) decidir aquelas três pessoas como conduzir o texto... Por mais que a gente tente ser, é... Imparcial, a gente vai ter sempre um, né, um colocar um pouco de nós dentro daquilo, da nossa visão, então eu acho que foi parcialmente, né, autônomo". (MARGARIDA, 36 anos, MACAE, 2019)

Saindo de Macaé, a compreensão de autonomia e protagonismo nesse processo já não era percebida assim em Cabo Frio, por exemplo:

“Então, a gente fazia o formato, é... Do boletim, só que a gente não tinha, não tem a autonomia de publicar diretamente. A gente tem que mandar pra Petrobras, pra Petrobras poder, é... Dizer sim ou não, se pode, se não pode publicar aquilo ali, que, apesar de a gente ter uma liberdade cerceada, que não é tão liberdade assim. É... A gente podia escrever o que quisesse, desde que o conteúdo estivesse de acordo com o que a Petrobras permitia que a gente escrevesse, e aí a gente... não podia falar de política, não fazer denúncias, é... Não envolver pessoas. Eu tenho orgulho de dizer que o nosso boletim foi um dos primeiros a ser aprovado e publicado no site, mas, eu avalio que eu não tinha tanta autonomia quanto eu pensava que tinha"(SUCULENTA, 28 anos, CABO FRIO, 2019)

A opinião sobre a autonomia e protagonismo se difere um pouco no sentido de que a autonomia e protagonismo devem ocorrer para além do PEA:

É, tipo, questão desse negócio de autonomia, eu sempre pensei isso, né, que, uma hora o projeto vai acabar porque ele tem seu plano de trabalho. Tem até questões aí de flexibilização de licenciamento ambiental, que não vêm ao caso, mas uma coisa que eu bato o pé com a galera, assim, às vezes, aqui, às vezes, eu sou até chamado de chato, é que eu falo: parar não pode. A gente não tem que parar de exercer o nosso controle social". É... O projeto, ele existe, a ideia do Ibama, quando criou isso, foi de trazer conhecimento pra população, mas a gente não pode depender do projeto pra fazer tudo, a gente nunca vai... Vai ser a gente mesmo. A gente nunca vai ter, como se fala?, identidade própria. Vai ser sempre o núcleo de vigília cidadã. Não é que é ruim ter o... A imagem do vigília cidadã, mas também é mais bonito você ter o... Aquela imagem, quando o vereador te olhar, o secretário, "aquela ali é fulana, que mora em tal distrito, moradora e tal do município. Seus vizinhos, amigos, não te vê mais como apenas um projeto. Te vê como, "não, aquela pessoa ali", tipo, ah, tá tendo problema aqui, na nossa vizinhança, chama fulano ali, que fulano conhece as leis, sabe como elaborar um ofício e ele conhece bem como cobrar". Então você já vira um ponto de referência na sua comunidade, e aí, tendo base nisso, a galera aprendeu muito, até mesmo com essas idas e voltas dos texto, a galera aprendeu bastante. E aí eu fico feliz porque hoje, hoje, né, o pessoal já estava conversando, "não, o projeto vai acabar", "não, mas vamos marcar grupo de estudo. Pode usar minha casa". Aí o outro falou: "não. Tem espaço público. Vamos elaborar um ofício, vamo procurar um lugar", então já gerou essa autonomia. Já gerou. E aí, interessante que, daqui a uns dois, três anos, quando o projeto acabar, as pessoas vão estar muito renovada (sic), vão estar mais forte (sic), vão estar nessa luta, então eu acho que essa ida e volta foi uma questão de amadurecer a gente. O boletim serviu mais como um aprendizado. É uma ferramenta a mais que a gente vai ter agora, por exemplo, quando for elaborar um ofício, quando for escrever uma carta pra postar no Facebook, quando você pra escrever um texto pra jogar nos status, quando for fazer vídeo, aqueles vídeos pro stories, né, que eu não sou muito dessas redes sociais. Sou meio burrinho pra isso, mas a galera tá sempre nos stories, então a galera já tem uma visão diferente". (CRISANTO, 36 anos, São João da Barra, 2019).

Nessa tensão entre participação e protagonismo X tutela e moderação nos processos de construção e produção do boletim digital "Rede Territórios do Petróleo foi possível perceber que alguns, a partir do seu grau de amadurecimento político, compreendiam a questão tutelar da institucionalização do PEA e ao mesmo tempo percebia que a autonomia e protagonismo precisava ser praticado fora do PEA, em suas comunidades, nas esferas de debate e arenas políticas de seus municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo maior dessa tese foi investigar como ocorreu o protagonismo dos diversos membros dos NVC na produção e disseminação de informação qualificada em seus grupos políticos a respeito dos recursos petrolíferos, levando em consideração o processo produtivo dos boletins digitais “Rede Territórios do Petróleo”, para identificar que tipo de comunicação é praticada pela Educação Ambiental proposta no Licenciamento ambiental. Após a análise da literatura a respeito do tema e dos dados coletados, são apresentadas as considerações finais a que a chegamos na pesquisa.

Considerando a hipótese inicial de que a experiência do processo formativo no PEA-TP deu possibilidades e protagonismo, porém de forma parcial, aos participantes da pesquisa a produzirem e disseminarem informação qualificada em seus grupos políticos a respeito dos recursos petrolíferos, caracterizando assim a utilização de uma comunicação que, em partes, pode ser considerada como popular, em partes como uma comunicação tradicional, hegemônica. Tal parcialidade ocorre pelos pré-requisitos impostos como balizadores pelos atores institucionais estatais envolvidos na realização do PEA-TP. No decorrer do texto que se segue alguns aspectos são explorados a fim de refletir sobre as perguntas levantadas. Cada capítulo teve papel relevante para tal.

No primeiro capítulo são apresentados os aspectos ideológicos da comunicação, refletindo o poder e o domínio que os meios de comunicação tradicionais exercem na sociedade, estabelecendo uma diferenciação teórica entre comunicar e informar, sobremaneira no aspecto democrático e o que é pensado no plano de trabalho do *lócus* dessa pesquisa. Nesse caso, a informação é entendida como a reunião ou conjunto de dados e conhecimentos organizados que possam constituir referências sobre as rendas petrolíferas e suas implicâncias na composição das finanças públicas municipais e suas destinações. Em outras palavras, a informação é a mensagem e a comunicação a relação do indivíduo com a mensagem.

A impressão evidenciada foi a de que tal processo de informação apresentada não se basta por si só e, em contraponto, o ato de comunicar é uma ação permeada pela negociação e convivência humana, sendo o indivíduo o centro da comunicação.

Chegou-se a concepção de que muitas vezes, principalmente na temática dos royalties do petróleo na região pesquisas, a informação chega de qualquer jeito ao cidadão no sentido de não compreensão dos códigos apresentados. A linguagem da mensagem não é decodificada pelos grupos em vulnerabilidade pela cadeia de petróleo e gás, dificultando assim o processo comunicacional, pois no campo da comunicação, percebe-se que dentro do processo relacional entre emissor-receptor, há necessidade de retorno, devolutiva. Sem dúvida, mas se a mensagem não é decodificada, não pode haver retorno, devolutiva. Nesse contexto, a comunicação que está centrada nessa pesquisa é a de compartilhar ideias, conhecimento específico regional, experiências num processo em que se emite e se recebe informação a todo momento, mas essa transforma seu receptor, proporcionando sentido e estímulo social.

Pensando nisso, o segundo capítulo da fundamentação teórica focou-se no papel da educação e comunicação popular ao longo dos anos no Brasil, tendo a educomunicação como ferramenta de cidadania e participação popular, voltando o olhar para o uso e aplicação da educação nos movimentos sociais, em ambientes não formais e os formais como uma lógica capitalista, e a comunicação popular, fazendo um resgate da trajetória da comunicação popular a partir da Folkcomunicação e sendo atualizada a cada mudança social, incluindo o século XXI com o avanço tecnológico, nesse caso, quebrando a lógica da dominação não a partir de cima, mas a partir do povo, compartilhando dentro do possível seus próprios códigos. Foi feito ainda um recorte específico para a temática do licenciamento ambiental, trazendo algumas conceituações importantes como a da educação Ambiental Crítica e como tais ideias chegaram ao licenciamento ambiental da indústria petrolífera fluminense.

O terceiro capítulo trata especificamente do locus dessa pesquisa e aspectos relevantes para pesquisa foram debatidos, tais como a metodologia da Vigília Cidadã como uma questão sócio educativa, além de apresentar o projeto em suas três fases.

O quarto capítulo segue dando um recorte ainda mais específico ao universo pesquisado, apresentando o processo que deu início à produção do Boletim Digital Rede territórios do Petróleo com uma análise específica do processo de intervenção pelos técnicos da área da comunicação do projeto e da Petrobras. É nesse capítulo que se aponta as interferências realizadas que são classificadas por essa pesquisadora como ora pertinentes e necessárias, ora cerceadoras, buscando-se manter um padrão formal e hegemônico de comunicação, tal como praticado pela empresa petrolífera.

No quinto capítulo dessa tese, a análise dos dados foi apresentada, sendo composta por duas etapas a partir dos seguintes instrumentos metodológicos: i) análise de conteúdo; ii) entrevistas semiestruturadas a dois grupos distintos. A análise de conteúdo revelou quatro categorias temáticas mais trabalhadas pelos indivíduos participantes do PEA-TP como pauta e conteúdo noticioso nos boletins produzidos. Explicações sobre as receitas petrolíferas, estímulo à participação popular e ao controle social, o baixo uso de royalties nos serviços públicos prestados em seus municípios, dando um tom de cobrança ao poder público municipal, e por último a autorreferenciação da atuação dentro do projeto.

Essas categorias mostram que houve dinâmica de envolvimento dos SAE com a VC no aspecto formativo em vários níveis. Por meio da educação popular eles reconheceram a necessidade de trabalhar tal conhecimento adquirido sobre royalties com o objetivo de propagar aquilo que antes não era dominado e compreendido pelos grupos em vulnerabilidade e classificamos essa atuação como um nível inicial ou primário do processo comunicativo, destacando-se os municípios de Macaé e São João da Barra, que deram um caráter mais educativo no sentido de esclarecer direitos do cidadão na questão dos recursos dos royalties do petróleo. Em muitas dessas escolhas de pautas, percebeu-se que eram temas de oficinas realizadas um pouco anterior à produção do boletim. Por um lado é possível afirmar que o processo educativo influenciou a escolha da pauta, mas por outro e em alguns casos específicos havia desinteresse do grupo em produzir pautas e matérias com temas mais inéditos para a próxima edição, dando a impressão de que trazer para o boletim um tema que

já havia sido debatido pelo grupo era mais fácil e mais cômodo. Essa situação também tem a ver com o modelo pré-definido do boletim. Alguns não se identificavam com o formato. Outros exprimiam o desejo que produzir conteúdos radiofônicos ou impressos regulares.

Por outro lado, outros NVC mergulharam na comunicação e ficaram tão envolvidos com a dinâmica da Comunicação Popular que ousaram mais e problematizaram o uso ou a falta de investimentos dos recursos do petróleo em seu municípios e foram a campo observar questões de transporte público, saneamento básico, educação, cultura, entre muitas outras pautas. Além de embasar os conteúdos com o conhecimento legislativo dos royalties e de controle sobre a entrada desses recursos nos cofres públicos por meio dos portais de transparência e dados disponibilizados pela ANP, como foi o caso de Carapebus e Cabo Frio. Tais indivíduos foram pro campo entrevistar pessoas pra saber das dificuldades comunitárias e produziram suas fotos. Ressalta-se que para configura um processo de comunicação popular em sua totalidade faltou nos conteúdos a proposição de cobrança de soluções do poder público, de forma mais direta. É importante destacar que o município de Macaé, além de ter contemplado a categoria 1, também aparece com um número de publicações nos índices da categoria 2.

O segundo instrumento utilizado na coleta de dados foi a entrevista semiestruturada que revelou a perspectiva de autonomia e protagonismo no processo dos boletins, dando um panorama mais claro do tipo de comunicação que foi produzida na fase II do PEA-TP.

Em alguns aspectos já apresentados no capítulo, não pode-se se afirmar que a comunicação é popular pelo próprio uso da palavra “popular” como “aquilo que vem do povo”, “produzido de baixo para cima”. Nesse caso, a mediação foi o paradoxo para definir o que de fato era popular. Para iniciar, regras e formatos definidos de baixo para cima (pela empresa, órgão ambiental e universidade) sem o debate aprofundado com os indivíduos já descaracteriza o popular desse tipo de comunicação, que no caso do PEA-TP, funcionou como um exercício, um aprendizado de como fazer, como se apropriar desse conhecimento adquirido no PEA para cobrar

ao poder público. Foi um exercício, mas não uma forma efetiva de comunicação popular mobilizadora e reivindicatória. Outro aspecto é a padronização dos textos pela empresa petrolífera ao molde da comunicação organizacional, em terceira pessoa, impessoal. Não aceitando textos menos engessados, mais autorais e culturais como crônicas para tratar de temas importantes ao município, como foi o caso de São João da Barra que precisou trocar um texto feito em forma de crônica ficcional, onde um extraterrestre indagava a situação do transporte público a jovens da área rural do município que aguardavam o ônibus que passava na localidade em um único horário noturno.

No caso da produção do boletim como um exercício pedagógico, assim como a educomunicação, cujo o objetivo é estimular o senso crítico aos meios de comunicação, nesse caso, para alguns NVC, o exercício se encaixa muito mais no aspecto da educação popular do que na comunicação popular.

Outra situação revelava pela entrevista foi a baixa adesão dos sujeitos na disseminação do conteúdo. Poucos lidaram com empenho no sentido de espalhar para suas bases políticas o boletim. Alguns disseram que não sabiam dessa possibilidade. Isso se deu ao fato de um impasse entre universidade, empresa e Ibama para autorizar a disseminação do conteúdo em redes sociais.

Outra questão que deve-se levantar aqui é o meio em que essa mensagem foi disponibilizada. Todas as versões dos boletins, obrigatoriamente, deveriam ser publicadas no site oficial do projeto, mas a maioria das comunidades envolvidas nesse processo não tinha acesso facilitado, como sinal de internet, para consultar o sítio eletrônico. Nos NVC que os técnicos ou participantes tinham mais facilidade com a tecnologia, os links eram colocados nos grupos de *whatsapp*, mas muitos indivíduos pediam as edições em versão papel para levarem para suas comunidades, o que prova que o meio determinado pela empresa não era o mais apropriado para os participantes naquela fase.

Pelo exposto, classifica-se esta comunicação como um nível inicial, já que o conteúdo produzido tinha um caráter de apresentar direitos dos cidadãos municipais.

Para outros NVC que produziram seus conteúdos atendendo a categoria 1 e 2, o nível de comunicação popular pode ser considerado como mediano, uma vez que desdobraram os direitos em apontar tais carências, mesmo que não houvesse as reivindicações pontuais por conta das balizas impostas pelos reguladores do projeto.

Nesse caso, para responder de que comunicação estamos falando na Educação ambiental, tendo como recorte a produção do PEA-TP, é possível que se trate de uma comunicação ainda híbrida, que ora caracterize-se como hegemônica e tradicional, como um formato imposto pelas empresas petrolíferas que operam no capitalismo, ora popular, pois os indivíduos aprendem a problematizar as carências e se apropriarem dos mecanismos comunicacionais, levando para suas bases o conhecimento e o *modus operandi*, podendo com mais liberdade, acrescentar o modo reivindicatório e mobilizador em suas bases sociais e comunitárias.

Tal formato comunicacional pesquisado aqui não se assemelha à comunicação popular conhecida no Brasil a partir da década de 1970, quando o cenário político também era conturbado. No século XXI, com a democratização dos meios e o domínio da tecnologia da informação e da comunicação, aprender a lidar com a informação de forma responsável e comunicar para suas bases se tornou uma necessidade. É possível pensar que tanto a educação popular dialógica de Paulo Freire quanto a comunicação popular enunciados por Mário Kaplún, Regina Festa, Raquel Paiva e Cicília Peruzzo se reconfiguraram com o passar do tempo nessas últimas décadas.

Outro prisma importante é o período pandêmico, que mostrou tal crença, quando houve a necessidade de vencer as barreiras tecnológicas, independentemente da idade, do local ou da classe social e se conectar para prosseguir nas arenas de debate. Ademais, a experiência do boletim configura claramente a ideia de ecossistema comunicativo concebida pelo espanhol Jesús Martín-Barbero, quando fala, especificamente, da presença das tecnologias na sociedade atual, caracterizando assim a organização do ambiente, a disponibilização dos recursos, juntamente com o conjunto de ações que caracterizam determinado tipo de ação comunicacional, ou seja, ações que permitem que educadores, comunicadores e outros agentes promovam e ampliem as relações de comunicação

entre as pessoas que compõem a comunidade educativa. Nesse caso, em todas as categorias analisadas da pesquisa, esse ecossistema pôde ser percebido como uma primeira fase nas oficinas realizadas na fase II, com maior destaque na de Educomunicação. A produção do boletim personificando o conhecimento adquirido nas oficinas como uma segunda fase desse ecossistema. Porém a autonomia e protagonismo só pode ser percebido numa terceira fase, para além do projeto.

A autonomia e protagonismo dos sujeitos na produção do boletim foi outro aspecto detalhado. O protagonismo foi percebido em alguns NVC analisados, principalmente no sentido de produzir e comunicar temas relacionados a atuação do próprio grupo, mas no sentido político, tal protagonismo e autonomia não pôde ser percebido nem mesmo pelos respondentes durante o período de produção dos boletins. Em algumas respostas foi percebido o não contentamento com a falta de poder de decisão, em contraponto, boa parte dos pesquisados disseram que compreendiam muito bem a questão da moderação por parte da empresa e viam com positividade essa questão, bem como o formato e linguagem impostos ao produto final. O que se percebe é que o desenvolvimento da autonomia e protagonismo, proposta pela comunicação popular está relacionada à maturidade política das ações comunicacionais de dentro do projeto para fora da baliza (nas comunidades de origem). Enquanto tal processo permanecer apenas como a vitrine das ações do projeto, não cumpre com o papel popular.

Essa maturidade não aconteceu na fase II do projeto, durante o processo de exercício e produção dos boletins, mas alguns frutos dessa maturidade já foram registrados na fase III, quando alguns NVC manifestaram realizar trabalhos semelhantes aos do boletim da fase II. Esse foi o caso de Quissamã, que se apropriou do boletim e repetiu como atividade coletiva do grupo. Outro exemplo é o município de arraial do Cabo, que foi ainda mais longe e nesse caso, sim, atingiu o protagonismo esperado pela Comunicação Popular. Produziu um vídeo com animação para explicar aos munícipes a importância e relevância de uma Lei de Iniciativa Popular (LIP) elaborada pelo grupo. Tal material audiovisual será utilizado para enviar pelo Whatsapp e buscar assinaturas necessárias para a LIP ser incluída na pauta da

Câmara Municipal. São ações como essa que demonstram que a Comunicação Popular no processo pedagógico da Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental faz parte de um ecossistema comunicativo, para além da ação do boletim, sendo este um exercício inicial que incidiu nas competências dos NVC.

Por outro lado, não se pode ser ingênuo e deixar de observar que no século XXI o individualismo, a falta de mobilização e a apolitização e polarização dos indivíduos é um aspecto comum e muito potencializado após o período pandêmico, onde ainda mais a sociedade aprendeu a ficar atrás das telas. Para além dessa pesquisa, esses aspectos devem ser considerados e analisados para se observar o processo comunicacional popular dessa nova era.

Acreditamos que o computador e os smartphones não vão substituir as relações políticas e sociais. Quando ainda estávamos no olho do furacão da modernização tecnológica essa era uma premissa tida como verdadeira, mas anos depois, com o surgimento e a indústria das Fake News alimentadas por robôs e financiada por estruturas de poder, voltou-se a valorizar as relações próximas, a conversa olho no olho, a indicação de algo a partir de uma referência ou experiência conhecida, trazendo de volta o espírito de comunitarismo, mesmo que ainda à distância. Percebe-se a falta da quebra da lógica da dominação. Falta ainda a mobilização dos movimentos sociais compartilhando dentro do possível seus próprios códigos, dando protagonismo ao povo, mas na perspectiva do ecossistema comunicativo, deu novo conceito à prática tanto da educação popular quanto da comunicação popular, especificamente no Licenciamento Ambiental, essa seja a próxima fase esperada nos PEAS.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O Conceito de Hegemonia: De Gramsci a Laclau e Mouffe**. São Paulo: Lua Nova, 2010.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, A. Araújo (Org.). **Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007

ANJOS, Alexandre Martins dos. “**Tecnologias da Informação e da Comunicação, aprendizado eletrônico e ambientes virtuais de aprendizagem**”. In: MACIEL, Cristiano (org.). **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Cuiabá: EdUENF, 2013, pp.211-257.

BARBERO, Jesús Martin. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

BACCEGA, Maria. Aparecida. **Comunicação e Linguagem: discurso e ciência**. São Paulo: Moderna, 1998.

BARBALHO, Alexandre. **Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo**. In: PAIVA, Raquel & BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo, Paulus, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Aldo B. **A Condição da Informação**. São Paulo em Perspectiva, 16(3): 67-74, 2002.

BARTHES, Roland. **Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França**. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. Editora Cultrix. São Paulo. 1977. Acesso em 15. março. 2022. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3738921/mod_resource/content/1/BARTHES_Roland_-_Aula.pdf

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BAZI, Rogério. **Produção da Informação nos Campos da Ciência da Informação e Comunicação Jornalística**: possíveis interfaces Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 18, p. 1-14, janeiro/maio 2007.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias**. Porto Alegre: Editora da pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul, 2001.

BELTRÃO, L.; QUIRINO, N. O. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1980.

BERGER, Christa. **A comunicação emergente popular e /ou alternativa no Brasil**. In:PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. 3ª ed., Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: Pierre Bourdieu: sociologia / organizador [da coletânea] Renato Ortiz; [tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi] – São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. **Lei 6938/1981. Política Nacional de Meio Ambiente Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)**.

BRASIL. **Lei nº 9795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de educação ambiental e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Brasília.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28º ed., 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

BUONICORE, Augusto. **70 anos da morte de Antonio Gramsci**. 2007.

CAMPOS, Maria Malta, 1982. **Escola e participação popular: a luta por educação**

elementar em dois bairros de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

CAPURRO, Rafael et al. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S.l.], v. 12, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 26 maio 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A questão do Estado no Brasil.** In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização.* São Paulo: Paz e Terra, 1977a.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Estado e sociedade no Brasil.** In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização.* São Paulo: Paz e Terra, 1977b.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Planejamento e política: os anéis burocráticos.** In: CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia: estudos sobre política.* São Paulo: Siciliano, 1993.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (2004). **Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação.** In: *Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente*, 13-24.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (2004). **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2008.

Carvalho, E. J. G. de. (2009). **Reestruturação produtiva, reforma administrativa do Estado e gestão da educação.** *Educ. Soc.*, Campinas, 30(109), 1139-1166. Recuperado em 29 dezembro, 2011, de <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a11.pdf>

CASTELS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A Era da Informática: Economia, Sociedade e Cultura.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Vida, 1999.

CASTELS, Manuel. **A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 2003.

CONAMA (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE). **Resolução nº 237**, de 19.12.1997. Licenciamento ambiental.

CGPEG/DILIC/IBAMA. **Relatório sobre os projetos de Educação Ambiental da Bacia de Campos e diagnóstico participativo do PEA-BC.** Rio de Janeiro: CGPEG, 2012.

CGPEG/DILIC/IBAMA. **Nota Técnica No 001/10**. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Rio de Janeiro: CGPEG, 2010 c.

CGPEG/DILIC/IBAMA. **Nota Técnica No 010/12**. Identificação e avaliações de impactos ambientais: orientações metodológicas no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Rio de Janeiro: CGPEG, 2012.

CHAUÍ, Mriana. **O que é Ideologia**. São Paulo, SP. Brasiliense 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: **um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1999.

COUTINHO, Eduardo Granja. (Org) **Comunicação e contra-hegeminia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência** – Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: **Um estudo sobre o seu pensamento político**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Eduardo Granja. Gramsci: **a comunicação como política** In: COUTINHO, E.G.; PAIVA R.; FREIRE, João. (orgs). **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. 2ª ed., Campinas, SP, autores associados, 2002.

Dominique. Wolton. **Informar não é Comunicar**: tradução de Juenir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina 2010.

DUGNANI, Patrício. **Comunicação Popular: O Diabo na Literatura de Cordel**. II Simpósio Internacional Comunicacion Y Cultura. Colima, Col. México. 24-26 de abril, 2017. Disponível em https://www.academia.edu/44756901/Comunica%C3%A7%C3%A3o_Popular_e_Literatura_de_Cordel, acessado em 01 de junho de 2022.

EAGLETON, Terry. Ideologia. **Uma introdução**. São Paulo: editora UNESP/editora Boitempo. 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Primeiros Passos). 89 p.

FAZENDA, Ivani. **O Que é interdisciplinaridade?** / Ivani Fazenda (org.). — São Paulo :Cortez, 2008.

FESTA, Regina. **Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa**. In.: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins. Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. São Paulo. Paulus, 1986.

FESTA, Regina. **Comunicação popular e alternativa: realidade e utopias**. São Bernardo do Campo: IMS, 1984. (Dissertação de Mestrado – Comunicação).

FESTA, Regina. **Elementos para uma análise da comunicação na América Latina: perspectivas para os anos 90**. In: PERUZZO, C.M.K. (Org.). Comunicação e culturas populares. São Paulo: Intercom, 1995. p.125-142.

FIEGENBAUM, Ricardo. Z. **Jornalismo e prática política midiaticizada: mútuas implicações em dispositivos midiáticos**. In: NEGRINI, Michele; FIEGENBAUM, Ricardo Z. (org.) Olhares sobre o Jornalismo concepções, processos e inserção social. Florianópolis: Insular, 2015.

FIRJAN. **Manual de Licenciamento ambiental: guia de procedimento passo a passo**. Rio de Janeiro: GMA, 2004. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos /cart_sebrae.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/cart_sebrae.pdf)> Acessado em 24 nov. 2017.

FREINET, Célestin. **O Jornal Escolar**. Lisboa: Ed.Estampa, 1974

Freire, Paulo. F934e **Extensão ou comunicação?** tradução de Rosisca Darcy de Oliveira ; prefácio de Jacques Chonchol 7a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. São Paulo, SP, Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 44ª ed. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 29ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 13ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 2007.

FRIEDRICH, Nelton. **Gestão Participativa**. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. *Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo. **A Cidadania entre os Romanos**. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da Cidadania*, 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GADOTTI M. **Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Revista Diálogos. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília. 2012 (citado em 02 mar 2017); dez; 18(1):10-32.

GANTOS, M. C. (2015). **Territorios do petróleo: unha experiencia de educación ambiental baixo a licenza ambiental de gas e petróleo en Brasil**. *Ambientalmente sustentable*, 02(020), 1633-1652.
<https://doi.org/10.17979/ams.2015.02.020.1690>. Disponível em:
<<https://revistas.udc.es/index.php/RAS/article/view/ams.2015.02.020.1690>> Acesso em: 14 jan. 2021.

GANTOS, Marcelo Carlos. **Territórios do Petróleo: ações para o controle social dos royalties**. Campos dos Goytacazes, RJ: EduUENF, 2019. p. 244.

GANTOS, Marcelo Carlos. **A Caravana Territórios do Petróleo: ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes, RJ:EdUENF, 2016. P.224.

GANTOS, Marcelo Carlos. **Experiências e Reflexões sobre a Vigília Cidadã para o Controle Social dos Royalties**. Campos dos Goytacazes, RJ: EduUENF, 2019. p.377.

GEAQUINTO, Willes. S. **Cidadania O direito de ser feliz Iguais e desiguais, até quando?** 2 ed. São Paulo: Scortecci: 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê!,1987a.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6ed. 2008.

GIMÉNEZ, Gilberto. **Notas para uma teoria da comunicação popular**. Cadernos CEAS. Salvador: CEAS, n. 61, p.57-61, maio-jun.1979.

GÓES, Laércio Pedro Torres de. **A mídia alternativa dos movimentos sociais na Web**. I Congresso Anual da Associação de Pesquisadores de Comunicação e Política, Salvador – BA, 2006. Disponível em <www.compolitica.org/home/?pageid=70&aid=193&sa=0>. Acesso em 03 fev 2020.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil**. Revista Mediações Londrina. V.5 n. 1. P. 11-40. Jan-junho, 2000. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>. Acesso em 03-set-2021.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso um debate?** Campinas, Papirus, 2000.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus (Coleção Papirus Educação) 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere - Introdução ao Estudo da Filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. V. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, 2006, 1975, V. 2 e V. 6.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Tradução de Noênio Spínola. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **“Socialismo e Cultura” (1916)**. In: **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1 (1910-1920).

GRAMSCI, Antonio. **Caderno de Cáceres**. Volume II. Os intelectuais. Princípios educativos. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

GRUPPI, Luciano **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HENRIQUES, Marcio Simeone. **A dinâmica da comunicação para a mobilização social nas práticas da extensão universitária**. Interfaces - Revista de Extensão da UFMG , v. 1, p. 24-34, 2013.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga (Organizadores). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA. **Seminário sobre a Formação do Educador Ambiental para atuar no Processo de Gestão Ambiental**. Anais. Brasília: Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação/IBAMA, 1995.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAPLÚN, Mário. **Una Pedagogia de la Comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular**. 2ª ed., Buenos Aires, Argentina, LúmenHymanitas, 1984.

KAPLÚN, Mário. **A la educación por la comunicación**. 2ª ed., Quito, Ecuador, Ciespal, 2001.

KONDER, Leandro. **“Mercadoria”**. In: Marx: Vida e Obra. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAKATOS, Eva Maria E MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **(Re) conhecendo a educação ambiental brasileira**. In: *Identidades em Educação Ambiental*. MMA (2004).

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LOUREDA, R. Z. **Ideales, idealidad e ideología**. In: MARTÍN, L. S; SUÁREZ, M. V; LEÓN, R. P; CRUZATA, A. L. R (org.). *Filosofia Marxista I*. La Habana: Editorial Félix Varela, 2009, p.169-177.

LOUREIRO, Carlor Frederico Bernardo. **Trajectoria e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo, Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação Ambiental no Licenciamento: Aspectos Legais e Teórico-Methodológicos**. In: **Oficina de Atualização de Conceitos: Educação Ambiental no Processo de Gestão**. Sergipe, Maio/2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, Eliany Salvatierra. **Pelos caminhos de Alice: vivências na educomunicação e a dialogicidade no Educom.TV**. 2009. 162 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/bdt/2009/2009-domachado_eliany.pdf>. Acesso em: xxxx.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991. [Coleção Primeiros Passos].

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São paulo: Hacker editores, 2002.

MARQUES DE MELO, José. **Gêneros e Formatos folkcomunicacionais: aproximações taxionômicas**. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina e DOURADO, Jacqueline. **Folkcom**. Teresina: Halley, 2006a.

MARQUES DE MELO, José. **De Volta ao Futuro: da folkcomunicação à folkmídia**. IN SCHIMIDT, Cristina. **Folkcomunicação na arena global: avanços teóricos e metodológicos**. São Paulo, editora Ductor, 2006.

MARSHALL, Thomaz H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ, Editora UFRJ, 2006.

MARTIRANI, Laura Alves. **Educomunicação Socioambiental: reflexões metodológicas acerca de uma experiência em desenvolvimento**. In: INTERCOM 2009 – GP Comunicação e Educação, 2009. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Comunicação, educação e cultura na era digital, 2009.

MARTELETO, Regina M. **A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre. Bordieu**. DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.5 n.5 out/04.

MATA, María Cristina. **Comunicação e cidadania Problemas teórico-políticos de sua articulação**. Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos, Unisinos. 2006. revista eletrônica. Disponível em

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6113>> Acesso em 10 fev 2019.

MELO, José Marques de e TOSTA, Sandra de Fátima Perreira. **Mídia e Educação. Belo Horizonte**: Autêntica, 2008.

MENDONÇA, Gilberto Moraes de. **O Brasil licenciando e andando: as relações da política pública ambiental brasileira com a produção e a expansão capitalista do território / Gilberto Moraes de Mendonça.** -- Rio de Janeiro, 2015. MMA. **Programa de Educomunicação Socioambiental.** Brasília, 2005b.

MMA. **Orientações Pedagógicas do IBAMA para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural.** Brasília, 2005a.

MORAES, Dênis. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci.** Porto Alegre: Revista Debates, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>. Acesso em 20 fev. 2018.

MORAES, Dênis. **Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial.** In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação.* São Paulo: Ed. Boitempo; Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

MORIN, Edgar. **O método: a natureza da natureza.** Portugal: Publicações Europa – América, 1997.

NAVA, Rosa Maria Ferreira Dales. **Comunicação & Problemas. Primeiro periódico de estudos e pesquisa da comunicação do Brasil.** IN: Gênese do pensamento comunicacional LatinoAmericano. O protagonismo das instituições pioneira: Ciespal, Icinform, Ininco. São Bernardo do Campo: Umesp, 2000.

PAIVA, Raquel. **Minorias Flutuantes – Novos Aspectos da Contra hegemonia.** In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2001. Anais. Campo Grande, MT: Intercom, 2001.

PAIVA, Raquel. **Contra-mídia-hegemônica.** In: COUTINHO, E. G. (org.) Comunicação e contrahegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petropolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. BRITES, Jussara. **Sociedade da Informação e novas mídias: Participação ou exclusão?** São Paulo: Intercom, 2002.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Palavra Chave**, Universidad de la Sabana, 3 dez. 2008. Disponível em <http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744>> Acesso em 08/01/2019.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos**. Contemporanea (UFBA. Online), v. 11, p. 161-181, 2013.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Lumina , v. 1, p. 1-29, 2007.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária**. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona , Bauru-SP, v. 4, n.1/2, p. 73-110, 2006.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. **Internet e Democracia Comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação**. Diálogos Possíveis (FSBA) , v. 2, p. 29-48, 2006.

PETROBRAS/UENF. **PLANO DE TRABALHO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EA. Projeto Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos**. Rio de Janeiro: Petrobras 2013.

PETROBRAS/UENF. **PLANO DE TRABALHO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos**. Rio de Janeiro: Petrobras, abril 2016.

PIQUET, Rosélia. **Da cana ao petróleo: uma região em mudança**. In: PIQUET, Rosélia (org.). *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (Orgs.). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

QUINTAS José Silva. **"Educação no processo de gestão pública: a construção do ato pedagógico"**. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo.; LAYRARGUES, Philippe Pomier.; CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico* – São Paulo: Cortez, 2009. p: 33 – 80.

RANCIÈRE, J. (2010). **Política da arte. Tradução Mônica Costa Netto**. Urdimento, Santa Catarina - Florianópolis (UDESC), v. 1, n. 15, p. 45-59.

RANCIÈRE, J. (2000). **Le Partage du Sensible: esthétique et politique**. Paris: La Fabrique.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Coleção Cibercultura. Porto Alegre. Sulina.2009.

RECUERO, Raquel. **A Rede é a mensagem**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RENÓ, Denis. **Educomunicação e comunicação cidadã na América Latina: um desenvolvimento necessário**. Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo, 2, 19-23, ISSN e2386-3730. 2015.

REZENDE FILHO, Ciro de Barros.; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. A evolução do conceito de cidadania. 2001. Disponível em: <https://www.academia.edu/6496821/A_EVOLU%C3%87%C3%83O_DO_CONCEITO_DE_CIDADANIA>. Acesso em: 17 maio 2020.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornélia. **Etnografia: Saberes E Práticas. Iluminuras**: Porto Alegre, n. 21, 2008, 23 p. disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/30176?locale=pt_BR. Acesso em novembro de 2016.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker, 2000.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Democratização, Comunicação e Política: Um desafio contemporâneo**. Caderno CRH, nº 16, p. 87-95, jan/jun, 1992. Disponível em 146 <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2593/1/CadCRH-2007-365.pdf>>. Acesso em 1 fev 2020.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. 1.ed. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SARACEVIC, Tefko. **Ciência da Informação: origem, evolução e relações**. perspectivas em Ciência da Informação. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun.1996.

SERRA, R. V.; TERRA, D. C T.; PONTES, C. A. **Os Municípios Petro-Rentistas Fluminense: gênese e ameaças**. Revista Rio de Janeiro, v.18-19, 2006,pp. 59-85.

SEMERARO, G. **Da Libertação à Hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil.** 2007.

SERRÃO, Mônica. Armond. **Os impactos socioambientais e as medidas mitigadoras/compensatórias no âmbito do licenciamento ambiental federal das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo no Brasil.** Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé (RJ). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD), Universidade Federal Fluminense, 2011.

SERRAO, Mônica; MENDONÇA, G. M. de; DIAS, J. C. **“Licenciamento ambiental, participação social e democratização: a experiência da Coordenação Geral de Petróleo e Gás do IBAMA”.** In: Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares. Niterói: Universidade Federal Fluminense. *Anais*. 2010. Disponível em: <http://www.nufipeuff.org/anais_seminario.html>. Acesso em 15 set. 2017.

SERRÃO, Monica. 2012. **Remando contra a maré: o desafio da Educação Ambiental Crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA. M.N.W; FILHO. R.G.V. **Perfil dos Núcleos de Vigília Cidadã.** In: GANTOS, Marcelo Carlos (org). Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties. Campos dos Goytacazes, RJ: Eduenf, 2019.

SILVA, Pedro Claesen Dutra; BARBOSA, Cleiton Leite. **Paulo Freire e Antonio Gramsci: aproximações.**

SILVA, J. M. **A miséria do jornalismo brasileiro: as (in) certezas da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Rene José Trentin. **O Professor e a Transformação da Realidade.** Nuances, v. I, n. 1, p. 21-30, set., 1995.

SOARES, Raquel Paiva de Araujo.; SANTOS, C. H. R. (Org.). **Comunidade e Contra-Hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007. v. 1. p.191.

SOARES, Ismar Oliveira. **Educommunication.** São Paulo: NCE–ECA/USP. 2005.

SOARES, Ismar Oliveira. **Gestão comunicativa e educação – caminhos das Educomunicação**. In: Revista Comunicação & Educação, SP, (23): 16 a 25, jan./abr. 2002.

SOARES, Ismar Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. In: Revista Comunicação & Educação, SP, (19): 12 a 24, set./dez. 2000.

SOARES, Ismar Oliveira. **Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**. In: Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte – no 2. Brasília: UnB, 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina**. In: LIMA, João Claudio Garcia R. MELLO, José Marques de. (Orgs.). **Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil (2012/2013)**. Brasília: Ipea, 2013.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes 2014.

SORRENTINO, Marcos (org). **Educação Ambiental como Política Pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer**. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

TERRITÓRIOS do Petróleo: **Cartilha Cidadãos em Ação**. Campos dos Goytacazes: ADUENF, 2014.

PROJETO TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. Política de uso dos canais de informação utilizados pelos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC). Campos dos Goytacazes: PEA Territórios do Petróleo, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa I John B. Thompson. 9. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**, volume 1 / Nelson Traquila. Florianópolis: Insular. 2. Ed., 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**, volume 2 / Nelson Traquina – Florianópolis: Insular, 2005.

VIZER, Eduardo Andrés. **Un modelo tridimensional de la comunicación. Mediatización y la doble faz de la(s) realidad(es) social(es)**. Mediaciones Sociales, N.º 5, II semestre 2009, pp. 3-22.

VIZER, Eduardo Andrés & FERREIRA, J. **Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias**. In: *Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação*. Parte I, perspectivas teóricas. SP: Paulus, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Base and superstructure in marxist cultural theory**. *New Left Review*, v. 1, n. 82, p. 3-16, Nov./Dec. 1973.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Zizemer, Joseida Schütt **A construção da cidadania na escola pública : avanços e dificuldades** / Joseida Schütt Zizemer. – 2006.

APÊNDICE

Tabela 1: índices das unidade de registro dos 32 boletins digitais

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 1 fevereiro 2018	Cabo Frio: o preço da dependência dos royalties	Título	Royalties
Cabo Frio nº 1 fevereiro 2018	Segundos os dados do site Info Royalties, o município de Cabo Frio, na Região dos Lagos, enfrentou queda mais acentuada no repasse dos recursos advindos dos royalties e participação especial no ano de 2015, levando o município a enfrentar vários problemas em diversos setores da administração pública, especialmente no transporte, na saúde, na educação e na limpeza pública.	Segundos os dados do site Info Royalties, o município de Cabo Frio, na Região dos Lagos, enfrentou queda mais acentuada no repasse dos recursos advindos dos royalties e participação especial no ano de 2015 levando o município a enfrentar vários problemas em diversos setores da administração pública, especialmente no transporte, na saúde, na educação e na limpeza pública.	Royalties
			Participação especial
			Queda nas receitas / queda no repasse
			Transporte
			Saúde
			Educação
Cabo Frio nº 1 fevereiro 2018	Os anos de 2015 e 2016 foram de calamidade e perdas para vários serviços públicos que eram ofertados pelo município antes da queda nas receitas petrolíferas. No setor de transporte, o cartão Dignidade (que dava direito ao pagamento de R\$1,50 na passagem de ônibus municipais) foi cancelado, assim como o ônibus gratuito que circulava pelo segundo distrito (Tamoios). Na saúde, diversos hospitais do município (Hospital da Mulher, Hospital Municipal da Criança e Hospital São José Operário) sofreram com a falta de recurso, tendo de diminuir e, em alguns casos, parar seu atendimento.	Os anos de 2015 e 2016 foram de calamidade e perdas para vários serviços públicos que eram ofertados pelo município antes da queda nas receitas petrolíferas.	Queda nas receitas / queda no repasse/
			Transporte
			Saúde
		Na saúde, diversos hospitais do município (Hospital da Mulher, Hospital Municipal da Criança e Hospital São José Operário) sofreram com a falta de recurso, tendo de diminuir e, em alguns casos, parar seu atendimento.	Falta de recursos

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 1 fevereiro 2018	Já na área da educação, os anos letivos de 2015 e 2016 foram prejudicados por conta da falta de recursos para a pasta, em especial o pagamento em dia para os funcionários. Problema semelhante foi enfrentado pela limpeza pública. Os servidores deste setor também sofreram com a inadimplência no pagamento de seus salários, do mesmo modo que seus colegas da saúde. Os três setores unificaram suas pautas de greve reivindicando seus direitos. É importante lembrar que se os servidores públicos sofrerem com os atrasos de salários, a população de Cabo Frio mais ainda pela falta dos serviços prestados.	Já na área da educação, os anos letivos de 2015 e 2016 foram prejudicados por conta da falta de recursos para a pasta, em especial o pagamento em dia para os funcionários.	Educação
			Falta de recursos
		Problema semelhante foi enfrentado pela limpeza pública.	Limpeza pública
		Os servidores deste setor também sofreram com a inadimplência no pagamento de seus salários, do mesmo modo que seus colegas da saúde.	Saúde
		É importante lembrar que se os servidores públicos sofrerem com os atrasos de salários, a população de Cabo Frio mais ainda pela falta dos serviços prestados.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
Cabo Frio nº 1 fevereiro 2018	Diante deste quadro, pode-se observar como a queda brusca em uma parte da arrecadação do município pôde desestabilizar toda a organização necessária para o bom funcionamento dos serviços públicos.	Diante deste quadro, pode-se observar como a queda brusca em uma parte da arrecadação do município pôde desestabilizar toda a organização necessária para o bom funcionamento dos serviços públicos.	Queda nas receitas / queda no repasse
Cabo Frio nº 1 fevereiro 2018	Tabela 01: Royalties e participações especiais repassados a Cabo Frio (RJ)	Título da tabela de repasses de 2013 a 2017	Royalties
			Participação especial
Cabo Frio nº 1 fevereiro 2018	Uma das consequências da dependência dos Royalties	Legenda de imagem: Uma das consequências da dependência dos Royalties	Royalties
Cabo Frio nº 2 abril 2018	Royalties e saneamento em Cabo Frio	Título	Royalties
			Saneamento / esgoto
			Saneamento / esgoto

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 2 abril 2018	Coleta e tratamento de esgoto são temas recorrentes em Cabo Frio quando a população busca debater a aplicação das receitas petrolíferas municipais. O saneamento básico é uma das áreas para a aplicação dos royalties definidas pela legislação desde a década de 1980 (Lei 7.525, de 1986), mas em Cabo Frio o serviço é concedido à iniciativa privada. Ou seja, os investimentos são obrigação da empresa concessionária.	Coleta e tratamento de esgoto são temas recorrentes em Cabo Frio quando a população busca debater a aplicação das receitas petrolíferas municipais.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
		O saneamento básico é uma das áreas para a aplicação dos royalties definidas pela legislação desde a década de 1980 (Lei 7.525, de 1986), mas em Cabo Frio o serviço é concedido à iniciativa privada. Ou seja, os investimentos são obrigação da empresa concessionária.	Receitas / rendas petrolíferas
			Saneamento / esgoto
			Royalties
Cabo Frio nº 2 abril 2018	Segundo o contrato de concessão, firmado em 1998 entre o governo do estado, as prefeituras de Cabo Frio e de outros municípios da Região dos Lagos e a Prolagos S.A., a empresa assumiu o serviço de saneamento básico de Cabo Frio por 25 anos, prazo depois estendido até o ano 2041.	a empresa assumiu o serviço de saneamento básico de Cabo Frio por 25 anos	Saneamento / esgoto
Cabo Frio nº 2 abril 2018	De acordo com a versão original do contrato, a empresa concessionária se comprometia a instalar redes separativas (específicas para a coleta de esgoto), com investimentos maciços nesse segmento a partir de 2008. No entanto, por meio de um acordo firmado em 2002, a empresa antecipou seus investimentos na área de esgoto e adotou o sistema de captação a tempo seco. Este sistema consiste em interceptar o esgoto lançado (até então clandestinamente) nas galerias de águas	De acordo com a versão original do contrato, a empresa concessionária se comprometia a instalar redes separativas (específicas para a coleta de esgoto), com investimentos maciços nesse segmento a partir de 2008.	Saneamento / esgoto
		No entanto, por meio de um acordo firmado em 2002, a empresa antecipou seus investimentos na área de esgoto e adotou o sistema de captação a tempo seco.	Saneamento / esgoto

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	pluviais e tratá-lo antes que atinja o meio ambiente, em especial a Lagoa de Araruama.	Este sistema consiste em interceptar o esgoto lançado (até então clandestinamente) nas galerias de águas pluviais e tratá-lo antes que atinja o meio ambiente, em especial a Lagoa de Araruama.	Saneamento / esgoto
Cabo Frio nº 2 abril 2018	O grande argumento a favor da medida foi apressar a redução de despejo de esgoto sem tratamento na Lagoa de Araruama, mas o sistema também recebe muitas críticas. Entre elas, o constante mau cheiro exalando dos bueiros e o não funcionamento quando chove muito ou por período prolongado. Nestes casos, as comportas são abertas, e o esgoto é lançado no ambiente junto com a água da chuva.	O grande argumento a favor da medida foi apressar a redução de despejo de esgoto sem tratamento na Lagoa de Araruama, mas o sistema também recebe muitas críticas.	Saneamento / esgoto
		Nestes casos, as comportas são abertas, e o esgoto é lançado no ambiente junto com a água da chuva.	Saneamento / esgoto
Cabo Frio nº 2 abril 2018	Ecoando uma inquietação presente em amplos segmentos da sociedade local, o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Cabo Frio está empenhado em identificar se seria legalmente viável uma decisão política de investir parte dos royalties do município na implantação das redes separativas e de outras melhorias.	Ecoando uma inquietação presente em amplos segmentos da sociedade local, o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Cabo Frio está empenhado em identificar se seria legalmente viável uma decisão política de investir parte dos royalties do município na implantação das redes separativas e de outras melhorias.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Royalties
Cabo Frio nº 2 abril 2018	A aplicação dos royalties no saneamento é amplamente amparada por lei, mas a questão é que no município o serviço é concedido à iniciativa privada.	A aplicação dos royalties no saneamento é amplamente amparada por lei, mas a questão é que no município o serviço é concedido à iniciativa privada.	Royalties
			Saneamento / esgoto
			Iniciativa privada
Cabo Frio nº 2 abril 2018	Em diversas reuniões ordinárias, os participantes do NVC local dialogaram sobre o assunto e inclusive decidiram escolher este tema para a mesa-redonda a ser realizada no próximo dia 8 de junho.	Em diversas reuniões ordinárias, os participantes do NVC local dialogaram sobre o assunto e inclusive decidiram escolher este tema para a mesa-redonda a ser realizada no próximo dia 8 de junho.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 2 abril 2018	O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Cabo Frio se reúne na Rua Nilo Peçanha, 73 – Loja 11 – Centro. Para conhecer o trabalho do Núcleo, basta comparecer à sede ou agendar uma visita pelo telefone (22) 999515304.	O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Cabo Frio se reúne na Rua Nilo Peçanha, 73 – Loja 11 – Centro.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Cabo Frio nº 2 abril 2018	NVC de Cabo Frio: foco no controle e participação social	Legenda de imagem: NVC de Cabo Frio: foco no controle e participação social	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Cabo Frio nº 3 junho 2018	Controle dos royalties passa pela Câmara Municipal	Título	Royalties
Cabo Frio nº 3 junho 2018	Conheça os canais de participação da sociedade e dos cidadãos no Legislativo	Subtítulo	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Cabo Frio nº 3 junho 2018	Pensou em controle social dos royalties, falou em Câmara Municipal, que tem a função de legislar e fiscalizar as leis sobre matérias de competência exclusiva do município.	Pensou em controle social dos royalties, falou em Câmara Municipal	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social Royalties
Cabo Frio nº 3 junho 2018	Em Cabo Frio, as sessões ordinárias da Câmara acontecem às terças e quintas-feiras, a partir das 18h30. Para saber o que os 17 representantes da população estão decidindo, pode-se conferir a pauta pela internet (http://cabofrio.rj.leg.br/) e comparecer às sessões que tratem de assuntos, de acordo com o grau de importância para cada cidadão.	Em Cabo Frio, as sessões ordinárias da Câmara acontecem às terças e quintas-feiras, a partir das 18h30. Para saber o que os 17 representantes da população estão decidindo, pode-se conferir a pauta pela internet (http://cabofrio.rj.leg.br/) e comparecer às sessões que tratem de assuntos, de acordo com o grau de importância para cada cidadão.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 3 junho 2018	Segundo o artigo 30 da Constituição, ficam a cargo do município assuntos que tocam o cidadão muito de perto, como o valor e aplicação do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o transporte coletivo, as formas de uso do solo urbano, a educação infantil e o ensino fundamental, entre outros.	Segundo o artigo 30 da Constituição, ficam a cargo do município assuntos que tocam o cidadão muito de perto, como o valor e aplicação do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o transporte coletivo, as formas de uso do solo urbano, a educação infantil e o ensino fundamental, entre outros.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes Transporte Educação
Cabo Frio nº 3 junho 2018	A legislação prevê vários mecanismos de participação da população nas decisões, mas estes mecanismos nem sempre são acionados. Por exemplo, a Lei Orgânica Municipal (LOM) de Cabo Frio (uma espécie de “Constituição municipal”) prevê a iniciativa popular de projetos de lei.	A legislação prevê vários mecanismos de participação da população nas decisões, mas estes mecanismos nem sempre são acionados. Por exemplo, a Lei Orgânica Municipal (LOM) de Cabo Frio (uma espécie de “Constituição municipal”) prevê a iniciativa popular de projetos de lei.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
Cabo Frio nº 3 junho 2018	Com isso, um projeto de lei de iniciativa popular precisa reunir pelo menos 7.573 (sete mil, quinhentas e setenta e três) assinaturas. Também é possível convocar sessão extraordinária da Câmara Municipal por iniciativa popular.	Com isso, um projeto de lei de iniciativa popular precisa reunir pelo menos 7.573 (sete mil, quinhentas e setenta e três) assinaturas. Também é possível convocar sessão extraordinária da Câmara Municipal por iniciativa popular.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
Cabo Frio nº 3 junho 2018	Todas as decisões sobre a aplicação das rendas petrolíferas e de outras receitas municipais passam necessariamente por algum grau de aprovação do Legislativo.	Todas as decisões sobre a aplicação das rendas petrolíferas e de outras receitas municipais passam necessariamente por algum grau de aprovação do Legislativo.	Receitas / rendas petrolíferas
	Além de tudo isso, a Lei Orgânica confere ao cidadão um papel preponderante no controle sobre o Executivo. Segundo o Artigo	Além de tudo isso, a Lei Orgânica confere ao cidadão um papel preponderante no controle	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) /

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 3 junho 2018	72, § 2o, da Lei Orgânica, “o controle externo será exercido pelos cidadãos, individual ou coletivamente, e pela Câmara Municipal”. Qualquer semelhança com a atuação dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) em favor do controle social sobre as rendas petrolíferas não é simples coincidência.	sobre o Executivo. Segundo o Artigo 72, § 2o, da Lei Orgânica, “o controle externo será exercido pelos cidadãos, individual ou coletivamente, e pela Câmara Municipal”.	sociedade / população / municípios
			Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
		Qualquer semelhança com a atuação dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) em favor do controle social sobre as rendas petrolíferas não é simples coincidência.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
			Receitas / rendas petrolíferas
Cabo Frio nº 4 agosto 2018	Falar em royalties é abordar a justiça intergeracional, e pensar as futuras gerações também é cuidar do jovem de hoje. Aprovado em 2013, o Estatuto da Juventude prevê direitos especiais para a população na faixa dos 15 aos 29 anos.	Falar em royalties é abordar a justiça intergeracional, e pensar as futuras gerações também é cuidar do jovem de hoje.	Royalties
		Aprovado em 2013, o Estatuto da Juventude prevê direitos especiais para a população na faixa dos 15 aos 29 anos.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Cabo Frio nº 4 agosto 2018	Existem 11 direitos previstos no Estatuto: direito à diversidade e à igualdade; ao desporto e ao lazer; à comunicação e à liberdade de expressão; à cultura; ao território e à mobilidade; à segurança pública e ao acesso à Justiça; à cidadania, participação social e política e representação juvenil; à profissionalização, trabalho e	Existem 11 direitos previstos no Estatuto: direito à diversidade e à igualdade; ao desporto e ao lazer; à comunicação e à liberdade de expressão; à cultura; ao território e à mobilidade; à segurança pública e ao acesso à Justiça; à cidadania,	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
			Saúde

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	renda; à saúde; à educação; à sustentabilidade e ao meio ambiente.	participação social e política e representação juvenil; à profissionalização, trabalho e renda; à saúde; à educação; à sustentabilidade e ao meio ambiente.	Educação
Cabo Frio nº 4 agosto 2018	No Estatuto estão previstos dois benefícios diretos: 1º: descontos e gratuidades em transporte interestadual para jovens de baixa renda; 2º: meia-entrada em eventos culturais e esportivos.	No Estatuto estão previstos dois benefícios diretos: 1º: descontos e gratuidades em transporte interestadual para jovens de baixa renda; 2º: meia-entrada em eventos culturais e esportivos.	Transporte
Cabo Frio nº 4 agosto 2018	Com a palavra, uma jovem do NVC	Caixa de texto com título e apresentação da entrevistada	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Cabo Frio nº 4 agosto 2018	O projeto Territórios do Petróleo representa controle. Controle sobre nossa fala, sobre nossas experiências mais para frente e também representa luta. Que tipo de luta representa? O tipo de luta quando falam para você que você não vai conseguir, que não vai dar em nada. É uma luta que te faz acreditar e que mostra que você pode fazer algo. Que dá para ver os orçamentos, se preparar e fazer o controle social.	Que dá para ver os orçamentos, se preparar e fazer o controle social.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
Cabo Frio nº 4 agosto 2018	Quando eu cheguei ao NVC, não sabia o que era royalties. Aprendi e agora eu sempre tento passar esse conhecimento. Além de aprender, eu passo para os outros. É uma troca e eu adoto essa troca. Muitos ouvem falar sobre royalties, mas não sabem o que é.	Quando eu cheguei ao NVC, não sabia o que era royalties.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
		Muitos ouvem falar sobre royalties, mas não sabem o que é.	Royalties
Cabo Frio nº 4 agosto 2018	Núcleo de Vigília Cidadã de Cabo Frio.	Legenda de imagem: Núcleo de Vigília Cidadã de Cabo Frio.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Cabo Frio nº 4 agosto 2018	Cartazes elaborados pelos integrantes do Núcleo de Vigília Cidadã de Cabo Frio para o boletim Rede Territórios do Petróleo.	Legenda de imagem: Cartazes elaborados pelos integrantes do Núcleo de Vigília Cidadã de Cabo Frio para o boletim Rede Territórios do Petróleo.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	Valorização da pesca artesanal e investimento de royalties	Título	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
			Royalties
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	As discussões relacionadas às influências das atividades de petróleo sobre a pesca do litoral Norte do Rio de Janeiro, principalmente nos municípios que compõem a Bacia de Campos, ganharam destaque nas reuniões do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Cabo Frio nos últimos meses. O município é tradicionalmente conhecido pelo turismo e pela pesca artesanal.	As discussões relacionadas às influências das atividades de petróleo sobre a pesca do litoral Norte do Rio de Janeiro, principalmente nos municípios que compõem a Bacia de Campos, ganharam destaque nas reuniões do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Cabo Frio nos últimos meses. O município é tradicionalmente conhecido pelo turismo e pela pesca artesanal.	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
			Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	A relação conflituosa entre a indústria do petróleo na Bacia de Campos e a atividade pesqueira foi apontada no Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC, publicado em 2014, que indicou como um dos principais macroimpactos a ocupação do espaço marinho. Além desse problema, o documento registra a discussão provocada pelos pescadores sobre a falta de apoio e fomento às atividades pesqueiras.	A relação conflituosa entre a indústria do petróleo na Bacia de Campos e a atividade pesqueira foi apontada no Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC, publicado em 2014, que indicou como um dos principais macroimpactos a ocupação do espaço marinho. Além desse problema, o documento registra a discussão provocada pelos pescadores sobre a falta de apoio e fomento às atividades pesqueiras.	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
			Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
			Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	Toda essa situação apresentada no Diagnóstico Participativo ainda hoje é percebida pelo Núcleo de Vigília Cidadã (NVC). Para os participantes do Núcleo de Cabo Frio, a pesca artesanal ainda é muito importante para o município. Mas essa atividade passou a ser muito desvalorizada. Para muitos jovens do	Toda essa situação apresentada no Diagnóstico Participativo ainda hoje é percebida pelo Núcleo de Vigília Cidadã (NVC).	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	<p>município, essa não é uma profissão desejada. Durante os encontros no NVC, vários participantes disseram que se fossem filhos de pescadores ou até mesmo pescadores não incentivariam a continuidade da profissão por não estar mais gerando tanta renda.</p>	<p>Para os participantes do Núcleo de Cabo Frio, a pesca artesanal ainda é muito importante para o município.</p> <p>Durante os encontros no NVC, vários participantes disseram que se fossem filhos de pescadores ou até mesmo pescadores não incentivariam a continuidade da profissão por não estar mais gerando tanta renda.</p>	<p>Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador</p> <p>Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)</p> <p>Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador</p> <p>Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador</p>
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	<p>Segundo o NVC, os royalties deveriam ser destinados ao fortalecimento desse setor, revitalizando a pesca artesanal no município — atividade que é tão importante e que ainda constitui a principal fonte de renda de muitas famílias. Segundo dados do censo realizado em 2016 pelo Projeto de Educação Ambiental Pescarte, também vinculado ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás conduzido pelo Ibama, existem 665 pescadores artesanais em Cabo Frio. Quanto às pessoas que possuem ligação direta e indireta com a pesca, chegam a 1.738.</p>	<p>Segundo o NVC, os royalties deveriam ser destinados ao fortalecimento desse setor, revitalizando a pesca artesanal no município — atividade que é tão importante e que ainda constitui a principal fonte de renda de muitas famílias.</p> <p>Segundo dados do censo realizado em 2016 pelo Projeto de Educação Ambiental Pescarte, também vinculado ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás conduzido pelo Ibama, existem 665 pescadores artesanais em Cabo Frio.</p> <p>Quanto às pessoas que possuem ligação direta e indireta com a pesca, chegam a 1.738.</p>	<p>Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)</p> <p>Royalties</p> <p>Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador</p> <p>Educação</p> <p>Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador</p> <p>Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador</p>
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	<p>Que é pesca artesanal</p>	<p>Subtítulo</p>	<p>Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador</p>

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	Entende-se por pescador artesanal, segundo o Decreto 3.048/1999, aquele que, individualmente ou em regime familiar, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, desde que não utilize embarcações ou utilize apenas embarcação de pequeno porte.	Entende-se por pescador artesanal, segundo o Decreto 3.048/1999, aquele que, individualmente ou em regime familiar, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, desde que não utilize embarcações ou utilize apenas embarcação de pequeno porte.	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	Considera-se ainda assemelhado ao pescador artesanal — conforme o Decreto 3.048/1999 — aquele que realiza atividade de apoio à pesca artesanal, exercendo trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, bem como fazendo reparos em embarcações de pequeno porte, preparando iscas e processando o produto da pesca artesanal.	Considera-se ainda assemelhado ao pescador artesanal — conforme o Decreto 3.048/1999 — aquele que realiza atividade de apoio à pesca artesanal, exercendo trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, bem como fazendo reparos em embarcações de pequeno porte, preparando iscas e processando o produto da pesca artesanal.	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	Segundo dados da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), os principais portos pesqueiros fluminenses são Niterói, São Gonçalo, Angra dos Reis e Cabo Frio.	Segundo dados da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), os principais portos pesqueiros fluminenses são Niterói, São Gonçalo, Angra dos Reis e Cabo Frio.	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	Cabo Frio tem uma Colônia de Pescadores que representa a classe. A Colônia de Pesca Z-4 fica na Rua Major Belegard s/no São Bento – Centro - Telefone: (22) 2647-6779	Cabo Frio tem uma Colônia de Pescadores que representa a classe.	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	Com a palavra, o pescador!	Subtítulo	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	O integrante do NVC Cabo Frio Altair José de Oliveira (à direita) entrevista o pescador artesanal aposentado Eli da Costa Cardoso	Legenda de imagem: O integrante do NVC Cabo Frio Altair José de Oliveira (à direita) entrevista o pescador artesanal aposentado Eli da Costa Cardoso	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	Confira a entrevista com Eli da Costa Cardoso, 70 anos, pescador aposentado de camarão. Morador do bairro Praia do Siqueira, Eli conta ao Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio a contribuição que o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) dá à sua percepção enquanto cidadão:	Lide da entrevista	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	Rede Territórios do Petróleo: Qual a sua opinião sobre o tema desse boletim – valorização da pesca artesanal e investimentos de royalties?	Qual a sua opinião sobre o tema desse boletim – valorização da pesca artesanal e investimentos de royalties?	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	O tema eleva a voz do pescador, seus anseios, suas preocupações, como uma forma de ser visto pelos órgãos competentes e pela sociedade em geral. A luta de toda a comunidade pesqueira há alguns anos é pela despoluição da Lagoa de Araruama e eu, que sou nascido e criado às margens dessa lagoa, sonho com essa realização.	O tema eleva a voz do pescador, seus anseios, suas preocupações, como uma forma de ser visto pelos órgãos competentes e pela sociedade em geral.	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
		A luta de toda a comunidade pesqueira há alguns anos é pela despoluição da Lagoa de Araruama e eu, que sou nascido e criado às margens dessa lagoa, sonho com essa realização.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
		Sabemos que a pesca artesanal na Lagoa de Araruama é o segundo empregador desse município e por essa razão essa despoluição é importantíssima.	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	Hoje, devido à poluição, os peixes sumiram, mas temos esse sonho de que a lagoa será despoluída. Sabemos que a pesca artesanal na Lagoa de Araruama é o segundo empregador desse município e por essa razão essa despoluição é importantíssima.	O projeto acrescentou muito na minha vida, pois ao ingressar no projeto conheci a história dos outros integrantes e pude ter uma referência de fonte de informação sobre os temas abordados. Eu gostaria que a minha comunidade e os moradores conhecessem o Territórios do Petróleo, para que pudessem esclarecer as suas dúvidas.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
Cabo Frio nº 5 outubro 2018	A pesca artesanal ainda é fonte de renda importante em Cabo Frio.	Eu gostaria que a minha comunidade e os moradores conhecessem o Territórios do Petróleo, para que pudessem esclarecer as suas dúvidas.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	Rendas petrolíferas de Cabo Frio em 2018	Legenda de imagem: A pesca artesanal ainda é fonte de renda importante em Cabo Frio.	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
		Título	Receitas / rendas petrolíferas

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	De janeiro a dezembro de 2018, Cabo Frio recebeu aproximadamente R\$190 milhões em repasses de rendas petrolíferas. Foram R\$ 152 milhões de royalties e R\$ 38 milhões de participações especiais.	De janeiro a dezembro de 2018, Cabo Frio recebeu aproximadamente R\$190 milhões em repasses de rendas petrolíferas.	Receitas / rendas petrolíferas
		Foram R\$ 152 milhões de royalties e R\$ 38 milhões de participações especiais.	Royalties Participações especiais
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	Tabela 1: Repasses mensais de royalties a Cabo Frio ao longo de 2018	Legenda de tabela: Tabela 1: Repasses mensais de royalties a Cabo Frio ao longo de 2018	Royalties
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	Tabela 2: Repasses trimestrais de participações especiais a Cabo Frio ao longo de 2018	Legenda de tabela: Tabela 2: Repasses trimestrais de participações especiais a Cabo Frio ao longo de 2018	Participações especiais
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os royalties são uma compensação financeira devida pelas empresas de exploração e produção de petróleo ou gás natural e são pagos mensalmente, tendo por base um percentual sobre o valor total da produção. Já a participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração de petróleo e gás natural apenas nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, sendo paga a cada três meses. Diferentemente dos royalties, a participação especial é calculada sobre a receita líquida da produção, ou seja, sobre o valor total menos os investimentos na exploração, os custos operacionais, as depreciações, os royalties pagos e os tributos diretamente relacionados às operações do campo.	Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os royalties são uma compensação financeira devida pelas empresas de exploração e produção de petróleo ou gás natural e são pagos mensalmente, tendo por base um percentual sobre o valor total da produção.	Royalties
		Já a participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração de petróleo e gás natural apenas nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, sendo paga a cada três meses.	Participação especial
		Diferentemente dos royalties, a participação especial é calculada sobre a receita líquida da produção, ou seja, sobre o valor total menos os investimentos na exploração, os custos operacionais, as depreciações, os royalties pagos	Royalties Participação especial

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
		e os tributos diretamente relacionados às operações do campo.	Royalties
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	No caso de Cabo Frio, as receitas de royalties vêm de duas fontes:	No caso de Cabo Frio, as receitas de royalties vêm de duas fontes:	Royalties
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	A tabela 3 mostra a contribuição de cada parcela (até 5% e excedente a 5%) para o total de royalties no último repasse mensal.	A tabela 3 mostra a contribuição de cada parcela (até 5% e excedente a 5%) para o total de royalties no último repasse mensal.	Royalties
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	Tabela 3: Repasse de royalties a cabo frio segundo parcelas até 5% e excedentes a 5% em dezembro de 2018	Legenda de tabela: Tabela 3: Repasse de royalties a cabo frio segundo parcelas até 5% e excedentes a 5% em dezembro de 2018	Royalties
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	Para conhecer o significado das parcelas de royalties até 5% e acima de 5%, consulte a edição 02 do boletim Rede Territórios do Petróleo produzida pelo Núcleo de Vigília Cidadã de Arraial do Cabo.	Para conhecer o significado das parcelas de royalties até 5% e acima de 5%, consulte a edição 02 do boletim Rede Territórios do Petróleo produzida pelo Núcleo de Vigília Cidadã de Arraial do Cabo.	Royalties Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	Já as participações especiais provêm somente de campos confrontantes em Cabo Frio e que apresentem produção ou rentabilidade extraordinárias.	Já as participações especiais provêm somente de campos confrontantes em Cabo Frio e que apresentem produção ou rentabilidade extraordinárias.	Participação especial
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	Tabela 4: Origem das participações especiais repassadas a Cabo Frio em novembro de 2018, referente à produção do 3º trimestre do ano	Legenda da tabela: Tabela 4: Origem das participações especiais repassadas a Cabo Frio em novembro de 2018, referente à produção do 3º trimestre do ano	Participação especial
Cabo Frio nº 6 dezembro 2018	Valor da participação especial para Cabo Frio (R\$)	Tabela	Participação especial

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 7 fevereiro 2019	O sistema orçamentário brasileiro é composto pelas seguintes leis: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA é uma lei de médio prazo, que contém as diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos. No âmbito municipal, sua elaboração ocorre no primeiro ano de mandato de um prefeito, e a vigência se estende até o primeiro ano da gestão seguinte. É a partir desse documento que se elabora, todos os anos, a LDO e a LOA. É por meio desse sistema que se decide a aplicação das rendas petrolíferas municipais.	. É por meio desse sistema que se decide a aplicação das rendas petrolíferas municipais.	Receitas / rendas petrolíferas
Cabo Frio nº 7 fevereiro 2019	O que é orçamento da seguridade social? Abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados (saúde, previdência social e assistência social) da administração direta e indireta, bem como fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.	O que é orçamento da seguridade social? Abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados (saúde, previdência social e assistência social) da administração direta e indireta, bem como fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.	Saúde
Cabo Frio nº 7 fevereiro 2019	Durante a tramitação desses documentos no Legislativo, a população pode participar indicando aos vereadores ações a serem executadas.	Durante a tramitação desses documentos no Legislativo, a população pode participar indicando aos vereadores ações a serem executadas.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Cabo Frio nº 7 fevereiro 2019	Esses assuntos podem parecer fora da realidade de boa parte dos cidadãos, mas também cabe a nós o dever de fiscalizar tanto a tramitação desses documentos quanto a execução.	Esses assuntos podem parecer fora da realidade de boa parte dos cidadãos, mas também cabe a nós o dever de fiscalizar tanto a tramitação desses documentos quanto a execução.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Cabo Frio nº 8 abril 2019	Impacto dos royalties em Cabo Frio	Título	Royalties
Cabo Frio nº 8 abril 2019	Como publicado na edição 06, alguns campos geram grande receita mensal de royalties para o cofre municipal.	Como publicado na edição 06, alguns campos geram grande receita mensal de royalties para o cofre municipal.	Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 8 abril 2019	Gráfico 1: Royalties e participações especiais repassados a Cabo Frio (RJ) de 2014 a 2018. Em valores nominais.	Legenda de gráfico: Gráfico 1: Royalties e participações especiais repassados a Cabo Frio (RJ) de 2014 a 2018. Em valores nominais.	Royalties Participação especial
Cabo Frio nº 8 abril 2019	Tabela 1: Royalties e participações especiais repassados a Cabo Frio de 2014 a 2018, em reais (R\$), valores nominais.	Legenda de tabela: Tabela 1: Royalties e participações especiais repassados a Cabo Frio de 2014 a 2018, em reais (R\$), valores nominais.	Royalties Participação especial
Cabo Frio nº 8 abril 2019	Como registrado na edição 06, os royalties são uma compensação financeira, prevista em lei, que as empresas licenciadas para explorar e produzir minérios pagam ao Estado brasileiro.	Como registrado na edição 06, os royalties são uma compensação financeira, prevista em lei, que as empresas licenciadas para explorar e produzir minérios pagam ao Estado brasileiro.	Royalties
Cabo Frio nº 8 abril 2019	Entretanto, os royalties constituem um impacto negativo às comunidades quando sua destinação é feita de forma incorreta.	Entretanto, os royalties constituem um impacto negativo às comunidades quando sua destinação é feita de forma incorreta.	Royalties Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Cabo Frio nº 8 abril 2019	Conforme o Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), cujo relatório final foi publicado em 2014, os municípios da região estão sujeitos a cinco macroimpactos da cadeia produtiva de petróleo e gás: ocupação do espaço marinho; dinâmica demográfica; ocupação e uso do solo; pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços; e royalties.	os municípios da região estão sujeitos a cinco macroimpactos da cadeia produtiva de petróleo e gás: ocupação do espaço marinho; dinâmica demográfica; ocupação e uso do solo; pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços; e royalties.	Royalties
	A ocupação e o uso do solo é (sic) um impacto vinculado ao crescimento populacional gerado pela indústria de petróleo e		Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Cabo Frio nº 8 abril 2019	gás. Essas mudanças são sentidas por Altair José de Oliveira, membro do NVC de Cabo Frio e morador do bairro Centro Hípico, em Tamoios:	Essas mudanças são sentidas por Altair José de Oliveira, membro do NVC de Cabo Frio e morador do bairro Centro Hípico, em Tamoios:	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Cabo Frio nº 8 abril 2019	Hoje em dia continua com a mesma infraestrutura. O transporte público é o mesmo de alguns anos atrás. Atualmente as pessoas dependem muito de transportes alternativos por não poderem contar com um transporte público de qualidade – ilustra Altair.	O transporte público é o mesmo de alguns anos atrás.	Transporte
		Atualmente as pessoas dependem muito de transportes alternativos por não poderem contar com um transporte público de qualidade – ilustra Altair.	Transporte
			Transporte
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Os royalties e sua distribuição	Título	Royalties
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Macaé, a antiga vila de pescadores localizada no Norte Fluminense, sempre foi conhecida como a “Princesinha do Atlântico”, mas desde a década de 1990 a cidade vem sendo reconhecida por outro nome: a “Capital Nacional do Petróleo”, tudo graças à exploração e produção de petróleo que movimento a economia do município.	Macaé, a antiga vila de pescadores localizada no Norte Fluminense, sempre foi conhecida como a “Princesinha do Atlântico”, mas desde a década de 1990 a cidade vem sendo reconhecida por outro nome: a “Capital Nacional do Petróleo”, tudo graças à exploração e produção de petróleo que movimento a economia do município.	Autorreferência por títulos
			Autorreferência por títulos
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Abrigando o maior polo industrial de exploração e produção de petróleo e gás da Bacia de Campos, Macaé é um dos municípios que mais recebem royalties e participações especiais no estado do Rio de Janeiro. Mas você sabe o que são royalties e por que o município recebe?	Macaé é um dos municípios que mais recebem royalties e participações especiais no estado do Rio de Janeiro.	Royalties
			Participação especial
		Mas você sabe o que são royalties e por que o município recebe?	royalties
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os royalties são uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo	os royalties são uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro:	royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	e gás natural no território brasileiro: é uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos, que não são renováveis.	é uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos, que não são renováveis.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Já a participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelas empresas de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade.	Já a participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelas empresas de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade.	Participação especial
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Agora que sabemos o que são royalties e participações especiais, vamos entender melhor como acontece a distribuição desses recursos?	Agora que sabemos o que são royalties e participações especiais, vamos entender melhor como acontece a distribuição desses recursos?	royalties Participação especial
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Royalties e sua distribuição	Título	Royalties
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Na Bacia de Campos, o percentual que as empresas devem pagar de royalties é de 10% para praticamente todos os campos petrolíferos.	Na Bacia de Campos, o percentual que as empresas devem pagar de royalties é de 10% para praticamente todos os campos petrolíferos.	Royalties
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Quando começou a exploração de petróleo no Brasil, os royalties eram pagos somente quando a extração ocorria em solo terrestre, mas em 1985 a Lei 7.453/85 estendeu o pagamento de royalties para quem produz também no mar. Até então, o percentual era de 5% sobre o valor da produção. Por exemplo, se a produção valesse R\$ 200 milhões, os royalties seriam de R\$ 10 milhões.	Quando começou a exploração de petróleo no Brasil, os royalties eram pagos somente quando a extração ocorria em solo terrestre, mas em 1985 a Lei 7.453/85 estendeu o pagamento de royalties para quem produz também no mar. Por exemplo, se a produção valesse R\$ 200 milhões, os royalties seriam de R\$ 10 milhões.	Royalties Royalties Royalties
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Em 1997, uma nova lei entrou em vigor (Lei 9.478/97) mudando algumas coisas na indústria do petróleo, incluindo a distribuição dos royalties. Esta lei aumentou a porcentagem de royalties que a empresa deve pagar sobre a produção para até 10%. Usando o	Em 1997, uma nova lei entrou em vigor (Lei 9.478/97) mudando algumas coisas na indústria do petróleo, incluindo a distribuição dos royalties.	Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	mesmo exemplo, se o valor da produção fosse R\$ 200 milhões, os royalties passariam de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões. Esta nova legislação aumentou as receitas de royalties para os municípios chamados de produtores de petróleo, pois foi feita uma nova forma de distribuição para estes novos 5%.	Esta lei aumentou a porcentagem de royalties que a empresa deve pagar sobre a produção para até 10%.	Royalties
Usando o mesmo exemplo, se o valor da produção fosse R\$ 200 milhões, os royalties passariam de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões.		Royalties	
Esta nova legislação aumentou as receitas de royalties para os municípios chamados de produtores de petróleo, pois foi feita uma nova forma de distribuição para estes novos 5%.		Royalties	
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Como os royalties acima de 5% (no nosso exemplo, outros R\$ 10 milhões) são distribuídos?	Título (de tabela)	Royalties
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Além de aumentar a porcentagem de royalties, foi esta lei que estabeleceu o pagamento das participações especiais por parte das empresas exploradoras.	Além de aumentar a porcentagem de royalties, foi esta lei que estabeleceu o pagamento das participações especiais por parte das empresas exploradoras.	Royalties
			Participação especial
Macaé nº 1 fevereiro 2018	No ano de 2013 houve uma nova modificação na legislação: a lei 12.858/2013 estabelece que os royalties e participações especiais devem ser investidos obrigatoriamente em saúde e educação.	a lei 12.858/2013 estabelece que os royalties e participações especiais devem ser investidos obrigatoriamente em saúde e educação.	Royalties
			Participação especial
			Saúde
			Educação
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Quando chegarem os royalties dos campos mais recentes, as prefeituras terão que aplicar 25% em saúde e 75% em educação.	Quando chegarem os royalties dos campos mais recentes, as prefeituras terão que aplicar 25% em saúde e 75% em educação.	Royalties
			Saúde
			Educação
Macaé nº 1 fevereiro 2018	A Lei 12.734/2012 determinou a redistribuição dos royalties e participações especiais para todos os estados e municípios do país, mas o governo do estado do Rio de Janeiro entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal contestando a validade da lei.	A Lei 12.734/2012 determinou a redistribuição dos royalties e participações especiais para todos os estados e municípios do país, mas o governo do estado do Rio de Janeiro entrou com uma ação	Royalties
			Participação especial

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	O Supremo ainda não julgou em definitivo, mas concedeu uma decisão provisória suspendendo a validade dos trechos da lei que tratam da divisão das receitas petrolíferas.	no Supremo Tribunal Federal contestando a validade da lei. O Supremo ainda não julgou em definitivo, mas concedeu uma decisão provisória suspendendo a validade dos trechos da lei que tratam da divisão das receitas petrolíferas.	Receitas / rendas petrolíferas
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Macaé é uma cidade que concentra instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural e por isso recebe um grande volume de royalties dos primeiros 5%, mas não é só. Como também é um município produtor e que é afetado diretamente por operações de embarque e desembarque de petróleo e gás, a cidade também ganha com a taxa acima de 5%. Mas o que isso significa na prática? Como será que o município tem investido esses recursos? É isso que estamos tentando descobrir no Núcleo de Vigília Cidadã de Macaé e planejamos abordar nas próximas edições do boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé.	Macaé é uma cidade que concentra instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural e por isso recebe um grande volume de royalties dos primeiros 5%, mas não é só. É isso que estamos tentando descobrir no Núcleo de Vigília Cidadã de Macaé e planejamos abordar nas próximas edições do boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé.	Royalties Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Macaé nº 1 fevereiro 2018	Você conhece o Núcleo de Vigília Cidadã?	Título	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Macaé nº 1 fevereiro 2018	É um grupo que reúne cidadãos de Macaé, especialmente de comunidades mais impactadas pela cadeia do petróleo e gás, para debater e discutir de forma coletiva temas ligados aos royalties e às participações especiais, estando sempre alerta e vigilante, participando ativamente do esforço para o controle social dessas rendas petrolíferas.	É um grupo que reúne cidadãos de Macaé, especialmente de comunidades mais impactadas pela cadeia do petróleo e gás, para debater e discutir de forma coletiva temas ligados aos royalties e às participações especiais, estando sempre alerta e vigilante, participando ativamente do esforço para o controle social dessas rendas petrolíferas.	Royalties Participação especial Receitas / rendas petrolíferas Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé nº 2 abril 2018	Royalties e infraestrutura em Macaé	Título	Royalties
Macaé nº 2 abril 2018	Macaé, a Capital Nacional do Petróleo, tem sua trajetória de mudanças econômicas e crescimento populacional diretamente relacionada à indústria do petróleo.	Macaé, a Capital Nacional do Petróleo, tem sua trajetória de mudanças econômicas e crescimento populacional diretamente relacionada à indústria do petróleo.	Autorreferência por títulos
Macaé nº 2 abril 2018	Com os grandes investimentos e empresas se instalando no município, a produção de petróleo aumentou, assim como os royalties e as participações especiais destinadas ao município, como vemos no quadro abaixo.	Com os grandes investimentos e empresas se instalando no município, a produção de petróleo aumentou, assim como os royalties e as participações especiais destinadas ao município, como vemos no quadro abaixo.	Royalties
			Participação especial
Macaé nº 2 abril 2018	Arrecadação dos royalties no Município de Macaé	Título	Royalties
Macaé nº 2 abril 2018	Por definição, os royalties são uma compensação devida à sociedade pela exploração de recursos que não são renováveis. Os números mostram que durante quase 15 anos essa remuneração cresceu em Macaé, assim como os impactos da indústria do petróleo e, apesar da crise no setor em 2015, Macaé teve uma recuperação da receita referente aos royalties, recebendo R\$394.501.266,54 no ano de 2017, valor muito superior ao do ano de 2016, quando o município recebeu R\$293.495.326,33.	Por definição, os royalties são uma compensação devida à sociedade pela exploração de recursos que não são renováveis.	Royalties Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
		Macaé teve uma recuperação da receita referente aos royalties, recebendo R\$394.501.266,54 no ano de 2017, valor muito superior ao do ano de 2016, quando o município recebeu R\$293.495.326,33.	Royalties
Macaé nº 2 abril 2018	A ANP lançou um aplicativo com informações de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo. Nele o usuário poderá acessar		Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	quanto seu município recebeu de royalties e/ou participações especiais em determinado período.	Nele o usuário poderá acessar quanto seu município recebeu de royalties e/ou participações especiais em determinado período.	Participação especial
Macaé nº 2 abril 2018	Como vimos no primeiro boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé, grande parte das receitas petrolíferas do município vem da parcela conhecida como “royalties até 5%”, principalmente porque a cidade de Macaé concentra um grande número de instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural. Esses primeiros 5% estão previstos pela Lei 7.525/1986, que estipula que os estados e municípios devem aplicar os recursos exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico. A Lei 10.195/2001 incluiu uma cláusula permitindo que os royalties também sejam aplicados na capitalização de fundos de previdência bem como no pagamento de dívidas para com a União e suas entidades.	Como vimos no primeiro boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé, grande parte das receitas petrolíferas do município vem da parcela conhecida como “royalties até 5%”	Receitas / rendas petrolíferas
		Esses primeiros 5% estão previstos pela Lei 7.525/1986, que estipula que os estados e municípios devem aplicar os recursos exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico.	Royalties
		A Lei 10.195/2001 incluiu uma cláusula permitindo que os royalties também sejam aplicados na capitalização de fundos de previdência bem como no pagamento de dívidas para com a União e suas entidades.	Saneamento / esgoto
Macaé nº 2 abril 2018	Macaé também recebe “royalties acima de 5%”, por ser um município produtor e diretamente afetado pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás, mas há uma grande diferença entre a divisão de valores dessa parcela e a parcela “até 5%”. Por estarem orientados por leis diferentes, os “royalties até 5%” e “royalties acima de 5%” têm regras de uso diferentes, como mostra o quadro abaixo:	Macaé também recebe “royalties acima de 5%”, por ser um município produtor e diretamente afetado pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás, mas há uma grande diferença entre a divisão de valores dessa parcela e a parcela “até 5%”. Por estarem orientados por leis diferentes, os “royalties até 5%” e “royalties acima de 5%” têm regras de uso diferentes, como mostra o quadro abaixo:	Royalties
			Royalties
			Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé nº 2 abril 2018	Royalties até 5%	Categoria de tabela	Royalties
Macaé nº 2 abril 2018	Royalties acima de 5%	Categoria de tabela	Royalties
Macaé nº 2 abril 2018	Participação especial	Categoria de tabela	Participação especial
Macaé nº 2 abril 2018	Obrigatório: Energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, saneamento básico, irrigação, proteção ao meio ambiente (Lei 7.525/1986),	Informação na tabela (Royalties até 5%)	Saneamento/ esgoto
Macaé nº 2 abril 2018	Obrigatório: 25% para saúde e 75% para educação (Lei 2.858/2013)	Informação na tabela (Royalties até 5%)	Saúde Educação
Macaé nº 2 abril 2018	Obrigatório: 25% para saúde e 75% para educação	Informação na tabela (Royalties acima de 5%)	Saúde Educação
Macaé nº 2 abril 2018	Obrigatório: 25% para saúde e 75% para educação	Informação na tabela (Participação especial)	Saúde Educação
Macaé nº 2 abril 2018	A maioria dos poços explorados na costa de Macaé e no litoral de todo o estado do Rio, que geram os royalties para o município, são de contratos anteriores a 2012, descobertos ao longo das primeiras décadas de exploração de petróleo na região. Portanto, a maioria dos royalties que o município recebe não está sujeita à obrigatoriedade de se aplicar em saúde e educação.	A maioria dos poços explorados na costa de Macaé e no litoral de todo o estado do Rio, que geram os royalties para o município, são de contratos anteriores a 2012, descobertos ao longo das primeiras décadas de exploração de petróleo na região. Portanto, a maioria dos royalties que o município recebe não está sujeita à obrigatoriedade de se aplicar em saúde e educação.	Royalties Royalties Saúde Educação

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé n° 2 abril 2018	A população da cidade, que é considerada uma das mais ricas da Bacia de Campos, enfrenta grandes problemas de infraestrutura básica. Mesmo recebendo grandes valores de “royalties até 5%”, parte da rede de esgoto e água não funciona direito, como conta um morador da Comunidade Nova Esperança, que prefere não se identificar e diz sofrer com o precário abastecimento de água e com a falta de esgotamento sanitário correto: “A água, quando chega, é precária, com mau cheiro e contaminada, já que chega misturada com esgoto, porque os canos que colocamos pra levar a água estão sempre danificados”. Essa situação é extremamente preocupante, pois, como destaca a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), a falta de saneamento básico pode facilitar a proliferação de doenças, como diarreias, cólera, leptospirose e ainda o agravamento de epidemias como a zica e a dengue.	<p>A população da cidade, que é considerada uma das mais ricas da Bacia de Campos, enfrenta grandes problemas de infraestrutura básica.</p> <p>Mesmo recebendo grandes valores de “royalties até 5%”, parte da rede de esgoto e água não funciona direito, como conta um morador da Comunidade Nova Esperança, que prefere não se identificar e diz sofrer com o precário abastecimento de água e com a falta de esgotamento sanitário correto: “A água, quando chega, é precária, com mau cheiro e contaminada, já que chega misturada com esgoto, porque os canos que colocamos pra levar a água estão sempre danificados”. Essa situação é extremamente preocupante, pois, como destaca a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), a falta de saneamento básico pode facilitar a proliferação de doenças, como diarreias, cólera, leptospirose e ainda o agravamento de epidemias como a zica e a dengue.</p>	<p>Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios</p> <p>Royalties</p> <p>Saneamento/ esgoto</p> <p>Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios</p> <p>Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios</p> <p>Saneamento/ esgoto</p> <p>Saneamento/ esgoto</p> <p>Saneamento/ esgoto</p>
Macaé n° 2 abril 2018	O direito ao saneamento básico está garantido pelo Plano Diretor do Município de Macaé (Lei Complementar no 076/2006) que obriga o governo municipal a traçar estratégias e políticas públicas que garantam seu acesso.	O direito ao saneamento básico está garantido pelo Plano Diretor do Município de Macaé (Lei Complementar no 076/2006) que obriga o governo municipal a traçar estratégias e políticas públicas que garantam seu acesso.	Saneamento/ esgoto

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé n° 2 abril 2018	<p>Mas a precariedade do serviço de infraestrutura básica é apenas um dos problemas para as cidades que são afetadas pela cadeia produtiva do petróleo e gás. Entender esses problemas, suas relações com a indústria do petróleo e a importância do controle social dos royalties e das participações especiais é um dos objetivos do Núcleo de Vigília Cidadã. O NVC é um grupo formado por representantes de vários bairros de Macaé, que se reúnem para debater e discutir de forma coletiva os temas ligados a essas rendas petrolíferas.</p>	<p>Entender esses problemas, suas relações com a indústria do petróleo e a importância do controle social dos royalties e das participações especiais é um dos objetivos do Núcleo de Vigília Cidadã.</p>	<p>Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social</p>
			<p>Royalties</p>
			<p>Participação especial</p>
		<p>O NVC é um grupo formado por representantes de vários bairros de Macaé, que se reúnem para debater e discutir de forma coletiva os temas ligados a essas rendas petrolíferas</p>	<p>Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)</p>
Macaé n° 3 junho 2018	<p>Arrecadação municipal e os royalties em Macaé</p>	<p>Título</p>	<p>Royalties</p>
Macaé n° 3 junho 2018	<p>Você sabe o quanto de royalties o município de Macaé arrecada? Sabe onde e como encontrar essas informações? Em nossas edições anteriores (edição 01 / edição 02), vimos em detalhes que os royalties são uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro, e que existem duas formas de distribuição desses recursos. Até 1997, o percentual de royalties que os municípios recebiam era de 5% sobre o valor da produção. Com a Lei 9.478/97, a chamada Lei do Petróleo, a porcentagem de royalties que as empresas devem pagar sobre a produção aumentou para até 10%.</p>	<p>Você sabe o quanto de royalties o município de Macaé arrecada?</p>	<p>Royalties</p>
		<p>Em nossas edições anteriores (edição 01 / edição 02), vimos em detalhes que os royalties são uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro, e que existem duas formas de distribuição desses recursos.</p>	<p>Royalties</p>
		<p>Até 1997, o percentual de royalties que os municípios recebiam era de 5% sobre o valor da produção.</p>	<p>Royalties</p>

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
		Com a Lei 9.478/97, a chamada Lei do Petróleo, a porcentagem de royalties que as empresas devem pagar sobre a produção aumentou para até 10%.	Royalties
Macaé nº 3 junho 2018	Dessa forma, os municípios recebem “royalties até 5%” e “acima de 5%”. Grande parte das receitas petrolíferas do município de Macaé vem da parcela conhecida como “royalties até 5%”, principalmente porque o município concentra um grande número de instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural.	Dessa forma, os municípios recebem “royalties até 5%” e “acima de 5%”.	Royalties
		Grande parte das receitas petrolíferas do município de Macaé vem da parcela conhecida como “royalties até 5%”, principalmente porque o município concentra um grande número de instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural.	Receitas / rendas petrolíferas Royalties
Macaé nº 3 junho 2018	Todos os dados sobre o valor total de royalties recebidos até 5% e acima de 5% são encontrados no site da Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O Portal da Transparência do município de Macaé disponibiliza alguns desses dados na sessão de “receitas” e/ou nos Relatórios de Prestação de Contas Anuais. Segundo a ANP, esses são os valores de royalties repassados ao município nos últimos quatro anos:	Todos os dados sobre o valor total de royalties recebidos até 5% e acima de 5% são encontrados no site da Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).	Royalties
		O Portal da Transparência do município de Macaé disponibiliza alguns desses dados na sessão de “receitas” e/ou nos Relatórios de Prestação de Contas Anuais.	Receitas / rendas petrolíferas
		Segundo a ANP, esses são os valores de royalties repassados ao município nos últimos quatro anos:	Royalties
Macaé nº 3 junho 2018	Total de royalties recebidos pelo município de Macaé	Título de tabela	Royalties
Macaé nº 3 junho 2018	Royalties até 5%	Categoria de tabela	Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé nº 3 junho 2018	Royalties excedentes a 5%	Categoria de tabela	Royalties
Macaé nº 3 junho 2018	Total de royalties	Categoria de tabela	Royalties
Macaé nº 3 junho 2018	Em Macaé, assim como acontece com os royalties até 5% e acima de 5%, o Portal da Transparência traz os valores totais da arrecadação municipal nos Relatórios de Prestação de Contas Anuais.	Em Macaé, assim como acontece com os royalties até 5% e acima de 5%, o Portal da Transparência traz os valores totais da arrecadação municipal nos Relatórios de Prestação de Contas Anuais.	
Macaé nº 3 junho 2018	Arrecadação municipal e royalties em Macaé	Título de tabela	Royalties
Macaé nº 3 junho 2018	Royalties	Categoria de tabela	Royalties
Macaé nº 3 junho 2018	Royalties e Participações Especiais*	Categoria de tabela	Royalties Participação especial
Macaé nº 3 junho 2018	* O termo refere-se às receitas petrolíferas totais, incluindo participações especiais.	Nota de rodapé da categoria de tabela	Receitas / rendas petrolíferas Participação especial
Macaé nº 3 junho 2018	Como podemos ver, a arrecadação municipal vem diminuindo, mas os valores referentes a royalties e participações especiais, depois de uma queda, começam a se recuperar em 2017. Esse padrão vem se repetindo em 2018, e foi confirmado pela Prefeitura, na Audiência Pública na Câmara dos Vereadores, realizada em maio. O executivo apresentou números que demonstraram que a arrecadação de royalties e participações especiais, subiu 38% no primeiro quadrimestre de 2018. Mas como será que o município tem investido esses recursos?	Como podemos ver, a arrecadação municipal vem diminuindo, mas os valores referentes a royalties e participações especiais, depois de uma queda, começam a se recuperar em 2017. O executivo apresentou números que demonstraram que a arrecadação de royalties e participações especiais, subiu 38% no primeiro quadrimestre de 2018.	Royalties Participação especial Queda nas receitas / queda no repasse Royalties Participação especial

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé nº 3 junho 2018	Núcleo de Vigília Cidadã: olho nos royalties de Macaé	Legenda de imagem	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Royalties
Macaé nº 4 agosto 2018	NVC: informação e comunicação sobre os royalties e participações especiais	Título	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Royalties
			Participação especial
Macaé nº 4 agosto 2018	Você tem o hábito de se informar sobre as questões que acontecem no seu bairro e no seu município? Refletir sobre o desenvolvimento de sua cidade, acompanhar as ações do poder público e controlar como as políticas e os gastos públicos estão sendo realizados é o dever de todo cidadão. Nesse sentido, o Núcleo de Vigília Cidadã de Macaé vem se reunindo de quinze em quinze dias para estudar e pensar sobre o destino e a aplicação dos royalties do petróleo e das participações especiais no município de Macaé. O objetivo é que, com os conhecimentos adquiridos, o grupo consiga disseminar informação em suas comunidades e tenha capacidade de participar com mais qualidade da discussão pública sobre estes assuntos.	Refletir sobre o desenvolvimento de sua cidade, acompanhar as ações do poder público e controlar como as políticas e os gastos públicos estão sendo realizados é o dever de todo cidadão.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
		Nesse sentido, o Núcleo de Vigília Cidadã de Macaé vem se reunindo de quinze em quinze dias para estudar e pensar sobre o destino e a aplicação dos royalties do petróleo e das participações especiais no município de Macaé.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Royalties
		O objetivo é que, com os conhecimentos adquiridos, o grupo consiga disseminar informação em suas comunidades e tenha capacidade de participar com mais qualidade da discussão pública sobre estes assuntos.	Participação especial
Macaé nº 4 agosto 2018	O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) acredita que pesquisar e discutir juntos sobre os royalties e as participações especiais é fundamental para conhecer mais sobre o assunto. Ter conhecimento e a informação correta sobre um tema pode ser	O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) acredita que pesquisar e discutir juntos sobre os royalties e as participações especiais é fundamental para conhecer mais sobre o assunto.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Royalties
			Participação especial

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	decisivo na hora de acompanhar e cobrar do poder público a melhor execução das políticas e programas públicos.		
Macaé nº 4 agosto 2018	Nas edições passadas o “Rede Territórios do Petróleo” trouxe informações importantes como: o que são os royalties e as participações especiais? Como se dá sua distribuição? (Boletim 1) Quais foram os valores de royalties arrecadados (Boletim 2) nos últimos anos e, como encontrar esses dados (boletim 3) na internet.	o que são os royalties e as participações especiais?	Royalties Participação especial
		Quais foram os valores de royalties arrecadados (Boletim 2) nos últimos anos e, como encontrar esses dados (boletim 3) na internet.	Royalties
Macaé nº 4 agosto 2018	PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO ANUAL DE ROYALTIES EM MACAÉ (2018)	Título de tabela	Royalties
Macaé nº 4 agosto 2018	Royalties até 5%	Categoria de tabela	Royalties
Macaé nº 4 agosto 2018	Royalties acima de 5%	Categoria de tabela	Royalties
Macaé nº 4 agosto 2018	ARRECADAÇÃO DE ROYALTIES EM MACAÉ (ATÉ JULHO DE 2018)	Título de tabela	Royalties
Macaé nº 4 agosto 2018	Royalties até 5%	Categoria de tabela	Royalties
Macaé nº 4 agosto 2018	Royalties acima de 5%	Categoria de tabela	Royalties
Macaé nº 4 agosto 2018	Levando sempre em consideração os impactos da indústria do petróleo e gás na região, o NVC procura refletir sobre a aplicação dos recursos dos royalties na cidade, com o objetivo de estimular os cidadãos a participarem mais ativamente do	Levando sempre em consideração os impactos da indústria do petróleo e gás na região, o NVC procura refletir sobre a aplicação dos recursos dos royalties na cidade, com o objetivo de estimular	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	planejamento, monitoramento e avaliação das ações do poder público municipal, para a construção de uma cidade mais justa para todos. Por isso, fique ligado nos Boletins Digitais! Informe-se e participe dos espaços democráticos e de participação social.	os cidadãos a participarem mais ativamente do planejamento, monitoramento e avaliação das ações do poder público municipal, para a construção de uma cidade mais justa para todos. Informe-se e participe dos espaços democráticos e de participação social.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
Macaé nº 5 outubro 2018	Royalties e saneamento: uma combinação necessária	Título	Royalties Saneamento/ esgoto
Macaé nº 5 outubro 2018	Participantes do NVC de Macaé em atividade	Legenda de imagem	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Macaé nº 5 outubro 2018	Como havíamos registrado na edição 02 do boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé, o município recebe grande quantidade de royalties, que é uma compensação devida à sociedade pela exploração de recursos não renováveis. Grande parte desta receita vem dos chamados royalties até 5%, parcela que Macaé recebe por ser um município que concentra grande número de instalações industriais, de processamento, tratamento e armazenamento de petróleo e gás natural. Segundo a regra de aplicação desta parcela dos royalties, determinada pela Lei 7.525/1986 e reafirmada no Decreto 01/1991, os royalties até 5% devem ser investidos em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, saneamento básico,	o município recebe grande quantidade de royalties, que é uma compensação devida à sociedade pela exploração de recursos não renováveis. Grande parte desta receita vem dos chamados royalties até 5%, parcela que Macaé recebe por ser um município que concentra grande número de instalações industriais, de processamento,	Royalties Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios Receitas / rendas petrolíferas Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	<p>irrigação e proteção ao meio ambiente. Pareceres dos tribunais de contas têm flexibilizado esta exigência, como atesta documento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro intitulado “Os royalties de petróleo e a economia do estado do Rio de Janeiro”, mas a aplicação das rendas petrolíferas em investimentos de infraestrutura (e não apenas em custeio ou manutenção da máquina pública), excluindo-se a possibilidade do pagamento do salário de servidores público é sempre considerada uma alternativa indicada.</p>	<p>tratamento e armazenamento de petróleo e gás natural.</p> <p>Segundo a regra de aplicação desta parcela dos royalties, determinada pela Lei 7.525/1986 e reafirmada no Decreto 01/1991, os royalties até 5% devem ser investidos em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, saneamento básico, irrigação e proteção ao meio ambiente</p> <p>Pareceres dos tribunais de contas têm flexibilizado esta exigência, como atesta documento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro intitulado “Os royalties de petróleo e a economia do estado do Rio de Janeiro”, mas a aplicação das rendas petrolíferas em investimentos de infraestrutura (e não apenas em custeio ou manutenção da máquina pública), excluindo-se a possibilidade do pagamento do salário de servidores público é sempre considerada uma alternativa indicada.</p>	<p>Royalties</p> <p>Royalties</p> <p>Saneamento/ esgoto</p> <p>Royalties</p> <p>Receitas / rendas petrolíferas</p>
<p>Macaé nº 5 outubro 2018</p>	<p>Macaé está em 5o lugar no ranking das cidades com maior produto interno bruto (PIB) per capita do estado do Rio de Janeiro. Mesmo recebendo grandes valores dos royalties até 5%, o município enfrenta problemas básicos de infraestrutura, como descrito na edição 02. Mas como isso afeta os moradores da chamada capital nacional do petróleo?</p>	<p>Mesmo recebendo grandes valores dos royalties até 5%, o município enfrenta problemas básicos de infraestrutura, como descrito na edição 02.</p> <p>Mas como isso afeta os moradores da chamada capital nacional do petróleo?</p>	<p>Royalties</p> <p>Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios</p>

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
			Autorreferência por títulos
Macaé nº 5 outubro 2018	Dentro das práticas de saneamento básico estão o acesso à rede coletora e de tratamento de esgoto, coleta e destinação de resíduos sólidos, assim como a drenagem de águas pluviais e o acesso ao abastecimento de água.	Dentro das práticas de saneamento básico estão o acesso à rede coletora e de tratamento de esgoto, coleta e destinação de resíduos sólidos, assim como a drenagem de águas pluviais e o acesso ao abastecimento de água.	Saneamento/ esgoto
Macaé nº 5 outubro 2018	O saneamento básico é fundamental para a qualidade de vida das pessoas e também é a base para a prevenção de doenças transmitidas por vetores que se desenvolvem em meio ambiente de má qualidade, muitas vezes degradado pela ocupação humana. É objetivo do saneamento básico promover saúde não só aos moradores da cidade, como também aos moradores do campo.	O saneamento básico é fundamental para a qualidade de vida das pessoas e também é a base para a prevenção de doenças transmitidas por vetores que se desenvolvem em meio ambiente de má qualidade, muitas vezes degradado pela ocupação humana. É objetivo do saneamento básico promover saúde não só aos moradores da cidade, como também aos moradores do campo.	Saneamento/ esgoto
			Saneamento/ esgoto
			Saneamento/ esgoto
			Saneamento/ esgoto
			Saúde
			Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
			Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé n° 5 outubro 2018	O conjunto de ações realizadas em função do pensar na qualidade do ar, da água, do solo, da destinação do lixo e nos impactos das ações humanas é chamado de saneamento ambiental. É uma atuação mais ampla que considera o saneamento básico parte essencial para se alcançar uma qualidade de vida digna dos cidadãos.	É uma atuação mais ampla que considera o saneamento básico parte essencial para se alcançar uma qualidade de vida digna dos cidadãos.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Macaé n° 5 outubro 2018	Segundo dados do site oficial do município, em 2017 a Prefeitura Municipal de Macaé conseguia tratar 69% do esgoto produzido, enquanto a média do Estado do Rio de Janeiro foi de 78.6%. Segundo dados da ANP, Macaé continua sendo um dos municípios mais beneficiados com as rendas petrolíferas e, considerando apenas os royalties, foi o município que recebeu maior volume de repasses do Brasil em 2018. Foram R\$ 420.349.334,41 (quatrocentos e vinte milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e um centavos) acumulados de janeiro a setembro, sendo que R\$ 337.884.926,55 (trezentos e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos) vieram da parcela dos royalties até 5%, como mostram as tabelas abaixo.	<p>a Prefeitura Municipal de Macaé conseguia tratar 69% do esgoto produzido</p> <p>Macaé continua sendo um dos municípios mais beneficiados com as rendas petrolíferas e, considerando apenas os royalties, foi o município que recebeu maior volume de repasses do Brasil em 2018.</p> <p>Foram R\$ 420.349.334,41 (quatrocentos e vinte milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e um centavos) acumulados de janeiro a setembro, sendo que R\$ 337.884.926,55 (trezentos e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos) vieram da parcela dos royalties até 5%, como mostram as tabelas abaixo.</p>	<p>Saneamento/ esgoto</p> <p>Receitas / rendas petrolíferas</p> <p>Royalties</p> <p>Royalties</p>
Macaé n° 5 outubro 2018	RANKING DE ARRECADAÇÃO DE ROYALTIES – MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (janeiro a setembro de 2018)	Título de tabela	Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé nº 5 outubro 2018	TOTAL DE ROYALTIES REPASSADOS – MACAÉ (janeiro a setembro de 2018)	Título de tabela	Royalties
Macaé nº 5 outubro 2018	Royalties até 5%	Categoria de tabela	Royalties
Macaé nº 5 outubro 2018	Royalties acima de 5%	Categoria de tabela	Royalties
Macaé nº 5 outubro 2018	Os valores de royalties até 5% destinados ao município de Macaé poderiam estar sendo aplicados prioritariamente em abastecimento e tratamento de água, saneamento básico, entre outras coisas, como prevê a lei, mas será que é isso que ocorre? Será que o índice de tratamento de esgoto do município não deveria ser maior? Para respondermos essas questões, para sabemos onde o gestor público está investindo o dinheiro dos royalties e das participações especiais, é necessário entender um pouco mais sobre Orçamento Público. Por isso, fique ligado em nossas próximas edições, pois vamos tratar desse tema tão importante para o controle social das rendas petrolíferas em Macaé.	Os valores de royalties até 5% destinados ao município de Macaé poderiam estar sendo aplicados prioritariamente em abastecimento e tratamento de água, saneamento básico, entre outras coisas, como prevê a lei, mas será que é isso que ocorre?	Royalties
			Saneamento/ esgoto
		Será que o índice de tratamento de esgoto do município não deveria ser maior?	Saneamento/ esgoto
		Para respondermos essas questões, para sabemos onde o gestor público está investindo o dinheiro dos royalties e das participações especiais, é necessário entender um pouco mais sobre Orçamento Público.	Royalties
		Por isso, fique ligado em nossas próximas edições, pois vamos tratar desse tema tão importante para o controle social das rendas petrolíferas em Macaé.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
			Receitas / rendas petrolíferas

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé nº 6 dezembro 2018	Royalties e controle social	Título	Royalties
			Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
Macaé nº 6 dezembro 2018	Controle social pode ser entendido como a participação da sociedade no governo, tanto no acompanhamento e planejamento, quanto na fiscalização e avaliação das ações dos gestores públicos. É importante que o acompanhamento e o controle das atividades do poder público aconteçam em todos os níveis da administração pública. Mas como o controle social acontece?	Controle social pode ser entendido como a participação da sociedade no governo, tanto no acompanhamento e planejamento, quanto na fiscalização e avaliação das ações dos gestores públicos.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
			Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
		Mas como o controle social acontece?	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
Macaé nº 6 dezembro 2018	Como podemos exercer esse direito? Nos locais de discussão das políticas públicas! É nesses espaços que podemos participar e contribuir com informações e questionamentos, porque são os cidadãos que sabem das reais necessidades e problemas que mais incomodam suas comunidades.	É nesses espaços que podemos participar e contribuir com informações e questionamentos, porque são os cidadãos que sabem das reais necessidades e problemas que mais incomodam suas comunidades.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
			Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Macaé nº 6 dezembro 2018	Participar de espaços democráticos disponíveis, falando e se manifestando pelo melhor uso do dinheiro público, faz parte da democracia, e é assim que a população exerce o controle social.	Participar de espaços democráticos disponíveis, falando e se manifestando pelo melhor uso do dinheiro público, faz parte da democracia, e é assim que a população exerce o controle social.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé nº 6 dezembro 2018	Estar bem informado é essencial para exercer o controle social, e uma das principais ferramentas para obter informações sobre royalties e participações especiais são os sites oficiais com informações públicas. Em sites como o da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) podemos encontrar os valores de royalties repassados ao município.	Estar bem informado é essencial para exercer o controle social, e uma das principais ferramentas para obter informações sobre royalties e participações especiais são os sites oficiais com informações públicas.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social Royalties Participação especial
		Em sites como o da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) podemos encontrar os valores de royalties repassados ao município.	Royalties
Macaé nº 6 dezembro 2018	Tudo que o município, estado ou nação recebe e onde são investidos esses recursos devem estar disponíveis para o acesso de qualquer cidadão, e isso é garantido pela chamada Lei da Transparência (Lei Complementar 31/2009).	Tudo que o município, estado ou nação recebe e onde são investidos esses recursos devem estar disponíveis para o acesso de qualquer cidadão, e isso é garantido pela chamada Lei da Transparência (Lei Complementar 31/2009).	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Macaé nº 6 dezembro 2018	Faz parte do controle social a sociedade estar de olho nas receitas (quanto a prefeitura recebe de impostos e royalties e participações especiais) e nas despesas (quanto e como a prefeitura aplica) para entender e se manifestar, exigindo o atendimento das suas demandas. Mas onde se pode falar? Quais são os espaços de controle social? Geralmente são as audiências públicas, os fóruns de discussão, as associações de moradores e os conselhos municipais.	Faz parte do controle social a sociedade estar de olho nas receitas (quanto a prefeitura recebe de impostos e royalties e participações especiais) e nas despesas (quanto e como a prefeitura aplica) para entender e se manifestar, exigindo o atendimento das suas demandas.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
			Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
			Royalties
Participação especial			

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
		Quais são os espaços de controle social?	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
		Geralmente são as audiências públicas, os fóruns de discussão, as associações de moradores e os conselhos municipais.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Macaé nº 6 dezembro 2018	Em Macaé foi criado, por meio da Lei 3.373/2010, um Conselho Municipal de Fiscalização da Aplicação dos Royalties do Petróleo. Além de fiscalizar a aplicação dos royalties no município, o conselho tem como função criar, acompanhar e avaliar as políticas públicas executadas com esse recurso. Segundo o site oficial da Prefeitura Municipal de Macaé, o Conselho dos Royalties teve seu período de funcionamento de 2014 a 2015, mas depois disso não se encontram mais informações a seu respeito.	Em Macaé foi criado, por meio da Lei 3.373/2010, um Conselho Municipal de Fiscalização da Aplicação dos Royalties do Petróleo.	Royalties
		Além de fiscalizar a aplicação dos royalties no município, o conselho tem como função criar, acompanhar e avaliar as políticas públicas executadas com esse recurso.	Royalties
		Segundo o site oficial da Prefeitura Municipal de Macaé, o Conselho dos Royalties teve seu período de funcionamento de 2014 a 2015, mas depois disso não se encontram mais informações a seu respeito.	Royalties
Macaé nº 6 dezembro 2018	Os conselhos são constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil (a população), e durante as reuniões se debatem determinados temas e se tomam decisões. Conhecer esses espaços e participar deles é fundamental para o controle	Os conselhos são constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil (a população), e durante as reuniões se debatem determinados temas e se tomam decisões.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	social da aplicação dos recursos públicos, pois os conselhos municipais são canais disponíveis para que a população tenha voz, por meio de sua representatividade, e participe de uma gestão pública mais democrática.	<p data-bbox="1218 491 1796 738">Conhecer esses espaços e participar deles é fundamental para o controle social da aplicação dos recursos públicos, pois os conselhos municipais são canais disponíveis para que a população tenha voz, por meio de sua representatividade, e participe de uma gestão pública mais democrática.</p>	<p data-bbox="1823 325 2134 464">Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios</p> <p data-bbox="1823 491 2134 595">Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social</p> <p data-bbox="1823 622 2134 761">Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios</p>
Macaé nº 6 dezembro 2018	Audiências públicas são reuniões públicas que devem ter a participação popular. São espaços de ampla discussão, onde a população tem o direito a voz tanto para dar sua opinião, como para tirar dúvidas e até propor soluções para as demandas sociais, de acordo com o tema que está sendo abordado. Trata-se de mais um espaço onde o controle social pode ser exercido.	<p data-bbox="1218 796 1796 863">Audiências públicas são reuniões públicas que devem ter a participação popular.</p> <p data-bbox="1218 927 1796 1102">São espaços de ampla discussão, onde a população tem o direito a voz tanto para dar sua opinião, como para tirar dúvidas e até propor soluções para as demandas sociais, de acordo com o tema que está sendo abordado.</p> <p data-bbox="1218 1134 1796 1201">Trata-se de mais um espaço onde o controle social pode ser exercido.</p>	<p data-bbox="1823 796 2134 900">Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social</p> <p data-bbox="1823 927 2134 1066">Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios</p> <p data-bbox="1823 1129 2134 1233">Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social</p>
Macaé nº 7 fevereiro 2019	Royalties e preservação da memória macaense	Título	Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé nº 7 fevereiro 2019	Você já pensou na importância das manifestações culturais do município de Macaé e como elas podem contar nossa história e nos ajudar a entender o território em que vivemos? É sobre isso que o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) vem pensando ao realizar o Inventário Participativo. A atividade é uma das ações do projeto Territórios do Petróleo desenvolvida nos últimos meses pelos participantes do NVC, com o objetivo de identificar e conhecer o patrimônio imaterial de Macaé.	É sobre isso que o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) vem pensando ao realizar o Inventário Participativo.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
		A atividade é uma das ações do projeto Territórios do Petróleo desenvolvida nos últimos meses pelos participantes do NVC, com o objetivo de identificar e conhecer o patrimônio imaterial de Macaé.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Macaé nº 7 fevereiro 2019	No Inventário Participativo, os participantes do NVC pesquisam sobre um bem cultural do município, e em Macaé o grupo escolheu levantar informações sobre a Sociedade Musical Lyra dos Conspiradores.	No Inventário Participativo, os participantes do NVC pesquisam sobre um bem cultural do município, e em Macaé o grupo escolheu levantar informações sobre a Sociedade Musical Lyra dos Conspiradores.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
Macaé nº 7 fevereiro 2019	Como informa o site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.	Como informa o site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé nº 7 fevereiro 2019	Neste sentido, as festas, as danças tradicionais, os ofícios tradicionais ou modos de fazer como a pesca artesanal, as celebrações, entre outros, são exemplos de patrimônio imaterial.	Neste sentido, as festas, as danças tradicionais, os ofícios tradicionais ou modos de fazer como a pesca artesanal, as celebrações, entre outros, são exemplos de patrimônio imaterial.	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
Macaé nº 7 fevereiro 2019	Mas o que a cultura tem a ver com royalties do petróleo e participações especiais? Conhecer a história e a cultura do município, além de gerar identificação com o local onde moramos, gera mobilização para preservação da memória da população. O cuidado com a cultura pode incentivar o turismo, diversificando a economia, gerando trabalho para quem mora na cidade.	Mas o que a cultura tem a ver com royalties do petróleo e participações especiais?	Royalties
		Conhecer a história e a cultura do município, além de gerar identificação com o local onde moramos, gera mobilização para preservação da memória da população.	Participação especial
Macaé nº 7 fevereiro 2019	O NVC de Macaé defende que destinar recursos dos royalties para essa área pode diminuir a dependência em relação à indústria do petróleo. Mas para que isso aconteça, as pessoas precisam acompanhar e conhecer as áreas de investimento do município e sinalizar, nos espaços de participação social, que isso pode ser um caminho viável. A participação social envolve ações como cobrar do gestor público um planejamento que inclua a valorização da cultura e a preservação do patrimônio histórico no orçamento municipal, especialmente na aplicação das rendas petrolíferas. Isto é ainda mais importante em uma cidade que, como Macaé, cresce e se transforma rapidamente.	O NVC de Macaé defende que destinar recursos dos royalties para essa área pode diminuir a dependência em relação à indústria do petróleo.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Royalties
		Mas para que isso aconteça, as pessoas precisam acompanhar e conhecer as áreas de investimento do município e sinalizar, nos espaços de participação social, que isso pode ser um caminho viável.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
	A participação social envolve ações como cobrar do gestor público um planejamento que inclua a valorização da cultura e a preservação do patrimônio histórico no orçamento municipal, especialmente na aplicação das rendas petrolíferas.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social	Receitas / rendas petrolíferas

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé nº 8 abril 2019	Um total de 107 pessoas assinou o livro de presença da mesa-redonda “Gestão pública, infraestrutura e royalties na cidade de Macaé”, realizada dia 16/04/19, no Colégio Estadual Matias Neto. Em razão de a presença (quantitativa e qualitativa) do público ter sido bastante comemorada pelo Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) local, seus membros decidiram dedicar esta última edição do boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé à apresentação de um panorama desta mesa-redonda desde a sua concepção até a avaliação.	Um total de 107 pessoas assinou o livro de presença da mesa-redonda “Gestão pública, infraestrutura e royalties na cidade de Macaé”, realizada dia 16/04/19, no Colégio Estadual Matias Neto.	Royalties
		Em razão de a presença (quantitativa e qualitativa) do público ter sido bastante comemorada pelo Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) local, seus membros decidiram dedicar esta última edição do boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé à apresentação de um panorama desta mesa-redonda desde a sua concepção até a avaliação.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Macaé nº 8 abril 2019	A organização do evento iniciou-se ainda durante as reuniões ordinárias do NVC, quando os integrantes definiram conjuntamente cada passo a ser dado. Júlia Martins Rocha, integrante do NVC, destaca a importância da organização coletiva para se tocar qualquer atividade ou projeto:	A organização do evento iniciou-se ainda durante as reuniões ordinárias do NVC, quando os integrantes definiram conjuntamente cada passo a ser dado.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
		Júlia Martins Rocha, integrante do NVC, destaca a importância da organização coletiva para se tocar qualquer atividade ou projeto:	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Macaé nº 8 abril 2019	Para Júlia, a preparação do evento, ao longo dos últimos meses, trouxe ganhos tanto para os membros como para a comunidade:	Para Júlia, a preparação do evento, ao longo dos últimos meses, trouxe ganhos tanto para os membros como para a comunidade:	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Macaé nº 8 abril 2019	O contato com a organização e seu desenrolar, desde a escolha do tema, realizada de forma democrática, proporcionou trocas sobre como podemos atuar de forma qualificada e desenvolver o controle social dos recursos oriundos dos royalties e participações especiais em Macaé.	O contato com a organização e seu desenrolar, desde a escolha do tema, realizada de forma democrática, proporcionou trocas sobre como podemos atuar de forma qualificada e desenvolver o controle social dos recursos oriundos dos royalties e participações especiais em Macaé.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social Royalties Participação especial
Macaé nº 8 abril 2019	Essa dedicação rendeu uma boa presença de público, como destaca Pedro Paulo Nunes Pimentel, outro integrante do NVC:	Essa dedicação rendeu uma boa presença de público, como destaca Pedro Paulo Nunes Pimentel, outro integrante do NVC:	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Macaé nº 8 abril 2019	Hoje o NVC de Macaé conseguiu fazer um evento com lotação máxima do espaço disponibilizado e com a presença diversificada de acadêmicos de Biologia, Direito, Engenharia; estudantes secundaristas, professores, assentados da reforma agrária, representante do Poder Legislativo municipal, empresários da região, líderes comunitários, outros membros de projetos de educação ambiental, entre outros cidadãos.	Hoje o NVC de Macaé conseguiu fazer um evento com lotação máxima do espaço disponibilizado e com a presença diversificada de acadêmicos de Biologia, Direito, Engenharia; estudantes secundaristas, professores, assentados da reforma agrária, representante do Poder Legislativo municipal, empresários da região, líderes comunitários, outros membros de projetos de educação ambiental, entre outros cidadãos.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados Educação Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
Macaé nº 8 abril 2019	Rúben Pereira, membro do NVC local, é o guardião do acervo do professor Antônio Alvarez Parada, memorialista de Macaé. Gustavo Smiderle, doutor em Sociologia Política, atua na área de	Rúben Pereira, membro do NVC local, é o guardião do acervo do professor Antônio Alvarez Parada, memorialista de Macaé.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	pesquisa do projeto Territórios, com estudos sobre as rendas petrolíferas municipais.	Gustavo Smiderle, doutor em Sociologia Política, atua na área de pesquisa do projeto Territórios, com estudos sobre as rendas petrolíferas municipais.	Receitas / rendas petrolíferas
Macaé nº 8 abril 2019	Neste contexto, foram tiradas muitas dúvidas sobre a aplicabilidade dos royalties, sua distribuição, importância e valores reais.	Neste contexto, foram tiradas muitas dúvidas sobre a aplicabilidade dos royalties, sua distribuição, importância e valores reais.	royalties
Macaé nº 8 abril 2019	Também os integrantes do NVC fizeram uma avaliação, que pode ser sintetizada na fala de Marilúcia Aparecida Soares:	Também os integrantes do NVC fizeram uma avaliação, que pode ser sintetizada na fala de Marilúcia Aparecida Soares:	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Macaé nº 8 abril 2019	E os recursos dos royalties foram bem debatidos pelo pessoal — afirma Marilúcia, que é integrante do NVC desde a fase I do projeto Territórios do Petróleo e hoje atua como agente de mobilização.	E os recursos dos royalties foram bem debatidos pelo pessoal — afirma Marilúcia, que é integrante do NVC desde a fase I do projeto Territórios do Petróleo e hoje atua como agente de mobilização.	royalties Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Macaé nº 8 abril 2019	Feita a avaliação, fica a expectativa de que esses frutos se perpetuem e que a cidade prossiga a ser debatida pelos seus cidadãos.	Feita a avaliação, fica a expectativa de que esses frutos se perpetuem e que a cidade prossiga a ser debatida pelos seus cidadãos.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
Carapebus nº 1 fevereiro 2018	Em termos de repasses de royalties e participações especiais, Carapebus experimentou queda significativa entre 2014 e 2016, observando-se certa recuperação em 2017, conforme tabela abaixo:	Em termos de repasses de royalties e participações especiais, Carapebus experimentou queda significativa entre 2014 e 2016, observando-se certa recuperação em 2017, conforme tabela abaixo:	Royalties Participação especial Queda nas receitas / queda no repasse
Carapebus nº 1 fevereiro 2018	Tabela: Royalties e participações especiais para Carapebus, em valores correntes (não corrigidos)	Título de tabela	Royalties Participação especial

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Carapebus nº 1 fevereiro 2018	Royalties	Categoria de tabela	Royalties
Carapebus nº 1 fevereiro 2018	Part. Especiais	Categoria de tabela	Participação especial
Carapebus nº 1 fevereiro 2018	Royalties + PE	Categoria de tabela	Royalties
			Participação especial
Carapebus nº 1 fevereiro 2018	O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva no Núcleo de Vigília Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras	O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva no Núcleo de Vigília Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 2 abril 2018	Ausência de saneamento ainda preocupa população de Carapebus	Título	Saneamento/ esgoto
Carapebus nº 2 abril 2018	Despejo de esgoto sem tratamento: problema de Carapebus	Legenda de imagem	Saneamento/ esgoto
Carapebus nº 2 abril 2018	O saneamento básico e a proteção ao meio ambiente estão entre as áreas obrigatórias de aplicação dos recursos de royalties segundo a Lei 7.525, de 1986. Esta regra vale para uma parte dos recursos conhecida como “royalties até 5%”, que representa a maior parte das receitas petrolíferas de Carapebus. Em abril de 2018, por exemplo, o município recebeu R\$ 2,68 milhões de royalties, sendo R\$ 2,29 milhões na rubrica “até 5%”. Mas a poluição ocasionada pela falta de saneamento ainda é presente em Carapebus, sendo possível visualizar o despejo de esgoto a	O saneamento básico e a proteção ao meio ambiente estão entre as áreas obrigatórias de aplicação dos recursos de royalties segundo a Lei 7.525, de 1986.	Saneamento/ esgoto
			Royalties
		Esta regra vale para uma parte dos recursos conhecida como “royalties até 5%”, que representa a maior parte das receitas petrolíferas de Carapebus.	Royalties
			Receitas / rendas petrolíferas

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	céu aberto, como já apontava o Diagnóstico Participativo (DP / 2010-2012).	Em abril de 2018, por exemplo, o município recebeu R\$ 2,68 milhões de royalties, sendo R\$ 2,29 milhões na rubrica “até 5%”.	Royalties
		Mas a poluição ocasionada pela falta de saneamento ainda é presente em Carapebus, sendo possível visualizar o despejo de esgoto a céu aberto, como já apontava o Diagnóstico Participativo (DP / 2010-2012).	Royalties
			Royalties
Carapebus nº 2 abril 2018	Durante a apuração desta edição do boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus, membros do Núcleo de Vigília Cidadão (NVC) puderam constatar forte odor tanto nas áreas de vulnerabilidade social, quanto no Centro da cidade.	Durante a apuração desta edição do boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus, membros do Núcleo de Vigília Cidadão (NVC) puderam constatar forte odor tanto nas áreas de vulnerabilidade social, quanto no Centro da cidade.	Núcleo de Vigília Cidadão (NVC)
Carapebus nº 2 abril 2018	Na localidade de Caxanga foi registrado ainda que a qualidade da pesca fica comprometida, uma vez que o Córrego da Maricota, que passa pelo bairro, é ligado à Lagoa de Carapebus, procurada por conta do lazer e das paisagens que atraem a população e o turismo durante a alta temporada.	Na localidade de Caxanga foi registrado ainda que a qualidade da pesca fica comprometida	Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
Carapebus nº 2 abril 2018	Demais bairros também sofrem com a falta de saneamento, que também impacta localidades como Fundão e Baixada.	Demais bairros também sofrem com a falta de saneamento, que também impacta localidades como Fundão e Baixada.	Saneamento/ esgoto
Carapebus nº 2 abril 2018	Mesa-redonda - Saneamento ambiental é um tema que chama a atenção para o Núcleo de	Saneamento ambiental é um tema que chama a atenção para o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC).	Saneamento/ esgoto Núcleo de Vigília Cidadã (NVC).

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	Vigília Cidadã (NVC). Em 16 de dezembro de 2017 esse foi o tema da “Mesa-redonda” que atende a meta 13 do Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo. Foi uma oportunidade de dialogar com a comunidade acerca dos royalties e impactos socioambientais relacionados à indústria do petróleo e gás.	Foi uma oportunidade de dialogar com a comunidade acerca dos royalties e impactos socioambientais relacionados à indústria do petróleo e gás.	Royalties
Carapebus nº 2 abril 2018	Além dos especialistas Rafael Motta Nascimento (engenheiro de produção e mestrando em Engenharia Ambiental) e Roberto Dutra (sociólogo e pesquisador do PEA Territórios), a mesa contou com a representante comunitária Maria de Lourdes R. do Amaral, escolhida pelo NVC para dialogar sobre a realidade local.	Além dos especialistas Rafael Motta Nascimento (engenheiro de produção e mestrando em Engenharia Ambiental) e Roberto Dutra (sociólogo e pesquisador do PEA Territórios), a mesa contou com a representante comunitária Maria de Lourdes R. do Amaral, escolhida pelo NVC para dialogar sobre a realidade local.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 3 junho 2018	Os benefícios dos royalties para sua cidade	Título	Royalties
Carapebus nº 3 junho 2018	Um olhar do Núcleo de Vigília Cidadã do município de Carapebus	Subtítulo	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 3 junho 2018	O município de Carapebus, que é confrontante com campos e poços de petróleo, recebeu do início deste ano até o mês de maio cerca de R\$ 14,3 milhões de royalties, de acordo com a ANP (***). Segundo informações enviadas pela Ouvidoria Geral de Carapebus, por solicitação do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) do município, as principais áreas de aplicação dos recursos nos primeiros meses do ano foram as seguintes: saneamento 8,5%, infraestrutura e obras 13,5%, educação 17% e saúde 25%.	O município de Carapebus, que é confrontante com campos e poços de petróleo, recebeu do início deste ano até o mês de maio cerca de R\$ 14,3 milhões de royalties, de acordo com a ANP (***).	Royalties
Segundo informações enviadas pela Ouvidoria Geral de Carapebus, por solicitação do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) do município, as principais áreas de aplicação dos recursos nos primeiros		Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Saneamento / esgoto	

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
		meses do ano foram as seguintes: saneamento 8,5%, infraestrutura e obras 13,5%, educação 17% e saúde 25%.	Educação Saúde
Carapebus n° 3 junho 2018	Composição das receitas petrolíferas - Cerca de 85% dos royalties de Carapebus vêm da parcela conhecida como “até 5%”, que se origina da produção ocorrida no conjunto dos campos marítimos confrontantes com o estado do Rio. Ou seja, a cada R\$ 100 de royalties repassados ao município, R\$ 85 vêm da produção atribuída ao estado como um todo.	Composição das receitas petrolíferas	Receitas / rendas petrolíferas
		Cerca de 85% dos royalties de Carapebus vêm da parcela conhecida como “até 5%”, que se origina da produção ocorrida no conjunto dos campos marítimos confrontantes com o estado do Rio.	Royalties
		Ou seja, a cada R\$ 100 de royalties repassados ao município, R\$ 85 vêm da produção atribuída ao estado como um todo.	Royalties
Carapebus n° 3 junho 2018	Apenas em torno de 15% dos royalties de Carapebus vêm da parcela conhecida como “acima de 5%”, que se origina especificamente da produção ocorrida nos campos confrontantes com o próprio município. Em outras palavras, a cada R\$ 100 de royalties repassados a Carapebus, apenas R\$ 15 vêm da produção atribuída ao próprio município. A aplicação a aplicação dos royalties (exceto campos recentes) não tem muitas regras, ficando proibido apenas o pagamento de pessoal permanente (exceto professores em sala de aula) e de dívidas (exceto com a União).	Apenas em torno de 15% dos royalties de Carapebus vêm da parcela conhecida como “acima de 5%”, que se origina especificamente da produção ocorrida nos campos confrontantes com o próprio município.	royalties
		Em outras palavras, a cada R\$ 100 de royalties repassados a Carapebus, apenas R\$ 15 vêm da produção atribuída ao próprio município.	royalties
		A aplicação a aplicação dos royalties (exceto campos recentes) não tem muitas regras, ficando proibido apenas o pagamento de pessoal permanente (exceto professores em sala de aula) e de dívidas (exceto com a União).	royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Carapebus nº 3 junho 2018	A previsão de receita total do município para 2018, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) de Carapebus, é de R\$ 98,1 milhões. Deste total, está previsto que R\$ 30,2 milhões venham dos royalties e participações especiais — ou seja, pouco mais de 30%.	Deste total, está previsto que R\$ 30,2 milhões venham dos royalties e participações especiais — ou seja, pouco mais de 30%.	Royalties Participação especial
Carapebus nº 3 junho 2018	Ao lidarmos com essas informações, perguntamos: Carapebus sobreviverá sem os royalties? O que você acha?	Carapebus sobreviverá sem os royalties?	Royalties
Carapebus nº 4 agosto 2018	Segundo dados da Ouvidoria Geral de Carapebus, de janeiro a junho de 2018, 8,5% dos recursos dos royalties foram destinados ao saneamento e 25% à saúde. Neste período, o município recebeu de repasse oriundos dos royalties o montante de R\$ 21.510.880,56 (vinte e um milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos), conforme planilha publicada no site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).	Segundo dados da Ouvidoria Geral de Carapebus, de janeiro a junho de 2018, 8,5% dos recursos dos royalties foram destinados ao saneamento e 25% à saúde.	royalties Saneamento / esgoto saúde
		Neste período, o município recebeu de repasse oriundos dos royalties o montante de R\$ 21.510.880,56 (vinte e um milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos), conforme planilha publicada no site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).	royalties
Carapebus nº 4 agosto 2018	O que nós, vigilantes, percebemos? É muito importante que a prevenção seja a “menina dos olhos” não somente da política pública como um todo, mas especialmente da própria saúde. Se a demanda do saneamento básico for bem atendida, a balança do gasto público com a saúde exigirá valores menores, já que uma boa cobertura de saneamento é reconhecidamente um fator importante na prevenção de várias doenças.	O que nós, vigilantes, percebemos?	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
		É muito importante que a prevenção seja a “menina dos olhos” não somente da política pública como um todo, mas especialmente da própria saúde.	Saúde Saneamento / esgoto

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
		Se a demanda do saneamento básico for bem atendida, a balança do gasto público com a saúde exigirá valores menores, já que uma boa cobertura de saneamento é reconhecidamente um fator importante na prevenção de várias doenças.	saúde Saneamento / esgoto
Carapebus nº 4 agosto 2018	Pensando dessa maneira, o NVC de Carapebus realizou reunião em que convidou o secretário municipal de Meio Ambiente para explicar o plano de saneamento básico e o financiamento necessário para implementá-lo. Esta visita ocorreu em 26 de junho de 2018, quando o secretário explicou como será o desenvolvimento do plano e mencionou as ações que estão sendo tomadas em relação ao saneamento básico no município.	Pensando dessa maneira, o NVC de Carapebus realizou reunião em que convidou o secretário municipal de Meio Ambiente para explicar o plano de saneamento básico e o financiamento necessário para implementá-lo. Esta visita ocorreu em 26 de junho de 2018, quando o secretário explicou como será o desenvolvimento do plano e mencionou as ações que estão sendo tomadas em relação ao saneamento básico no município.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Saneamento / esgoto Saneamento / esgoto
Carapebus nº 4 agosto 2018	Os participantes do NVC não conseguiram averiguar a situação da estação de tratamento de esgoto (ETE) do município, mas já foi pensada uma visita ao local para verificar seu funcionamento.	Os participantes do NVC não conseguiram averiguar a situação da estação de tratamento de esgoto (ETE) do município, mas já foi pensada uma visita ao local para verificar seu funcionamento.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Saneamento / esgoto
Carapebus nº 4 agosto 2018	Com essas ações, percebe-se que o controle social vem sendo exercido pelo grupo, e uma das metas é verificar se existem no município dados relacionados a doenças causadas pela falta de saneamento básico e como essas estão sendo registradas e tratadas pelo poder público local. Com isso, espera-se que os investimentos dos royalties estejam sendo bem orientados e que	Com essas ações, percebe-se que o controle social vem sendo exercido pelo grupo, e uma das metas é verificar se existem no município dados relacionados a doenças causadas pela falta de saneamento básico e como essas estão sendo registradas e tratadas pelo poder público local.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social Saneamento / esgoto

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	o município esteja dando a devida importância à saúde preventiva e não apenas curando os males causados pela falta de saneamento.	Com isso, espera-se que os investimentos dos royalties estejam sendo bem orientados e que o município esteja dando a devida importância à saúde preventiva e não apenas curando os males causados pela falta de saneamento.	Royalties Saúde Saneamento / esgoto
Carapebus nº 4 agosto 2018	NVC Carapebus: preocupação com o saneamento	Legenda de imagem	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Saneamento / esgoto
Carapebus nº 5 outubro 2018	Educação ambiental crítica além dos muros	Título	educação
Carapebus nº 5 outubro 2018	Em Carapebus, o Núcleo de Vigília Cidadã está empenhado em ir além de seus limites e “colocar para fora” os conhecimentos que estão sendo adquiridos. Uma das ideias do grupo é desenvolver uma ação de educação ambiental crítica nas escolas do município, privilegiando os anos iniciais do ensino fundamental.	Em Carapebus, o Núcleo de Vigília Cidadã está empenhado em ir além de seus limites e “colocar para fora” os conhecimentos que estão sendo adquiridos. Uma das ideias do grupo é desenvolver uma ação de educação ambiental crítica nas escolas do município, privilegiando os anos iniciais do ensino fundamental.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Educação
Carapebus nº 5 outubro 2018	A proposta, que está sendo pensada para ser submetida às instâncias competentes, surgiu do estudo da Lei 9.795/1999. Em seu Art. 2o, a lei estabelece que a “educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e não formal”.	Em seu Art. 2o, a lei estabelece que a “educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e não formal”.	Educação Educação

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Carapebus nº 5 outubro 2018	A percepção do NVC é que por meio das crianças se pode chegar aos pais ou responsáveis, contribuindo para a disseminação dos conhecimentos adquiridos ou produzidos no Núcleo. A estratégia é trazer esse pensamento crítico para os alunos de modo que esse entendimento de pertencimento e participação cidadã sejam multiplicados dentro de seus lares.	A percepção do NVC é que por meio das crianças se pode chegar aos pais ou responsáveis, contribuindo para a disseminação dos conhecimentos adquiridos ou produzidos no Núcleo.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
		A estratégia é trazer esse pensamento crítico para os alunos de modo que esse entendimento de pertencimento e participação cidadã sejam multiplicados dentro de seus lares.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
		De acordo com a visão da educação ambiental crítica, o ambiente não pode ser entendido sem o ser humano. Daí a importância de se estudarem temas como o orçamento público, pelo qual se decide a destinação dos recursos do município. Estudando a Lei Orçamentária Anual (LOA) de Carapebus para 2018, o NVC verificou que foi previsto para a Secretaria Municipal de Educação um montante de R\$ 16.371.008,00 (dezesesseis milhões, trezentos e setenta e um mil e oito reais). Nem todo esse valor provém de royalties ou participações especiais, mas foi possível verificar a previsão de destinação R\$ 1.337.380,70 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta reais e setenta centavos) para o ensino superior e R\$ 20.705,55 (vinte mil, setecentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para o ensino especial.	Educação
Estudando a Lei Orçamentária Anual (LOA) de Carapebus para 2018, o NVC verificou que foi previsto para a Secretaria Municipal de Educação um montante de R\$ 16.371.008,00 (dezesesseis milhões, trezentos e setenta e um mil e oito reais).	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)		
Nem todo esse valor provém de royalties ou participações especiais, mas foi possível verificar a previsão de destinação R\$ 1.337.380,70 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta reais e setenta centavos) para o ensino superior e R\$ 20.705,55 (vinte mil, setecentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para o ensino especial.	Educação		
	Royalties Participação especial		

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Carapebus nº 5 outubro 2018	O grupo não conseguiu identificar na LOA a destinação de royalties para o ensino básico e fundamental. Em seu esforço por conhecer as etapas de elaboração e implementação do orçamento municipal, o NVC já entendeu que a LOA é uma previsão de receitas e de despesas. A meta é avançar na compreensão do processo de modo que os grupos organizados da sociedade possam influir nas decisões de aplicação e cobrar sua implementação.	O grupo não conseguiu identificar na LOA a destinação de royalties para o ensino básico e fundamental.	Royalties
		Em seu esforço por conhecer as etapas de elaboração e implementação do orçamento municipal, o NVC já entendeu que a LOA é uma previsão de receitas e de despesas.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Retrospectiva 2018 - NVC de Carapebus	Título	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 6 dezembro 2018	O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Carapebus promoveu neste fim de ano uma retrospectiva das atividades do grupo. Tendo começado o ano com cinco membros e terminado com treze, o NVC resgatou os principais passos do grupo ao longo do ano e fez uma síntese buscando mostrar também os esforços de mobilização nos bairros impactados sem a presença, ainda, de moradores no NVC.	O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Carapebus promoveu neste fim de ano uma retrospectiva das atividades do grupo. Tendo começado o ano com cinco membros e terminado com treze, o NVC resgatou os principais passos do grupo ao longo do ano e fez uma síntese buscando mostrar também os esforços de mobilização nos bairros impactados sem a presença, ainda, de moradores no NVC.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Durante essas remobilizações, dois membros anteriores retornaram e outros foram agregados, além dos visitantes que o NVC recebeu durante todo o ano. Dessa forma, muitas ações foram realizadas, assim como reuniões ordinárias e capacitações, para que os membros pudessem se empoderar na abordagem do controle social dos royalties.	Durante essas remobilizações, dois membros anteriores retornaram e outros foram agregados, além dos visitantes que o NVC recebeu durante todo o ano.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
		Dessa forma, muitas ações foram realizadas, assim como reuniões ordinárias e capacitações, para que os membros pudessem se empoderar na abordagem do controle social dos royalties.	Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Carapebus nº 6 dezembro 2018	A ideia da retrospectiva é observar o quanto os integrantes do NVC amadureceram e trocaram experiências de janeiro a dezembro de 2018. A atividade nomeada de “Linha do Tempo” (Retrospectiva 2018) fez com que o grupo refletisse sobre suas práticas e participação em capacitações de modo a conhecer ainda mais sobre royalties, e com isso, buscar uma qualificação para que a discussão sobre seja aprofundada.	A ideia da retrospectiva é observar o quanto os integrantes do NVC amadureceram e trocaram experiências de janeiro a dezembro de 2018.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
		A atividade nomeada de “Linha do Tempo” (Retrospectiva 2018) fez com que o grupo refletisse sobre suas práticas e participação em capacitações de modo a conhecer ainda mais sobre royalties, e com isso, buscar uma qualificação para que a discussão sobre seja aprofundada.	Royalties
Carapebus nº 6 dezembro 2018	A linha do tempo foi construída com as ações do NVC dispostas cronologicamente (de janeiro a dezembro) para que houvesse um olhar aprofundado e sequencial sobre as atividades durante o ano.	A linha do tempo foi construída com as ações do NVC dispostas cronologicamente (de janeiro a dezembro) para que houvesse um olhar aprofundado e sequencial sobre as atividades durante o ano.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Reunião para apresentação dos princípios e diretrizes do NVC.	Item da linha do tempo fevereiro	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Reunião com especialista sobre cartografia social (atividade para o reconhecimento de grupo dessas comunidades impactadas, além dos impactos do recebimento dos royalties no município).	Item da linha do tempo março	Royalties
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Articulação com o PEA Pescarte (Projeto de Educação Ambiental que visa mitigar os impactos na pesca artesanal devido à exploração do petróleo e gás em sete municípios do estado do Rio de Janeiro);	Item da linha do tempo abril	educação
			Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Campo Exploratório (atividade de mobilização nas comunidades impactadas para apresentação do projeto e convite para participação das reuniões do grupo);	Item da linha do tempo maio	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Reunião com especialista sobre aplicação dos royalties e participações especiais.	Item da linha do tempo maio	Royalties Participação especial
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Participação do NVC de Carapebus na Oficina de Vigília Cidadã III sobre Cartografia Social;	Item da linha do tempo junho	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Reunião do Núcleo com a participação do secretário municipal de Meio Ambiente de Carapebus para dialogar sobre o plano de saneamento básico do município;	Item da linha do tempo junho	Saneamento / esgoto
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Reunião sobre o tema Legislação e Participação Cidadã;	Item da linha do tempo agosto	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Participação do núcleo na Oficina de Vigília Cidadã IV sobre Royalties;	Item da linha do tempo agosto	royalties
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Participação no Simpósio sobre Royalties e Avaliação de Impactos, realizado em Campos dos Goytacazes;/	Item da linha do tempo setembro	Royalties
Carapebus nº 6 dezembro 2018	Quer fazer parte do NVC Carapebus e saber mais sobre participação, controle social e as receitas petrolíferas? Faça-nos uma visita!	Quer fazer parte do NVC Carapebus e saber mais sobre participação, controle social e as receitas petrolíferas?	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
			Receitas / rendas petrolíferas
Carapebus n° 7 fevereiro 2019	Agricultura e royalties: uma transparência desejada em Carapebus	título	Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados Royalties
Carapebus n° 7 fevereiro 2019	O Diagnóstico Participativo (DP) do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), cujo relatório final foi publicado em 2012, como uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, identificou quatro grupos impactados pela exploração de petróleo e gás em Carapebus. São eles moradores rurais e assentados, pescadores marítimos, pescadores de águas interiores e moradores de área urbana.	O Diagnóstico Participativo (DP) do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), cujo relatório final foi publicado em 2012, como uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, identificou quatro grupos impactados pela exploração de petróleo e gás em Carapebus. São eles moradores rurais e assentados, pescadores marítimos, pescadores de águas interiores e moradores de área urbana.	Educação Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
Carapebus n° 7 fevereiro 2019	Tendo como base essas informações, o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Carapebus realizou visita a duas comunidades		Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	impactadas, levantadas no diagnóstico: Rodagem, onde fica o Assentamento João Soares Batista, e Itaquira, onde se localiza o Assentamento 25 de Março.	Tendo como base essas informações, o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Carapebus realizou visita a duas comunidades impactadas	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
Carapebus nº 7 fevereiro 2019	Em seus esforços para compreender o orçamento local, o Núcleo de Vigília Cidadã constatou uma dotação de R\$ 2.575.174,33 (dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e três centavos) destinados à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca. Mas não foi possível para o grupo identificar quanto desse valor proviria das rendas petrolíferas, nem a parcela do valor destinada à agricultura familiar.	Em seus esforços para compreender o orçamento local, o Núcleo de Vigília Cidadã constatou uma dotação de R\$ 2.575.174,33 (dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e três centavos) destinados à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados
			Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador
		Mas não foi possível para o grupo identificar quanto desse valor proviria das rendas petrolíferas, nem a parcela do valor destinada à agricultura familiar.	Receitas / rendas petrolíferas
Carapebus nº 7 fevereiro 2019	A tarefa de interpretar o emaranhado de informações sobre a origem dos royalties e sua aplicação é um dos desafios centrais do NVC de Carapebus. Outro desafio é compartilhar essa habilidade com o maior número possível de cidadãos. Nas comunidades visitadas, a percepção do grupo é que pouco se sabia sobre os royalties. Também os possíveis investimentos na agricultura familiar não pareceram muito visíveis, à exceção do apoio prestado pela prefeitura na parte veterinária.	A tarefa de interpretar o emaranhado de informações sobre a origem dos royalties e sua aplicação é um dos desafios centrais do NVC de Carapebus.	Royalties
		Outro desafio é compartilhar essa habilidade com o maior número possível de cidadãos.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
		Nas comunidades visitadas, a percepção do grupo é que pouco se sabia sobre os royalties.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios Royalties
		Também os possíveis investimentos na agricultura familiar não pareceram muito visíveis, à exceção do apoio prestado pela prefeitura na parte veterinária.	Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados
Carapebus nº 7 fevereiro 2019	Sensíveis à importância da transparência, um dos aspectos trabalhados no NVC por meio do estudo da Lei de Acesso à Informação, os moradores demonstraram interesse em saber de fato onde os royalties estão sendo aplicados. Compartilharam com a equipe técnica e membros do NVC presentes que gostariam que uma parte dessa destinação fosse para a melhoria das estradas, ajuda no escoamento da produção e incentivo à irrigação.	Sensíveis à importância da transparência, um dos aspectos trabalhados no NVC por meio do estudo da Lei de Acesso à Informação, os moradores demonstraram interesse em saber de fato onde os royalties estão sendo aplicados.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios Royalties
		Compartilharam com a equipe técnica e membros do NVC presentes que gostariam que uma parte dessa destinação fosse para a melhoria das estradas, ajuda no escoamento da produção e incentivo à irrigação.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 7 fevereiro 2019	O contato do NVC com as comunidades deixou para os participantes do projeto a visão de que a implantação de políticas	O contato do NVC com as comunidades deixou para os participantes do projeto a visão de que a	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	públicas eficazes demanda capacitação e preparação dos grupos impactados para receberem recursos e investimentos direcionados para as atividades da agricultura familiar, conservação do meio ambiente e o desenvolvimento turístico rural em Carapebus.	implantação de políticas públicas eficazes demanda capacitação e preparação dos grupos impactados para receberem recursos e investimentos direcionados para as atividades da agricultura familiar, conservação do meio ambiente e o desenvolvimento turístico rural em Carapebus.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados
Carapebus nº 7 fevereiro 2019	NVC visita assentamentos em Carapebus.	Legenda de imagem	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 7 fevereiro 2019	Moradores demonstram interesse em saber sobre os royalties.	Legenda de imagem	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios Royalties
Carapebus nº 8 abril 2019	Visão do Núcleo de Vigília Cidadã sobre o que mudou desde o Diagnóstico Participativo	título	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 8 abril 2019	Em 2011 e 2012 foi realizada uma pesquisa por meio de diálogos e reuniões com grupos sociais dos 14 municípios da região costeira do estado do Rio de Janeiro entre São Francisco de Itabapoana, a norte, e Maricá, a sul. Denominado Diagnóstico Participativo (DP), o estudo levantou comunidades e grupos impactados direta ou indiretamente pela cadeia da indústria de petróleo e gás, especialmente pela Petrobras.	Denominado Diagnóstico Participativo (DP), o estudo levantou comunidades e grupos impactados direta ou indiretamente pela cadeia da indústria de petróleo e gás, especialmente pela Petrobras.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
Carapebus nº 8 abril 2019	No município de Carapebus, o Diagnóstico Participativo identificou nove comunidades impactadas: Barreiros, Itaquira,	No município de Carapebus, o Diagnóstico Participativo identificou nove comunidades	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) /

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	Rodagem e Fundão (moradores rurais e assentados); Praia de Carapebus e Caxanga (pescadores); Centro, Sapecado e Ubás (moradores urbanos). Em março de 2018, o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Carapebus realizou reunião ordinária em que estudou o Diagnóstico, analisou os macroimpactos e identificou novas comunidades que não tinham sido levantadas no documento original.	impactadas: Barreiros, Itaquira, Rodagem e Fundão (moradores rurais e assentados); Praia de Carapebus e Caxanga (pescadores); Centro, Sapecado e Ubás (moradores urbanos).	<p>sociedade / população / municipais</p> <p>Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados</p> <p>Agricultura (familiar) / moradores rurais / assentados</p> <p>Pesca / pesca artesanal / atividade pesqueira / pescador</p> <p>Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municipais</p>
		Em março de 2018, o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Carapebus realizou reunião ordinária em que estudou o Diagnóstico, analisou os macroimpactos e identificou novas comunidades que não tinham sido levantadas no documento original.	<p>Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)</p> <p>Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municipais</p>
Carapebus nº 8 abril 2019	Diante desses dados, o grupo levantou informações sobre a arrecadação dos royalties recebidos pelo município entre 2012 e 2018.	Diante desses dados, o grupo levantou informações sobre a arrecadação dos royalties recebidos pelo município entre 2012 e 2018.	Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
Carapebus nº 8 abril 2019	Gráfico 1: Valores de royalties repassados a Carapebus de 2014 a 2018 (R\$)	Título de gráfico	Royalties
Carapebus nº 8 abril 2019	Fonte: Elaboração do NVC de Carapebus a partir de dados da ANP	Legenda de gráfico	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
Carapebus nº 8 abril 2019	O NVC de Carapebus não possui representação de todas as comunidades mencionadas pelo Diagnóstico como impactadas, mas foi possível identificar que durante esses seis anos não houve mudança significativa no acesso a serviços básicos, apontados como deficientes no levantamento de 2012, tais como saneamento básico, saúde e transporte.	O NVC de Carapebus não possui representação de todas as comunidades mencionadas pelo Diagnóstico como impactadas, mas foi possível identificar que durante esses seis anos não houve mudança significativa no acesso a serviços básicos, apontados como deficientes no levantamento de 2012, tais como saneamento básico, saúde e transporte.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
			Saneamento / esgoto
			Saúde
Carapebus nº 8 abril 2019	Os participantes do NVC de Carapebus perceberam que a comunidade do Fundão recebeu melhoria quanto à iluminação pública, porém os loteamentos novos, implantados após 2012, não receberam investimentos nesse serviço específico.	Os participantes do NVC de Carapebus perceberam que a comunidade do Fundão recebeu melhoria quanto à iluminação pública, porém os loteamentos novos, implantados após 2012, não receberam investimentos nesse serviço específico.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
Carapebus nº 8 abril 2019	A experiência do NVC local indica que é possível obter um panorama objetivo do volume de royalties repassados nos últimos anos, mas o rastreamento do destino dado a esses recursos é um desafio ainda em curso. Os primeiros passos nessa direção foram dados por meio do estudo das leis orçamentárias	A experiência do NVC local indica que é possível obter um panorama objetivo do volume de royalties repassados nos últimos anos, mas o	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	municipais. Por ora, vale a percepção dos participantes do NVC de que o progressivo domínio das ferramentas de controle social é que vai contribuir para uma gestão pública mais efetiva no atendimento das demandas populares.	rastreamento do destino dado a esses recursos é um desafio ainda em curso. Por ora, vale a percepção dos participantes do NVC de que o progressivo domínio das ferramentas de controle social é que vai contribuir para uma gestão pública mais efetiva no atendimento das demandas populares.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
Carapebus nº 8 abril 2019	Reunião ordinária do NVC de Carapebus realizada em outubro de 2018.	Legenda de imagem	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
São João da Barra nº 1 fevereiro 2018	Royalties x má gestão pública	título	Royalties
São João da Barra nº 1 fevereiro 2018	Royalties, a palavra do momento para os participantes do Núcleo de Vigília Cidadã, são, segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), uma forma de remuneração à sociedade pela exploração de um recurso natural que irá acabar. Já a Participação Especial, ainda segundo a ANP, é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás	Royalties, a palavra do momento para os participantes do Núcleo de Vigília Cidadã, são, segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), uma forma de remuneração à sociedade pela exploração de um recurso natural que irá acabar.	Royalties Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	natural para campos que apresentam grande volume de produção e lucro.	Já a Participação Especial, ainda segundo a ANP, é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos que apresentam grande volume de produção e lucro.	Participação especial
São João da Barra nº 1 fevereiro 2018	<p>No que se refere a São João da Barra (RJ), fazendo um levantamento, de 2014 até 2017, os valores de royalties e participações especiais recebidos pelo município tiveram uma queda muito significativa.</p> <p>Segundo dados da ANP, disponibilizados pelo site Info Royalties, o município recebeu em 2014 cerca de R\$ 237 milhões e em 2017 o montante foi de cerca de R\$ 105 milhões. Essa queda brusca se refletiu diretamente na situação da economia local.</p>	<p>No que se refere a São João da Barra (RJ), fazendo um levantamento, de 2014 até 2017, os valores de royalties e participações especiais recebidos pelo município tiveram uma queda muito significativa.</p> <p>Segundo dados da ANP, disponibilizados pelo site Info Royalties, o município recebeu em 2014 cerca de R\$ 237 milhões e em 2017 o montante foi de cerca de R\$ 105 milhões.</p> <p>Essa queda brusca se refletiu diretamente na situação da economia local.</p>	<p>Royalties</p> <p>Participação especial</p> <p>Queda nas receitas / queda no repasse</p> <p>Royalties</p> <p>Queda nas receitas / queda no repasse</p>
São João da Barra nº 1 fevereiro 2018	Segundo percepção amplamente disseminada e refletida em matéria publicada no site do jornal O Globo em 28/02/16, os municípios não se prepararam para essa queda nos royalties e não souberam aproveitar a herança pelos recursos oriundos do petróleo. As cidades do Norte Fluminense vêm sofrendo com a pouca diversificação de suas economias e, hoje, têm de lidar com pesados cortes no orçamento. A Prefeitura vem enfrentando grandes crises por conta de dívidas e da queda dos royalties e participações especiais. O declínio nos repasses de royalties é	<p>os municípios não se prepararam para essa queda nos royalties e não souberam aproveitar a herança pelos recursos oriundos do petróleo.</p> <p>A Prefeitura vem enfrentando grandes crises por conta de dívidas e da queda dos royalties e participações especiais.</p>	<p>Queda nas receitas / queda no repasse</p> <p>Receitas / rendas petrolíferas</p> <p>Queda nas receitas / queda no repasse</p> <p>Royalties</p>

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	decorrência de uma conjunção de fatores, que passa pela desvalorização na cotação do barril petróleo no mercado internacional e a política de desinvestimento da Petrobras, inclusive na Bacia de Campos.		Participação especial
O declínio nos repasses de royalties é decorrência de uma conjunção de fatores, que passa pela desvalorização na cotação do barril petróleo no mercado internacional e a política de desinvestimento da Petrobras, inclusive na Bacia de Campos.		Queda nas receitas / queda no repasse	
royalties			
São João da Barra nº 1 fevereiro 2018	Parte da comunidade acredita que houve descaso do governo em procurar novas fontes de receitas em âmbito municipal e falta de fiscalização da receita do município. Com a dificuldade de acessar a informação sobre o detalhamento das verbas recebidas, os munícipes não têm acesso à informação sobre em que áreas os recursos são aplicados, e por isso acreditam ser importante a criação de um conselho dos royalties. Além disso, acreditam que tanto o estado como o município criaram uma dependência do dinheiro dos royalties e esqueceram que a exploração do petróleo é uma atividade finita.	Parte da comunidade acredita que houve descaso do governo em procurar novas fontes de receitas em âmbito municipal e falta de fiscalização da receita do município.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
Com a dificuldade de acessar a informação sobre o detalhamento das verbas recebidas, os munícipes não têm acesso à informação sobre em que áreas os recursos são aplicados, e por isso acreditam ser importante a criação de um conselho dos royalties.		Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes	
Royalties			
Além disso, acreditam que tanto o estado como o município criaram uma dependência do dinheiro dos royalties e esqueceram que a exploração do petróleo é uma atividade finita.	Royalties		
São João da Barra nº 2 abril 2018	De onde vêm os royalties de São João da Barra?	título	Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
São João da Barra nº 2 abril 2018	Todo mês, as empresas que exploram petróleo e gás são obrigadas a pagar royalties para a Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) — qualquer que seja a quantidade extraída, tendo lucro ou não.	Todo mês, as empresas que exploram petróleo e gás são obrigadas a pagar royalties para a Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) — qualquer que seja a quantidade extraída, tendo lucro ou não.	Royalties
São João da Barra nº 2 abril 2018	Como é feito o rateio dessas duas partes? É basicamente assim: os “royalties até 5%” gerados por qualquer campo beneficiam todos os municípios considerados produtores de um mesmo estado (independentemente de serem ou não confrontantes com aquele campo específico) assim como suas regiões geoeconômicas (municípios próximos ou que são influenciados pela atividade, inclusive não litorâneos).	Como é feito o rateio dessas duas partes? É basicamente assim: os “royalties até 5%” gerados por qualquer campo beneficiam todos os municípios considerados produtores de um mesmo estado (independentemente de serem ou não confrontantes com aquele campo específico) assim como suas regiões geoeconômicas (municípios próximos ou que são influenciados pela atividade, inclusive não litorâneos).	Royalties
São João da Barra nº 2 abril 2018	A maior parte (60%) fica com os produtores, que constituem a chamada zona de produção principal, e cada um recebe de acordo com a sua população: municípios que possuem maior população recebem mais.	A maior parte (60%) fica com os produtores, que constituem a chamada zona de produção principal, e cada um recebe de acordo com a sua população: municípios que possuem maior população recebem mais.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
São João da Barra nº 2 abril 2018	Já os “royalties acima de 5%” são concentrados nos municípios confrontantes/produtores, usando como critério a produção ocorrida nos campos confrontantes com o seu litoral: quanto maior a extensão do campo localizada no litoral do município,	Já os “royalties acima de 5%” são concentrados nos municípios confrontantes/produtores, usando como critério a produção ocorrida nos campos confrontantes com o seu litoral:	Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	mais ele ganha. Este mesmo critério, que concentra valores nos municípios produtores, vale para as participações especiais, que são devidas quando há grande produção ou rentabilidade. Esse é um entendimento importante para compreender os valores dos royalties que os municípios recebem, e também para saber as formas como o poder público pode ou não usar esse dinheiro.	Este mesmo critério, que concentra valores nos municípios produtores, vale para as participações especiais, que são devidas quando há grande produção ou rentabilidade.	Participação especial
		Esse é um entendimento importante para compreender os valores dos royalties que os municípios recebem, e também para saber as formas como o poder público pode ou não usar esse dinheiro.	royalties
São João da Barra nº 2 abril 2018	No total, o município recebeu R\$ 7.527.212,31 de royalties. As participações especiais só são devidas quando há grande volume de produção ou rentabilidade. No último repasse, ocorrido em fevereiro de 2018 (no caso das participações especiais, os pagamentos são trimestrais), São João da Barra recebeu aproximadamente R\$ 10,1 milhões.	No total, o município recebeu R\$ 7.527.212,31 de royalties.	royalties
		As participações especiais só são devidas quando há grande volume de produção ou rentabilidade.	Participação especial
		No último repasse, ocorrido em fevereiro de 2018 (no caso das participações especiais, os pagamentos são trimestrais), São João da Barra recebeu aproximadamente R\$ 10,1 milhões.	Participação especial
São João da Barra nº 3 junho 2018	Royalties sobre rodas	título	royalties
São João da Barra nº 3 junho 2018	Esta edição do boletim digital abordará o tema do transporte coletivo, previsto na Constituição Federal de 1988 como caráter essencial e de responsabilidade dos municípios. Tal informação pode ser encontrada no artigo 30, inciso V da Constituição, que	Esta edição do boletim digital abordará o tema do transporte coletivo, previsto na Constituição Federal de 1988 como caráter essencial e de responsabilidade dos municípios.	transporte

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	<p>diz ser papel dos municípios “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”. Nesse momento é importante sabermos que o nosso município previu na Lei Orçamentária Anual (LOA) direcionar R\$ 1,2 milhão dos royalties e participações especiais para o transporte público em 2018. Esta informação foi obtida pelo Núcleo de Vigília Cidadã de São João da Barra a partir do estudo da LOA de 2018, disponível no Portal de Transparência do município.</p>	<p>Tal informação pode ser encontrada no artigo 30, inciso V da Constituição, que diz ser papel dos municípios “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”.</p> <p>Nesse momento é importante sabermos que o nosso município previu na Lei Orçamentária Anual (LOA) direcionar R\$ 1,2 milhão dos royalties e participações especiais para o transporte público em 2018.</p> <p>Esta informação foi obtida pelo Núcleo de Vigília Cidadã de São João da Barra a partir do estudo da LOA de 2018, disponível no Portal de Transparência do município.</p>	<p>transporte</p> <p>Royalties</p> <p>Participação especial</p> <p>Transporte</p> <p>Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)</p>
<p>São João da Barra nº 3 junho 2018</p>	<p>Além de perceber em seu cotidiano como está o funcionamento do transporte coletivo, uma forma de acompanhar os investimentos direcionados para essa área é acessando a LOA, que é construída todo ano com participação da população em audiências públicas onde os cidadãos e cidadãs devem levar propostas para o município investir.</p>	<p>Além de perceber em seu cotidiano como está o funcionamento do transporte coletivo, uma forma de acompanhar os investimentos direcionados para essa área é acessando a LOA, que é construída todo ano com participação da população em audiências públicas onde os cidadãos e cidadãs devem levar propostas para o município investir.</p>	<p>Transporte</p> <p>Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios</p> <p>Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios</p>

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
São João da Barra nº 3 junho 2018	Após a sua aprovação, a população deve acompanhar os Relatórios de Execução Orçamentária para verificar se o que foi previsto está sendo realizado.	Após a sua aprovação, a população deve acompanhar os Relatórios de Execução Orçamentária para verificar se o que foi previsto está sendo realizado.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
São João da Barra nº 3 junho 2018	Bom, esse é um assunto complexo, mas de grande importância para a melhoria das condições de vida da população. Falaremos com mais detalhes sobre isso em uma próxima edição do boletim Rede Territórios do Petróleo – São João da Barra. Fique atento!	Bom, esse é um assunto complexo, mas de grande importância para a melhoria das condições de vida da população.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
São João da Barra nº 3 junho 2018	Cidadãos sanjoanenses discutem no NVC a aplicação das rendas petrolíferas	Legenda de imagem	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Receitas / rendas petrolíferas
São João da Barra nº 4 agosto 2018	O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de São João da Barra tem buscado estratégias criativas para disseminar informações assimiladas ou produzidas no âmbito de suas reuniões e atividades. Uma delas é a linguagem do teatro. Tendo elaborado a peça “Terra Fértil” e ensaiado com muita disposição, em 12 encontros em apenas um mês, o grupo a encenou na abertura da mesa-redonda organizada pelo próprio Núcleo e realizada em 24/03/18.	O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de São João da Barra tem buscado estratégias criativas para disseminar informações assimiladas ou produzidas no âmbito de suas reuniões e atividades. Tendo elaborado a peça “Terra Fértil” e ensaiado com muita disposição, em 12 encontros em apenas um mês, o grupo a encenou na abertura da mesa-redonda organizada pelo próprio Núcleo e realizada em 24/03/18.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
São João da Barra nº 4 agosto 2018	Em agosto, o NVC foi convidado por dois projetos de educação ambiental para apresentar a mesma peça: o Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC) e o Rede de Estudos para o Meio Ambiente (REMA), ambos também vinculados ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás, conduzido pelo Ibama.	Em agosto, o NVC foi convidado por dois projetos de educação ambiental para apresentar a mesma peça: o Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC) e o Rede de Estudos para o Meio Ambiente (REMA), ambos também vinculados ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás, conduzido pelo Ibama.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Educação
			Educação
São João da Barra nº 4 agosto 2018	O esquete teatral apresentado era sempre encerrado com uma composição feita no próprio NVC. Um dos trechos diz: “Cidade pede um transporte para todos / A van que leve o idoso para o posto / E a criança não pode ficar de fora / Busão passando no horário pra escola / Adolescente em busca de formação / Participando do futuro da nação”.	O esquete teatral apresentado era sempre encerrado com uma composição feita no próprio NVC.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
		Um dos trechos diz: “Cidade pede um transporte para todos / A van que leve o idoso para o posto / E a criança não pode ficar de fora / Busão passando no horário pra escola / Adolescente em busca de formação / Participando do futuro da nação”.	transporte
São João da Barra nº 4 agosto 2018	Os participantes do Núcleo de Vigília sanjoanense acreditam que uma população bem informada terá muito mais atitude, voz e garra para lutar por um município melhor.	Os participantes do Núcleo de Vigília sanjoanense acreditam que uma população bem informada terá muito mais atitude, voz e garra para lutar por um município melhor.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
São João da Barra nº 4 agosto 2018	Segundo a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) qualquer pessoa, sem necessidade de apresentar motivo, tem direito de acesso a informações públicas. Então, todos os municípios, Estados e a União devem deixar disponíveis	Então, todos os municípios, Estados e a União devem deixar disponíveis informações em seus sites, bem como informar se for questionado sobre algum tema por algum cidadão ou cidadã.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	informações em seus sites, bem como informar se for questionado sobre algum tema por algum cidadão ou cidadã.		
São João da Barra nº 4 agosto 2018	Caso se necessite de alguma informação ou documento não disponível nos portais, é possível solicitar via internet pelo Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).	Caso se necessite de alguma informação ou documento não disponível nos portais, é possível solicitar via internet pelo Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
São João da Barra nº 4 agosto 2018	O NVC de São João Da Barra está muito motivado a entender melhor sobre como os royalties e as participações especiais estão sendo usadas no município e como se pode contribuir para que esse dinheiro seja investido em favor das necessidades da população. Quem quiser saber um pouco mais sobre o que o Núcleo está aprendendo será muito bem-vindo.	O NVC de São João Da Barra está muito motivado a entender melhor sobre como os royalties e as participações especiais estão sendo usadas no município e como se pode contribuir para que esse dinheiro seja investido em favor das necessidades da população. Quem quiser saber um pouco mais sobre o que o Núcleo está aprendendo será muito bem-vindo.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Royalties Participação especial Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
São João da Barra nº 4 agosto 2018	NVC encerrando a peça “Terra Fértil”	Legenda de imagem	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
São João da Barra nº 5 outubro 2018	Como é feita a distribuição dos royalties?	título	Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
São João da Barra nº 5 outubro 2018	Nesta edição, vamos falar de um tema muito importante sobre os royalties: como é feita a sua distribuição.	Nesta edição, vamos falar de um tema muito importante sobre os royalties: como é feita a sua distribuição.	royalties
São João da Barra nº 5 outubro 2018	As participações governamentais (principalmente royalties e participações especiais) são formas de compensação à sociedade previstas no art. 45 da Lei 9.478/97.	As participações governamentais (principalmente royalties e participações especiais) são formas de compensação à sociedade previstas no art. 45 da Lei 9.478/97.	Royalties Participação especial Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
São João da Barra nº 5 outubro 2018	Distribuição - Os royalties incidem sobre o valor da produção e são recolhidos mensalmente pelas empresas petrolíferas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O recolhimento ocorre até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção. A STN repassa os royalties aos beneficiários com base nos cálculos efetuados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de acordo com o estabelecido pelas leis 9.478/1997 e 7.990/1989, regulamentas, respectivamente, pelos decretos 2.705/1998 e nº 01/1991.	Os royalties incidem sobre o valor da produção e são recolhidos mensalmente pelas empresas petrolíferas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A STN repassa os royalties aos beneficiários com base nos cálculos efetuados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de acordo com o estabelecido pelas leis 9.478/1997 e 7.990/1989, regulamentas, respectivamente, pelos decretos 2.705/1998 e nº 01/1991.	Royalties Royalties
São João da Barra nº 5 outubro 2018	Nas tabelas abaixo, baseadas em informações do site da ANP, fica claro como é feita essa divisão dos royalties:	Nas tabelas abaixo, baseadas em informações do site da ANP, fica claro como é feita essa divisão dos royalties:	Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
São João da Barra nº 5 outubro 2018	Tabela 1: Distribuição dos royalties – parcela até 5%	Título de tabela	Royalties
São João da Barra nº 5 outubro 2018	Tabela 2: Distribuição dos royalties – parcela excedente a 5%	Título de tabela	Royalties
São João da Barra nº 5 outubro 2018	Já a participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção ou rentabilidade, como define o Decreto 2.705/1998. Além de ser devida apenas nos casos de grande rentabilidade, a participação especial tem outra diferença em relação aos royalties: incidem sobre a receita líquida, e não sobre o valor total da produção.	Já a participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção ou rentabilidade, como define o Decreto 2.705/1998.	participação especial
		Além de ser devida apenas nos casos de grande rentabilidade, a participação especial tem outra diferença em relação aos royalties: incidem sobre a receita líquida, e não sobre o valor total da produção.	participação especial Royalties
São João da Barra nº 5 outubro 2018	Dez por cento do valor das participações especiais ficam com os municípios confrontantes com o campo que gerou a receita. Se houver mais de um município confrontante, cada um recebe em proporção à extensão do campo confrontante com a sua costa (percentual de confrontação).	Dez por cento do valor das participações especiais ficam com os municípios confrontantes com o campo que gerou a receita.	participação especial
São João da Barra nº 5 outubro 2018	As rendas petrolíferas (royalties e participações especiais) geradas por campos cujos contratos tenham sido firmados a partir de 03/12/12 devem ser obrigatoriamente aplicadas em educação (75%) e saúde (25%). É o que prevê a Lei	As rendas petrolíferas (royalties e participações especiais) geradas por campos cujos contratos tenham sido firmados a partir de 03/12/12 devem	Receitas / rendas petrolíferas
			Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	12.858/2013, que se aplica, por exemplo, aos royalties gerados pelo campo de Mero, na Bacia de Santos, que em breve começarão a ser distribuídos, conforme anúncio da ANP feito em 27/07/18.	<p data-bbox="1216 323 1798 387">ser obrigatoriamente aplicadas em educação (75%) e saúde (25%).</p> <p data-bbox="1216 499 1798 675">É o que prevê a Lei 12.858/2013, que se aplica, por exemplo, aos royalties gerados pelo campo de Mero, na Bacia de Santos, que em breve começarão a ser distribuídos, conforme anúncio da ANP feito em 27/07/18.</p>	<p data-bbox="1821 323 2136 371">Participação especial</p> <p data-bbox="1821 379 2136 427">Educação</p> <p data-bbox="1821 435 2136 483">Saúde</p> <p data-bbox="1821 499 2136 547">Royalties</p>
São João da Barra nº 6 dezembro 2018	<p data-bbox="432 711 1193 775">Algum dia você já se perguntou o que acontece com os impostos que são coletados no seu município, no seu estado e no seu país?</p> <p data-bbox="432 783 1193 951">Para onde vai o dinheiro do IPTU, do IPVA e até mesmo dos royalties - que, como bem sabemos, são pagos ao poder público como uma compensação financeira pela exploração de um recurso natural (petróleo) que é finito, ou seja, um dia vai acabar.</p>	<p data-bbox="1216 711 1798 919">Para onde vai o dinheiro do IPTU, do IPVA e até mesmo dos royalties - que, como bem sabemos, são pagos ao poder público como uma compensação financeira pela exploração de um recurso natural (petróleo) que é finito, ou seja, um dia vai acabar.</p>	<p data-bbox="1821 711 2136 743">Royalties</p>
São João da Barra nº 6 dezembro 2018	<p data-bbox="432 991 1193 1310">É de extrema importância que o cidadão participe da elaboração do Orçamento Público. Além de estar exercendo uma das ferramentas do controle social, é bom ter em mente que o cidadão só será assistido em sua demanda se ela estiver prevista e aprovada nas leis orçamentárias. O cidadão pode também acompanhar o que foi gasto em seu município através dos Relatórios de Gastos, que ficam disponíveis no Portal da Transparência do município, e também podem ser solicitados junto à Câmara de Vereadores.</p>	<p data-bbox="1216 991 1798 1054">É de extrema importância que o cidadão participe da elaboração do Orçamento Público.</p> <p data-bbox="1216 1158 1798 1294">Além de estar exercendo uma das ferramentas do controle social, é bom ter em mente que o cidadão só será assistido em sua demanda se ela estiver prevista e aprovada nas leis orçamentárias.</p>	<p data-bbox="1821 991 2136 1126">Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municipais</p> <p data-bbox="1821 1158 2136 1262">Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social</p> <p data-bbox="1821 1286 2136 1358">Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) /</p>

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
			sociedade / população / municípios
		O cidadão pode também acompanhar o que foi gasto em seu município através dos Relatórios de Gastos, que ficam disponíveis no Portal da Transparência do município, e também podem ser solicitados junto à Câmara de Vereadores.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
São João da Barra nº 7 fevereiro 2019	Núcleo de Vigília Cidadã e educação ambiental crítica: cidadãos sanjoanenses em construção	título	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Educação Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
São João da Barra nº 7 fevereiro 2019	O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) pode ser entendido como um grupo cujos membros se encontram e participam de construções coletivas do conhecimento com vistas ao controle social das rendas petrolíferas no município.	O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) pode ser entendido como um grupo cujos membros se encontram e participam de construções coletivas do conhecimento com vistas ao controle social das rendas petrolíferas no município.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social Receitas / rendas petrolíferas
			Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
São João da Barra nº 7 fevereiro 2019	Nos boletins anteriores, alguns desses temas foram abordados, tais como a definição dos royalties e participações especiais, a dependência financeira dos municípios em relação a esses recursos, a forma como os valores são distribuídos, a mobilidade urbana e o orçamento municipal.	Nos boletins anteriores, alguns desses temas foram abordados, tais como a definição dos royalties e participações especiais, a dependência financeira dos municípios em relação a esses recursos, a forma como os valores são distribuídos, a mobilidade urbana e o orçamento municipal.	Participação especial
São João da Barra nº 7 fevereiro 2019	Entende-se que a cultura traz uma questão muito importante aos munícipes: o senso de pertencimento, ou seja, o indivíduo está ligado por laços afetivos à cultura, o que pode contribuir para o seu comprometimento com questões de interesse coletivo.	Entende-se que a cultura traz uma questão muito importante aos munícipes: o senso de pertencimento, ou seja, o indivíduo está ligado por laços afetivos à cultura, o que pode contribuir para o seu comprometimento com questões de interesse coletivo.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
São João da Barra nº 7 fevereiro 2019	Tendo como ideal a aproximação da comunidade e a afinidade com os temas a serem abordados, o NVC de São João da Barra optou por se dividir em dois grupos. O primeiro escolheu tratar do tema do saber fazer esteiras de taboas, prática muito comum e disseminada nas comunidades de Quixaba e Açú — quinto distrito de São João da Barra.	Tendo como ideal a aproximação da comunidade e a afinidade com os temas a serem abordados, o NVC de São João da Barra optou por se dividir em dois grupos.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
		O primeiro escolheu tratar do tema do saber fazer esteiras de taboas, prática muito comum e disseminada nas comunidades de Quixaba e Açú — quinto distrito de São João da Barra.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
São João da Barra nº 7 fevereiro 2019	Já a cartografia social traz a ideia de possibilitar que o NVC elabore um mapa com informações sobre os impactos positivos e negativos provindos do uso do recurso dos royalties e participações especiais. A partir dos impactos negativos, o NVC	Já a cartografia social traz a ideia de possibilitar que o NVC elabore um mapa com informações sobre os impactos positivos e negativos	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
			Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Royalties

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	elaborou um plano de ação e traçou estratégias nas localidades do município que possibilitem um controle social mais direcionado a essas áreas mais impactadas.	provindos do uso do recurso dos royalties e participações especiais.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
		A partir dos impactos negativos, o NVC elaborou um plano de ação e traçou estratégias nas localidades do município que possibilitem um controle social mais direcionado a essas áreas mais impactadas.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
São João da Barra nº 7 fevereiro 2019	Considera-se que a linguagem (oral, escrita, corporal) é um dos meios mais importantes para o cidadão conseguir expor suas demandas.	Considera-se que a linguagem (oral, escrita, corporal) é um dos meios mais importantes para o cidadão conseguir expor suas demandas.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / munícipes
São João da Barra nº 7 fevereiro 2019	No NVC, a cartografia da palavra foi bem-vinda e auxiliou muitos participantes no processo de desinibição, crescimento pessoal e autoconfiança para debater temas propostos pelo projeto.	No NVC, a cartografia da palavra foi bem-vinda e auxiliou muitos participantes no processo de desinibição, crescimento pessoal e autoconfiança para debater temas propostos pelo projeto.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
São João da Barra nº 8 abril 2019	O desafio do controle social	título	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
São João da Barra nº 8 abril 2019	Nesta edição, chegamos ao último número do nosso boletim Rede Territórios do Petróleo - São João da Barra. Ao longo dessa fase, cada Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) criou e divulgou vários boletins digitais, com diferentes temáticas pertinentes a cada realidade, inclusive em São João da Barra.	Ao longo dessa fase, cada Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) criou e divulgou vários boletins digitais, com diferentes temáticas pertinentes a cada realidade, inclusive em São João da Barra.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)

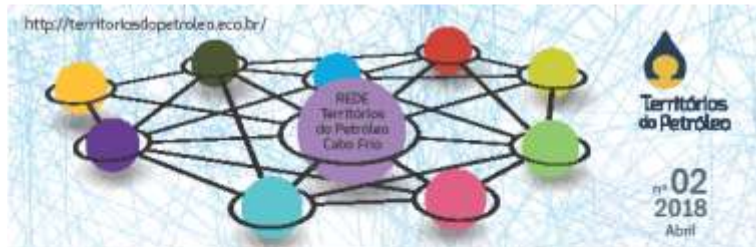
Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	Alguns trataram do que o NVC estava estudando - como, por exemplo, orçamento público. Outros abordaram problemas importantes do município, como a questão da mobilidade urbana.	Alguns trataram do que o NVC estava estudando - como, por exemplo, orçamento público.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
São João da Barra nº 8 abril 2019	Hoje, abordaremos um dos principais assuntos tratados no projeto Territórios do Petróleo: o controle social. E o que é isso? São ferramentas que permitem à população participar das decisões tomadas na gestão pública, fiscalizar as ações e comunicar o que ocorre com relação ao orçamento e às políticas públicas. E como se exerce o controle social? Existem diversas maneiras, mas uma das mais eficazes é ocupar os espaços abertos à participação cidadã.	Hoje, abordaremos um dos principais assuntos tratados no projeto Territórios do Petróleo: o controle social.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
		São ferramentas que permitem à população participar das decisões tomadas na gestão pública, fiscalizar as ações e comunicar o que ocorre com relação ao orçamento e às políticas públicas.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
		E como se exerce o controle social?	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
		Existem diversas maneiras, mas uma das mais eficazes é ocupar os espaços abertos à participação cidadã.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
São João da Barra nº 8 abril 2019	Conselhos municipais: são espaços onde o cidadão tem a possibilidade de fiscalizar as secretarias municipais. Em geral, os conselhos têm metade dos membros representando a sociedade civil organizada e metade representando o poder público (50%). No nosso município estão ativos os conselhos municipais de Saúde; Educação e Cultura; e Segurança Pública. Como é comum pelo Brasil, há desafios para se exercer o controle social no nosso município por meio de conselhos.	Conselhos municipais: são espaços onde o cidadão tem a possibilidade de fiscalizar as secretarias municipais.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
		Em geral, os conselhos têm metade dos membros representando a sociedade civil organizada e metade representando o poder público (50%).	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
	Alguns atuam de forma muito fechada entre os conselheiros, enquanto outros estão inativos.	No nosso município estão ativos os conselhos municipais de Saúde; Educação e Cultura; e Segurança Pública.	Saúde Educação
		Como é comum pelo Brasil, há desafios para se exercer o controle social no nosso município por meio de conselhos.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social
São João da Barra nº 8 abril 2019	Ouvidorias públicas: são espaços onde a população pode levar demandas através de reclamações, sugestões e elogios. Em São João da Barra, o espaço da ouvidoria é único, porém, as demandas podem ser deixadas diretamente na área de interesse do cidadão. Periodicamente a ouvidoria vai até as localidades, de forma itinerante, para facilitar a comunicação entre população e poder público. Há também a ouvidoria on-line, onde o cidadão tem a comodidade de fazer sua sugestão/reclamação/elogio, sem precisar se deslocar até o espaço físico da ouvidoria.	Ouvidorias públicas: são espaços onde a população pode levar demandas através de reclamações, sugestões e elogios.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
		Em São João da Barra, o espaço da ouvidoria é único, porém, as demandas podem ser deixadas diretamente na área de interesse do cidadão.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
		Periodicamente a ouvidoria vai até as localidades, de forma itinerante, para facilitar a comunicação entre população e poder público.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
		Há também a ouvidoria on-line, onde o cidadão tem a comodidade de fazer sua sugestão/reclamação/elogio, sem precisar se deslocar até o espaço físico da ouvidoria.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
São João da Barra nº 8 abril 2019	Fóruns e comitês: são espaços de debate e diálogo entre o cidadão e o poder público sobre demandas e temas específicos.	Fóruns e comitês: são espaços de debate e diálogo entre o cidadão e o poder público sobre demandas e temas específicos.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios

Numeração	Texto na íntegra	Unidade de contexto	Unidade de registro
São João da Barra nº 8 abril 2019	Audiências públicas: são reuniões públicas nas quais a empresa (ou poder público) apresenta dados e pesquisas sobre o empreendimento em questão e abre espaço para registro de dúvidas e de demandas, além da escuta de críticas ou sugestões do cidadão.	Audiências públicas: são reuniões públicas nas quais a empresa (ou poder público) apresenta dados e pesquisas sobre o empreendimento em questão e abre espaço para registro de dúvidas e de demandas, além da escuta de críticas ou sugestões do cidadão.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
São João da Barra nº 8 abril 2019	Plebiscitos e referendos: são consultas feitas pelo poder público ao povo para decisão sobre matéria de relevância da sociedade, em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.	Plebiscitos e referendos: são consultas feitas pelo poder público ao povo para decisão sobre matéria de relevância da sociedade, em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.	Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
São João da Barra nº 8 abril 2019	Esses foram alguns dos espaços que o Núcleo de Vigília Cidadã escolheu para explicar nesta edição, mas há outras formas para o cidadão exercer o controle social. Venham visitar o NVC de São João da Barra para saber mais a respeito. Fiquem atentos!	Esses foram alguns dos espaços que o Núcleo de Vigília Cidadã escolheu para explicar nesta edição, mas há outras formas para o cidadão exercer o controle social.	Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)
			Comunidades / cidadãos / moradores (urbanos) / sociedade / população / municípios
		Venham visitar o NVC de São João da Barra para saber mais a respeito.	Participação da população ou social / iniciativa popular / controle social Núcleo de Vigília Cidadã (NVC)

ANEXOS

Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 02



Royalties e saneamento em Cabo Frio

Coleta e tratamento de esgoto são temas recorrentes em Cabo Frio quando a população busca debater a aplicação das receitas petrolíferas municipais. O saneamento básico é uma das áreas para a aplicação dos royalties definidas pela legislação desde a década de 1980 (Lei 7.525, de 1986), mas em Cabo Frio o serviço é concedido à iniciativa privada. Ou seja, os investimentos são obrigação da empresa concessionária.



Saneamento: tema central para o NVC de Cabo Frio

Segundo o contrato de concessão, firmado em 1998 entre o governo do estado, as prefeituras de Cabo Frio e de outros municípios da Região dos Lagos e a Prolagos S.A., a empresa assumiu o serviço de saneamento básico de Cabo Frio por 25 anos, prazo depois estendido até o ano 2041. De acordo com a versão original do contrato, a empresa concessionária se compromete a instalar redes separativas (específicas para a coleta de esgoto), com investimentos maciços nesse segmento a partir de 2008. No entanto, por meio de um acordo firmado em 2002, a empresa antecipou seus investimentos na área de esgoto e adotou o sistema de captação a tempo seco. Este sistema consiste em interceptar o esgoto lançado (até então clandestinamente) nas galerias de águas pluviais e tratá-lo antes que atinja o meio ambiente, em especial a Lagoa de Araruama. Esta mudança foi prevista no Termo de Ajustamento de Conduta 039/2003, firmado com o Ministério Público em 25 de março de 2003.

O acordo envolveu o chamado Poder Concedente (prefeituras da área de concessão e governo do Estado), o Consórcio Intermunicipal Lagos São João (que reúne diversas ONG's), a agência reguladora (Agensia) e o Ministério Público. O grande argumento a favor da medida foi apressar a redução de despejo de esgoto sem tratamento na Lagoa de Araruama, mas o sistema também recebe muitas críticas. Entre elas, o constante mau cheiro exalando dos bueiros e o não funcionamento quando chove muito ou por período prolongado. Nestes casos, as comportas são abertas, e o esgoto é lançado no ambiente junto com a água da chuva.

"O sistema de abertura das comportas é automatizado e só abre quando a água represada atinge um nível pré-estabelecido junto a autoridades, ONGs e órgãos ambientais", informa o site da concessionária.

Estando uma inquietação presente em amplos segmentos da sociedade local, o Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) de Cabo Frio está empen-



nhado em identificar se seria legalmente viável uma decisão política de investir parte dos royalties do município na implantação das redes separativas e de outras melhorias. A aplicação dos royalties no saneamento é amplamente amparada por lei, mas a questão é que no município o serviço é concedido à iniciativa privada. Em diversas reuniões ordinárias, os participantes do NVC local dialogaram sobre o assunto e inclusive decidiram escolher este tema para a mesa-redonda a ser realizada no próximo dia 08 de junho. A realização de uma mesa-redonda em cada município abrangido pelo projeto é uma das metas do PEA Territórios do Petróleo – uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal conduzido pelo Ibama à Petrobrás e executada pela equipe técnica e por professores pesquisadores e técnicos do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

O Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) de Cabo Frio se reúne na Rua Nilo Peçanha, 73 – Loja TI – Centro. Para conhecer o trabalho do Núcleo, basta comparecer à sede ou agendar uma visita pelo telefone (22) 99951-5304.



NVC de Cabo Frio: foco no controle e participação social

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobrás.

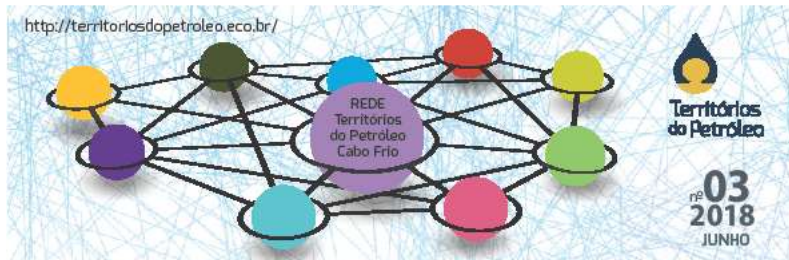
Endereço: Rua Nilo Peçanha, 73 – Loja TI – Centro – Cabo Frio/RJ (22) 99951-5304

www.territoriosdopetroleo.eco.br



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA

Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 03



Controle dos royalties passa pela Câmara Municipal

Conheça os canais de participação da sociedade e dos cidadãos no Legislativo

Pensou em controle social dos royalties, falou em Câmara Municipal, que tem a função de legislar e fiscalizar as leis sobre matérias de competência exclusiva do município. Embora as prefeituras tenham seus próprios sistemas internos de controle, a fiscalização externa cabe ao Poder Legislativo, ou seja, aos vereadores, como determina o artigo 31 da Constituição Federal.

Controle Interno: realizado pelos próprios órgãos do Estado, quando a própria Administração Pública exerce controle mediante seus órgãos, aferindo seus próprios atos e agentes.

Controle externo: realizado pelo Poder Legislativo, que é auxiliado pelas Cortes de Contas. Nos âmbitos municipal e estadual, na maioria dos casos, o auxílio é dado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Fonte: Art 74 e 71 da Constituição Federal de 1988

Em Cabo Frio, as sessões ordinárias da Câmara acontecem às terças e quintas-feiras, a partir das 18h30. Para saber o que os 17 representantes da população estão decidindo, pode-se conferir a pauta pela Internet (<http://cabofrio.rj.leg.br/>) e comparecer às sessões que tratem de assuntos, de acordo com o grau de importância para cada cidadão. Se não der para estar presente, é possível acompanhar as sessões ao vivo pelo site ou por um canal local de televisão.

Atribuições – De acordo com a Constituição de 1988, não apenas o país e os estados, mas também os municípios têm direito a se autogovernar, ou seja, a tomar suas próprias decisões em várias áreas. Respeitadas as leis gerais e o que é próprio da sua atribuição, o que o município decidir está decidido.

E o que é da competência dos municípios? Segundo o artigo 30 da Constituição, ficam a cargo do município assuntos que tocam os cidadãos muito de perto, como o valor e a aplicação do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o transporte coletivo, as formas de uso do solo urbano, a educação infantil e o ensino fundamental, entre outros.

A legislação prevê vários mecanismos de participação da população nas decisões, mas estes mecanismos nem sempre são acionados. Por exemplo, a Lei Orgânica Municipal (LOM) de Cabo Frio (uma espécie de "Constituição municipal") prevê a Iniciativa popular de projetos de lei. Trata-se de um mecanismo previsto na própria Constituição Federal. Para isso, é preciso que a proposta seja assinada por pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado interessado, como estabelece o Artigo 39 da Lei Orgânica. De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referentes a 2018, Cabo Frio tem 151.452 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois) eleitores. Com isso, um projeto de lei de iniciativa popular precisa reunir pelo menos 7.573 (sete mil, quinhentas e setenta e três) assinaturas. Também é possível convocar sessão extraordinária da Câmara Municipal por iniciativa popular.



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

REDE
Territórios
do Petróleo
Cabo Frio

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

nº 03
2018
JUNHO

Outro mecanismo previsto na Lei Orgânica (e regulamentado pela Resolução nº 442, de 07/11/1995) é o uso da palavra na Tribuna da Câmara por entidades civis de qualquer natureza, juridicamente reconhecidas. Basta que solicitem por ofício à Presidência da Casa.

Todas as decisões sobre a aplicação das rendas petrolíferas e de outras receitas municipais passam necessariamente por algum grau de aprovação do Legislativo. É a Câmara Municipal quem avalia e aprova, com ou sem emendas, as leis referentes ao orçamento público em suas diferentes etapas – desde o Plano Plurianual, que é um planejamento para quatro anos, até a Lei Orçamentária Anual (LOA). Você acompanha o posicionamento de cada vereador do seu município?

Decidir e fiscalizar: papéis dos vereadores

Além de decidir sobre a aplicação do recurso público, a Câmara Municipal é um órgão vital para a fiscalização dos atos da Prefeitura de qualquer município. Por exemplo, é a Câmara que julga todos os anos a prestação de contas efetuada pelo prefeito, levando em conta o parecer do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os vereadores podem, inclusive, tomar decisão contrária ao parecer do TCE, desde que haja maioria de dois terços de votos nesse sentido. É o que prevê a Lei Orgânica Municipal (LOM) de Cabo Frio.

Também cabe à Câmara Municipal, segundo a Lei Orgânica, convocar secretários e diretores de órgãos da administração municipal para prestarem informações pessoalmente sobre matéria previamente determinada e que seja de sua responsabilidade. É responsabilidade do Legislativo municipal a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município.

Além de tudo isso, a Lei Orgânica confere ao cidadão um papel preponderante no controle sobre o Executivo. Segundo o Artigo 72, § 2º, da Lei Orgânica, "o controle externo será exercido pelos cidadãos, individual ou coletivamente, e pela Câmara Municipal". Qualquer semelhança com a atuação dos Núcleos de Vigilância Cidadã (NVC) em favor do controle social sobre as rendas petrolíferas não é simples coincidência.

Câmara Municipal de Cabo Frio:

Endereço: Avenida da Assunção nº 760 - Centro

Telefone: (22) 2640-0700 / (22) 2647-3636

Site: <http://cabofrio.rj.leg.br/>



A tribuna da Câmara de Vereadores pode ser ocupada por representantes do Executivo e do Legislativo, bem como por entidades civis, a partir de solicitação por ofício à presidência da casa.

Créditos: Câmara de Vereadores - Cabo Frio (RJ)



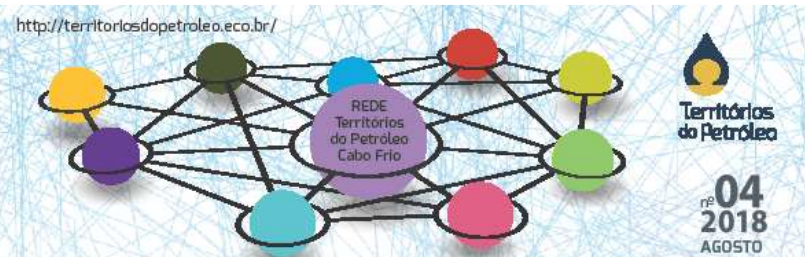
As sessões ordinárias da Câmara de Vereadores acontecem às terças e quintas-feiras, a partir das 18h30. É importante que o cidadão compareça às sessões da câmara.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua Nilo Peçanha, 73 - Loja 11 - Centro - Cabo Frio/RJ - (22) 99951-5304

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 04



Investir no jovem é cuidar das gerações futuras

Falar em *royalties* é abordar a Justiça Intergeracional, e pensar as futuras gerações também é cuidar do jovem de hoje. Aprovado em 2013, o Estatuto da Juventude prevê direitos especiais para a população na faixa dos 15 aos 29 anos. Em Cabo Frio, quem integra esse grupo e tem baixa renda pode se cadastrar no programa "Identidade Jovem", do governo federal com apoio da Prefeitura, e ter acesso a uma série de benefícios.

O Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) determina quais são os direitos garantidos aos jovens pelo Estado brasileiro, Independentemente de quem esteja à frente da gestão pública no país. Até chegar a ser aprovado, houve um período de dez anos de muita mobilização social para que essa lei fosse votada. Atualmente, cerca de 51 milhões de brasileiros se encontram na faixa dos 15 aos 29 anos de idade, de acordo com o Censo do IBGE 2010.

Existem 11 direitos previstos no Estatuto: direito à diversidade e à igualdade; ao desporto e ao lazer; à comunicação e à liberdade de expressão; à cultura; ao território e à mobilidade; à segurança pública e ao acesso à Justiça; à cidadania, participação social e política e representação juvenil; à profissionalização, trabalho e renda; à saúde; à educação; à sustentabilidade e ao meio ambiente.

O Estatuto ainda demanda a criação do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) que deve organizar, em todo o país e de maneira participativa, o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de Juventude. Em âmbito nacional, o Sinajuve foi regulamentado pelo Decreto 9.306, de 15/03/18.

Benefícios diretos:

No Estatuto estão previstos dois benefícios diretos: 1º: descontos e gratuidades em transporte intermunicipal para jovens de baixa renda; 2º: meia-entrada em eventos culturais e esportivos. Esses benefícios foram garantidos por meio da criação do Programa ID Jovem, lançado em dezembro de 2016 pelo governo federal.

Como funciona em Cabo Frio?

Quem mora em Cabo Frio, tem idade entre 15 e 29 anos e é de baixa renda já pode se cadastrar para ter acesso ao "Identidade Jovem", ou mais conhecido como ID Jovem. O programa é uma iniciativa do Governo Federal, desenvolvido pela Secretaria Nacional da Juventude, e em Cabo Frio conta com apoio da Prefeitura por meio da Superintendência Municipal da Juventude.



REDE Territórios do Petróleo Cabo Frio

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

04 2018 AGOSTO

Como acessar esse benefício?

O cadastro deve ser feito pelo site da Caixa Econômica Federal (<http://www.caixa.gov.br>) ou pelo aplicativo do programa (ID Jovem), que pode ser baixado nos smartphones. Para conseguir o documento, o Interessado precisa comprovar renda familiar mensal de até dois salários mínimos e ser Inscrito no Cadastro Único do Governo Federal (que é um sistema que controla o cadastro dos dados de cidadãos de baixa renda no Brasil), com informações atualizadas há pelo menos 24 meses. A validade do documento é de 180 dias, e após esse período é necessário revalidar pelo aplicativo ou pelo site da Caixa Econômica Federal.

Quem ainda não tem inscrição no Cadastro Único deve se dirigir até o Cras mais próximo de sua residência levando os documentos pessoais de titular e dos familiares dependentes. Através da análise dos dados do sistema, o Governo Federal poderá identificar quais são as famílias que têm direito a benefícios sociais como Bolsa Família, Salário Família e agora o Identidade Jovem.

Gráfico 1: População residente, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010



Fonte: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>.

Fontes consultadas
<http://cabofrio.rj.gov.br/noticia/identidade-jovem-ja-esta-disponivel-em-cabo-frio>
<http://juventude.gov.br/estatuto/#.W8nYP3tKtU>

Com a palavra, uma jovem do NVC

Thainara Rodrigues, 18 anos, é estudante universitária e mora no bairro Jardim Esperança. Participa do PEA Territórios do Petróleo (desde 2015) e do PEA Rede de Estudos para o Meio Ambiente (Rema). Acompanha as reuniões do Conselho da Juventude, da Mobilidade Urbana e da Cultura de Cabo Frio.

1 - O que o projeto Territórios do Petróleo representa para você?

R.: O projeto Territórios do Petróleo representa controle. Controle sobre nossa fala, sobre nossas experiências mais para frente e também representa luta. Que tipo de luta representa? O tipo de luta quando falamos para você que você não vai conseguir, que não vai dar em nada. É uma luta que te faz acreditar e que mostra que você pode fazer algo. Que dá para ver os orçamentos, se preparar e fazer o controle social.

2 - O que o projeto trouxe de mudança na sua vida e no seu município?

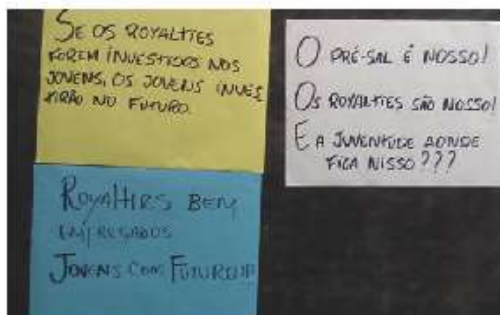
R.: Para mim, ensinou o autocontrole, a noção de responsabilidade e como se portar responsabilmente nos lugares. Quando eu cheguei ao NVC, não sabia o que era royalties. Eu aprendi e agora eu sempre tento passar esse conhecimento. Além de aprender, eu passo para os outros. É uma troca e eu adoro essa troca. Muitos ouvem falar sobre royalties, mas não sabem o que é. Mesmo pessoas da minha idade não sabem, e pessoas mais velhas até sabem, mas não sabem onde é aplicado.

3 - Qual sua opinião sobre a questão dos direitos?

R.: O Direito da Juventude é um tema muito amplo, esse é um tema que veio para causar (sic). Porém, temos de entender que temos direitos e deveres. Por exemplo, a meia-entrada é um direito, mas temos o dever de saber. Porque nem todo mundo "tá" (sic) politizado: sabe o direito, mas não o dever. Direito da Juventude não é só bater o pé e falar "esse é meu direito!". É também estudar para ver o porquê daquele direito, analisá-lo e ver quais são seus deveres. O direito da Juventude deveria se ampliar mais, porque as pessoas não respeitam nosso direito, não respeitam especialmente os direitos da Juventude negra, a Juventude LGBTQ.



Núcleo de Vigilância Cidadã de Cabo Frio.



Cartazes elaborados pelos integrantes do Núcleo de Vigilância Cidadã para o boletim Rede Territórios do Petróleo.

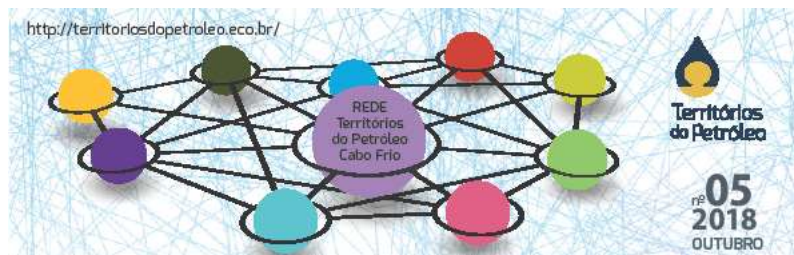
O boletim Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras

Endereço: Rua Nilo Peçanha, 73 - Loja 11 - Centro.

(22) 99951-5304

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 05



Valorização da pesca artesanal e investimento de royalties

As discussões relacionadas às influências das atividades de petróleo sobre a pesca do litoral Norte do Rio de Janeiro, principalmente nos municípios que compõem a Baía de Campos, ganharam destaque nas reuniões do Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) de Cabo Frio nos últimos meses. O município é tradicionalmente conhecido pelo turismo e pela pesca artesanal.

A relação conflituosa entre a Indústria do petróleo na Baía de Campos e a atividade pesqueira foi apontada no Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC, publicado em 2014, que indicou como um dos principais macroimpactos a ocupação do espaço marinho. Além desse problema, o documento registra a discussão provocada pelos pescadores sobre a falta de apoio e fomento às atividades pesqueiras.

Toda essa situação apresentada no Diagnóstico Participativo ainda hoje é percebida pelo Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC). Para os participantes do Núcleo de Cabo Frio, a pesca artesanal ainda é muito importante para o município. Mas essa atividade passou a ser muito desvalorizada. Para muitos jovens do município, essa não é uma profissão desejada. Durante os encontros no NVC, vários participantes disseram que se fossem filhos de pescadores ou até mesmo pescadores não incentivariam a continuidade da profissão por não estar mais gerando tanta renda.

Segundo o NVC, os royalties deveriam ser destinados ao fortalecimento desse setor, revitalizando a pesca artesanal no município — atividade que é tão importante e que ainda constitui a principal fonte de renda de muitas famílias. Segundo dados do censo realizado em 2016 pelo Projeto de Educação Ambiental Pescarte, também vinculado ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás conduzido pelo IBAMA, existem 665 pescadores artesanais em Cabo Frio. Quanto às pessoas que possuem ligação direta e indireta com a pesca, chegam a 1.738.

O que é a pesca artesanal

Entende-se por pescador artesanal, segundo o Decreto 3.048/1999, aquele que, individualmente ou em regime familiar, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, desde que não utilize embarcações ou utilize apenas embarcação de pequeno porte. Segundo a Lei 11.959/2009, considera-se embarcação de pequeno porte aquela que possui arqueação bruta (AB) igual ou menor que 20.

Considera-se ainda semelhante ao pescador artesanal — conforme o Decreto 3.048/1999 — aquele que realiza atividade de apoio à pesca artesanal, exercendo trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, bem como fazendo reparos em embarcações de pequeno porte, preparando iscas e processando o produto da pesca artesanal.



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA

REDE
Territórios
do Petróleo
Cabo Frio

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

05
n.º
2018
OUTUBRO

Você sabia?

Segundo dados da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiper), os principais portos pesqueiros fluminenses são Niterói, São Gonçalo, Angra dos Reis e Cabo Frio.

Cabo Frio tem uma Colônia de Pescadores que representa a classe. A Colônia de Pesca Z-4 fica na Rua Major Belegard s/nº São Bento – Centro - Telefone: (22) 2647-6779

Com a palavra, o pescador!



O integrante do NVC Cabo Frio Altair José de Oliveira (à direita) entrevista o pescador aposentado Eli da Costa Cardoso.

Confira a entrevista com Eli da Costa Cardoso, 70 anos, pescador aposentado de camarão. Morador do bairro Praia do Siqueira, Eli conta ao Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio a contribuição que o Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) dá à sua percepção enquanto cidadão:

Rede Territórios do Petróleo: Qual a sua opinião sobre o tema desse boletim — valorização da pesca artesanal e investimentos de royalties?

Eli da Costa Cardoso: O tema eleva a voz do pescador, seus anseios, suas preocupações, como uma forma de ser visto pelos órgãos competentes e pela sociedade em geral. A luta de toda a comunidade pesqueira há alguns anos é pela despoluição da Lagoa de Araruama e eu, que sou nascido e criado às margens dessa lagoa, sonho com essa realização. Hoje tenho 70 anos e me entristeço com o que está enterrado no fundo dessa lagoa. São detritos e mais detritos e isso nos causa dor. Me recordo ainda de uma lagoa com águas cristalinas e cardumes passando por baixo das embarcações, vistos facilmente. Hoje, devido à poluição, os peixes sumiram, mas temos esse sonho de que a lagoa será despoluída. Sabemos que a pesca artesanal na Lagoa de Araruama é o segundo empregador desse município e por essa razão essa despoluição é importantíssima.

REDE
Territórios
do Petróleo
Cabo Frio

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

05
nº
2018
OUTUBRO

Rede Territórios do Petróleo: O que o projeto Territórios do Petróleo representa para você?

Eli da Costa Cardoso: O projeto acrescentou muito na minha vida, pois ao ingressar no projeto conheci a história dos outros integrantes e pude ter uma referência de fonte de informação sobre os temas abordados. Eu gostaria que a minha comunidade e os moradores conhecessem o Territórios do Petróleo, para que pudessem esclarecer as suas dúvidas.

Rede Territórios do Petróleo: O que o projeto trouxe de mudança na sua vida e no seu município?

Eli da Costa Cardoso: Muito aprendizado durante as atividades do projeto, incentivando a participar de outros espaços públicos de discussão.



A pesca artesanal ainda é fonte de renda importante em Cabo Frio.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua Nilo Peçanha, 73 - Loja 11 - Centro - Cabo Frio/RJ
(22) 99951-5304

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 06



Campo de Mero: os primeiros royalties do regime de partilha

Depois de um ano sendo retidos no Tesouro Nacional, foram repassados pela primeira vez em 27/11/18 os royalties gerados pelo campo de Mero, confrontante com Arraial do Cabo, Araruama e Saquarema. Trata-se do primeiro campo a produzir sob o regime de partilha, implantado pela Lei 12.351/2010. Por este regime, obrigatório para novos contratos no pré-sal ou em outras áreas consideradas estratégicas, a produção é partilhada entre a empresa ou consórcio e o poder público.

No que se refere às rendas petrolíferas geradas, há três detalhes importantes:

- (a) o percentual de royalties é de 15% sobre o valor da produção, e não de 10%;
- (b) não há participações especiais; e
- (c) toda a receita tem que ser aplicada exclusivamente em educação e saúde.

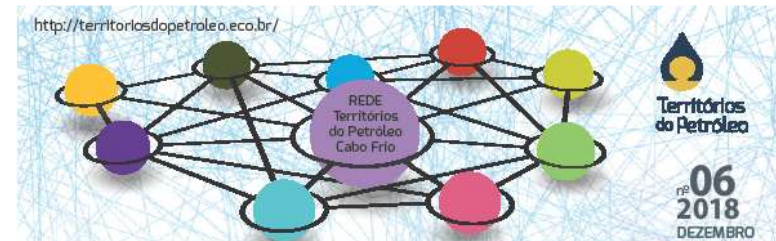
No repasse acumulado, referente à produção de outubro de 2017 a setembro de 2018, Arraial do Cabo recebeu R\$ 16,4 milhões. Na parcela até 5% (repartida entre municípios produtores, cortados por dutos e limítrofes), foram R\$ 672,9 mil. Na parcela acima de 5%, que concentra o repasse nos municípios confrontantes com o campo, foram R\$ 15,8 milhões.

De acordo com a Lei 12.858/2013, 75% do valor recebido (R\$ 12,3 milhões) tem que ser aplicado na área da educação, prioritariamente na educação básica. Os outros 25% (R\$ 4,1 milhões) têm que ser aplicados na saúde. A regra vale para qualquer renda de royalties ou participações especiais resultante de campo marítimo cujo contrato tenha sido assinado após 03/12/12 – não importa o regime (partilha, concessão ou cessão onerosa) ou ainda o perfil da produção (pré-sal ou pós-sal).

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) é a responsável pelo cálculo dos valores a serem repassados aos beneficiários. Por conta da indefinição jurídica envolvendo o rateio das verbas, em função da contestação – junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) – das regras previstas pela Lei 12.734/2012, os valores pagos pelo consórcio estavam sendo retidos no Tesouro Nacional. Em 27/07/18, a ANP decidiu municipalizar o Tesouro dos dados para a distribuição, que só foi consumada em 27/11/18.

Como se informar - Na edição 03 (junho 2018), o boletim Rede Territórios do Petróleo – Arraial do Cabo publicou a relação dos campos confrontantes com Arraial do Cabo: Atlanta, Espadarte, Peregrino, Tartaruga Verde e Tubarão Azul. O campo de Mero, também confrontante, já produzia, mas não havia informações a respeito de suas confrontações.

Mesmo agora as planilhas de confrontação publicadas mensalmente pela ANP não trazem, sobre o campo de Mero, as informações habituais de confrontação, produção e royalties gerados. Os dados sobre Mero estão em relatórios específicos publicados no tópico Relatório de royalties de partilha.



Rendas petrolíferas de Cabo Frio em 2018

De janeiro a dezembro de 2018, Cabo Frio recebeu aproximadamente R\$ 190 milhões em repasses de rendas petrolíferas. Foram R\$ 152 milhões de royalties e R\$ 38 milhões de participações especiais. Em linhas gerais, os valores repassados foram crescendo ao longo do ano, como se pode ver nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Repasses mensais de royalties a Cabo Frio ao longo de 2018

Mês	Valor (R\$)
Janeiro	10.785.711,73
Fevereiro	10.921.741,48
Março	11.444.266,52
Abril	9.566.554,24
Maior	9.984.141,89
Junho	11.440.112,65
Julho	14.004.744,24
Agosto	13.938.766,87
Setembro	14.828.288,69
Outubro	14.154.535,43
Novembro	16.229.654,47
Dezembro	15.458.884,69
Total	152.757.402,90

Fonte: ANP.

Tabela 2: Repasses trimestrais de participações especiais a Cabo Frio ao longo de 2018

Fevereiro	7.232.439,68
Maior	8.051.984,58
Agosto	10.760.435,95
Novembro	11.970.979,18
Total	38.015.839,39

Fonte: ANP.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os royalties são uma compensação financeira devida pelas empresas de exploração e produção de petróleo ou gás



REDE
Territórios
do Petróleo
Cabo Frio

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

nº
06
2018
DEZEMBRO

natural e são pagos mensalmente, tendo por base um percentual sobre o valor total da produção. Já a participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração de petróleo e gás natural apenas nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, sendo paga a cada três meses. Diferentemente dos *royalties*, a participação especial é calculada sobre a receita líquida da produção, ou seja, sobre o valor total menos os investimentos na exploração, os custos operacionais, as depreciações, os *royalties* pagos e os tributos diretamente relacionados às operações do campo.

Cabo Frio está localizado na porção sul da Bacia de Campos, que se estende das imediações de Vitória (ES) até Arraial do Cabo (RJ), abrangendo 11 municípios do litoral fluminense: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Dentre estes, apenas São Francisco de Itabapoana não é confrontante com campos ou poços de petróleo, ou seja, não é considerado produtor.

No caso de Cabo Frio, as receitas de *royalties* vêm de duas fontes: a produção total do estado (parcela até 5%) e a produção dos campos confrontantes com o município (parcela excedente a 5%), que são 22: Bajejo, Barracuda, Blicudo, Blijupirá, Bonito, Caratinga, Congro, Corvina, Enchova, Enchova Oeste, Espadarte, Linguado, Malhado, Marimbá, Marlim Sul, Pampo, Papa-Terra, Peregrino, Piraúna, Salema, Tartaruga Verde e Trilha. A tabela 3 mostra a contribuição de cada parcela (até 5% e excedente a 5%) para o total de *royalties* no último repasse mensal.

Tabela 3: Repasse de *royalties* a Cabo Frio segundo parcelas até 5% e excedente a 5% em dezembro de 2018

Parcela até 5% (R\$)	Parcela excedente a 5% (R\$)	Total (R\$)
6.962.755,58	8.496.129,11	15.458.884,69

Fonte: ANP.

SAIBA MAIS

Para conhecer o significado das parcelas de *royalties* até 5% e acima de 5%, consulte a [edição 02 do boletim Rede Territórios do Petróleo](#) produzida pelo Núcleo de Vigilância Cidadã de Arraial do Cabo.

Já as participações especiais provêm somente de campos confrontantes com Cabo Frio e que apresentem produção ou rentabilidade extraordinárias. No repasse mais recente, ocorrido em novembro de 2018, o montante foi gerado por três campos que tiveram produção ou rentabilidade extraordinária: Barracuda, Marlim Sul e Peregrino. É o que mostra a tabela 4.

REDE
Territórios
do Petróleo
Cabo Frio

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

nº
06
2018
DEZEMBRO

Tabela 4: Origem das participações especiais repassadas a Cabo Frio em novembro de 2018, referente à produção do 3º trimestre do ano

Campo	Valor de participação especial para Cabo Frio (R\$)
Barracuda	465.514,02
Marlim Sul	9.692.793,73
Peregrino	1.812.671,44
Total (R\$)	11.970.979,18

Fonte: Equipe de pesquisa do projeto Territórios do Petróleo (Gustavo Smiderle / Kella de Almeida Ribeiro), com base em dados da ANP.

Se quiser saber mais informações sobre esse assunto, venha nos visitar!

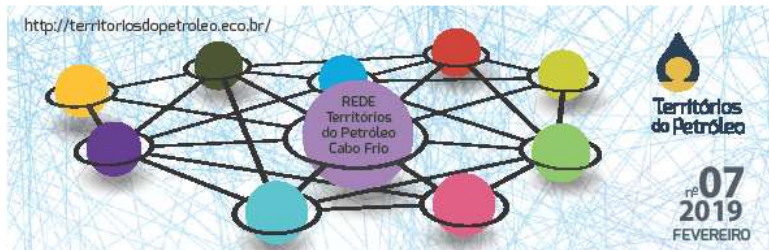
O boletim Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua Nilo Peçanha, 73 – Loja 11 – Centro, Cabo Frio - RJ.

(22) 99951-5304

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 07



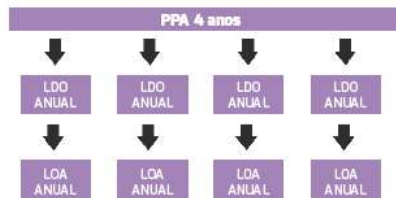
Como funciona o Orçamento Municipal de Cabo Frio

O sistema orçamentário brasileiro é composto pelas seguintes leis: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA é uma lei de médio prazo, que contém as diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos. No âmbito municipal, sua elaboração ocorre no primeiro ano de mandato de um prefeito, e a vigência se estende até o primeiro ano da gestão seguinte. É a partir desse documento que se elabora, todos os anos, a LDO e a LOA. É por meio desse sistema que se decide a aplicação das rendas petrolíferas municipais.

Adequando o que está previsto no PPA para as necessidades que vão se apresentando a cada ano de governo, a LDO tem por finalidade definir metas e prioridades da administração pública para o ano seguinte. Essa lei orienta a elaboração da LOA, que é o orçamento propriamente dito.

Já a LOA contém uma previsão do dinheiro que o governo pretende arrecadar e o planejamento do gasto desses recursos durante o ano fiscal. Ela é composta por Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social, Orçamento de Investimento.

Processo orçamentário Instrumentos legais



Processo orçamentário - Instrumentos legais.

REDE Territórios do Petróleo Cabo Frio

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

nº 07 2019 FEVEREIRO

LOA

Orçamento Fiscal | Orçamento da Seguridade Social | Orçamento de Investimento

Lei Orçamentária Anual.

Veja no quadro a seguir um breve resumo sobre cada um desses orçamentos:

O que é Orçamento Fiscal?

É o principal dos três orçamentos, por sua abrangência e dimensão. Refere-se aos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário, quando houver — no âmbito municipal, só há os dois primeiros).

O que é Orçamento da Seguridade Social?

Abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados (saúde, previdência social e assistência social) da administração direta e indireta, bem como fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

O que é Orçamento de Investimento?

Orçamento das empresas públicas ou que tenham o poder público como o maior acionista.

Essas leis são propostas pelo Poder Executivo. No caso dos municípios, é o prefeito que encaminha para aprovação do Poder Legislativo, composto pelos vereadores. Esses podem propor alterações nas leis, por meio de emendas. Mas essas emendas devem estar compatíveis com a legislação base. Por exemplo: para a LDO, devem estar de acordo com o PPA; para a LOA, devem estar compatíveis com a LDO e o PPA.

Há prazos para o envio desses projetos de leis do Executivo para o Legislativo. A Constituição Federal traz esses prazos, mas também dá flexibilidade para que os municípios possam criar seus próprios prazos dentro da Lei Orgânica Municipal (LOM). Em Cabo Frio, a Lei Orgânica determina que o chefe do Poder Executivo encaminhe até o dia 30 de abril do primeiro ano de seu mandato o projeto de lei do PPA ao Poder Legislativo, que o devolverá até o dia 20 de junho para sanção (aprovação) do prefeito. O projeto da LDO deve ser enviado ao Legislativo até 30 de abril do ano fiscal, e retornará para a sanção do prefeito até 20 de junho. Já a LOA tem prazo até 30 de setembro para ser encaminhada à Câmara Municipal. Durante a tramitação desses documentos no Legislativo, a população pode participar indicando aos vereadores ações a serem executadas.



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Na tabela 1 está um resumo dos prazos de tramitação dessas leis:

Tabela 1: Prazos para tramitação das leis do ciclo orçamentário, considerando o período 2018-2021

Encaminhamento ao Legislativo		Devolução para sanção do Poder Executivo	Vigência
PPA	Até 30 de abril de 2017	Até 20 de junho de 2017	2018 a 2021
LDO (Anual)	Até 30 de abril	Até 20 de junho	Ano seguinte ao do envio do projeto
LOA (Anual)	Até 30 de setembro	Até a sessão de encerramento do ano ou até que todas as discussões nas comissões legislativas estejam encerradas.	Ano seguinte ao do envio do projeto

Esses assuntos podem parecer fora da realidade de boa parte dos cidadãos, mas também cabe a nós o dever de fiscalizar tanto a tramitação desses documentos quanto a execução. Ainda tem dúvidas sobre o funcionamento desse processo? Acompanhe as edições do boletim digital Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio e acesse estes links para mais informações.

Portal da transparência de Cabo Frio
<http://cabofrio.rj.gov.br/transparencia/>

Câmara Municipal de Cabo Frio
<http://www.cabofrio.rj.leg.br/>

Prefeitura de Cabo Frio
<http://cabofrio.rj.gov.br/>

Vídeo explicativo sobre as leis orçamentárias
https://www.youtube.com/watch?v=_rJJ6rGFB-w



Sistema Orçamentário do município de Cabo Frio-RJ.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua Nilo Peçanha, 73 - Loja 11 - Centro - Cabo Frio/RJ
(22) 99951-5304

www.territoriosdopetroleo.eco.br

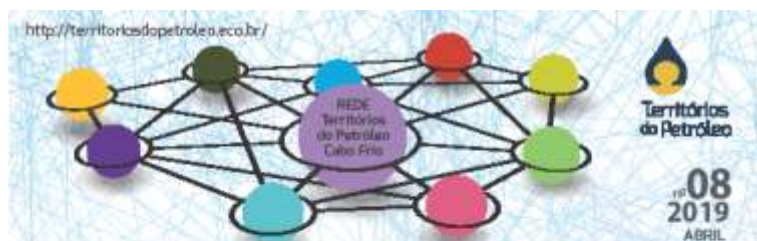
Fontes consultadas:

<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/entenda/cartilha/cartilha.pdf>

<https://www.escolavirtual.gov.br/>

<http://cabofrio.rj.gov.br/legislacao/lei-organica-municipal-cabo-frio/>

Boletim analisado de Cabo Frio edição n.º 08

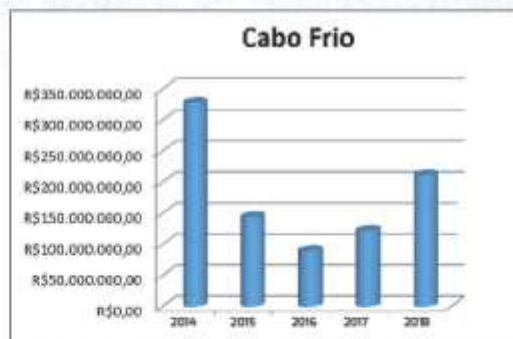


Impacto dos royalties em Cabo Frio

Cabo Frio é um dos municípios da Bacia de Campos considerado produtor de petróleo e gás natural. Como publicado na edição 05, alguns campos geram grande receita mensal de royalties para o cofre municipal.

Veja abaixo, no gráfico e na tabela, os valores recebidos do período de 2014 a 2018:

Gráfico 1: Royalties e participações especiais repassados a Cabo Frio (R\$) de 2014 a 2018, em valores nominais



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

REDE
Territórios
do Petróleo
Cabo Frio

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

08
2019
ABRIL

Tabela 1: Royalties e participações especiais repassados a Cabo Frio de 2014 a 2018, em reais (R\$), valores nominais.

2014	2015	2016	2017	2018
327.547.737,11	144.343.688,29	89.474.178,84	122.487.077,34	211.961.256,18

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Como registrado na edição 05, os royalties são uma compensação financeira, prevista em lei, que as empresas licenciadas para explorar e produzir minérios pagam ao Estado brasileiro. Parte desses recursos é repassada às prefeituras. São, a princípio, tidos como um impacto positivo por dotar os orçamentos públicos de recursos passíveis de serem destinados ao enfrentamento de problemas gerados pela indústria e ao desenvolvimento dos municípios. Entretanto, os royalties constituem um impacto negativo às comunidades quando sua destinação é feita de forma incorreta.

Ocupação e uso do solo - Cabo Frio é um destino turístico muito procurado, por possuir praias paradisíacas e também pela sua importância histórica no contexto nacional. Além desse público flutuante, existem pessoas que vêm morar no município atraídas pela perspectiva de oportunidade de trabalho na indústria petrolífera. Tamolos, o segundo distrito de Cabo Frio, é um exemplo desse processo por sua proximidade com Macaé (RJ), que abriga as bases operacionais de exploração de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, gerando grande demanda de mão de obra.

Conforme o Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), cujo relatório final foi publicado em 2014, os municípios da região estão sujeitos a cinco macroimpactos da cadeia produtiva de petróleo e gás: ocupação do espaço marinho; dinâmica demográfica; ocupação e uso do solo; pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços; e royalties.

A ocupação e o uso do solo é um impacto vinculado ao crescimento populacional gerado pela indústria de petróleo e gás. Essas mudanças são sentidas por Altair José de Oliveira, membro do NVC de Cabo Frio e morador do bairro Centro Hípico, em Tamolos:

— Quem passa por Tamolos, da altura do trevo de Búzios até a ponte de Barra de São João, acha que é só naquela reta que existem pessoas morando. Não imagina que do lado contrário à praia existem muitos condomínios e ruas muito adentro.

Altair cita como exemplo o bairro de Florestinha, que até 2014 se resumia ao condomínio que tem o mesmo nome, situado

entre a rodovia Amaral Peixoto e a orla marítima. Apenas cinco anos depois, o outro lado da pista — que até então era ocupado por fazendas de criação de gado e plantações de coqueiro — abriga grande número de casas e loteamentos.

— Hoje em dia continua com a mesma infraestrutura. O transporte público é o mesmo de alguns anos atrás. Atualmente as pessoas dependem muito de transportes alternativos por não poderem contar com um transporte público de qualidade — ilustra Altair.

Curiosamente, parte do aumento populacional de Tamolos nesse período é vista como efeito da crise do petróleo em 2014/2015. Segundo Altair, houve grande fluxo de pessoas que moravam em Macaé ou Rio das Ostras e se mudaram para Tamolos para fugir dos aluguéis caros que pagavam. Imagens de satélite permitem visualizar a expansão urbana do local nos últimos anos.



Tamolos: crescimento populacional por influência da cadeia de petróleo e gás.

REDE
Territórios
do Petróleo
Cabo Frio

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

nº **08**
2019
ABRIL



Tamolos, segundo distrito de Cabo Frio (RJ), em 2008: áreas circuladas praticamente inabitadas. Fonte: Google Earth.



Tamolos, segundo distrito de Cabo Frio (RJ), em 2019: expansão nas áreas circuladas. Fonte: Google Earth.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Cabo Frio é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua Nilo Peçanha, 73 - Loja 11 - Centro - Cabo Frio/RJ
(22) 99951-5304

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de Macaé edição n.º 01



Os royalties e sua distribuição

Macaé, a antiga vila de pescadores localizada no Norte Fluminense, sempre foi conhecida como a "Princesinha do Atlântico", mas desde a década de 1990 a cidade vem sendo reconhecida por outro nome: a "Capital Nacional do Petróleo", tudo graças à exploração e à produção de petróleo que movimentam a economia do município. Abrigando o maior polo industrial de exploração e produção de petróleo e gás da Bacia de Campos, Macaé é um dos municípios que mais recebem royalties e participações especiais no estado do Rio de Janeiro. Mas você sabe o que são royalties e por que o município recebe?



Você sabia?

A Bacia de Campos é a principal bacia sedimentar já explorada na costa brasileira, que há bem pouco tempo respondia pela maior parte da produção de petróleo no Brasil. Esta tem mais de 100 mil quilômetros quadrados, abrangendo os municípios costeiros desde Vitória (ES) até Arraial do Cabo (RJ). No litoral do estado do Rio, dez municípios desta Bacia são confrontantes com campos ou poços de petróleo, ou seja, têm produção em seu litoral: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra.

<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/bacias/bacia-de-campos.htm>
http://www.anp.gov.br/images/Royalties-e-outras-participacoes/Royalties/Marco_2018/Confrontacao_Marco_18.xlsx

Segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os royalties são uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: é uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos, que não são renováveis. Já a participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelas empresas de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade.

Agora que sabemos o que são royalties e participações especiais, vamos entender melhor como acontece a distribuição desses recursos?



A realização do Projeto Territórios do Petróleo é uma iniciativa de mitigação originada pelo licenciamento ambiental federal, coordenada pelo IMA/IMA.

REDE
Territórios do Petróleo
Macaé

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras

01
2018
fevereiro

Royalties e sua distribuição

Na Bacia de Campos, o percentual que as empresas devem pagar de royalties é de 10% para praticamente todos os campos petrolíferos. Mas existe uma divisão de distribuição, de acordo com as legislações de exploração e produção de petróleo. Vamos entender um pouco melhor essa história.

Quando começou a exploração de petróleo no Brasil, os royalties eram pagos somente quando a extração ocorria em solo terrestre, mas em 1985 a Lei 7.453/85 estendeu o pagamento de royalties para quem produz também no mar. Até então, o percentual era de 5% sobre o valor da produção. Por exemplo, se a produção valesse R\$ 200 milhões, os royalties seriam de R\$ 10 milhões. Em 1989, a Lei 7.990/89 estabeleceu os critérios para União repassar os valores, de acordo com o quadro abaixo:

Como esses 5% (R\$ 10 milhões, no nosso exemplo) são distribuídos?

30% (R\$ 3 milhões) para os estados em cujo litoral ocorre a produção;

30% (R\$ 3 milhões) aos municípios produtores do estado e suas áreas geoeconômicas (vizinhos ou que sofram as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração)

10% (R\$ 1 milhão) aos municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque;

20% (R\$ 2 milhões) ao Ministério da Marinha;

10% (R\$ 1 milhão) para um fundo especial a ser distribuído entre todos os estados e municípios do país.

Em 1997, uma nova lei entrou em vigor (Lei 9.478/97) mudando algumas coisas na indústria do petróleo, incluindo a distribuição dos royalties. Esta lei aumentou a porcentagem de royalties que a empresa deve pagar sobre a produção para até 10%. Usando o mesmo exemplo, se o valor da produção fosse R\$ 200 milhões, os royalties passariam de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões. Esta nova legislação aumentou as receitas de royalties para os municípios chamados de produtores de petróleo, pois foi feita uma nova forma de distribuição para estes novos 5%. A partir desse momento então os primeiros 5% continuam sendo distribuídos como a partir de 1989, e o restante — geralmente outros 5% — é dividido da seguinte forma:

REDE
Territórios
do Petróleo
Macaé

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras

nº 01
2018
fevereiro

Como os royalties acima de 5% (no nosso exemplo, outros R\$ 10 milhões) são distribuídos?

22,5% (R\$ 2,25 milhões) aos Estados produtores confrontantes;

22,5% (R\$ 2,25 milhões) aos municípios produtores confrontantes, sem nada para os vizinhos;

15% (R\$ 1,5 milhão) ao Ministério da Marinha;

7,5% (R\$ 750 mil) aos municípios afetados por operações de embarque e desembarque de petróleo e gás;

7,5% (R\$ 750 mil) para um fundo especial para distribuir a todos os estados e municípios do país;

25% (R\$ 2,5 milhões) ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Além de aumentar a porcentagem de royalties, foi esta lei que estabeleceu o pagamento das participações especiais por parte das empresas exploradoras. Desta forma aumentaram consideravelmente os valores recebidos pelos municípios da Bacia de Campos, já que esta Bacia era naquela época a maior responsável pela produção de petróleo no Brasil.

No ano de 2013 houve uma nova modificação na legislação: a lei 12.858/2013 estabelece que os royalties e participações especiais devem ser investidos obrigatoriamente em saúde e educação. Porém esta regra vale somente para campos petrolíferos cujos contratos foram feitos a partir de 03 de dezembro de 2012. Este é um caso que ainda não se aplica fortemente à Bacia de Campos, já que os contratos foram firmados antes desta data. Quando chegarem os royalties dos campos mais recentes, as prefeituras terão que aplicar 25% em saúde e 75% em educação.

Fique Ligado!

A Lei 12.734/2012 determinou a redistribuição dos royalties e participações especiais para todos os estados e municípios do país, mas o governo do estado do Rio de Janeiro entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal contestando a validade da lei. O Supremo ainda não julgou em definitivo, mas concedeu uma decisão provisória suspendendo a validade dos trechos da lei que tratam da divisão das receitas petrolíferas.

REDE
Territórios
do Petróleo
Macaé

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras

nº 01
2018
fevereiro

Macaé é uma cidade que concentra instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural e por isso recebe um grande volume de royalties dos primeiros 5%, mas não é só. Como também é um município produtor e que é afetado diretamente por operações de embarque e desembarque de petróleo e gás, a cidade também ganha com a taxa acima de 5%. Mas o que isso significa na prática? Como será que o município tem investido esses recursos? É isso que estamos tentando descobrir no Núcleo de Vigilância Cidadã de Macaé e planejamos abordar nas próximas edições do boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé



Você conhece o Núcleo de Vigilância Cidadã?

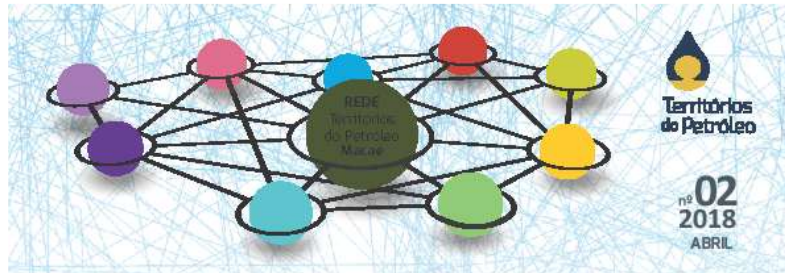
É um grupo que reúne cidadãos de Macaé, especialmente de comunidades mais impactadas pela cadeia do petróleo e gás, para debater e discutir de forma coletiva temas ligados aos royalties e às participações especiais, estando sempre alerta e vigilante, participando ativamente do esforço para o controle social dessas rendas petrolíferas.

Venha nos conhecer e se informar na sede do projeto Territórios do Petróleo: Rua Dr. João Cupertino, nº 321, Centro, Macaé (em frente à Praça Veríssimo de Melo).

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras

Endereço: Rua Dr. João Cupertino, 311 - Centro - CEP: 27913-050 - Macaé/RJ
(22) 3063-0884
<http://territoriosdopetroleo.eco.br>

Boletim analisado de Macaé edição n.º 02



Royalties e infraestrutura em Macaé



Vista aérea de Macaé
crédito da Imagem: Prefeitura de Macaé

Macaé, a Capital Nacional do Petróleo, tem sua trajetória de mudanças econômicas e crescimento populacional diretamente relacionada à Indústria do petróleo. A partir de 1997, quando houve a quebra do monopólio da Petrobras como única exploradora de petróleo no Brasil, a cidade viu o setor petrolífero aquecer e prosperar com a chegada de petroleiras estrangeiras. Com os grandes investimentos e empresas se instalando no município, a produção de petróleo aumentou, assim como os royalties e as participações especiais destinadas ao município, como vemos no quadro abaixo.



A realização do Projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, controlada pelo IBAMA.

REDE Territórios do Petróleo Macaé

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

nº 02 2018
ABRIL

TOTAL		2013	R\$ 466.531.575,52
2000	R\$ 67.461.252,65	2014	R\$ 491.526.473,38
2005	R\$ 264.821.319,92	2015	R\$ 348.671.477,28
2010	R\$ 356.017.093,59	2016	R\$ 293.495.326,33
2012	R\$ 476.924.994,43	2017	R\$ 394.501.266,54

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Por definição, os royalties são uma compensação devida à sociedade pela exploração de recursos que não são renováveis. Os números mostram que durante quase 15 anos essa remuneração cresceu em Macaé, assim como os impactos da indústria do petróleo e, apesar da crise no setor em 2015, Macaé teve uma recuperação da receita referente aos royalties, recebendo R\$394.501.266,54 no ano de 2017, valor muito superior ao do ano de 2016, quando o município recebeu R\$293.495.326,33.

VOCE SABIA?

A ANP lançou um aplicativo com informações de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo. Nele o usuário poderá acessar quanto seu município recebeu de royalties e/ou participações especiais em determinado período.

Além disso, a ferramenta disponibiliza todas as notícias publicadas no Portal da ANP e atualizações periódicas sobre a (E&P). O aplicativo está disponível para download gratuito para os sistemas Android e IOS.

REDE Territórios do Petróleo Macaé

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobrás.

nº 02 2018

ABRIL

Como vimos no primeiro boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé, grande parte das receitas petrolíferas do município vem da parcela conhecida como “royalties até 5%”, principalmente porque a cidade de Macaé concentra um grande número de instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural. Esses primeiros 5% estão previstos pela Lei 7.525/1986, que estipula que os estados e municípios devem aplicar os recursos exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico. A Lei 10.195/2001 incluiu uma cláusula permitindo que os royalties também sejam aplicados na capitalização de fundos de previdência bem como no pagamento de dívidas para com a União e suas entidades.

Macaé também recebe “royalties acima de 5%”, por ser um município produtor e diretamente afetado pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás, mas há uma grande diferença entre a divisão de valores dessa parcela e a parcela “até 5%”. Por estarem orientados por leis diferentes, os “royalties até 5%” e “royalties acima de 5%” têm regras de uso diferentes, como mostra o quadro abaixo:

	Royalties até 5%	Royalties acima de 5%	Participação especial
Contratos anteriores a 03/12/12	<p>Obrigatório: Energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, saneamento básico, irrigação, proteção ao meio ambiente (Lei 7.525/1986).</p> <p>Permitido: Capitalização de fundos de previdência (Lei 7.990/1989, art. 8º, § 2º).</p> <p>Não pode: Pagar dívidas (exceto com a União) ou pagar pessoal permanente (exceto professores em efetivo exercício na rede pública) (Lei 7.990/1989, art. 8º)</p>	<p>Há diferentes interpretações da legislação, mas o entendimento mais comum é:</p> <p>Pode: aplicações diversas (a Lei 9.478/1997 nada proíbe), exceto pagamento de dívidas e de pessoal permanente.</p> <p>Obs.: Permite-se pagar dívidas com a União e pagar salários de professores em efetivo exercício na rede pública. (Lei 12.858/2013)</p>	<p>Há diferentes interpretações da legislação, mas o entendimento mais comum é:</p> <p>Pode: aplicações diversas (a Lei 9.478/1997 nada proíbe), exceto pagamento de dívidas e de pessoal permanente.</p> <p>Obs.: Permite-se pagar dívidas com a União e pagar salários de professores em efetivo exercício na rede pública. (Lei 12.858/2013)</p>
Contratos posteriores a 03/12/12	<p>Obrigatório: 25% para saúde e 75% para educação (Lei 2.858/2013)</p>	<p>Obrigatório: 25% para saúde e 75% para educação</p>	<p>Obrigatório: 25% para saúde e 75% para educação</p>

REDE Territórios do Petróleo Macaé

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobrás.

nº 02 2018

ABRIL

A maioria dos poços explorados na costa de Macaé e no litoral de todo o estado do Rio, que geram os royalties para o município, são de contratos anteriores a 2012, descobertos ao longo das primeiras décadas de exploração de petróleo na região. Portanto, a maioria dos royalties que o município recebe não está sujeita à obrigatoriedade de se aplicar em saúde e educação.

A população da cidade, que é considerada uma das mais ricas da Bacia de Campos, enfrenta grandes problemas de infraestrutura básica. Mesmo recebendo grandes valores de “royalties até 5%”, parte da rede de esgoto e água não funciona direito, como conta um morador da Comunidade Nova Esperança, que prefere não se identificar e diz sofrer com o precário abastecimento de água e com a falta de esgotamento sanitário correto: “A água, quando chega, é precária, com mau cheiro e contaminada, já que chega misturada com esgoto, porque os canos que colocamos pra levar a água estão sempre danificados”. Essa situação é extremamente preocupante, pois, como destaca a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), a falta de saneamento básico pode facilitar a proliferação de doenças, como diarreias, cólera, leptospirose e ainda o agravamento de epidemias como a zica e a dengue.

FIQUE LIGADO!

O direito ao saneamento básico está garantido pelo Plano Diretor do Município de Macaé (Lei Complementar nº 076/2006) que obriga o governo municipal a traçar estratégias e políticas públicas que garantam seu acesso.

Mas a precariedade do serviço de infraestrutura básica é apenas um dos problemas para as cidades que são afetadas pela cadeia produtiva do petróleo e gás. Entender esses problemas, suas relações com a indústria do petróleo e a importância do controle social dos royalties e das participações especiais é um dos objetivos do Núcleo de Vigilância Cidadã. O NVC é um grupo formado por representantes de vários bairros de Macaé, que se reúnem para debater e discutir de forma coletiva os temas ligados a essas rendas petrolíferas.

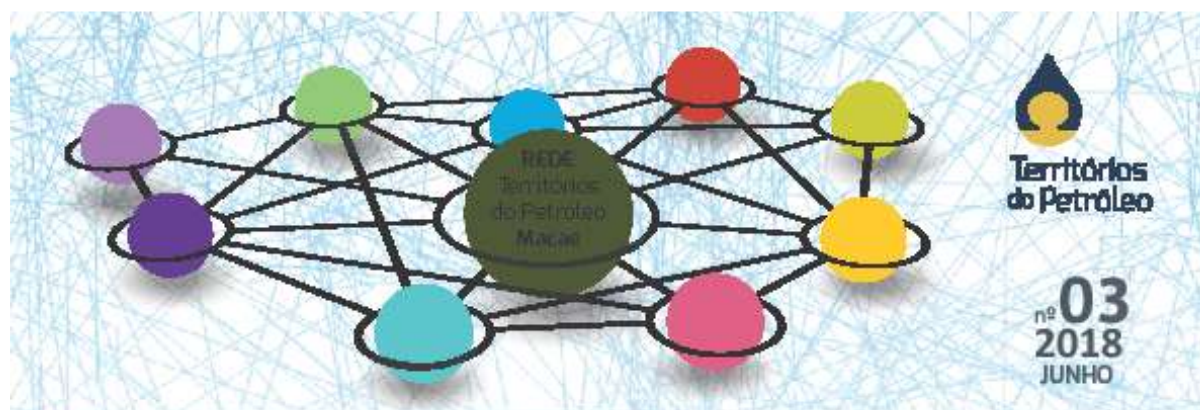
Venha nos conhecer e se informar, na sede do projeto Territórios do Petróleo: Rua Dr. João Cupertino, nº 321, Centro, Macaé (em frente à Praça Veríssimo de Melo).

Até a próxima edição de Rede Territórios do Petróleo – Macaé.

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobrás

Endereço: Rua Dr. João Cupertino, 311 - Centro - CEP: 27913-060 - Macaé/RJ
(22) 3093-0884
<http://territoriosdopetroleo.eco.br>

Boletim analisado de Macaé edição n.º 03



Arrecadação municipal e os *royalties* em Macaé

Você sabe o quanto de *royalties* o município de Macaé arrecada? Sabe onde e como encontrar essas informações? Em nossas edições anteriores ([edição 01](#) / [edição 02](#)), vimos em detalhes que os *royalties* são uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro, e que existem duas formas de distribuição desses recursos. Até 1997, o percentual de *royalties* que os municípios recebiam era de 5% sobre o valor da produção. Com a [Lei 9.478/97](#), a chamada Lei do Petróleo, a porcentagem de *royalties* que as empresas devem pagar sobre a produção aumentou para até 10%.

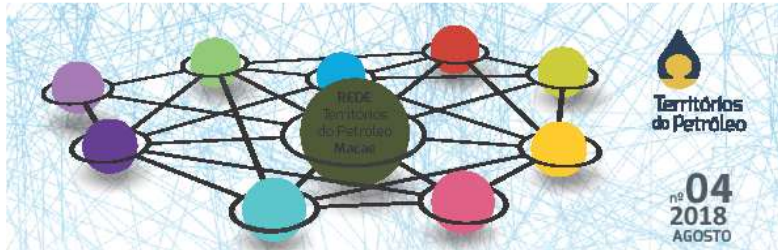
Dessa forma, os municípios recebem "*royalties* até 5%" e "*acima de 5%*". Grande parte das receitas petrolíferas do município de Macaé vem da parcela conhecida como "*royalties* até 5%", principalmente porque o município concentra um grande número de instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural. Mas o que isso representa em números? O que isso representa no orçamento municipal? Como e onde encontrar esses valores?

Todos os dados sobre o valor total de *royalties* recebidos até 5% e acima de 5% são encontrados no [site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis \(ANP\)](#). O Portal da Transparência do município de Macaé disponibiliza alguns desses dados na sessão de "receitas" e/ou nos Relatórios de Prestação de Contas Anuais. Segundo a ANP, esses são os valores de *royalties* repassados ao município nos últimos quatro anos:

Total de <i>royalties</i> recebidos pelo município de Macaé			
	<i>Royalties</i> até 5%	<i>Royalties</i> excedentes a 5%	Total de <i>royalties</i>
2014	R\$ 376.573.398,70	R\$ 114.953.074,68	R\$ 491.526.473,38
2015	R\$ 270.937.148,83	R\$ 77.734.327,45	R\$ 348.671.477,28
2016	R\$ 230.992.329,64	R\$ 62.502.996,69	R\$ 293.495.326,33
2017	R\$ 306.948.392,53	R\$ 87.552.874,01	R\$ 394.501.266,54

Fonte: Tabela própria feita com base nos dados da ANP

Boletim analisado de Macaé edição n.º 04



Territórios do Petróleo

nº **04**
2018
AGOSTO

NVC: informação e comunicação sobre os royalties e participações especiais

Você tem o hábito de se informar sobre as questões que acontecem no seu bairro e no seu município? Refletir sobre o desenvolvimento de sua cidade, acompanhar as ações do poder público e controlar como as políticas e os gastos públicos estão sendo realizados é o dever de todo cidadão. Nesse sentido, o Núcleo de Vigilância Cidadã de Macaé vem se reunindo de quinze em quinze dias para estudar e pensar sobre o destino e a aplicação dos royalties do petróleo e das participações especiais no município de Macaé. O objetivo é que, com os conhecimentos adquiridos, o grupo consiga disseminar informação em suas comunidades e tenha capacidade de participar com mais qualidade da discussão pública sobre estes assuntos.

O Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) acredita que pesquisar e discutir juntos sobre os royalties e as participações especiais é fundamental para conhecer mais sobre o assunto. Ter conhecimento e a informação correta sobre um tema pode ser decisivo na hora de acompanhar e cobrar do poder público a melhor execução das políticas e programas públicos.

Nesse sentido, o "Boletim Digital Rede Territórios do Petróleo - Macaé" vem se tornando um canal de comunicação fundamental para as ações do grupo, pois muitos dos assuntos que são discutidos nas reuniões geram conteúdos informativos para o Boletim. Nas edições passadas o "Rede Territórios do Petróleo" trouxe informações importantes como: o que são os royalties e as participações especiais? Como se dá sua distribuição? (Boletim 1) Quais foram os valores de royalties arrecadados (Boletim 2) nos últimos anos e, como encontrar esses dados (boletim 3) na internet.

VOCÊ SABIA?

Em Macaé os valores de royalties arrecadados nos sete primeiros meses de 2018 já estão quase superando o valor esperado para todo o ano? O governo municipal estimou que para 2018 a arrecadação de royalties do petróleo seria de R\$373.357.000,00 (trezentos e setenta e três milhões, trezentos e cinquenta e sete mil reais) mas, no meio do ano os números já superaram os R\$300 milhões.



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação de risco pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

04
2018
AGOSTO

PREVISÃO DE ARRECAÇÃO ANUAL DE ROYALTIES EM MACAÉ (2018)

Royalties até 5%	Royalties acima de 5%	Total
R\$ 292.663.700,00	R\$ 80.693.300,00	R\$ 373.357.000,00

Fonte: tabela realizada com dados disponíveis na Lei de Orçamento Anual 2018, Anexo 13.

ARRECAÇÃO DE ROYALTIES EM MACAÉ (ATE JULHO DE 2018)

Royalties até 5%	Royalties acima de 5%	Total
R\$ 248.791.714,63	R\$ 65.956.553,23	R\$ 314.748.267,86

Fonte: tabela realizada com base nos dados da ANP

Levando sempre em consideração os impactos da indústria do petróleo e gás na região, o NVC procura refletir sobre a aplicação dos recursos dos royalties na cidade, com o objetivo de estimular os cidadãos a participarem mais ativamente do planejamento, monitoramento e avaliação das ações do poder público municipal, para a construção de uma cidade mais justa para todos. Por isso, fique ligado nos Boletins Digitais! Informe-se e participe dos espaços democráticos e de participação social.

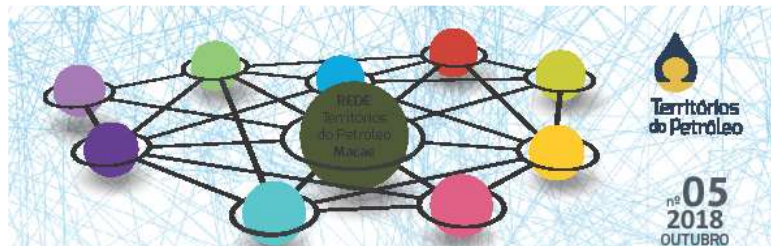
FIQUE DE OLHO

Onde posso acessar informações sobre royalties e as participações especiais?

- Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis (ANP): <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes>
- Portal de Transparência de Macaé: <http://sistemas.macaé.rj.gov.br/pt4/transparencia/>

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.
Endereço: Rua Dr. João Cupertino, 311 - Centro - CEP: 27013-360 - Macaé/RJ (22) 3083-0884
www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de Macaé edição n.º 05



Royalties e saneamento: uma combinação necessária

Como havíamos registrado na edição 02 do boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé, o município recebe grande quantidade de royalties, que é uma compensação devida à sociedade pela exploração de recursos não renováveis. Grande parte desta receita vem dos chamados royalties até 5%, parcela que Macaé recebe por ser um município que concentra grande número de Instalações Industriais, de processamento, tratamento e armazenamento de petróleo e gás natural. Segundo a regra de aplicação desta parcela dos royalties, determinada pela Lei 7.525/1986 e reafirmada no Decreto 01/1991, os royalties até 5% devem ser investidos em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, saneamento básico, irrigação e proteção ao meio ambiente. Pareceres dos tribunais de contas têm flexibilizado esta exigência, como atesta documento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro intitulado “Os royalties de petróleo e a economia do estado do Rio de Janeiro”, mas a aplicação das rendas petrolíferas em investimentos de infraestrutura (e não apenas em custeio ou manutenção da máquina pública), excluindo-se a possibilidade do pagamento do salário de servidores público é sempre considerada uma alternativa indicada.

Macaé está em 5º lugar no ranking das cidades com maior produto interno bruto (PIB) per capita do estado do Rio de Janeiro. Mesmo recebendo grandes valores dos royalties até 5%, o município enfrenta problemas básicos de infraestrutura, como descrito na edição 02. Mas como isso afeta os moradores da chamada capital nacional do petróleo?



Participantes do NVC de Macaé em atividade

Dentro das práticas de saneamento básico estão o acesso à rede coletora e de tratamento de esgoto, coleta e destinação de resíduos sólidos, assim como a drenagem de águas pluviais e o acesso ao abastecimento de água.

O saneamento básico é fundamental para a qualidade de vida das pessoas e também é a base para a prevenção de doenças transmitidas por vetores que se desenvolvem em meio ambiente de má qualidade, muitas vezes degradado pela ocupação humana. É objetivo do saneamento básico promover saúde não só aos moradores da cidade, como também aos moradores do campo.

O conjunto de ações realizadas em função do pensar na qualidade do ar, da água, do solo, da destinação do lixo e nos impactos das ações humanas é chamado de saneamento ambiental. É uma atuação mais ampla que considera o saneamento básico parte essencial para se alcançar uma qualidade de vida digna dos cidadãos.

Segundo dados do site oficial do município, em 2017 a Prefeitura Municipal de Macaé conseguiu tratar 69% do esgoto produzido, enquanto

REDE Territórios do Petróleo - Macaé

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

05
2018
OUTUBRO

a média do Estado do Rio de Janeiro foi de 78,6%. Segundo dados da ANP, Macaé continua sendo um dos municípios mais beneficiados com as rendas petrolíferas e, considerando apenas os royalties, foi o município que recebeu maior volume de repasses do Brasil em 2018. Foram R\$ 420.349.334,41 (quatrocentos e vinte milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e um centavos) acumulados de janeiro a setembro, sendo que R\$ 337.884.926,55 (trezentos e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos) vieram da parcela dos royalties até 5%, como mostram as tabelas abaixo.

RANKING DE ATRIBUIÇÃO DE ROYALTIES - MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (janeiro a setembro de 2018)		
1	Macaé	R\$ 420.349.334,41
2	Maricá	R\$ 361.561.306,26
3	Campos dos Goytacazes	R\$ 330.242.100,24
4	Niterói	R\$ 318.984.634,96
5	Rio de Janeiro	R\$ 119.775.416,19
6	Rio das Ostras	R\$ 108.126.882,87
7	Cabo Frio	R\$ 106.914.328,31
8	Angra dos Reis	R\$ 87.027.972,79
9	São João da Barra	R\$ 81.756.423,24
10	Parati	R\$ 79.513.802,69

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP

TOTAL DE ROYALTIES REPASSADOS - MACAÉ (janeiro a setembro de 2018)		
Royalties até 5%	Royalties acima de 5%	Total
R\$ 337.884.926,55	R\$ 82.464.407,86	R\$ 420.349.334,41

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP

Os valores de royalties até 5% destinados ao município de Macaé poderiam estar sendo aplicados prioritariamente em abastecimento e tratamento de água, saneamento básico, entre outras coisas, como prevê a lei, mas será que é isso que ocorre? Será que o índice de tratamento de esgoto do município não deveria ser maior? Para respondermos essas questões, para sabermos onde o gestor público está investindo o dinheiro dos royalties e das participações especiais, é necessário entender um pouco mais sobre Orçamento Público. Por isso, fique ligado em nossas próximas edições, pois vamos tratar desse tema tão importante para o controle social das rendas petrolíferas em Macaé.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras
Endereço: Rua Dr. João Cupertino, 311 - Centro - CEP: 27913-050 - Macaé/RJ (ZZ) 3083-0884

www.territoriosdopetroleo.eco.br



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental (LCA), concedido pelo IBAMA

Boletim analisado de Macaé edição n.º 06



Controle social pode ser entendido como a participação da sociedade no governo, tanto no acompanhamento e planejamento, quanto na fiscalização e avaliação das ações dos gestores públicos. É importante que o acompanhamento e o controle das atividades do poder público aconteçam em todos os níveis da administração pública. Mas como o controle social acontece? Como podemos exercer esse direito? Nos locais de discussão das políticas públicas! E nesses espaços que podemos participar e contribuir com informações e questionamentos, porque são os cidadãos que sabem das reais necessidades e problemas que mais incomodam suas comunidades. Participar de espaços democráticos disponíveis, falando e se manifestando pelo melhor uso do dinheiro público, faz parte da democracia, e é assim que a população exerce o controle social.

Estar bem informado é essencial para exercer o controle social, e uma das principais ferramentas para obter informações sobre royalties e participações especiais são os sites oficiais com informações públicas. Em sites como o da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) podemos encontrar os valores de royalties repassados ao município. Outra boa fonte de informação é o Portal da Transparência da prefeitura de Macaé, onde se podem encontrar não só essas informações do município, mas também como o prefeito administra os recursos recebidos. Prestar contas de suas ações na Internet é uma obrigação de todo prefeito, governador e presidente da República. Tudo que o município, estado ou nação recebe e onde são investidos



esses recursos devem estar disponíveis para o acesso de qualquer cidadão, e isso é garantido pela chamada Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009).

Faz parte do controle social a sociedade estar de olho nas receitas (quanto a prefeitura recebe de impostos e royalties e participações especiais) e nas despesas (quanto e como a prefeitura aplica) para entender e se manifestar, exigindo o atendimento das suas demandas. Mas onde se pode falar? Quais são os espaços de controle social? Geralmente são as audiências públicas, os fóruns de discussão, as associações de moradores e os conselhos municipais. Em Macaé foi criado, por meio da Lei 3.373/2010, um Conselho Municipal de Fiscalização da Aplicação dos Royalties do Petróleo. Além de fiscalizar a aplicação dos royalties no município, o conselho tem como função criar, acompanhar e avaliar as



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA

Boletim analisado de Macaé edição n.º 07

REDE
Territórios
do Petróleo
Macaé

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

06
n.º
2018
DEZEMBRO

políticas públicas executadas com esse recurso. Segundo o site oficial da Prefeitura Municipal de Macaé, o Conselho dos Royalties teve seu período de funcionamento de 2014 a 2015, mas depois disso não se encontram mais informações a seu respeito. Somente são encontradas em pesquisa no espaço virtual matérias com pedidos reativação do conselho por parte da Câmara dos Vereadores.

Você sabia?

- Os conselhos são constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil (a população), e durante as reuniões se debatem determinados temas e se tomam decisões. Conhecer esses espaços e participar deles é fundamental para o controle social da aplicação dos recursos públicos, pois os conselhos municipais são canais disponíveis para que a população tenha voz, por meio de sua representatividade, e participe de uma gestão pública mais democrática.
- Audiências públicas são reuniões públicas que devem ter a participação popular. São espaços de ampla discussão, onde a população tem o direito a voz tanto para dar sua opinião, como para tirar dúvidas e até propor soluções para as demandas sociais, de acordo com o tema que está sendo abordado. Trata-se de mais um espaço onde o controle social pode ser exercido.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras
Endereço: Rua Dr. João Cupertino, 311 - Centro - CEP: 27913-060 - Macaé/RJ (22) 3083-0884

www.territoriosdopetroleo.eco.br

<http://www.territoriosdopetroleo.eco.br/>



**Territórios
do Petróleo**

**07
nº
2019
FEVEREIRO**

Royalties e preservação da memória macaense

Você já pensou na importância das manifestações culturais do município de Macaé e como elas podem contar nossa história e nos ajudar a entender o território em que vivemos? É sobre isso que o Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) vem pensando ao realizar o Inventário Participativo. A atividade é uma das ações do projeto Territórios do Petróleo desenvolvida nos últimos meses pelos participantes do NVC, com o objetivo de identificar e conhecer o patrimônio imaterial de Macaé.

No Inventário Participativo, os participantes do NVC pesquisam sobre um bem cultural do município, e em Macaé o grupo escolheu levantar informações sobre a Sociedade Musical Lyra dos Conspiradores. O exercício tem sido interessante, pois a Lyra, uma das bandas mais tradicionais da cidade, tem um passado de luta contra a escravidão extremamente relevante para a história da cidade, fato que muitos macaenses não conhecem. A banda foi criada em 1882 por músicos abolicionistas que davam suporte à fuga de escravos e promoviam a compra de cartas de alforria para libertar negros da escravidão, além de proteger os que fugiam para integrar quilombos. Hoje a Lyra ainda funciona no mesmo prédio e se mantém por meio de doações.

Você sabe o que é patrimônio imaterial?

Todos os bens culturais que se relacionam com a maneira como as pessoas vivem e se expressam são considerados patrimônio imaterial. Como informa o site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

Neste sentido, as festas, as danças tradicionais, os ofícios tradicionais ou modos de fazer como a pesca artesanal, as celebrações, entre outros, são exemplos de patrimônio imaterial.

Mas o que a cultura tem a ver com royalties do petróleo e participações especiais? Conhecer a história e a cultura do município, além de gerar identificação com o local onde moramos, gera mobilização para preservação da memória da população. O cuidado com a cultura pode incentivar o turismo, diversificando a economia, gerando trabalho para quem mora na cidade.



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA

REDE
Territórios
do Petróleo
Macaé

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigília Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

**07
nº
2019
FEVEREIRO**

O NVC de Macaé defende que destinar recursos dos royalties para essa área pode diminuir a dependência em relação à indústria do petróleo. Mas para que isso aconteça, as pessoas precisam acompanhar e conhecer as áreas de investimento do município e sinalizar, nos espaços de participação social, que isso pode ser um caminho viável. A participação social envolve ações como cobrar do gestor público um planejamento que inclua a valorização da cultura e a preservação do patrimônio histórico no orçamento municipal, especialmente na aplicação das rendas petrolíferas. Isso é ainda mais importante em uma cidade que, como Macaé, cresce e se transforma rapidamente.

Conheça a Sociedade Musical Lyra dos Conspiradores

A Lyra dos Conspiradores oferece aulas de música nas seguintes modalidades:

- trompete;
- piano;
- teclado;
- violão;
- sax;
- canto.

Está localizada na Rua do Sacramento, nº 63 – Centro, perto da Praça Veríssimo de Mello.



A Lyra dos Conspiradores até hoje abriga alunos que aprendem a tocar instrumentos de sopro, teclas e corda.

Facebook: Lyra dos Conspiradores

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigília Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua Dr. João Cupertino, 311 - Centro - Macaé/RJ (22) 3083-0884

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de Macaé edição n.º 08

<http://www.territoriosdopetroleo.eco.br/>



Mesa-redonda de Macaé: da concepção aos frutos



Visão geral do público presente à mesa-redonda realizada no Colégio Estadual Mattias Neto.

Um total de 107 pessoas assinou o livro de presença da mesa-redonda "Gestão pública, Infraestrutura e royalties na cidade de Macaé", realizada dia 16/04/19, no Colégio Estadual Mattias Neto. Em razão de a presença (quantitativa e qualitativa) do público ter sido bastante comemorada pelo Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) local, seus membros decidiram dedicar esta última edição do boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé à apresentação de um panorama desta mesa-redonda desde a sua concepção até a avaliação.

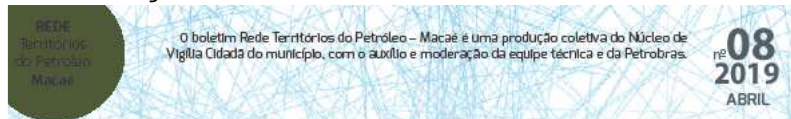
A organização do evento incluiu-se ainda durante as reuniões ordinárias do NVC, quando os integrantes definiram conjuntamente cada passo a ser dado. Júlia Martins Rocha, integrante do NVC, destaca a importância da organização coletiva para se tocar qualquer atividade ou projeto:

— Tomar decisões, escolher o tema e os convidados que comporão a mesa, o local, bem como as estratégias de divulgação demandam comprometimento dos envolvidos. Imaginar que uma única pessoa consiga é quase que uma ideia longe da realidade.

Para Júlia, a preparação do evento, ao longo dos últimos meses, trouxe ganhos tanto para os membros como para a comunidade:



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA



— O contato com a organização e seu desenrolar, desde a escolha do tema, realizada de forma democrática, proporcionou trocas sobre como podemos atuar de forma qualificada e desenvolver o controle social dos recursos oriundos dos royalties e participações especiais em Macaé.

As expectativas do grupo não eram pequenas, e sua satisfação dependia também do comportamento dos debatedores convidados:

— Logicamente, o evento deve se propor a ter a linguagem o mais acessível possível às pessoas com diferentes capacidades de compreensão. Assim, através dos discursos, os presentes podem trocar experiências e informações que contribuam para ampliar as visões e impulsionar atuações em diferentes espaços da cidade — opinou Júlia.

Durante o período que antecedeu a realização do evento, a divulgação ocorreu a pleno vapor, através de cartazes, faixas, carro de som, participação em reuniões, distribuição de cartas-convide para autoridades, distribuição de panfletos e divulgação massiva nas diversas redes sociais. Essa dedicação rendeu uma boa presença de público, como destaca Pedro Paulo Nunes Pimentel, outro integrante do NVC:

— Hoje o NVC de Macaé conseguiu fazer um evento com lotação máxima do espaço disponibilizado e com a presença diversificada de acadêmicos de Biologia, Direito, Engenharia; estudantes secundaristas, professores, assentados da reforma agrária, representante do Poder Legislativo municipal, empresários da região, líderes comunitários, outros membros de projetos de educação ambiental, entre outros cidadãos.



Jéssica Mulinari, mediadora, e os debatedores Rúben Pereira, Nilo Azevedo e Gustavo Smiderle.

Mediada pela educadora socioambiental Jéssica Mulinari, que compõe a equipe do Espaço de Interpretação de Rio das Ostras durante a fase II do projeto Territórios do Petróleo, a mesa reuniu três debatedores. Rúben Pereira, membro do NVC local, é o guardião do acervo do professor Antônio Alvarez Parada, memorialista de Macaé. Gustavo Smiderle, doutor em Sociologia Política, atua na área de pesquisa do projeto Territórios, com estudos sobre as rendas petrolíferas municipais. E Nilo Azevedo é professor associado da Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro), atuando na graduação em Administração Pública bem como no mestrado e no doutorado em Sociologia Política. O início se deu com as palavras de cada um dos debatedores. Posteriormente, abriu-se o debate, e a platela pôde expressar suas perguntas, anseios e reflexões para uma discussão conjunta com os debatedores.

REDE
Territórios
do Petróleo
Macaé

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

nº 08
2019
ABRIL

Neste contexto, foram tiradas muitas dúvidas sobre a aplicabilidade dos *royalties*, sua distribuição, importância e valores reais. Além disso, houve muitos esclarecimentos sobre como a máquina pública funciona na realidade. Debateram-se ainda, entre outras, questões pertinentes ao desenho orçamentário do município. Ademais, o debate foi permeado por muitas reflexões sobre a situação atual do município e sua história.

Ao final, o público foi convidado a avaliar a mesa-redonda como um todo, incluindo o tempo e as condições do local. Também os integrantes do NVC fizeram uma avaliação, que pode ser sintetizada na fala de Marlúcia Aparecida Soares:

— Confesso que a princípio fiquei um pouco apreensiva. Mas, ao ver a interação da mesa e do povo presente, comecei a ter certeza de que a escolha do tema foi perfeita! Quem reside em Macaé sabe muito bem do que se trata. E os recursos dos *royalties* foram bem debatidos pelo pessoal — afirma Marlúcia, que é integrante do NVC desde a fase I do projeto Territórios do Petróleo e hoje atua como agente de mobilização.

Feita a avaliação, fica a expectativa de que esses frutos se perpetuem e que a cidade prossiga a ser debatida pelos seus cidadãos.



Momento de avaliação do evento pelo público.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua Dr. João Cupertino, 311 - Centro - Macaé/RJ
(22) 3083-0884

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de Carapebus edição n.º 01



Territórios do Petróleo

n.º **01**
2018
fevereiro

A crise do Ouro Negro chegou a Carapebus

O município de Carapebus, localizado no Norte Fluminense, conta com 15.568 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2017), com aproximadamente 308 quilômetros quadrados de extensão territorial.

A crise do petróleo, iniciada em 2014, impactou os municípios da Bacia de Campos (BC), contribuindo para forte elevação do desemprego. O município carapebuense foi diretamente afetado, com lojas fechadas, além da redução salarial do trabalhador da indústria petrolífera.

Em termos de repasses de royalties e participações especiais, Carapebus experimentou queda significativa entre 2014 e 2016, observando-se certa recuperação em 2017, conforme tabela abaixo:

Tabela: Royalties e participações especiais para Carapebus, em valores correntes (não corrigidos)

Ano	Royalties	Part. Especiais	Royalties + PE
2014	39.533.371,64	1.844.757,26	41.378.128,90
2015	24.123.753,00	405.751,60	24.529.504,60
2016	18.341.894,95	20.298,13	18.362.193,08
2017	26.223.955,03	84.812,51	26.308.767,54

Fonte: Info Royalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva no Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobrás.

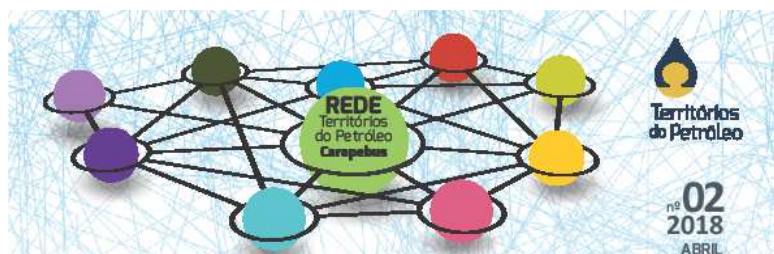
O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobrás.

Endereço: Rua João Pedro Sobrinho, 130 - sala 205 - Loja 7 - Centro - CEP: 27998-000 - Carapebus/RJ
(22) 99740-5312
www.territorios.uenf.br



A realização do Projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Boletim analisado de Carapebus edição n.º 02



Ausência de saneamento ainda preocupa população de Carapebus



Despejo de esgoto sem tratamento: problema de Carapebus

O saneamento básico e a proteção ao meio ambiente estão entre as áreas obrigatórias de aplicação dos recursos de royalties segundo a Lei 7.525, de 1986. Esta regra vale para uma parte dos recursos conhecida como "royalties até 5%", que representa a maior parte das receitas petrolíferas de Carapebus. Em abril de 2018, por exemplo, o município recebeu R\$ 2,68 milhões de royalties, sendo R\$ 2,29 milhões na rubrica "até 5%". Mas a poluição ocasionada pela falta de saneamento ainda é presente em Carapebus, sendo possível visualizar o despejo de esgoto a céu aberto, como já apontava o Diagnóstico Participativo (DP / 2010-2012).



A realização do Projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação criada pelo licenciamento ambiental federal, consultado pelo IBAMA.

REDE
Territórios
do Petróleo
Carapebus

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobrás.

nº 02
2018
ABRIL

Durante a apuração desta edição do boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus, membros do Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) puderam constatar forte odor tanto nas áreas de vulnerabilidade social, quanto no Centro da cidade.

Na localidade de Caxanga foi registrado ainda que a qualidade da pesca fica comprometida, uma vez que o Córrego da Maricota, que passa pelo bairro, é ligado à Lagoa de Carapebus, procurada por conta do lazer e das paisagens que atraem a população e o turismo durante a alta temporada.

Lagoa de Carapebus - Além de impactar a comunidade pesqueira, a poluição da Lagoa de Carapebus atinge a população carapebuense como um todo, além de turistas, banhistas, comércio e animais. Fato que vem ocorrendo desde antes da emancipação, segundo a observação dos moradores mais antigos.



Lagoa de Carapebus: patrimônio ameaçado pela poluição

Demais bairros também sofrem com a falta de saneamento, que também impacta localidades como Fundão e Balxada. Moradores afirmam que por causa da poluição já foram registradas no município vítimas de doenças de pele, devido à contaminação.



Moradores acompanhando de perto a situação dos corpos hídricos

Mesa-redonda - Saneamento ambiental é um tema que chama a atenção para o Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC). Em 16 de dezembro de 2017 esse foi o tema da "Mesa-redonda" que atende a meta 13 do Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo. Foi uma oportunidade de dialogar com a comunidade acerca dos royalties e impactos socioambientais relacionados à Indústria do petróleo e gás.

Além dos especialistas Rafael Motta Nascimento (engenheiro de produção e mestrando em Engenharia Ambiental) e Roberto Dutra (sociólogo e pesquisador do PEA Territórios), a mesa contou com a representante comunitária Maria de Lourdes R. do Amaral, escolhida pelo NVC para dialogar sobre a realidade local.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras
Endereço: Rua João Pedro Sobrinho, 130 - sala 205 - Loja 7 - Centro - CEP: 27998-000 - Carapebus/RJ
(22) 99740-5312

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de Carapebus edição n.º 03



REDE Territórios do Petróleo Carapebus

Territórios do Petróleo

n.º **03**
2018
JUNHO

Os benefícios dos royalties para sua cidade

Um olhar do Núcleo de Vigilância Cidadã do município de Carapebus

De acordo com o site da [Petrobras](http://www.petrobras.com.br) (*), a produção de petróleo na Baía de Campos incluiu-se em agosto de 1977. De lá para cá, a Baía chegou a ser responsável por mais de 80% da produção nacional do petróleo. Conforme informações obtidas no site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**, referentes a abril deste ano (2018), a Baía de Santos já se tornou a maior produtora de petróleo do país: responde por 48% da produção total, ficando a Baía de Campos em segundo lugar, com 46%.

O município de Carapebus, que é confrontante com campos e poços de petróleo, recebeu do início deste ano até o mês de maio cerca de R\$ 14,3 milhões de royalties, de acordo com a ANP***. Segundo informações enviadas pela Ouvidoria Geral de Carapebus, por solicitação do Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) do município, as principais áreas de aplicação dos recursos nos primeiros meses do ano foram as seguintes: saneamento 8,5%, infraestrutura e obras 13,5%, educação 17% e saúde 25%.

Composição das receitas petrolíferas - Cerca de 85% dos royalties de Carapebus vêm da parcela conhecida como "até 5%", que se origina da produção ocorrida no conjunto dos campos marítimos confrontantes com o estado do Rio. Ou seja, a cada R\$ 100 de royalties repassados ao município, R\$ 85 vêm da produção atribuída ao estado como um todo.

Realização do projeto Territórios do Petróleo é uma iniciativa de integração exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo BAMA



REDE Territórios do Petróleo Carapebus

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

n.º **03**
2018
JUNHO

Apenas em torno de 15% dos royalties de Carapebus vêm da parcela conhecida como "acima de 5%", que se origina especificamente da produção ocorrida nos campos confrontantes com o próprio município. Em outras palavras, a cada R\$ 100 de royalties repassados a Carapebus, apenas R\$ 15 vêm da produção atribuída ao próprio município. A aplicação dos royalties (exceto campos recentes) não tem muitas regras, ficando proibido apenas o pagamento de pessoal permanente (exceto professores em sala de aula) e de dívidas (exceto com a União). Conforme as possibilidades permitidas pela legislação, podemos considerar que falta incluir outros setores dentro desta divisão, como, por exemplo, cultura, esporte, meio ambiente, entre outros.

A previsão de receita total do município para 2018, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) de Carapebus, é de R\$ 98,1 milhões. Deste total, está previsto que R\$ 30,2 milhões venham dos royalties e participações especiais – ou seja, pouco mais de 30%.

Ao lidarmos com essas informações, perguntamos: Carapebus sobreviverá sem os royalties? O que você acha?

Fontes:

(*) <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-areas/bacias/bacia-de-campos.htm>

(**) <http://www.anp.gov.br/>

(***) http://www.anp.gov.br/images/Royalties-e-outras-participacoes/Royalties/Maio_2018/05_Maio_2018.xlsx

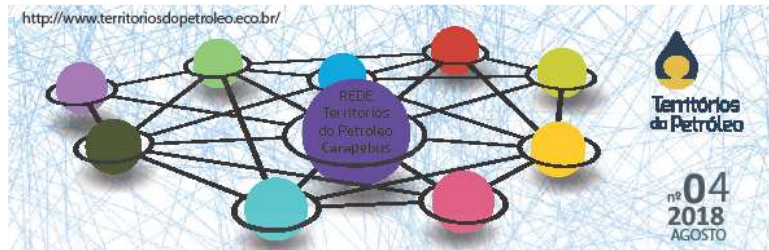
O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua João Pedro Sobrinho, 130 - sala 205 - Loja 7 - Centro - CEP: 27998-000 - Carapebus/RJ

(22) 99740-5312

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de Carapebus edição n.º 04

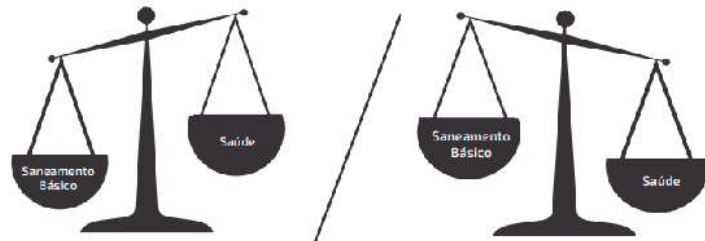


A cultura da prevenção, onde está?

Segundo dados da Ouvidoria Geral de Carapebus, de janeiro a julho de 2018, 8,5% dos recursos dos royalties foram destinados ao saneamento e 25% à saúde. Neste período, o município recebeu de repasse oriundos dos royalties o montante de R\$ 21.510.880,56 (vinte e um milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos), conforme planilha publicada no site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O que nós, vigilantes, percebemos? É muito importante que a prevenção seja a "menina dos olhos" não somente da política pública como um todo, mas especialmente da própria saúde. Se a demanda do saneamento básico for bem atendida, a balança do gasto público com a saúde exigirá valores menores, já que uma boa cobertura de saneamento é reconhecidamente um fator importante na prevenção de várias doenças.

Balança do investimento



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.



Pensando dessa maneira, o NVC de Carapebus realizou reunião em que convidou o secretário municipal de Meio Ambiente para explicar o plano de saneamento básico e o financiamento necessário para implementá-lo. Esta visita ocorreu em 26 de junho de 2018, quando o secretário explicou como será o desenvolvimento do plano e mencionou as ações que estão sendo tomadas em relação ao saneamento básico no município.

Após a realização da reunião com o secretário, o grupo tomou a iniciativa de realizar um campo exploratório para verificar algumas informações fornecidas durante o encontro. Verificou-se que a represa que abastece Carapebus foi limpa, e o lão próximo, retrado. Os participantes do NVC não conseguiram averiguar a situação da estação de tratamento de esgoto (ETE) do município, mas já foi pensada uma visita ao local para verificar seu funcionamento. A data está para ser agendada.

Com essas ações, percebe-se que o controle social vem sendo exercido pelo grupo, e uma das metas é verificar se existem no município dados relacionados a doenças causadas pela falta de saneamento básico e como essas estão sendo registradas e tratadas pelo poder público local. Com isso, espera-se que os investimentos dos royalties estejam sendo bem orientados e que o município esteja dando a devida importância à saúde preventiva e não apenas curando os males causados pela falta de saneamento.



A represa que abastece a cidade foi limpa



Área onde havia um lão, desativado

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua João Pedro Sobrinho, 130 - sala 205 - Loja 7 - Centro - CEP: 27998-000 - Carapebus/RJ (22) 99740-5312


<http://territoriosdopetroleo.eco.br/>



NVC Carapebus: preocupação com o saneamento

Boletim analisado de Carapebus edição n.º 05

www.territoriosdopetroleo.eco.br



Territórios do Petróleo

n.º 05
2018
OUTUBRO

Educação ambiental crítica além dos muros

Em Carapebus, o Núcleo de Vigilância Cidadã está empenhado em ir além de seus limites e “colocar para fora” os conhecimentos que estão sendo adquiridos. Uma das ideias do grupo é desenvolver uma ação de educação ambiental crítica nas escolas do município, privilegiando os anos iniciais do ensino fundamental.

A proposta, que está sendo pensada para ser submetida às instâncias competentes, surgiu do estudo da Lei 9.795/1999. Em seu Art. 2º, a lei estabelece que a “educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e não formal”.

A percepção do NVC é que por meio das crianças se pode chegar aos pais ou responsáveis, contribuindo para a disseminação dos conhecimentos adquiridos ou produzidos no Núcleo. A estratégia é trazer esse pensamento crítico para os alunos de modo que esse entendimento de pertencimento e participação cidadã sejam multiplicados dentro de seus lares.

De acordo com a visão da educação ambiental crítica, o ambiente não pode ser entendido sem o ser humano. Daí a importância de se estudarem temas como o orçamento público, pelo qual se decide a destinação dos recursos do município. Estudando a Lei Orçamentária Anual (LOA) de Carapebus para 2018, o NVC verificou que foi previsto para a Secretaria Municipal de Educação um montante de R\$ 16.371.008,00 (dezesseis milhões, trezentos e setenta e um mil e oito reais). Nem todo esse valor provém de *royalties* ou participações especiais, mas foi possível verificar a previsão de destinação R\$ 1.337.380,70 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta reais e setenta centavos) para o ensino superior e R\$ 20.705,55 (vinte mil, setecentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para o ensino especial.

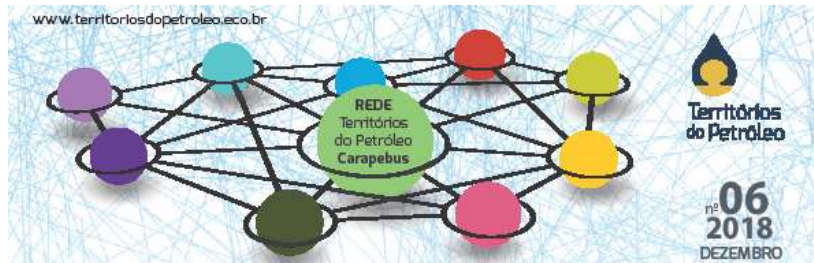
O grupo não conseguiu identificar na LOA a destinação de *royalties* para o ensino básico e fundamental. Em seu esforço por conhecer as etapas de elaboração e implementação do orçamento municipal, o NVC já entendeu que a LOA é uma previsão de receitas e de despesas. A meta é avançar na compreensão do processo de modo que os grupos organizados da sociedade possam influir nas decisões de aplicação e cobrar sua implementação.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras. Endereço: Rua João Pedro Sobrinho, 130 - sala 205 - Loja 7 - Centro - CEP: 27998-000 - Carapebus/RJ (22) 99740-5312
www.territoriosdopetroleo.eco.br



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA

Boletim analisado de Carapebus edição n.º 06



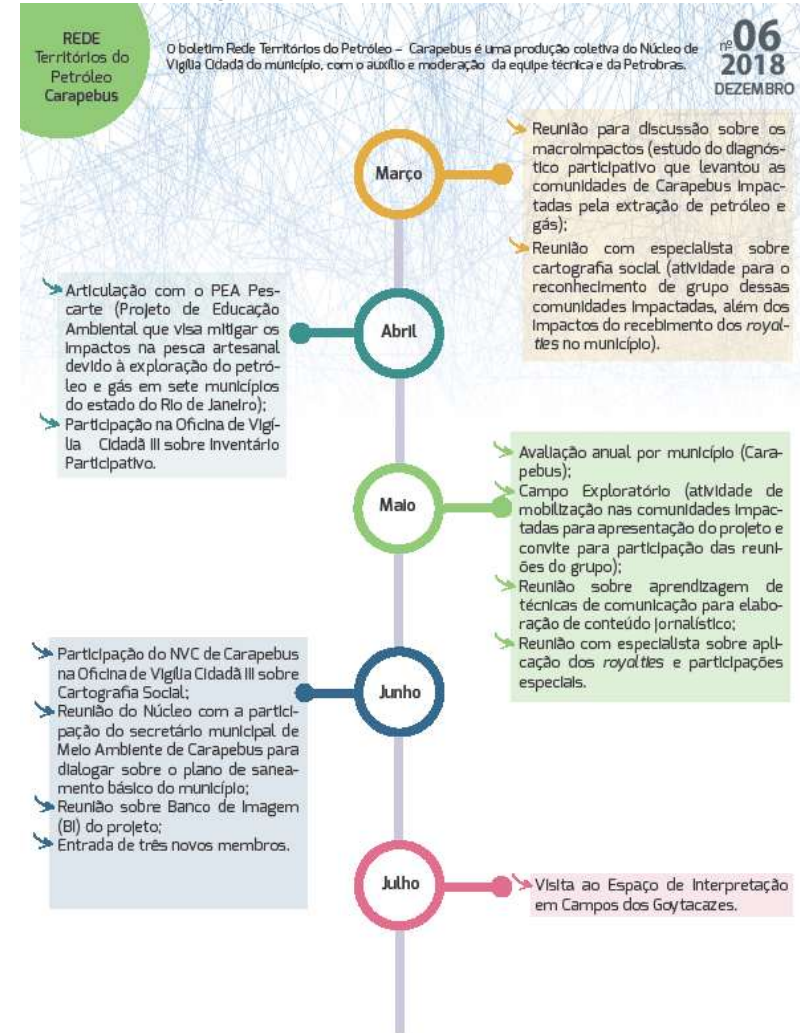
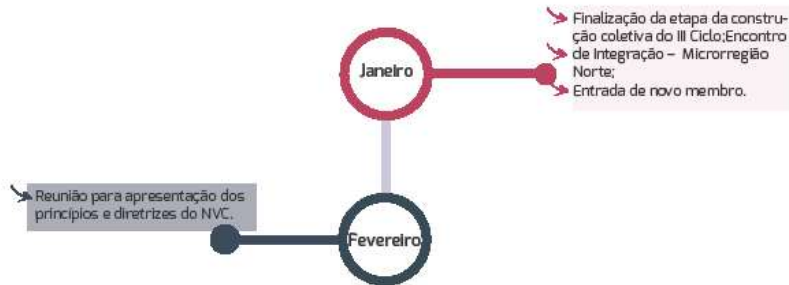
Retrospectiva 2018 - NVC de Carapebus

O Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) de Carapebus promoveu neste fim de ano uma retrospectiva das atividades do grupo. Tendo começado o ano com cinco membros e terminado com treze, o NVC resgatou os principais passos do grupo ao longo do ano e fez uma síntese buscando mostrar também os esforços de mobilização nos bairros impactados sem a presença, alinda, de moradores no NVC.

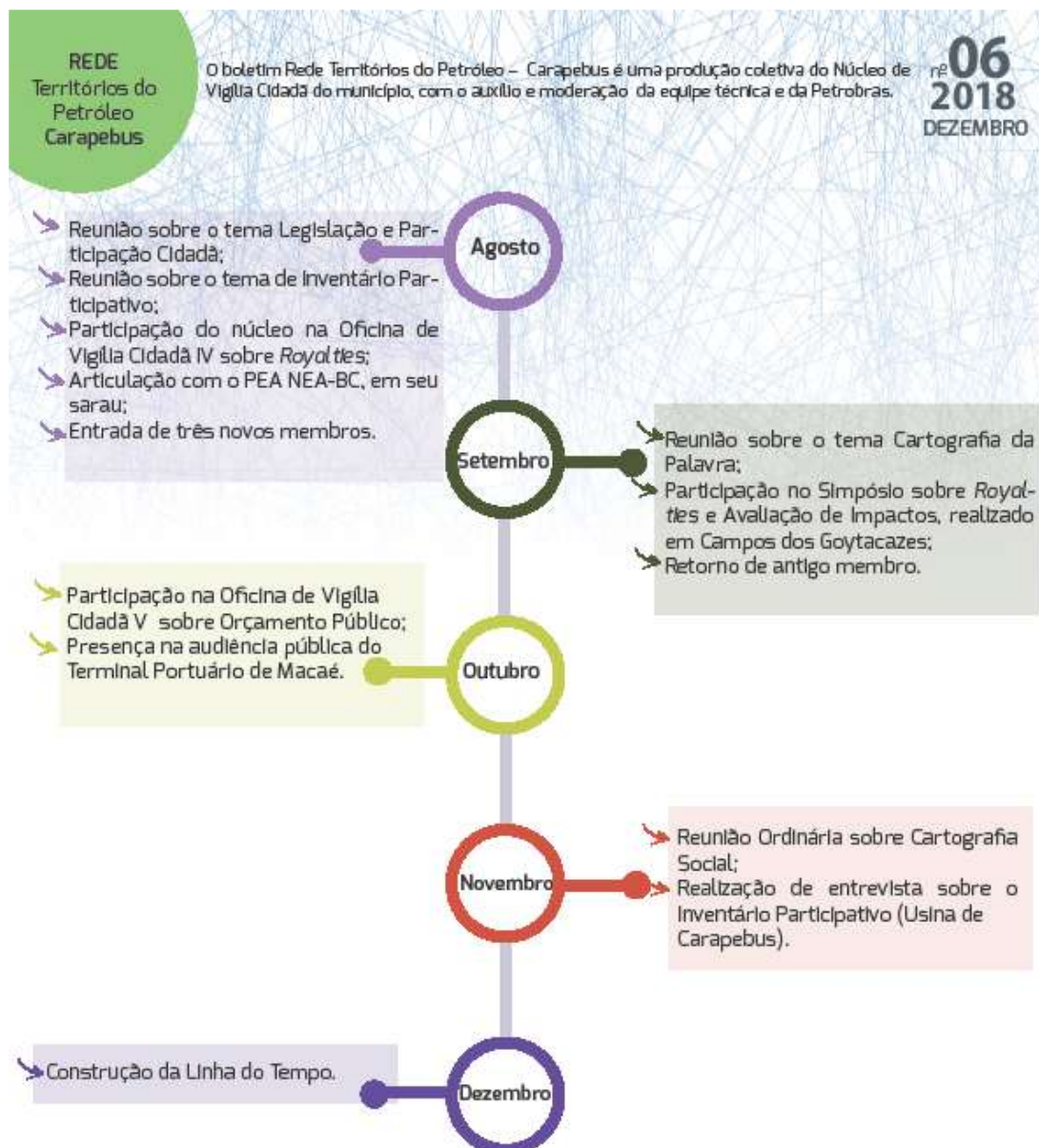
Durante essas remobilizações, dois membros anteriores retornaram e outros foram agregados, além dos visitantes que o NVC recebeu durante todo o ano. Dessa forma, muitas ações foram realizadas, assim como reuniões ordinárias e capacitações, para que os membros pudessem se empoderar na abordagem do controle social dos royalties.

A ideia da retrospectiva é observar o quanto os integrantes do NVC amadureceram e trocaram experiências de janeiro a dezembro de 2018. A atividade nomeada de "Linha do Tempo" (Retrospectiva 2018) fez com que o grupo refletisse sobre suas práticas e participação em capacitações de modo a conhecer ainda mais sobre royalties, e com isso, buscar uma qualificação para que a discussão sobre seja aprofundada.

A linha do tempo foi construída com as ações do NVC dispostas cronologicamente (de janeiro a dezembro) para que houvesse um olhar aprofundado e sequencial sobre as atividades durante o ano. Ficou da seguinte forma:



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA



Quer fazer parte do NVC Carapebus e saber mais sobre participação, controle social e as receitas petrolíferas? Faça-nos uma visita!

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua João Pedro Sobrinho, 130 - sala 205 - Loja 7 - Centro - CEP: 27998-000 - Carapebus/RJ (22) 99740-5312

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de Carapebus edição n.º 07

www.territoriosdepetropolis.com.br



Territórios de Petrópolis

07
2019
FEVEREIRO

Agricultura e royalties: uma transparência desejada em Carapebus

O Diagnóstico Participativo (DP) do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Guapira (PCA-BG), cujo relatório final foi publicado em 2018, como uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, constatou pelo sistema, identificou quatro grupos impactados pelo uso do petróleo e gás em Carapebus. São eles moradores rurais e assentados, pescadores marítimos, pescadores de águas interiores e moradores de áreas urbanas.

Após coletar essas informações, o Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) de Carapebus realizou visita a duas comunidades impactadas, levantadas no diagnóstico: Redenção, onde fica o Assentamento João Soares Batista, e Itaipira, onde se localiza o Assentamento 25 de Março.

Em seus esforços para compreender o contexto local, o Núcleo de Vigilância Cidadã constatou uma dotação de R\$ 2.576.174,33 (dois milhões, quinhentos e setenta e sete mil, centos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos) destinados à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca. Mesmo tal possível para o grupo identificar quanto desse valor proviria das vendas petrolíferas, teve a parcela de valor destinada à agricultura familiar.

A tarefa de interpretar o significado de informações sobre a origem dos royalties e sua aplicação é um dos desafios centrais do NVC de Carapebus. Outro desafio é compartilhar essa habilidade com o maior número possível de cidadãos. Nas comunidades visitadas, a percepção do grupo é que pouco se sabia sobre os royalties. Também os possíveis investimentos na agricultura familiar não pareceram muito viáveis, a exceção da aquicultura prevista pela prefeitura na parte veniente.

Senões à importância da transparência, um dos aspectos trabalhados no NVC por meio do estudo da Lei de Acesso à Informação, os moradores demonstraram interesse em saber de fato onde os royalties estão sendo aplicados. Compartilharam com a equipe técnica e membros do NVC presentes que gostariam que uma parte dessa dotação fosse para a melhoria das estradas, ajuda no escoamento da produção e incentivo à irrigação.

O contato do NVC com as comunidades rurais para os participantes do projeto a visão de que a implantação de políticas públicas eficazes demanda capacitação e preparação dos grupos impactados para receberem recursos e investimentos direcionados para as atividades da agricultura familiar, conservação do meio ambiente e o desenvolvimento turístico rural em Carapebus.



PEDE
Territórios de Petrópolis
Carapebus

O Boletim/Revista Territórios de Petrópolis - Carapebus é uma publicação on-line do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com a finalidade de divulgar a atuação dos Territórios de Petrópolis.

07
2019
FEVEREIRO



NVC realiza assembleias gerais em Carapebus.

Membros do NVC visitam produtores rurais para saber sobre os royalties.



Membros do NVC visitam produtores rurais para saber sobre os royalties.

O Boletim/Revista Territórios de Petrópolis - Carapebus é uma publicação on-line do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com a finalidade de divulgar a atuação dos Territórios de Petrópolis.

Endereço: Rua João Pedro Sobrinho, 640 - sala 205 - Lapa 7 - Curitiba - Paraná/PR - CEP: 81241-512

www.territoriosdepetropolis.com.br

Boletim analisado de Carapebus edição n.º 08



Visão do Núcleo de Vigilância Cidadã sobre o que mudou desde o Diagnóstico Participativo

Em 2011 e 2012 foi realizada uma pesquisa por meio de diálogos e reuniões com grupos sociais dos 14 municípios da região costeira do estado do Rio de Janeiro entre São Francisco de Itabapoana, a norte, e Maricá, a sul. Denominado Diagnóstico Participativo (DP), o estudo levantou comunidades e grupos impactados direta ou indiretamente pela cadeia da indústria de petróleo e gás, especialmente pela Petrobras.

No município de Carapebus, o Diagnóstico Participativo identificou nove comunidades impactadas: Barreiros, Itaquira, Rodagem e Fundão (moradores rurais e assentados); Praia de Carapebus e Caxanga (pescadores); Centro, Sapecado e Ubás (moradores urbanos). Em março de 2018, o Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) de Carapebus realizou reunião ordinária em que estudou o Diagnóstico, analisou os macroimpactos e identificou novas comunidades que não tinham sido levantadas no documento original. São elas: Sornisal, Botafoguinha, Lameiro, Ingazeira e Loteamento APCC.

Diante desses dados, o grupo levantou informações sobre a arrecadação dos royalties recebidos pelo município entre 2012 e 2018. Mesmo havendo variações entre os anos em valor de arrecadação, em linhas gerais o valor repassado em 2018 voltou aos níveis anteriores à crise do setor de petróleo e gás, iniciada em 2015. É o que se pode ver no gráfico abaixo, elaborado com dados públicos disponibilizados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP):

Gráfico 1: Valores de royalties repassados a Carapebus de 2014 a 2018 (R\$)



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo MMA

REDE Territórios do Petróleo Carapebus

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

08
2019
ABRIL

O NVC de Carapebus não possui representação de todas as comunidades mencionadas pelo Diagnóstico como impactadas, mas foi possível identificar que durante esses seis anos não houve mudança significativa no acesso a serviços básicos, apontados como deficientes no levantamento de 2012, tais como saneamento básico, saúde e transporte.

Os participantes do NVC de Carapebus perceberam que a comunidade do Fundão recebeu melhoria quanto à iluminação pública, porém os loteamentos novos, implantados após 2012, não receberam investimentos nesse serviço específico. Além disso, também foi observado que houve aumento de moradores nos bairros mapeados pelo Diagnóstico Participativo nos últimos anos, mas a estrutura oferecida pelo poder público é a mesma de 2012.

A experiência do NVC local indica que é possível obter um panorama objetivo do volume de royalties repassados nos últimos anos, mas o rastreamento do destino dado a esses recursos é um desafio ainda em curso. Os primeiros passos nessa direção foram dados por meio do estudo das leis orçamentárias municipais. Por ora, vale a percepção dos participantes do NVC de que o progressivo domínio das ferramentas de controle social é que vai contribuir para uma gestão pública mais efetiva no atendimento das demandas populares.



Reunião ordinária do NVC de Carapebus realizada em outubro de 2018.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Carapebus é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua João Pedro Sobrinho, 130 - sala 205 - Loja 7 - Centro - Carapebus/RJ - (22) 99740-5312

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 01



Royalties, a palavra do momento para os participantes do Núcleo de Vigilância Cidadã, são, segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), uma forma de remuneração à sociedade pela exploração de um recurso natural que irá acabar. Já a Participação Especial, ainda segundo a ANP, é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos que apresentam grande volume de produção e lucro.

No que se refere a São João da Barra (RJ), fazendo um levantamento, de 2014 até 2017, os valores de *royalties* e participações especiais recebidos pelo município tiveram uma queda muito significativa. Segundo dados da ANP, disponibilizados pelo site *Info Royalties*, o município recebeu em 2014 cerca de R\$ 237 milhões e em 2017 o montante foi de cerca de R\$ 105 milhões. Essa queda brusca se refletiu diretamente na situação da economia local.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - São João da Barra é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua dos Passos, 243, São João da Barra/RJ - CEP: 28200-000 - São João da Barra/RJ (22) 99827-9701
www.territorios.uenf.br



A realização do Projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação originada pelo licenciamento ambiental federal, conduzida pelo IBAMA.

REDE
Territórios
do Petróleo
São João
da Barra

O boletim Rede Territórios do Petróleo - São João da Barra é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

n.º 01
2018
fevereiro

Segundo percepção amplamente disseminada e refletida em matéria publicada no site do jornal O Globo em 28/02/16, os municípios não se prepararam para essa queda nos *royalties* e não souberam aproveitar a herança pelos recursos oriundos do petróleo. As cidades do Norte Fluminense vêm sofrendo com a pouca diversificação de suas economias e, hoje, têm de lidar com pesados cortes no orçamento. A Prefeitura vem enfrentando grandes crises por conta de dívidas e da queda dos *royalties* e participações especiais. O declínio nos repasses de *royalties* é decorrência de uma conjunção de fatores, que passa pela desvalorização na cotação do barril petróleo no mercado internacional e a política de desinvestimento da Petrobras, inclusive na Bacia de Campos.

Parte da comunidade acredita que houve descaso do governo em procurar novas fontes de receitas em âmbito municipal e falta de fiscalização da receita do município. Com a dificuldade de acessar a informação sobre o detalhamento das verbas recebidas, os munícipes não têm acesso à informação sobre em que áreas os recursos são aplicados, e por isso acreditam ser importante a criação de um conselho dos *royalties*. Além disso, acreditam que tanto o estado como o município criaram uma dependência do dinheiro dos *royalties* e esqueceram que a exploração do petróleo é uma atividade finita.



Fonte: <http://www.gasopedia.net/2015/06/dinero-negro-impactos-socioeconomicos.html>

Boletim analisado de São João da Barra 02




Territórios
do Petróleo

nº 02
2018
ABRIL

De onde vêm os *royalties* de São João da Barra?

Todo mês, as empresas que exploram petróleo e gás são obrigadas a pagar *royalties* para a Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) — qualquer que seja a quantidade extraída, tendo lucro ou não. Até 1997, o percentual era de 5% fixos sobre o valor do petróleo retirado. Após esse período, o percentual aumentou para até 10%. A nova legislação manteve os primeiros 5%, com as mesmas regras de distribuição que já existiam, e criou outras regras de rateio para a parcela acima de 5%. Este percentual adicional, que no estado do Rio quase sempre corresponde a outros 5%, é fixado pela ANP. Com isso, pode ser que um campo, por exemplo, pague 8% ou 7%, sendo os 5% primeiros fixos e o restante variável (sem ultrapassar 10%), tendo cada parte uma regra específica de rateio.

Como é feito o rateio dessas duas partes? É basicamente assim: os "*royalties* até 5%" gerados por qualquer campo beneficiam todos os municípios considerados produtores de um mesmo estado (independentemente de serem ou não confrontantes com aquele campo específico) assim como suas regiões geoeconômicas (municípios próximos ou que são influenciados pela atividade, inclusive não litorâneos). A maior parte (60%) fica com os produtores, que constituem a chamada zona de produção principal, e cada um recebe de acordo com a sua população: municípios que possuem maior população recebem mais. Já os "*royalties* acima de 5%" são concentrados nos municípios confrontantes/produtores, usando como critério a produção ocorrida nos campos confrontantes com o seu litoral: quanto maior a extensão do campo localizada no litoral do muni-



Fonte: <https://cliparto.es/imagen/5109598-barriles-de-petroleo-y-el-dinero/>

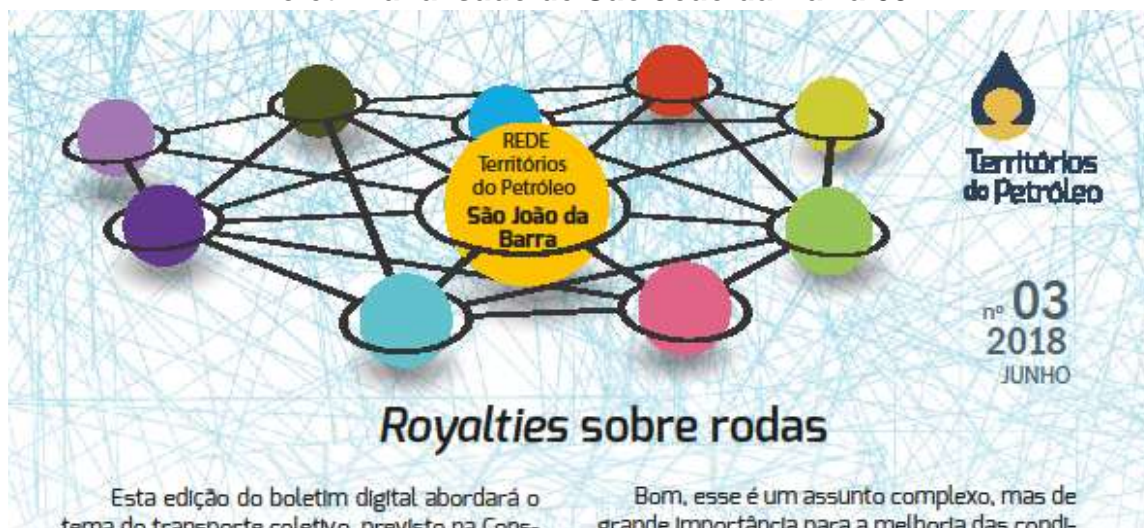
cípio, mais ele ganha. Este mesmo critério, que concentra valores nos municípios produtores, vale para as participações especiais, que são devidas quando há grande produção ou rentabilidade. Esse é um entendimento importante para compreender os valores dos *royalties* que os municípios recebem, e também para saber as formas como o poder público pode ou não usar esse dinheiro.

Em abril deste ano São João da Barra recebeu R\$3.026.087,47 do rateio de "até 5%", que é aquele em que a produção é dividida pelos municípios do estado, e R\$ 4.501.124,84 vindos dos dois campos parcialmente confrontantes com o litoral sanjoanense: Frade e Roncador. No total, o município recebeu R\$ 7.527.212,31 de *royalties*. As participações especiais só são devidas quando há grande volume de produção ou rentabilidade. No último repasse, ocorrido em fevereiro de 2018 (no caso das participações especiais, os pagamentos são trimestrais), São João da Barra recebeu aproximadamente R\$ 10,1 milhões. Todo esse valor foi gerado pelo campo de Roncador.



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo BAMA

Boletim analisado de São João da Barra 03



Esta edição do boletim digital abordará o tema do transporte coletivo, previsto na Constituição Federal de 1988 como caráter essencial e de responsabilidade dos municípios. Tal informação pode ser encontrada no artigo 30, inciso V da Constituição, que diz ser papel dos municípios "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial". Nesse momento é importante sabermos que o nosso município previu na Lei Orçamentária Anual (LOA) direcionar R\$ 1,2 milhão dos royalties e participações especiais para o transporte público em 2018. Esta informação foi obtida pelo Núcleo de Vigilância Cidadã de São João da Barra a partir do estudo da LOA de 2018, disponível no Portal de Transparência do município.

Além de perceber em seu cotidiano como está o funcionamento do transporte coletivo, uma forma de acompanhar os investimentos direcionados para essa área é acessando a LOA, que é construída todo ano com participação da população em audiências públicas onde os cidadãos e cidadãs devem levar propostas para o município investir. As datas das audiências são publicadas no Diário Oficial do Município.

Após a sua aprovação, a população deve acompanhar os Relatórios de Execução Orçamentária para verificar se o que foi previsto está sendo realizado. Estes relatórios também são publicados no Portal de Transparência.

Bom, esse é um assunto complexo, mas de grande importância para a melhoria das condições de vida da população. Falaremos com mais detalhes sobre isso em uma próxima edição do boletim Rede Territórios do Petróleo – São João da Barra. Fique atento!



Cidadãos sanjoanenses discutem no NVC a aplicação das rendas petrolíferas

Sites Consultados

<http://www.sjb.rj.gov.br/transparencia>

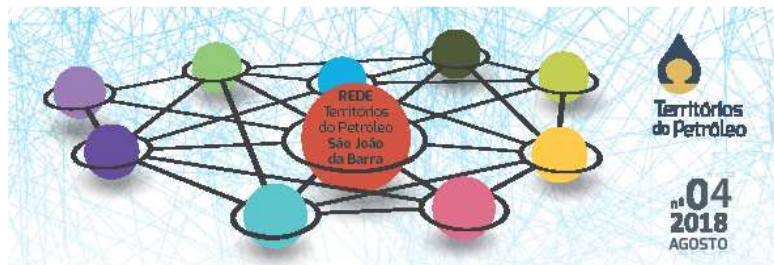
https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/-con1988_08.09.2016/CON1988.asp

<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/7068/arquivos/E6D14166A1CD6C03DAF079CBA405E9AB.pdf>



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA

Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 04



Informação para participar

O Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) de São João da Barra tem buscado estratégias criativas para disseminar informações assimiladas ou produzidas no âmbito de suas reuniões e atividades. Uma delas é a linguagem do teatro. Tendo elaborado a peça "Terra Fértil" e ensaiado com muita disposição, em 12 encontros em apenas um mês, o grupo a encenou na abertura da mesa-redonda organizada pelo próprio Núcleo e realizada em 24/03/18.

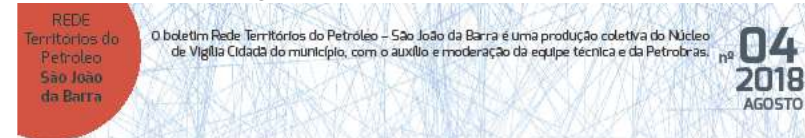
Em agosto, o NVC foi convidado por dois projetos de educação ambiental para apresentar a mesma peça: o Núcleo de Educação Ambiental da Baía de Campos (NEA-BC) e o Rede de Estudos para o Meio Ambiente (Rema), ambos também vinculados ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás, conduzido pelo IBAMA. A apresentação para o NEA-BC ocorreu em Carapebus (RJ), em 04/08/18, enquanto para o Rema a peça foi exibida no Açú, quinto distrito de São João da Barra, em 25/08/2018. O esquete teatral apresentado era sempre encerrado com uma composição feita no próprio NVC. Um dos trechos diz: "Cidade pede um transporte para todos/ A van que leve o idoso para o posto/ E a criança não pode ficar de fora/ Busão passando no horário pra escola/ Adolescente em busca de formação/ Participando do futuro da nação".

Os participantes do Núcleo de Vigilância sanjoanense acreditam que uma população bem informada terá muito mais atitude, voz e garra para lutar por um município melhor. Os estudos em grupo têm permitido a descoberta de muitos dados importantes para o exercício da cidadania. Por exemplo, nem todos sabem que é possível saber quanto entra de dinheiro e o quanto se gasta em São João da Barra. Segundo a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) qualquer pessoa, sem necessidade de apresentar motivo, tem direito de acesso a informações públicas. Então, todos os municípios, Estados e a União devem deixar disponíveis informações em seus sites, bem como informar se for questionado sobre algum tema por algum cidadão ou cidadã.

As informações que já estão disponíveis na Internet podem ser acessadas nos portais de transparência do governo federal, do Estado do Rio de Janeiro e do município de São João da Barra. Caso se necessite de alguma informação ou documento não disponível nos portais, é possível solicitar via Internet pelo Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA



O boletim Rede Territórios do Petróleo - São João da Barra é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

n.º
04
2018
AGOSTO

O NVC de São João da Barra está muito motivado a entender melhor sobre como os royalties e as participações especiais estão sendo usadas no município e como se pode contribuir para que esse dinheiro seja investido em favor das necessidades da população. Quem quiser saber um pouco mais sobre o que o Núcleo está aprendendo será muito bem-vindo.



NVC encenando a peça "Terra Fértil"

O boletim Rede Territórios do Petróleo - São João da Barra é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua dos Passos, 243, São João da Barra/RJ - CEP: 28200-000 São João da Barra/RJ (22) 99827-8701
<http://territoriosdopetroleo.eco.br/>

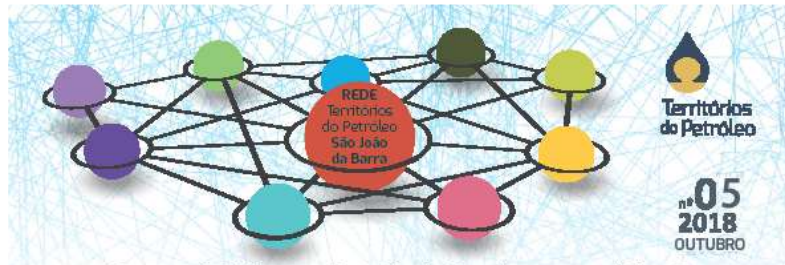
Links úteis:

<http://www.portaltransparencia.gov.br/>

<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>

<http://saojoada Barra-rj.portaltp.com.br/consultas/informacoes/acesso.aspx>

Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 05



Como é feita a distribuição dos royalties?

Nesta edição, vamos falar de um tema muito importante sobre os royalties: como é feita a sua distribuição. Afinal, São João da Barra é um dos mais beneficiados, mas todos os estados e municípios recebem pelo menos uma pequena fração desse recurso. Quais são os critérios para a distribuição?

No Brasil, o petróleo é um bem de propriedade da União, conforme o artigo 20, Inciso IX da Constituição Federal. Regular a sua exploração é atribuição do governo federal, de acordo com o artigo 177 da Constituição. As participações governamentais (principalmente royalties e participações especiais) são formas de compensação à sociedade previstas no art. 45 da Lei 9.478/97. Esse pagamento tem fundamento constitucional, expresso no artigo 20, parágrafo 1º da Constituição, que dispõe nos seguintes termos:

Art. 20

§ 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural [...] no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Distribuição - Os royalties incidem sobre o valor da produção e são recolhidos mensalmente pelas empresas petrolíferas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O recolhimento ocorre até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção. A STN repassa os royalties aos beneficiários com base nos cálculos efetuados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de acordo com o estabelecido pelas leis 9.478/1997 e 7.990/1989, regulamentadas, respectivamente, pelos decretos 2.705/1998 e nº 01/1991.

Nas tabelas abaixo, baseadas em informações do site da ANP, fica claro como é feita essa divisão dos royalties:

Tabela 1: Distribuição dos royalties – parcela até 5%

30%	Estados confrontantes
30%	Municípios confrontantes com poços e respectivas áreas geoeconômicas
10%	Municípios com instalações de embarque e desembarque
20%	Comando da Marinha
10%	Fundo Especial (para todos os estados e municípios)

Fonte: Lei 7.990/1989.



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA

REDE
Territórios do
Petróleo
São João
da Barra

O boletim Rede Territórios do Petróleo – São João da Barra é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e moderação da equipe técnica e da Petrobras.

05
2018
OUTUBRO

Tabela 2: Distribuição dos royalties – parcela excedente a 5%

22,5%	Estados confrontantes com campos produtores marítimos
22,5%	Municípios confrontantes com campos produtores marítimos
15%	Comando da Marinha
7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque
25%	Fundo Especial (para todos os estados e municípios)
7,5%	Fundo Especial (para todos os estados e municípios)

Fonte: Lei 9.478/1997.

Já a participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção ou rentabilidade, como define o Decreto 2.705/1998. Além de ser devida apenas nos casos de grande rentabilidade, a participação especial tem outra diferença em relação aos royalties: incidem sobre a receita líquida, e não sobre o valor total da produção. A receita líquida corresponde à receita bruta (valor total) menos os investimentos na exploração, os custos operacionais, os tributos e outras despesas previstas em lei.

Dez por cento do valor das participações especiais ficam com os municípios confrontantes com o campo que gerou a receita. Se houver mais de um município confrontante, cada um recebe em proporção à extensão do campo confrontante com a sua costa (percentual de confrontação).

As rendas petrolíferas (royalties e participações especiais) geradas por campos cujos contratos tenham sido firmados a partir de 03/12/12 devem ser obrigatoriamente aplicadas em educação (75%) e saúde (25%). É o que prevê a Lei 12.858/2013, que se aplica, por exemplo, aos royalties gerados pelo campo de Mero, na Baía de Santos, que em breve começarão a ser distribuídos, conforme anúncio da ANP feito em 27/07/18.



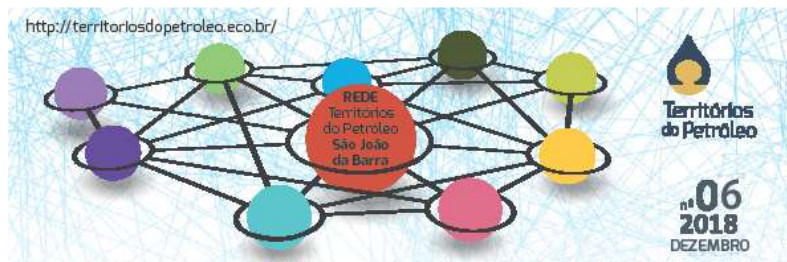
Plataforma de petróleo na Baía de Campos.

Fonte: Petrobras.

O boletim Rede Territórios do Petróleo – São João da Barra é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua dos Passos, 243, São João da Barra/RJ - CEP: 28200-000
(22) 99827-8701
<http://territoriosdopetroleo.eco.br/>

Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 06



Orçamento público: como acontece no cotidiano?

Mais comumente do que imaginamos, paramos para planejar o que fazer para pagar gastos do nosso cotidiano. Aquele rodízio do fim de semana, a conta da Internet... mas, afinal, como isso está relacionado ao orçamento público? A seguir, explicamos o que um planejamento pessoal do dia a dia tem em comum com o orçamento público.

Algum dia você já se perguntou o que acontece com os impostos que são coletados no seu município, no seu estado e no seu país? Para onde vai o dinheiro do IPTU, do IPVA e até mesmo dos royalties – que, como bem sabemos, são pagos ao poder público como uma compensação financeira pela exploração de um recurso natural (petróleo) que é finito, ou seja, um dia vai acabar.

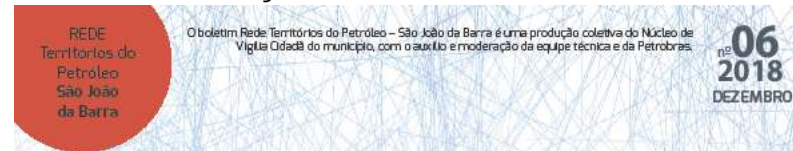
Como um orçamento de casa, os governos também planejam com que receitas irão pagar as suas despesas, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. E como todo planejamento, há uma organização para que isso ocorra da forma mais eficaz possível. Nesse planejamento estará contida a previsão de recursos (receitas, que são as fontes de onde o dinheiro é arrecadado) e quais serão os gastos (despesas, que são os destinos onde o dinheiro será aplicado). O orçamento público é dividido em três fases. São elas:



Os portais de transparência possibilitam que o cidadão saiba para onde vai o seu dinheiro
Fonte: https://www.solicitata.com.br/Noticia/?p_idNoticia=11264&camp=10-ferramentas-para-fiscalizar-gastos-e-serv%3%9A7os-p%3%96BAblicos



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA



- PPA (Plano Plurianual) – é elaborado no primeiro ano de mandato de governo e tem vigência até o primeiro ano do mandato seguinte. Nos municípios, ele deve ser enviado à Câmara Municipal até 31 de agosto e ser votado até 31 de dezembro, a não ser que a Lei Orgânica do Município preveja outra data. No PPA, deve ser detalhado um plano de metas para um período de quatro anos.

- LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) – define as normas para a elaboração do orçamento, estabelece metas compatíveis com o PPA para um ano e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do município.

- LOA (Lei Orçamentária Anual) – é o orçamento do município, isto é, a previsão de receitas e fixação das despesas de um ano, conforme os objetivos e metas do PPA e da LDO. A LOA deve ser enviada à Câmara Municipal até 31 de agosto e ser votada até 31 de dezembro, a não ser que a Lei Orgânica do Município preveja outra data.

As receitas podem ser arrecadadas pelo próprio município, como é o caso do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ISS (Imposto sobre Serviços) e ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis). Quanto às despesas, podemos ter as de pessoal, as de materiais, as de manutenção, as de investimentos e as de pagamento de dívidas.

Uma característica muito importante do Orçamento Público é que ele também pode ser participativo. Isso mesmo! O Orçamento Participativo é uma das formas de participar da elaboração do orçamento. A seguir, a proposta de LOA é encaminhada para a Câmara dos Vereadores, que vai aprovar ou corrigir, através de emendas. É de extrema importância que o cidadão participe da elaboração do Orçamento Público. Além de estar exercendo uma das ferramentas do controle social, é bom ter em mente que o cidadão só será assistido em sua demanda se ela estiver prevista e aprovada nas leis orçamentárias. O cidadão pode também acompanhar o que foi gasto em seu município através dos Relatórios de Gastos, que ficam disponíveis no Portal da Transparência do município, e também podem ser solicitados junto à Câmara de Vereadores. O acesso a essas informações de forma ampla e de linguagem de fácil compreensão está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que serve para todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Fontes:

<https://www.politza.com.br/orcamento-publico-como-e-definido/>
<http://pols.org.br/publicacoes/controle-social-sobre-o-orcamento-publico/>
<http://www.sjb.rj.gov.br/lei-organica>

O boletim Rede Territórios do Petróleo - São João da Barra é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua dos Passos, 243, São João da Barra/RJ

(22) 99827-8701

www.territoriosdopetroleo.eco.br

Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 07



Núcleo de Vigilância Cidadã e educação ambiental crítica: cidadãos sanjoanenses em construção

O Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) pode ser entendido como um grupo cujos membros se encontram e participam de construções coletivas do conhecimento com vistas ao controle social das rendas petrolíferas no município. Este processo construtivo vem sendo elaborado "título por título", ao longo da atual fase do projeto Territórios do Petróleo, por meio de todas as atividades e oficinas de que esses grupos participam.

O projeto Territórios do Petróleo utiliza metodologias e técnicas que melhor se adaptem ao público. Por isso, as atividades são propostas de acordo com as demandas dos participantes do NVC, considerando os objetivos propostos pelo PEA. Nos boletins anteriores, alguns desses temas foram abordados, tais como a definição dos royalties e participações especiais, a dependência financeira dos municípios em relação a esses recursos, a forma como os valores são distribuídos, a mobilidade urbana e o orçamento municipal. Esta edição aborda três atividades que o grupo vem desenvolvendo nos últimos meses: o inventário participativo, a cartografia da palavra e a cartografia social.

O inventário participativo surge com a proposta de identificar e mapear a cultura local através de seus saberes, festas, comidas, história e outros aspectos. Entende-se que a cultura traz uma questão muito importante aos



Inventário participativo: campo exploratório sobre o saber fazer esteiras de taboas.

municípios: o senso de pertencimento, ou seja, o indivíduo está ligado por laços afetivos à cultura, o que pode contribuir para o seu comprometimento com questões de interesse coletivo.

Tendo como ideal a aproximação da comunidade e a afinidade com os temas a serem abordados, o NVC de São João da Barra optou por se dividir em dois grupos. O primeiro escolheu tratar do tema do saber fazer esteiras de taboas, prática muito comum e disseminada nas comunidades de Quixaba e Açú — quinto distrito de São João da Barra. A abordagem envolve desde a colheita da taboa (que é a matéria-prima) até o momento em que o produto chega ao consumidor. O segundo grupo, por ser composto por participantes que residem em localidades mais



próximas à sede, decidiu-se dedicar à construção naval artesanal, assunto que também vem sendo estudado em todos os detalhes.

Ambos os temas possuem um roteiro a ser seguido, além de visitas a campo, entrevistas, audições e pesquisas de arquivos antigos, o que proporciona maior compreensão dos participantes quanto às realidades distintas dentro de um mesmo município. Além de toda essa atividade, os grupos decidiram, por escolha própria, realizar documentários acerca dos temas, com base no material adquirido durante as pesquisas de campo.

Já a cartografia social traz a ideia de possibilitar que o NVC elabore um mapa com informações sobre os impactos positivos e negativos provindos do uso do recurso dos royalties e participações especiais. A partir dos impactos negativos, o NVC elaborou um plano de ação e traçou estratégias nas localidades do município que possibilitem um controle social mais direcionado a essas áreas mais impactadas. Esse trabalho proporciona a todos a oportunidade de participar da elaboração de mapas sociais que contenham legendas e pictogramas (ícones), possibilitando que se identifiquem diferenças e semelhanças entre localidades do município e se busquem soluções para os problemas recorrentes.

Por sua vez, a cartografia da palavra — que lida com o uso da voz — tem o intuito de fazer com que os participantes se sintam confiantes em dialogar e se expressar de forma qualificada sobre assuntos relacionados ao controle social. Considera-se que a linguagem (oral, escrita, corporal) é um dos meios mais importantes para o cidadão conseguir expor suas demandas.

No NVC, a cartografia da palavra foi bem-vinda e auxiliou muitos participantes no processo de distribuição, crescimento pessoal e autoconfiança para debater temas propostos pelo projeto. Há ainda outras atividades que vêm sendo elaboradas pelo grupo no sentido de tornar bem-sucedida a propagação de informações úteis ao controle social sobre a aplicação das rendas petrolíferas. Para se informar, fique atento à próxima edição do boletim Rede Territórios do Petróleo - São João da Barra.



A construção naval artesanal é um dos objetos de estudo do NVC na segunda fase do projeto Territórios do Petróleo.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - São João da Barra é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua dos Passos, 243, São João da Barra/RJ
(22) 99627-4701

www.territoriosdopetroleo.eco.br



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Boletim analisado de São João da Barra edição n.º 08



O desafio do controle social

Nesta edição, chegamos ao último número do nosso boletim Rede Territórios do Petróleo - São João da Barra. Ao longo dessa fase, cada Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) criou e divulgou vários boletins digitais, com diferentes temáticas pertinentes à cada realidade, inclusive em São João da Barra. Alguns trataram do que o NVC estava estudando – como, por exemplo, orçamento público. Outros abordaram problemas importantes do município, como a questão da mobilidade urbana.

Hoje, abordaremos um dos principais assuntos tratados no projeto Territórios do Petróleo: o controle social. E o que é isso? São ferramentas que permitem à população participar das decisões tomadas na gestão pública, fiscalizar as ações e comunicar o que ocorre com relação ao orçamento e às políticas públicas. E como se exerce o controle social? Existem diversas maneiras, mas uma das mais eficazes é ocupar os espaços abertos à participação cidadã. Dentre esses espaços, podem-se citar os seguintes:

❓ **Sessão da Câmara Municipal:** em São João da Barra, as sessões da Câmara acontecem duas vezes por semana, às terças e quintas-feiras. Nelas os vereadores discutem os projetos de lei relacionados ao município, que, uma vez aprovados e transformados em lei, se refletem diretamente na forma como as políticas públicas serão executadas no município.

❓ **Conselhos municipais:** são espaços onde o cidadão tem a possibilidade de fiscalizar as secretarias municipais. Em geral, os conselhos têm metade dos membros representando a sociedade civil organizada e metade representando o poder público (50%). No nosso município estão ativos os conselhos municipais de Saúde, Educação e Cultura; e Segurança Pública. Como é comum pelo Brasil, há desafios para se exercer o controle social no nosso município por meio de conselhos. Alguns atuam de forma muito fechada entre os conselheiros, enquanto outros estão inativos.

❓ **Ouvidorias públicas:** são espaços onde a população pode levar demandas através de reclamações, sugestões e elogios. Em São João da Barra, o espaço da ouvidoria é único, porém, as demandas podem ser deixadas diretamente na área de interesse do cidadão. Periodicamente a ouvidoria vai até as localidades, de forma itinerante, para facilitar a comunicação entre população e poder público. Há também a ouvidoria on-line, onde o cidadão tem a comodidade de fazer sua sugestão/reclamação/elogio, sem precisar se deslocar até o espaço físico da ouvidoria.

❓ **Fóruns e comitês:** são espaços de debate e diálogo entre o cidadão e o poder público sobre demandas e temas específicos.



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

REDE Territórios do Petróleo - São João da Barra

O boletim Rede Territórios do Petróleo - São João da Barra é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica e da Petrobras.

08
2019
ABRIL

❓ **Audiências públicas:** são reuniões públicas nas quais a empresa (ou poder público) apresenta dados e pesquisas sobre o empreendimento em questão e abre espaço para registro de dúvidas e de demandas, além da escuta de críticas ou sugestões do cidadão.

❓ **Plebiscitos e referendos:** são consultas feitas pelo poder público ao povo para decisão sobre matéria de relevância da sociedade, em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

Esses foram alguns dos espaços que o Núcleo de Vigilância Cidadã escolheu para explicar nesta edição, mas há outras formas para o cidadão exercer o controle social. Venham visitar o NVC de São João da Barra para saber mais à respeito. Fiquem atentos!



Audiência Pública que o NVC de São João da Barra participou em 02 de abril de 2019 com o tema "Ampliação do Sistema de Produção de Petróleo no Campo de Peregrino - Peregrino Fase II - Bacia de Campos", em Cabo Frio.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - São João da Barra é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras.

Endereço: Rua dos Piteiros, 243, São João da Barra/RJ
(22) 998.27-6701

www.territoriosdopetroleo.eco.br